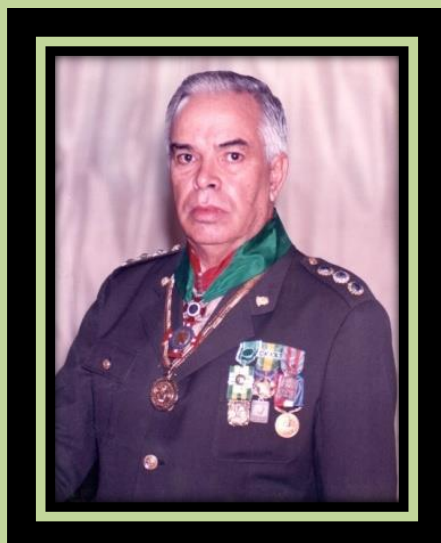
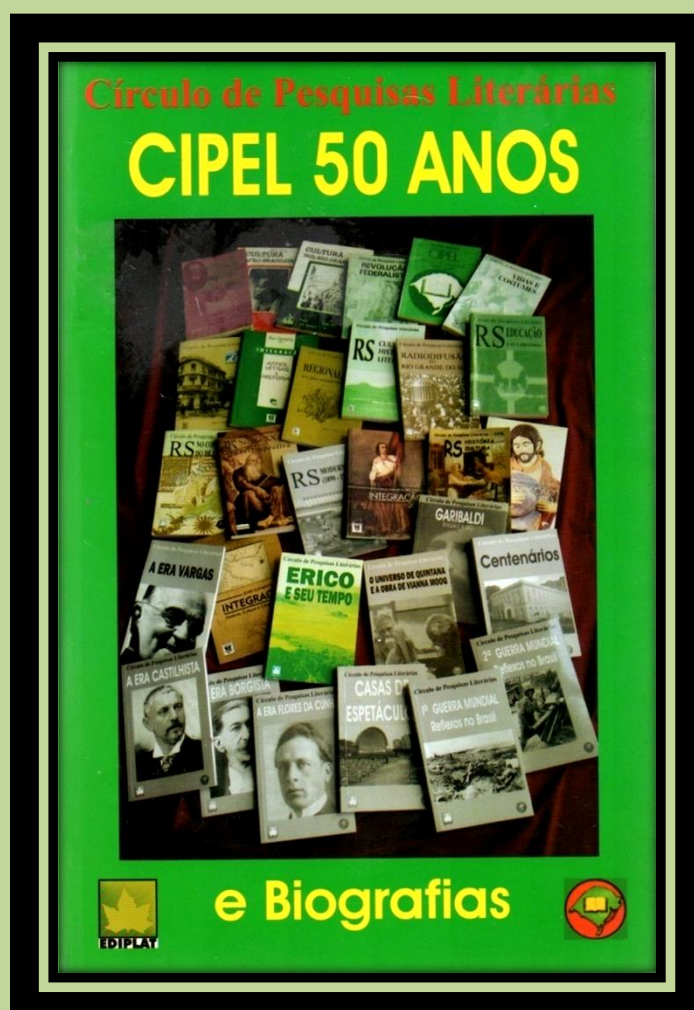


MEUS 22 ARTIGOS NA REVISTA DO CIPEL



Vet Cel Eng e de Estado-Maior Cláudio Moreira Bento
Historiador e Pensador Militar
Memorialista e Jornalista



LIVRO DIGITAL COM 160 PÁGINAS NO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
Editado por Camila Renê

SUMÁRIO

Em 1993, na Antologia da Revolução Federalista:	
O Massacre do Rio Negro	3
A Revolução em Canguçu	11
O Cel Carlos Maria da Silva Telles	19
Em 1995, na Antologia sobre o Correio do Povo:	
Generais Eurico de Andrade Neves e João Carlos Toledo Bordini	22
Em 1996, na Antologia História Cultura e Literatura:	
A Pedra das Mentiras	28
Em 1996, na Antologia Regionalismo Sul Riograndense:	
Guerra à gaúcha	29
Em 1997, na Antologia Radiodifusão no Rio Grande do Sul:	
Canguçu - Aspectos da Comunicação Social até o advento da Radiodifusão em 1959	34
Em 2001, na Antologia RS - Século XX em retrospectiva:	
O Rio Grande do Sul na História Militar Terrestre do Brasil	39
Em 2002, na Antologia - Rio Grande do Sul: História, Cultura e Ciência:	
150 anos da Guerra contra Oribe e Rosas 1851/1852	50
Em 2003, na Antologia Integração 2002	
Bicentenário da guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da conquista dos Sete Povos das Missões	55
Em 2003, RS - Modernidade (1890 - 1930):	
Os 80 aos da tomada de Pelotas pelo General Zeca Netto	62
Em 2004, na Antologia A Era Getúlio Vargas:	
Getúlio Vargas e a evolução da Doutrina do Exército (1930-45)	79
Em 2005, na Antologia Érico Veríssimo e seu tempo	
Érico Veríssimo e a Revolução Farroupilha e o seu pacificador Duque de Caxias e a sua obra administrativa de Porto Alegre	92
Em 2006, na Antologia O Universo de Mário Quintana a obra de Viana Moog	
O Espírito Militar no poeta Mário Quintana	98
Em 2007, na Antologia Garibaldi - Realidade e Mito:	
Garibaldi, o herói de dois mundos e homem de ação de seu século na Revolução Farroupilha	104
Em 2008, na Antologia Centenários:	
Bicentenário do General Osório	108
Em 2009, na Antologia A Era Júlio de Castilhos:	
A Guarnição do Exército e a sua atuação na Revolução de 93	114
Em 2010, na Antologia A Era Borgista:	
O Coronel Genes Gentil Bento (1863-1931)	128
Em 2011, na Antologia Flores da Cunha:	
A deposição do General Flores da Cunha	131
Em 2014, na Antologia Iª Guerra Mundial - Reflexos no Brasil:	
O Exército e a Marinha na Iª Guerra Mundial	135
Em 2015, na Antologia A 2ª Guerra Mundial - reflexos no Brasil:	
Marechal Mascarenhas de Moraes	144
Currículo sintético Cel Cláudio Moreira Bento	157

Em 1993, na Antologia da Revolução Federalista:

- O Massacre do Rio Negro em Bagé, p. 123/134;
- A Revolução Federalista em Canguçu-RS, p. 139/160; e
- O Cel Carlos Maria da Silva Telles (Bagé), p. 135/138.



Organizadora Hilda Agnes Hubner Flores

**O MASSACRE DO RIO NEGRO
(Responsabilidades e lições à posteridade)**

Cláudio Moreira Bento¹

Em 28 de novembro de 1893, em Rio Negro (atual Estação de Hulha Negra, em Bagé), ocorreu o lamentável degolamento de civis republicanos, em número de 300 segundo a tradição, por federalistas ao comando do general revolucionário Joca Tavares (João Nunes da Silveira Tavares). As vítimas foram civis integrantes do Corpo Provisório de Cavalaria, ao comando do Cel. Manoel Oliveira Pedroso - *Maneco Pedroso*, e composto de republicanos de Piratini, Bagé e Canguçu, segundo a tradição. Eles, em grande número, descendiam de republicanos farrapos integrantes da Brigada Liberal de Antônio Netto que, em 11 de março de 1836, após a vitória do Seival no dia anterior, proclamaram a República Rio-Grandense em Campo do Meneses-Bagé. Ideal que iria desaguar em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República Brasileira.

Por coincidência ou por ironia do destino, Seival e Rio Negro ocorreram geograficamente próximos e separados no tempo por 57 anos. Dos vencedores

¹ Acadêmico e Historiador

Rua Florença, 266, Jardim das Rosas - 27540.000 Itatiaia, RJ

em Rio Negro, muitos descendiam dos vencidos no Seival, em grande número pertencentes a famílias tradicionais de Erval do Sul. Em Seival, o chefe vencido foi o bravo Cel. João da Silva Tavares. Em Rio Negro o vencedor foi o seu filho Joca Tavares, que com ele participara do Seival.

Os republicanos para vingarem Rio Negro, segundo Arthur Ferreira Filho, responderam com o massacre federalista de Capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões, a 5 de abril de 1894, quatro meses depois. Ambos, federalistas e republicanos contistas, desconhecera a lição da História pregada por Simon Bolívar:

Nas guerras civis é político ser generoso, senão a vingança aumenta progressivamente.

Esqueceram ambos os contendores gaúchos a simbologia que os republicanos farrapos fizeram inscrever nos ângulos agudos do losango de seu brasão, desde 1891 adotado como o do Rio Grande do Sul. Ou seja, dois amores-perfeitos simbolizando *Firmesa* e *Doçura*, com o seguinte significado em combate: *Firmesa* - lutar com toda a garra, valor, coragem e determinação de vencer. *Doçura* - trazida após a vitória, como religião, como respeito à vida, à honra, à família, à dignidade e ao patrimônio vencido, inerme.

O Gen. Antônio Netto, com bageenses, canguçuenses e piratinenses que formaram o primitivo Corpo da Guarda Nacional do município de Piratini, que se transformou em sua Brigada Liberal, deram em Seival demonstrações inequívocas de Firmesa, Doçura e de generosidade, da qual um dos maiores beneficiários foi o então valoroso jovem Joca Tavares, mais tarde destacado herói na Guerra do Paraguai e agora comandante federalista em Rio Negro. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação.

Outros líderes farrapos, como Bento Gonçalves, Gen. Silveira e Teixeira Nunes, deram belos exemplos à posteridade rio-grandense, de generosidade, Firmesa e Doçura. O Gen. Osório, a maior expressão do gaúcho histórico, desde tenente foi cavalheiresco e generoso para com o vencido inerme. Revolucionário farrapo, em 20 de setembro de 1835. Acompanhou seu comandante imperial até a fronteira, em segurança. Enfim, a firmesa e a doçura, combinadas com a hospitalidade, têm constituído qualidades excelsas do gaúcho, responsáveis, em grande parte, pelas posições de liderança que tem assumido muitas vezes na comunidade brasileira: Gen. Osório, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, etc...

Por que os vencedores de Rio Negro e Capão do Boi Preto não foram firmes, doces e generosos com os vencidos, e sim, amargos e até cruéis? É resposta a ser dada pelos psicanalistas e psicólogos sociais, para com ela prevenir-se a repetição destes clamorosos erros. Resposta a serviço das novas dimensões da História Militar, que procura isolar os fatores responsáveis pelo desencadeamento incontrolável de revoluções e guerras, para, conhecidos pelos líderes, estes procurem evitá-las.

Gaspar Silveira Martins, em carta ao Gen. Joca Tavares, vencedor do Rio Negro, afirmou-lhe, ao tomar conhecimento do movimento que preparava a Revolução Federalista:

Chefe de partido como correligionário peço, como rio-grandense suplico: guerra civil não, é o maior flagelo que pode cair sobre um povo!

Júlio de Castilhos também, como apóstolo entre nós da religião da Humanidade, o Positivismo, era filosoficamente contra a violência. Mas ambos não conseguiram, na prática, segurar seus liderados, muitos dos quais, em nome da Humanidade, da Democracia, da República e da Liberdade, cometeram vinganças terríveis, se bateram com violência inaudita e praticaram largamente o degolamento de prisioneiros inermes e o fuzilamento sumário de revolucionários, como no caso da repressão do Governo em Santa Catarina e Paraná, tudo fazendo para que a Revolução Federalista passasse à História como a *Revolução dos Bárbaros* ou a *Revolução Maldita*, razão pela qual o episódio deveria ser esquecido e silenciado à posteridade - posição com a qual o historiador não pode concordar, por contribuir, pelo seu desconhecimento, para que ele venha a se repetir. Ele encerra lições preciosas para a História, como mestra da vida e mestra das mestras.

Decorridos 100 anos, os historiadores têm de resgatá-lo dos subterrâneos da História, sem evitá-lo ou contorná-lo com mitos, estórias, versões de conveniência partidária e sim, enfrentá-lo com crítica histórica apurada, segundo Élio Chaves Flores. É isto que o Rio Grande quer e deseja, e não se embalar com o mito do brasileiro cordial. Esta Revolução foi tão cruel que ao seu final chegou a violentar o próprio espírito de Júlio de Castilhos, ao qual se atribui esta orientação a seus comandantes no combate à Revolução:

É possível que no momento supremo do desbaratamento dos rebeldes procurem refúgio no território (Uruguai) onde maieficamente realizaram a conspiração nefanda e organizaram suas hostes vandálicas: mas o inteiro desagravo da república ultrajada requer que, ultrapassados mesmo certos limites, com as devidas cautelas e descrições, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos.

Com o massacre do Rio Negro, ao que parece, Gaspar Silveira Martins foi conivente e teve de aceitá-lo, impotente!

O Combate do Rio Negro.

Os republicanos ao comando do marechal graduado do Exército, Isidoro Fernandes, nascido no Uruguai, veterano das guerras contra Oribe e Rosas e do Paraguai, e com grande vivência na fronteira com o Uruguai, organizaram forte resistência na estação ferroviária de Hulha Negra, a 24 km. de Bagé. Eles numeravam entre 1.000 e 1.500, entre gente do Exército, da Brigada Militar e um Corpo Provisório da Cavalaria integrado por civis originários de Piratini, Canguçu e Bagé, comandados pelo Cel. Manoel de Oliveira Pedroso, de Piratini. Inclusive filhos de Pinheiro Machado.

Os federalistas eram comandados, em Rio Negro, pelo Gen. Joca Tavares e numeravam cerca de 5.000 homens. Seus comandantes subordinados eram seu irmão e genro, Cel. Zeca Tavares (José Bonifácio da Silva Tavares), Marcelino Pina, David Martins e o Ten-cel. Francisco Cabeda que, ferido na ocasião, foi posto fora de ação. Após desfechar um ataque sobre Bagé, que foi repellido, o Gen. Joca Tavares resolveu atacar Isidoro em posição em Hulha Negra, o qual acabara de ser substituído pelo Gen. João da Silva Telles, que terminaria morrendo em ação na ilha do Governador no Rio de Janeiro, combatendo a Armada.

Joca Tavares, com efetivo 3x1, surpreendeu com sua numerosa e ágil Cavalaria o Mar. Isidoro, em Hulha Negra. Após a luta encarniçada, o Mar. Isidoro foi obrigado a render-se por estar cortado de água, carne e munições. Poucos foram os que conseguiram romper o sítio e fugir.

O Massacre do Rio Negro

Em 28 de novembro, da tropa rendida foram retirados o comando e o estado-maior do 28º Batalhão de Caçadores do Exército, o 2º Batalhão da reserva da Brigada Militar, ao comando do Ten-cel. Utalis Lupi (ferido na ocasião) e 100 homens do Corpo de Transporte do Exército, comandado pelo Cap. Bento Gonçalves da Silva Filho, que permanecera no Pas-so Real onde foi ferido e escapou de ser sitiado e recolheu-se a Bagé. Era filho do líder farrapo de igual nome.

Os civis que compunham o Corpo Provisório de Cavalaria foram colocados numa mangueira e degolados sob a responsabilidade do Gen. Joca Tavares, por ordem do irmão e genro Zeca Tavares e pelo uruguaio Adão Latorre e seus soldados argentinos correntinos - até a Revolução peões da família Tavares, segundo indicam as fontes disponíveis sobre o assunto e a tradição oral. Disto tomou conhecimento o líder federalista Gaspar Silveira Martins, através de telegrama e carta do Gen. Joca Tavares:

No dia 26 atacamos o inimigo superior a 1.000 homens, entrincheirados na estação do Rio Negro e nas matas e vassouras próximas a esta... Ontem, ao meio dia, o inimigo completamente desanimado, rendeu-se a descrição, caindo prisioneiro o Gen. Isidoro (Fernandes), seu estado-maior, a oficialidade do 28ª (Batalhão de Caçadores) e todo o batalhão (Manoel de Oliveira) Pedroso e sua patriotada, forças do (Bernardino) Mota e Madruga, que não estavam presentes, brigada policial do (Utalís) Lupi, parte do Corpo de Transporte, enfim, por tudo 700 prisioneiros mais ou menos. De início ficaram no campo 200 mortos mais ou menos, contando os que, em grande parte, foram no mato próximo exalar o último suspiro.

Enfim, um massacre, em mato próximo, por degolamento de civis inermes, permitido ou mesmo autorizado pelo Gen. Joca Tavares, que usou o código para o líder civil: *grande número que foram exalar em mato próximo o último suspiro.*

Execução realizada, segundo Wenceslau Escobar, por Adão Latorre, uruguaios e correntinos às suas ordens e todos obedecendo ordens do Cel. Zeca Tavares, à cuja brigada esteve afeta esta tenebrosa e lastimável tarefa, que prejudicou a causa federalista. Os corpos das vítimas, após executadas, eram jogados numa lagoa. Adão Latorre, homem de 58 anos, teve a seu cargo executar o jovem Cel. Maneco Pedroso, de 34 anos, com idade para ser seu filho. Até agora toda a responsabilidade pelo triste episódio tem sido passada como sendo do temível Cel. Adão Latorre, homem, de cor preta, hoje mitificado. O leitor que conclua!

Joseph Love reproduz o seguinte depoimento de um coronel republicano:

Logo que se apoderaram dos nossos em Rio Negro, separaram o general e os militares que ficaram prisioneiros e as demais forças civis, a uma companhia

de correntinos (argentinos) degoladores, sendo então todos trucidados.

Imagine-se hoje um episódio desses transmitido para o mundo pela televisão, como chocaria o Brasil e a Humanidade!

Todo esse enorme drama vem sendo escondido, distorcido ou contornado por lendas, estórias e mitos e omitido da literatura histórica em toda a sua dramaticidade. É chegado o momento de estudá-lo. Este é o sagrado dever do historiador, repito!

Poesia popular

Foi composta no sítio de Bagé por republicano que se informou sobre o massacre do Rio Negro, sendo recolhida por Carlos Benjamin da Silva, em **Fontes da História da Revolução de 93**, obra de grande valor que honra a História e não a manipula e dela pretende colher as lições que sugere.

No sítio do Rio Negro
Quantos heróis degolaram
Esse grupo de salteadores
Que lá no Prata se armaram

Esse grupo de salteadores
Que lá no Prata se armaram
Assassinaram sem piedade
Os heróis que se renderam

Eu nao vi mas me contaram
Os próprios que lá se
acharam
Que na beira de uma sanga
Muitos heróis degolaram

E o bravo coronel Pedroso
Que a frente nunca curvou
Quando viu as armas render
A nobre face corou

E o Zeca Silva Tavares
Foi quem mandou matar
Esse bandido covarde
Com a mesma há de pagar

É o libelo popular contra o Cel. Zeca Tavares que há um século vem sendo passado de boca em boca, nas rodas de galpão. Protestou veementemente contra o massacre um alferes anônimo, não se sabe se do Exército ou da Brigada Militar, de nome Napoleão e, em consequência, para calá-lo, foi fuzilado, segundo registrou Eurico Sales. E suicidou-se um tenente para escapar ao degradante degolamento, por achar o suicídio mais honroso.

Mortos e sobreviventes ilustres

Foram degolados o Cel. Maneco Pedroso, o Ten-cel. Cândido Garcia, de Bagé, e o Major Ismael Franklin. O primeiro deixou filha que foi a sogra do Dr. Jacques M. da Rosa, prefeito de Canguçu. Seu irmão Antero Pedroso rompeu o cerco disfarçado de federalista. Perseguido por um índio, conseguiu matá-lo à espada, conforme é tradição em Piratini, onde foi intendente mais tarde. De Canguçu conseguiu escapar ao sítio, o Ten-cel. João Paulo Prestes, falecido em 17.4. 1923, no combate do Passo de Mendonça, no rio Camaquã, como revolucionário. Não estava em Rio Negro, como foi esperado pelos

federalistas, o Cel. Bernardino da Silva Mota, intendente interino de Canguçu desde 20.9.1893 e nomeado por um ano.

É tradição oral local que o Gen. Hipólito Ribeiro, filho de Canguçu, indignado com o massacre de seus conterrâneos, por degola, passou a correr atrás dos chefes federalistas em Rio Negro. Em 27 de fevereiro impôs pesada derrota a David Martins, em Sarandi-Santana. Em 7 de junho, perto de Encruzilhada, derrotou Marcelino Pina. Deixou informações sobre o episódio, mas que se perderam, o canguçuense Juvêncio Maximiliano Lemos, ferido gravemente na defesa de Bagé sitiada e que depois fez brilhante carreira na Brigada Militar, tendo sido prefeito de Bagé. Sobre a identidade dos cerca de 300 degolados em Rio Negro, pouco ou nada se sabe. Seguramente eram gaúchos humildes, cujo choro por suas perdas, de parte de familiares, não houve ou não foi ouvido!

Uma possível explicação para o massacre

A vitória farrapa do Seival sobre o imperial Silva Tavares, ao que parece, gerou um antagonismo histórico contra os republicanos da Brigada Liberal de Netto, mobilizados no amplo município de Piratini, do qual Canguçu e Bagé, até o Pirai, eram os mais importantes distritos. Antagonismo que foi radicalizado em 57 anos e explodiu em ódio em Rio Negro, sob a forma de degolamentos em massa, de civis de Piratini, Bagé e Canguçu, com tradição republicana desde 11.9.1836, em Campo do Meneses. E seria em nome da insensatez e brutalidade de quem permitiu e autorizou a executarem esse massacre que, como represália, muitos federalistas foram degolados em Boi Preto ou fuzilados em Santa Catarina e Paraná. Afora outras execuções, não em massa!

Na República Rio-Grandense, 1836-45, os imperiais, que eram liderados por Silva Tavares e na maioria de Erval do Sul, foram discriminados, ironizados e até perseguidos. Tavares foi perseguido e preso em sua estância, em Erval, num golpe de mão de Canabarro, além de ironizado como o *Arsenal dos farrapos*, fruto de várias derrotas que sofreu em função de sua lealdade e coerência na defesa da difícil causa - combater a Revolução Farroupilha. *Arsenal dos farrapos* por fornecer equipamentos, suprimentos, armamentos e munições aos farrapos, em cada derrota que lhe impunham. Após a Paz de Ponche Verde, 1°.3.1845, o seu prestígio e o dos seus liderados entrou em alta, baixando o dos antigos farrapos de Piratini e Bagé, que haviam sido capitais da República Rio-Grandense, e de Canguçu, considerado em 1843, por Chico Pedro, o *Moringue*, como o *distrito mais farrapo*.

E assim passaram a ser alvo de represálias dos vencidos e descendentes de Seival, agora sob a liderança do Gen. e Visconde, do Serro Largo, e logo após, de seu filho homônimo, Gen. João da Silva Nunes Tavares. Foi um longo período de míngua de recursos e de atenções governamentais para Piratini, símbolo da Revolução, e seu maior distrito, Canguçu, conforme tradição oral que colhi.

Com a República, em 1889, entrou em alta o prestígio dos republicanos farrapos de Bagé, Piratini e Canguçu, e em baixa, o dos imperiais e a seguir federalistas, agora sob a liderança, em Erval e imediações, do Gen. Joca

Tavares, ligado aos últimos momentos do Mar. Solano Lopes do Paraguai, lanceado por um cabo de sua tropa, o *Chico Diabo que deu cabo do diabo Chico*.

Assim, ressurgiam as antigas lideranças republicanas farrapas em Bagé, Piratini e Canguçu. Nos dois últimos, o radicalismo republicano se impôs aos imperiais, federalistas e até sobre republicanos farrapos e descendentes moderados e conciliadores, que foram obrigados a migrar ou a silenciarem, quadro que focalizamos em parte em nosso **Canguçu, reencontro com a História**.

A Revolução dividiu de tal forma a sociedade em Canguçu, que ela só começou a ser harmonizada com a criação do *Clube Harmonia*, em 1896, por obra de um filho e neto de farrapos que participavam em Piratini do governo da República Rio-Grandense - tenente honorário do exército e herói do Paraguai, Franklin Máximo Moreira. A corrente republicana de Canguçu e Piratini que se impôs aos demais, mobilizou forças para ajudar a sustentar o governo do Dr. Júlio de Castilhos, na forma de prevenção e até repressão de manifestações e revolução contra o governo do Rio Grande. E foram atuar justo na área de influência do Gen. Joca Tavares. E dentro das circunstâncias da época, de radicalismo político e de violências, cometeram exageros, provocando protestos do Gen. Joca Tavares, o vencido do Seival junto com o pai e que seria o vencedor em Rio Negro. Assim, após o Gen. João Telles, enviado pelo Presidente Floriano Peixoto, ouvir o Gen. Joca Tavares, enviou telegrama urgentíssimo e reservado ao Presidente, em 2.11.1892, de Bagé, um ano antes de Rio Negro. Dizia, por exemplo:

Os coronéis Mota, Pedroso e Cândido Garcia, respectivamente chefes republicanos em Canguçu, Piratini e Bagé, são os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande e aos quais se deve este estado de coisas.

E entre elas, a inevitabilidade da Revolução!

Nos parece um informe passional e exagerado em seus objetivos. Manoel da Costa Medeiros, em História do Herval, dirige críticas violentas contra o Cel. Bernardino Mota, o qual, segundo fomos informado por um neto, Bernardino Mota Rocha, *Rochinha*, possuía um manuscrito para defender-se dessas acusações, mas que lamentavelmente não foi encontrado entre seus descendentes. Esperamos que o seja, para assim contestar o telegrama do Gen. João Telles a Floriano Peixoto e a História do Herval. O mesmo impõe-se em defesa da memória do Cel. Pedroso.

Aqui terminamos, mostrando ao historiador gaúcho e à posteridade rio-grandense, para aprofundamento e reflexão, a ponta da ponta do iceberg que envolve o lamentável massacre do Rio Negro.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

- * ARAÚJO, Francisco Felix de, Ten-cel. Ordem-do-Dia nº 15 de 13.1.1894, do cmt da 1ª Brigada da Divisão do Sul, que libertou Bagé sitiada (In E. Vivalba: **Revolução**

- Federalista do Rio Grande do Sul**, Doc. 62, p. 113-4)
- BENTO, Cláudio Moreira, Cel.. *A Revolução de 1893 e a Arte Militar*. In Fontes para a História da Revolução de 1893. Bagé, URCAMP, 1992, p. 35-40
- _____. *O Combate do Seiva! - 150 anos*. In **A Defesa Nacional**, 726, jul/ago 1986 e Diário popular. Pelotas, 20.9.1986 (ilustrado)
- DOCCA, Souza, Gen.. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1984
- FERREIRA FILHO, Arthur, Cel. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1974 (refere a 300 degolados em Rio Negro)
- . *Firmino de Paula*. In **Revoluções e Caudilhos**. Porto Alegre, s/ed, 1964 (aborda Boi Preto como represália a Rio Negro)
- *ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense** de 1893. Porto Alegre, Globo, 1920, Cap. VI, p. 273
- * FLORES, João da Silva. *Adão Latorre - Mito e História no massacre de Rio Negro*. In **Fontes para a História da Revolução de 1893**. Bagé, URCAMP, 1990 (o mais isento estudo de Rio Negro)
- *HASSLOCHER, Germano. **Fontes Históricas da Revolução de 1893**. Porto Alegre, Mazon, 1894, 3ª ed.
- MARIANTE, Hélio Moro, Cel. PMRS. *Revolução de 1893*. In **Anais do Congresso Nacional de História da República do Brasil**. Rio de Janeiro, IHGB, 1989 (refere aos 300 degolados de Rio Negro)
- M0ACYR, Pedro. *Rio Negro* (editorial). **A Federação**. Porto Alegre, 5.1.1896
- "NETTO, José Antônio. **Memórias do General Zeca Neto**. Porto Alegre, Martins Livreiro, p. 43 4 (descreve acampamento seu em Rio Negro, um mês após o massacre que confirma como cmt 3º Brigada Divisão Sul)
- "SALIS, Euríco. *O combate do Rio Negro*. In **História de Bagé**. Porto Alegre, Globo, 1955, p. 263-83 (é o relato mais circunstanciado)
- "SAMPAIO, João César, Mar. **O Cel. Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**. Porto Alegre, Globo, 1920, p. 37-81
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus - guerra civil e degola no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Presença, s/d, p. 128 (Rio Negro)
- *TABORDA, Tarcísio. O sítio de Bagé. In **Revista Militar Brasileira** n °1 jan/mar 1970, p. 73-87 (atual Revista do Exército)
- TAVARES, Umbelina. Telegrama do Rio Grande, em 23.7.1892, sobre violência em Limoeiro. In Vivalba, **Rev.Fed.** Doc. 31, p. 61
- TELLES, João da Silva. *Telegrama urgentíssimo e reservado de 2.11.1892 ao presidente Fioriano Peixoto, relatando a grave situação do Rio Grande do Sul* (publicado por R. V. Vilalba, 1897; por Wenceslau Escobar, 1920; por Eurico Salis, 1955 e por Corálio Cabeda, 1990)
- *VILALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Lammert, 1897, p. LXXXLXI

Nota: abordam o massacre as fontes assinaladas com*

A REVOLUÇÃO EM CANGUÇU

Cláudio Moreira Bento2

Canguçu não foi envolvido nas operações bélicas. Forneceu forças civis de Cavalaria para operarem na fronteira Bagé-Santana e, em especial, na segurança da ferrovia. Inicialmente operaram como revolucionárias para depor o Governicho que era presidido, em Bagé, pelo Gen. Joca Tavares. E na Revolução, como forças civis legais da Cavalaria mobilizada pelo Estado e que, atuando em conjunto com forças de Piratini, constituíram a Cavalaria do Comando-em-Chefe das forças federais e estaduais ao comando sucessivo dos generais João Telles e Isidoro Fernandes. Forças estas que, ao comando dos coronéis Bernardino da Silva Mota e Manoel de Oliveira Pedroso, lutaram aos comandos daqueles generais do Exército em outros locais, como Santana, Upamoroti e Rio Negro.

Parte expressiva delas foi massacrada em Rio Negro, por degolamento, inclusive o Cel. Manoel Pedroso, numa carnificina, hecatombe e genocídio de civis inermes, sem precedentes, até então, na História do Brasil. Evento lamentável, que foi discutido amplamente através de livros publicados pela Livraria do Globo, em Porto Alegre, no ano de 1920 - **Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense**, de Wenceslau Escobar, militante federalista, e O Coronel Sampaio e os **Apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**, de autoria do então Mar. João César Sampaio, que comandara a Divisão do Sul que o ministro da Guerra do Gen. Francisco Antônio de Moura enviara em socorro de Bagé, sitiada pelos federalistas, os quais, à sua aproximação, levantaram o sítio de 46 dias a que aquela cidade foi submetida.

Em observação muito feliz de Tarcísio Taborda, ao escrever sobre o sítio de Bagé na **Revista Militar Brasileira**, nº 1, de jan/mar de 1970, ele faz esta afirmação, de que é impossível discordar:

“A insatisfação política reinante após a renúncia do Mar. Deodoro, levou os chefes municipais, integrantes das duas correntes que se formaram, a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as arbitrariedades, as tropeúas, os abusos, as vinditas que se espalharam por todo o território gaúcho.”

Sendo um problema generalizado, em função de um telegrama que o Gen. Telles enviou a Floriano, de Bagé, em 2 de novembro de 1892, e reservado, após receber e transmitir informações do Gen. Joca Tavares a Floriano, seu comandado na captura de Solano Lopes, foram escolhidos os chefes republicanos Pedroso e Mota, como bodes expiatórios de uma situação generalizada. O Gen. Telles veio depois comandá-los e com eles obter algumas vitórias de seu currículo. Esse telegrama vem sendo publicado e republicado, sem que até hoje se tentasse decifrar o trecho em código. O Gen.

2 Da Academia Canguçuense de História
Rua Florença, 266, Jardim das Rosas - 27540-000 Itatiaia, RJ

Telles conferenciou com Tavares, cujo assunto até hoje não transpirou. Tinha que conversar constrangido com o velho e valoroso Gen. Joca Tavares. Pois fora um sobrinho seu, o major Pantaleão, filho do Gen. Pantaleão, que comandara a escolta enviada para prender, em Porto Alegre Facundo, irmão de Joca, do que resultou a morte de dois sobrinhos de Joca Tavares, sendo um deles morto pelo próprio sobrinho de João Telles.

Imaginem que conversa constrangida deve ter sido, bem como os contatos, mais tarde, do Gen. Joca com Carlos Telles, que sitiou Bagé por 44 dias, tio também do Major Pantaleão.

Wenceslau Escobar, em função desse telegrama diplomático, cujo teor secreto se desconhece, procura demolir Canguçu e Piratini. O Gen. Valentim Benício, organizador da Biblioteca do Exército, registrou à margem do livro de Escobar diversas observações, rebatendo o que ele atribuía falsidades e parcialidades do autor, como antigo e fervoroso federalista. Ao lado do telegrama de Telles a Floriano anotou:

“Falso, a verdade é outra, mas Telles passou as informações que recebera do Gen. Joca Tavares. Depois Teles lutou contra os federalistas.”

Ao comentário de Escobar o enviado do Mar. Floriano disse a verdade inteira, não podendo ser tido em conta de suspeito..., Benício, em seu exemplar que doou à BIBLÍEX, após grifar verdade inteira e a mentira inteira, inseriu no título do livro uma palavra, pela qual passou a se ler Apontamentos falsos para a História da Revolução Rio-grandense. E segue no Prefácio: “Este relato contém falsificações de quem perdeu a luta e as eleições e deve-se ler sua contestação pelo Mar. João César Sampaio.”

Às palavras do Dr. Wenceslau Escobar –“ Não tenho a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo. Sou homem, tomei parte pelo coração e pelas idéias nesta lamentável luta fratricida,” o anotador registra mais uma vez:” Este livro é cheio de falsidades.”

E foi este livro que escolheu Canguçu e Piratini para bodes expiatórios de uma situação generalizada de terror político em todo o Estado. Escobar no entanto concentra-se, em função do telegrama citado, em Canguçu e Piratini, que aborda às páginas 92-5,100-7,110-1, 116,129 e 144. Após reconhecer *que não tinha pretensão de escrever com isenção de ânimo*, não registra, nas incursões e depredações feitas pelas tropas dos coronéis Mota e Pedroso, de Canguçu e Piratini, nas fazendas da família Tavares em Bagé, estupros e assassinatos, após a deposição do Governicho. Acusações exageradas que tentam justificar o massacre do Rio Negro.

Aliás, Epaminondas Vilalba, pai do maestro Vila Lobos, publica em sua magnífica e bem comentada **A Revolução Federalista do Rio Grande do Sul** (Rio de Janeiro, Lammaert, 1897) o documento 31, que confirma o que não disse ou escreveu Escobar e que é atribuído às forças citadas:

Zeca Tavares, papai e Armando emigrados e perseguidos por forças de Pedroso e Mota depois do desarmamento e Acordo

com o coronel Artur Oscar. “Limoeiro (fazenda de Zeca Tavares) arrasada, levantaram gados, cavalos e ovelhas. Casa e móveis estragados. Peça providências. Ass. Umbeina Tavares.”

Zeca Tavares era irmão, genro e talvez afilhado do Gen. Joca Tavares. Como se vê, Umbeina não menciona estupros e assassinatos em Limoeiro, confirmando acusação que Escobar não fez aos coronéis Mota e Pedroso, fatos que uns tem usado para explicar o massacre sem precedentes de Rio Negro, ordenado por Zeca Tavares, e do qual o heróico e bravo Gen. Joca Tavares é responsabilizado no Tribunal da História por esta iniciativa que empanou sua brilhante vitória militar ali, sobre o Gen. Isidoro, além de se constituir numa traição à causa federalista e seu ideário, ao ponto do historiador de Bagé, Eurico Salis, em **sua História de Bagé**, atribuir a vitória da república federativa presidencialista ao genocídio de Rio Negro.

Aliás, Wenceslau aponta Facundo, irmão de Joca Tavares, de também haver atuado, por iniciativa própria, sem autorização de Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares, na fase pré-revolucionária. Os coronéis Pedroso e Mota atuaram em Bagé após a queda do Govemicho, por ordem superior vinda de Floriano através do Gen. Vasques, aconselhando a que Arthur Oscar não interviesse em problemas do governo do Rio Grande.

Isto concluo do citado Vilalba, nos documentos 27-33, onde o Gen. Tavares manifesta seu desagrado pela presença em Bagé, das tropas dos coronéis Mota e Pedroso, que até então não tiveram quem os defendesse e explicasse suas tropelias e violências, que em nada se comparam com as que tropas civis de Bagé, Canguçu e Piratini foram vítimas em Rio Negro, após se renderem, com garantias de vida, segundo Escobar, que embora seu parcialismo reconhecido, escreve sobre Rio Negro, cuja tragédia e responsabilidade procura minimizar ou não apontar, o que é compreensível. Escreve ele:

“A cavalaria comandada pelo Cel. Manoel Pedroso, com valor e denodo, fez várias cargas contra as linhas federalistas, no sítio de Rio Negro, sendo todas repelidas. Durante a noite continuou o fogo e o cerco, fazendo a cavalaria governista novas investidas, sempre infrutíferas. Por fim, ao meio dia de 28 de novembro, exaustos, com a cavalhada cansada, sofrendo fome e sede, debaixo de um sol ardente, sem nenhuma esperança de vitória, entregaram-se.”

E 300 civis das tropas de Maneco Pedroso, que comportou-se com grande coragem, foram degolados. Sobre isto escreveu Escobar:

“Perante a civilização e as leis humanas, nunca os assassinatos praticados em Rio Negro poderão justificar-se.”

Escobar, a respeito da rendição, foi de opinião que ela foi feita sob garantia de vidas. E só foram respeitadas as dos militares do Exército e da Brigada. Os civis não!

O telegrama de Floriano, que traduz o pensamento do Gen. Joca Tavares e escrito por Telles, diz:

“Os coronéis Pedroso e Mota, chefes republicanos de Piratini e Canguçu e mais o Ten-cel. Cândido Garcia aqui de Bagé, segundo estou informado (pelo Gen. Joca Tavares) são os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande, e aos quais se deve este estado de coisas.”

História é verdade e justiça e informação é liberdade de escolha! Então perguntamos: quem seriam os maiores ladrões do Rio Grande e também assassinos? Maneco Pedroso e Cândido Garcia, que foram degolados em Rio Negro e o Cel. Mota que disso escapou por estar ausente, ou os responsáveis pelo genocídio de Rio Negro - o Gen. Joca Tavares que comandava as tropas e seu irmão Zeca Tavares, para quem converge a iniciativa deplorável? Isto, sem querer justificar violências republicanas! Mas tão somente explicá-las, inclusive com Ortega y Gasset ao responder a - Quem és tu?

“- *Eu sou eu e as minhas circunstâncias!*”

As forças civis de Canguçu e Piratini, como de resto de todo o Estado, eram formadas sem noções de Disciplina, Hierarquia e Doutrina Militar. Sobre elas pesa a acusação de terem cometido estrepolias, depredações e perseguições, tanto em Canguçu e Piratini como em Bagé e na fronteira Bagé-Santana, dentro de um quadro de obter recursos, em homens e suprimentos, para operarem, além de gastarem as economias do adversário, como foi o degastar do Governicho deposto. Nesse quadro ocorreram requisições, remontas, recrutamentos forçados e abusivos, inclusive em Limoeiro, Pedras Altas, Bagé, Piratini e Canguçu. Não se registraram estupros e assassinatos, principalmente em massa!

A Revolução de 1893 colheu Canguçu no estágio descrito por Taborda. Possuo manifestos e nomes dos respectivos signatários em Canguçu, em favor da deposição de Júlio de Castilhos, por haver aprovado a dissolução do Congresso pelo Mar. Deodoro,” *em razão desta instituição haver, inconstitucionalmente, derrubado vetos seus*, tornando o Brasil ingovernável.”

Foram 91 signatários que apoiaram o Governicho e suas arbitrariedades. A este manifesto de 21 de fevereiro de 1891 responderam, 16 meses mais tarde, os 35 signatários republicanos de Canguçu, em solidariedade a Júlio de Castilhos, que conseguira retomar o poder ao Governicho, com apoio do governo Federal. Penso que nesse ínterim a luta na comunidade foi grande. Agravos e perseguições recíprocas, impenetráveis hoje à posteridade que, ao que parece, num esforço elogiável, tratou de esquecer-las e pacificar a comunidade.

Assim, parece que num esforço de pacificação da comunidade, importantes praças e ruas da cidade levam nomes dos republicanos Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos e Hipólito Ribeiro, e de Gaspar Silveira Martins,

Silva Tavares e Gen. Câmara, federalistas. Em 1896, com vistas a pacificar a sociedade do "terremoto" de 1893," foi criado o Clube Harmonia local. Iniciativa do Ten. Honorário do Exército, Franklin Máximo Moreira, filho e neto de dirigentes farrapos da República Rio-Grandense, em Piratini, líder maçom local e charadista de nomeada, com colaborações inclusive no **Almanaque Literário Estatístico do Rio Grande do Sul**, ao lado de seu irmão Carlos Norberto, com poesias no citado Almanaque e de tradição republicana farrapa, e por isso liberais antes de 15.11.1889. Sociedade que em razão das profundas feridas abertas no período do Governicho e logo após, teve seu quadro de sócios reduzido a menos de uma dezena. Situação só revertida na presidência do Ten-cel. João Paulo Prestes, que conseguiu escapar do massacre do Rio Negro, mas que veio a morrer em 1923, como revolucionário, no combate do Passo do Mendonça, depois de ter tido atuação comunitária marcante, inclusive como maçom, qualidade que, segundo corria, assegurou-lhe a fuga em Rio Negro. Na sua diretoria figuraram dois federalistas, José Albano de Souza e o dentista Bernardino Viana.

Percebe-se que fatos graves ocorreram em Canguçu em 1893 e que uma corrente militar republicana impôs-se aos antigos monarquistas liberais e mesmo a uma corrente republicana farrapa conciliadora, onde figurava o heróico farrapo Cel. Manoel Alves da Silva Caldeira, que fundara, em 1882, o primeiro Clube Republicano de Canguçu e dali prestou depoimentos históricos valiosos sobre as suas experiências no *Decênio heróico*, usados largamente por Alcides Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinino de Almeida, de Pelotas, filho de Domingos José de Almeida, o cérebro da Revolução Farroupilha, ao qual Wenceslau acusa de violências em Pelotas. Depoimentos que a **RIHRGS** publicou!

A corrente republicana que se impôs após o Governicho, caiu com seus líderes em desgraça, passando a predominar a de inspiração farrapa, com forte influência maçônica, o que se pode concluir de jornais de Pelotas, da época, que possuímos em nosso arquivo.

Sobre Canguçu na Revolução de 1893, as fontes escritas eram raras e a tradição oral, muda! Sobre o que ali se passou, temos as seguintes notícias locais:

Eduardo Wilhelm, afamado professor alemão, natural de Stetin e fundador do célebre e moderno internato Osório, em Pelotas, foi após, em Canguçu onde casou sua filha, professor na Florida, local onde preparou a primeira geração de canguçuenses doutores, além de ali introduzir a igreja episcopal. Assim escreveu no **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul**, em 1905:

“O escritor destas linhas conhece Canguçu desde 1869, quando pela primeira vez ali chegou, em suas viagens pelo Estado. Depois de sua estada alí como fotógrafo viajante, ainda visitou a maior parte das vilas e cidades do sul. Porém, exceto Bagé e Jaguarão, achei que Canguçu era a vila mais animada de todas. Uma alegre e laboriosa população a habitava e todos os seus moradores se achavam satisfeitos com a sua situação, ganhando o suficiente para uma vida cômoda. Nesta época todos os estancieiros de importância tinham casas na vila, que habitavam, senão sempre, ao menos a maior parte do ano. E hoje? (1905). De todas estas famílias, poucas restam

morando aqui. Vários chefes delas morreram e outros se mudaram para Pelotas, Uruguai, etc.. Suas casas vão desmoronando desde o tempo da Revolução de 93. Outros venderam suas casas por menos da terça parte do custo. Lembro o falecido Horácio Piégas, cuja casa é hoje a intendência, comprou por 38 Contos e vendeu por 12.

Nessa casa-palacete havia nascido, e casado em 1883, em movimentado casamento, uma Furtado Piégas e que assim tornou-se nora de Francisco Nunes Tavares, barão de Santa Tecla e irmão do Gen. Joca Tavares. Perseguições à família Piégas, em Canguçu, ao ponto de fazê-la emigrar, desgostaram a família Tavares. A isso somou-se uma amargura do combate do jovem Joca Tavares na Revolução Farroupilha, com forças de Canguçu, ao comando do Cel. Florentino Leite, amigo íntimo de Bento Gonçalves, que se hospedava em sua casa (local do bar do Lito, em Canguçu) quando, segundo Duque de Caxias ao Ministro da Guerra, "Bento Gonçalves fora procurar proteção nos montuosos cerros de Canguçu". Indo um pouco para trás: foram tropas de Piratini, Bagé e Canguçu que constituíram a Brigada Liberal de Antônio Neto, que em Seival, a 11 de novembro de 1836, venceram as forças imperiais do Cel. João da Silva Tavares, que estava com o seu bravo filho, o mais tarde Gen. Joca Tavares, o vencedor do Rio Negro.

Sobre os abusos praticados em Canguçu durante a Revolução, temos ainda outra informação no Livro Tombo da Igreja local, registrada em 1905 pelo padre Bem:

"O padre (Miguelzito) foi afugentado da igreja, que teve as portas escancaradas e foi ordenado o saque em seu interior, onde à guisa de cocheiras foram introduzidos cavalos."

Os livros Tombo foram extraviados e o padre alegou que na Revolução a padroeira fora espoliada de todos os terrenos que lhe haviam sido doados para a fundação de Canguçu.

J. Simões Neto, em seu *Bosquejo Histórico de Canguçu*, em 1912, comemorativo ao Centenário da Freguesia e publicado na **Revista do Centenário de Pelotas**, nº 4, não faz qualquer referência à Revolução de 1893. Então, talvez por um elevado propósito de pacificar a comunidade, a Revolução era um tabu. Assim as divergências se iam apagando e as famílias foram abradando ressentimentos através de casamentos e confraternizações crescentes, na ignorância do que se havia passado de grave e triste! Parece ter sido uma feliz decisão das lideranças pós-revolucionárias, cujos perfis enviamos ao III Simpósio de Bagé, de abril de 1993.

Ligam-se a Canguçu, Gumercindo Saraiva, batizado em Vila Freire (ex-Cerrito do Piratini) e filho do vanguçuense Francisco Saraiva do Amaral. Eram filhos de Canguçu, também, o Gen. Hipólito Ribeiro e o Cel. Juvêncio Maximiano Lemos, ambos hoje nomes de ruas em Bagé, onde o último, herói da defesa de Bagé sitiada, veio a ser seu prefeito. Ali teve seu batismo de fogo e sangue!

Segundo Zeca Neto, para mim filho de Canguçu e de Rafaela Matos, nossa tia bisavó, o Cel. Savaget, mais tarde comandante de uma coluna, em Canudos, atravessou Canguçu com sua tropa, em 1895 (vide nota 2 ao final).

Ao final da Revolução, forças mobilizadas em Canguçu e Piratini, ao

comando do Cel. Leão Silveira Terres, escaramuçaram em Piratini em 26 de janeiro de 1893, com uma colunas do federalista Guerreiro Vitória. Cuidou nessa administração da defesa da vila de Canguçu, o já octogenário mas ainda ativo, outrora intrépido Ten. Manoel Alves da Silva Caldeira, da Revolução Farroupilha, ao qual se deve o perfil militar de todos os chefes militares farrapos, os quais acabo de aproveitar em trabalho em fase de lançamento pela Biblioteca do Exército, sob o título O Exército Farrapo e seus Chefes. Ele foi candidato a candidato a intendente da r eleição, mas a idade pesou.

Segundo pesquisa da museóloga Marlene Barbosa Coelho, o Cel. Bernardino Mota foi intendente nomeado de Canguçu, de 20.9.1893 a 28.8.1894. Comandou a Guarda Nacional de Canguçu, com apoio em patente assinada pelo Presidente da República Mar. Deodoro da Fonseca. Foi fazendeiro em Canguçu e vereador por duas legislaturas, 1872-76 e 1884-88. Nasceu em Canguçu, a 8 de fevereiro de 1844, tendo falecido em 1907, aos 63 anos, deixando ilustre descendência. Enfrentou grandes pressões políticas ao final e após a Revolução, particularmente de Júlio de Castilhos e na comunidade, tendo inclusive, segundo Corálio Cabeda, procurado proteção para sua vida ameaçada junto ao Cel. Carlos Telles em Bagé.

Lamentavelmente o manuscrito que elaborou em sua defesa, segundo seu neto de mesmo nome, Bernardino Mota Rocha (*Rochinha*), figura queridíssima em Canguçu, foi queimado pela família, predominando o que de fora de Canguçu de mal se tem escrito a seu respeito, o que aqui, na medida do possível, procuramos reduzir às devidas proporções, no quadro da violenta e malfadada Revolução de 1893, a *Revolução de Bárbaros*, a *Revolução Maldita*.

Esperamos que surja alguém para tentar explicar as acusações ao valente jovem Cel. Manoel Pedroso de Oliveira que muitos, numa síntese simplista, responsabilizam, e ao uruguaio Adão Latorre, pela violência de Rio Negro. Procuraremos num trabalho mais amplo abordá-lo.

A Revolução de 1893 foi funesta para a outrora risonha e franca vila de Canguçu, que já se havia refeito da Revolução Farroupilha quando, como importante distrito da capital farrapa Piratini, foi considerado o *distrito mais farrapo* por Chico Pedro, o *Moringue*, que somente a ocupou em agosto de 1843, como comandante da ala Esquerda do Exército ao comando de Caxias e que inclusive restaurou a igreja de Canguçu, que tropas seguramente republicanas, abarbaradas, profanaram, e extraviaram seus livros Tombo, e com eles 93 anos da História de Canguçu.

Canguçu sofreu com a Revolução Federalista um retrocesso e recessão econômica, e principalmente pela emigração para outros locais, levando patrimônios de tradicionais famílias; e mais pela interdição da ponte sobre o rio Jacuí, que ligava o norte do Estado com o sul, e pela qual passavam manadas de vacuns destinados às charqueadas de Pelotas e para as quais Canguçu era passagem obrigatória. Ponte interdita para dificultar a passagem dos federalistas para o norte do Estado.

A Revolução de 1893 encerra uma amarga, trágica e dura lição para Canguçu. Desconhecê-la é correr o risco de repetí-la. O grupo *Flor de Lácio*, de normalistas de Canguçu lideradas por Marlene Barbosa Coelho, assim a classificaram ao estudá-la:

A Revolução que se caracterizou por atos repulsivos de sanguinarismo selvagem. Nasceu de ressentimentos entre os homens.

Notas

1. Entre os civis massacrados contavam-se filhos de Pinheiro Machado, comandados pelo cel. Madruga.
2. O Gen. Zeca Netto em suas Memórias (Porto Alegre, Martins, 1983) registra sua ação no comando da 3ª Brigada da Divisão Sul, nas operações que culminaram com o levantamento do sítio de Bagé e, após, em fevereiro de 1895, sua atuação à frente de 200 homens da Cavalaria e em reforço a 200 da Infantaria ao comando do Cel. Savaget, para lutar em Canguçu contra a coluna do Gen. Guerreiro Vitória, do Erval, em trânsito por ali. Conta que reuniu-se em Canguçu com Savaget, que mais tarde comandou uma das colunas que destruíram Canudos, na Bahia. Dali, com seis homens do Cel. Bernardino Mota, rumaram em direção ao rio Camaquã, tendo combatido com a retaguarda federalista em 17 de fevereiro, na picada Iguatemi, onde Netto aprisionou dois marinheiros que haviam participado da Revolta da Esquadra. Guerreiro Vitória continuou sua retirada para o Uruguai e o futuro Gen. Cláudio do Amaral Savaget deixou de persegui-lo por ter aquela força saído de sua zona de ação. Então retornou a Piratini (estação) e atual Pedro Osório, que leva o nome do caçapavano ilustre que organizara a expedição. Netto, em companhia do Cel. Mota, rumou para Camaquã, de onde retornou ao saber que Guerreiro Vitória internara-se no Uruguai. Sobre seu comandante da Divisão Sul que libertou Bagé sitiada, Netto, que foi seu comandante da 3ª Brigada, diz ter sido ele *um militar que faz honra ao Exército Nacional*.
3. Somente estranhou quando o Cel. Sampaio designou como lugar de acampamento de sua Brigada, em Rio Negro, junto à mangueira de onde os civis eram retirados manietados para a degola, fato que lhe confirma e que mereceu observação a respeito de Sérgio da Costa Franco, apresentador e anotador da obra em tela. Em 1923, os coronéis Antero Pedroso e João Paulo Freitas, que conseguiram escapar do massacre do Rio Negro, foram comandantes das 3ª e 4ª brigadas do Gen. Netto, recrutadas respetivamente em Piratini e Canguçu. Antero, após escapar do massacre do Rio Negro, integrou a Divisão Sul, que libertou Bagé sitiada.

CEL. CARLOS MARIA DA SILVA TELLES
Herói Comandante da defesa de Bagé

Artigo do Ten Cel da Bda Militar José Luiz Silveira
Minha homenagem a este grande amigo

José Luiz Silveira³

Carlos Maria, nascido em 1848 no Estado do Rio Grande do Sul, filho de Joaquim da Silva Telles, em 1865 incorporou no exército brasileiro, nas tropas que defendiam Uruguaiana da invasão paraguaia.

No 3º Batalhão de Infantaria, fez parte do séquito imperial, quando o Imperador D. Pedro II esteve no comando das tropas de operação do sul brasileiro.

Transferido para o 30º Batalhão de Infantaria, fez parte do 2º Corpo do Exército, comandado pelo Gen. Osório, tendo recebido ferimento em combate.

Em 1866 foi promovido a alferes por ato de bravura e em 1867 foi louvado pelo Imperador e condecorado com a medalha de Mérito Militar, sendo promovido, em dezembro de 1870, a tenente por merecimento.

Em 1891, promovido a tenente coronel, foi nomeado comandante do 31º Batalhão de Infantaria, unidade esta que comandou por vários anos e muito a glorificou.

Em 1892, vamos encontrar Carlos Maria da Silva Telles no posto de coronel, sempre no comando de seu tradicional 31º Batalhão de Infantaria, que, depois de alguns combates no Rio Grande do Sul, foi ocupar a cidade de Bagé, conquistando mais glórias.

Conhecedor da estratégia de guerra, Carlos Telles sabia que, se o Exército Libertador tivesse a posse de Bagé, logicamente Pelotas e Rio Grande seriam deles e, em consequência, a Capital do Estado teria facilitada a sua posse pelos revolucionários. Este era o objetivo dos maragatos, desde a derrubada dos gasparistas do governo do Estado, em 17 de junho de 1892.

O Cel. Carlos Telles, mesmo sabendo que teria de enfrentar poderoso exército, resolveu defender Bagé a qualquer preço. Não atendeu ao apelo do vigário da cidade. Cônego Ignácio de Bittencourt, que se encontrava no acampamento de Joca Tavares, em Vista Alegre. O vigário escreveu ao Cel. Telles nos seguintes termos:

“Caro amigo.

Em nome de meus paroquianos peço-lhe que não resista e entregue a cidade aos federalistas comandados pelo Gen. Joca Tavares que, com uma força de 4.000 homens bem armados e municados, estão dispostos a ocupar a cidade e possivelmente repetirem o que fizeram em Rio Negro, com a tropa do Mal. Isidoro.”

O Cel. Carlos Telles respondeu-lhe que, como brasileiro e como

³ Historiador

Rua cel. Niederauer, 748 -97015.120 Santa Maria, RS

soldado, seu dever era resistir e sempre resistir.

O Dr. Pedro Luiz Osório, médico que fora ao acampamento dos revolucionários para pedir a remessa dos feridos do combate do Rio Negro, para serem tratados na cidade, também escreveu ao Cel. Carlos Telles:

“Como brasileiro e vosso amigo, entendo que é meu dever dizer-lhe ser inútil o sacrifício de resistência, pois não terá possibilidade de êxito, considerando que os revolucionários estão com um efetivo de 5.000 homens, dispostos a ocuparem a cidade, sem se preo-cuparem como o farão.”

Respondeu-lhe o Cel. Telles que tinha recursos e exército para resistir e vencer 15.000 homens, de maneira que 5.000 era muito pouco e o aconselhava a que cumprissem o prometido.

A luta continuava cada dia mais feroz, tendo o Cel. Telles, para alimentar seus comandados, de avançar nas tropas inimigas e tomar reses para carnear.

Em 4 de janeiro de 1894, os representantes consulares da Itália, Portugal, Argentina e Uruguai pediram uma audiência ao Cel. Carlos Telles, que gentilmente concedeu, levando os representantes estrangeiros para sua residência e obsequiando-os com farta mesa de doces e líquidos. Ouviu atenciosamente a proposta do Gen. Joca Tavares, que por intermédio dos mencionados representantes estrangeiros e no intuito de evitar mais derramamento de sangue brasileiro, informou ser inútil a resistência e pediu que capitulasse, oferecendo garantia de vida testemunhada pelos representantes consulares em missão ali presentes.

Respondeu-lhe, e aos representantes estrangeiros, o Cel. Carlos Telles:

“Peço-lhes que de minha parte transmitam ao Exmo. Sr. Gen. Tavares que o nome e as glórias que S. Excia. alcançou, foram no seio do Exército e, portanto, não pode ignorar que o soldado brasileiro não capitula, mesmo que se encontre fraco, e muito menos como nós que estamos fortes, defendendo um governo legalmente constituído e as instituições de nossa Pátria. Ele, Gen. Tavares, é que deve depor as armas porque está fora da lei, como revolucionário. Se assim proceder, pode contar com nossas honestas garantias, para si e seus comandados, mas os oficiais e praças desertores que fazem parte de sua tropa, sofrerão os castigos de acordo com os regulamentos e leis do país. É tudo o que tenho a propor e a aceitar em nome do Mar. Floriano Peixoto, que, tenho certeza, sancionará meus atos.”

A luta continuou feroz em ataques e defesas, completando 46 dias e

noites quando o Exército Libertador, não resistindo, retirou-se praticamente derrotado por uma tropa constituída de 1.100 homens, que tinha um valoroso comando.

Por decreto presidencial de 15 de novembro de 1897, o Cel. Carlos Telles foi promovido a General dá Brigada, conforme transcrito em Ordem na Dia do Exército, nº 897, de 18 do referido mês e ano.



Cel. Carlos Maria da Silva Telles.

Em 18 de novembro de 1897 foi o Gen. Telles exonerado do valoroso 31º Batalhão de Infantaria, que esteve sob seu comando durante oito anos.

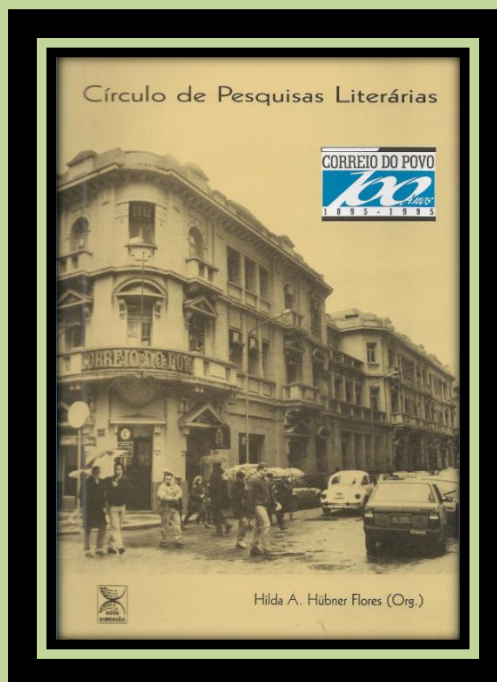
Faleceu o Gen. da Brigada Carlos Maria da Silva Telle em 7 de setembro de 1899, quando se encontrava em licença no Rio Grande do Sul, conforme consta da Ordem do Dia do Estado Maior do Exército, nº 36.

FONTES CONSULTADAS:

Fé de Ofício, fornecida pela Casa da Memória do Exército Brasileiro PEREIRA, Miguel José, Major. **Esboço Histórico da Brigada Militar**. SALIS, Eurico. História de Bagé. Porto Alegre, Globo, 1955

Em 1995, na Antologia sobre o Correio do Povo:

- Biografias do General de Divisão Eurico de Andrade Neves e do General de Brigada João Carlos Bordini, ex-comandantes da 3ª Região Militar, p. 17/23. (Cel Caminha).



**GENERAIS EURICO DE ANDRADE NEVES. E
JOÃO CARLOS TOLEDO BORDINI
Resgate biográfico**

Cláudio Moreira Bent

No desenvolvimento da história da 3ª Região Militar, 1809-53 e antecedentes, objetivo de comando do gen div João Carlos Rotta, 1993-94, elaboramos sínteses biográficas de todos os ex-comandantes da citada Região, para dar um pouco de vida à maior galeria de ex-comandantes existente no Brasil, traduzida por pinturas realizadas por Canovas, sob a orientação do mais tarde gen Antônio Rocha Almeida (1902-71), que foi membro efetivo do IHGRGS.

Recorrendo às mais diversas fontes, conseguimos resgatar a memória da grande maioria dos comandantes, excetuando os generais aqui biografados. Quanto ao gen Bordini, julgávamos ser o que deu nome à avenida de Porto Alegre, mas, consultada a obra de Sérgio da Costa Franco,¹ chegamos à conclusão que ela foi homenagem a outro cel Bordini.

Apesar da expressiva participação do então cel Bordini na vitória da Revolução de 1930, em Porto Alegre, nada encontramos no **Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro, 1930-83**, da FGV; sobre o gen Eurico de Andrade Neves, algumas poucas informações no **Almanaque de Rio Pardo**, de Dante de Laytano, insuficientes para nosso objetivo. Tratando-se de dois rio-grandenses falecidos em Porto Alegre, de posse das datas de óbitos, recorreremos ao **Correio do Povo** e lá, com data de 17 de novembro de 1936 e 20 de julho de 1966 respectivamente, encontramos as informações necessárias para a integração de outros dados, possibilitando resgatar a vida e obras desses militares ilustres, que se assinalaram no comando da 3ª Região Militar, comando militar que em 1809 nasceu gêmeo com o Rio Grande do Sul, por mesma Carta Régia, respondendo perante o Exército por responsabilidades militares e políticas relativas ao Rio Grande do Sul até 1953, quando foi

instalada a Zona Militar do Sul em Porto Alegre, a seguir denominada III Exército, e atualmente Comando Militar do Sul.

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre - Guia Histórico**. Porto Alegre, UFRGS/Prefeitura Municipal, 1988

Gen Div Eurico de Andrade Neves (1861-1936)

Nasceu em Rio Pardo, a *Tranqueira Invicta*, em 15 de dezembro de 1861. Guardou a lembrança de seu avô, o legendário brig. Andrade Neves, o *Vanguardeiro* e Barão de Triunfo, partir para a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 1865-70, e partilhar da grande tristeza familiar com a morte do avô em campanha, após brilhante atuá¹Sb, elevando o conceito da Cavalaria do Rio Grande do Sul entre as mais famosas do mundo. Essa perda mereceu do Marquês de Caxias, seu comandante, consagrada referência em documento que editamos anteriormente.

² LAYTANO, Dante de. **Almanaque de Rio Pardo**. Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 2ª ed., 1975

³ *A Cavalaria Brasileira do passado no conceito do Patrono do Exército*. In jornal **Letras em Marcha**, nº 39, jan 1975. Por Cavalaria Brasileira entenda-se Cavalaria sul-rio-grandense

O gen Eurico ingressou no Exército em 7 de dezembro de 1876, dois anos após o episódio dos Muckers, em São Leopoldo. Promoções: alferes em 21 de agosto de 1880; tenente em 7 de janeiro de 1890, tendo nesse posto combatido a Revolta na Armada, levada a efeito no Rio de Janeiro, com cerca de 1/5 daquela força; capitão em 22 de dezembro de 1893, em plena Guerra Civil de 1893-95, que passou à história impropriamente como Revolução Federalista. As promoções como oficial o foram por merecimento: Major em 3 de novembro de 1904, por ocasião da Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar do Realengo que, fechada, reabriu em Porto Alegre, 1906-11, com o nome de Escola de Guerra; tenente-coronel em 5 de agosto de 1908, época da Grande Reforma do Exército, empreendida pelo gabrielense mar Hermes da Fonseca, que contemplou o Rio Grande do Sul com duas brigadas estratégicas e três brigadas de Cavalaria; coronel em 3 de junho de 1911, quando diversos oficiais brasileiros estagiavam no Exército Alemão. Atingiu o generalato em 5 de agosto de 1918, durante a I Guerra Mundial, quando seu filho, o 2º ten Carlos de Andrade Neves, combatia no Exército Aliado junto com outros 23 oficiais brasileiros e destacado na Artilharia Francesa. O gen Eurico atingiu o mais alto posto da hierarquia, Gen de Divisão, no centenário da Independência, 7 de setembro de 1922. Como oficial superior dirigiu a Coudelaria de Saicã.

Comandou a 3ª Região Militar em período muito crítico de nossa História, marcado pelas revoluções de 1923, 1924-25 e 1926, assinalado por inquietações e levantes de unidades da Fronteira, de Cachoeira do Sul e de S. Maria, que detalhamos na obra citada. Comandou a 3ª Região Militar de 11 de janeiro de 1923 a 28 de maio de 1927. Foram quatro anos de comando agitadoíssimo.

Reformou-se em 1926. Residindo no Rio de Janeiro, em uma de suas visitas ao Sul, faleceu no Grande Hotel de Porto Alegre, a 15 de novembro de 1916, aos 75 anos de idade. Seu corpo, embalsamado, foi velado na

Beneficência Portuguesa, sendo-lhe prestadas as honras militares por uma Cia do 7º Batalhão de Caçadores aquartelado na Praça do Portão, na velha caserna construída em 1828 e então reformada pelo gen Manoel Joaquim Mena Barreto Godolphim, o mesmo que em 1906-08 construíra o imponente e histórico Q.G. defronte ao atual Comando Militar do Sul. Seu corpo seguiu para o Rio de Janeiro pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A atuação do gen Eurico de Andrade Neves à testa da 3ª Região Militar pode ser apreciada no estudo das Revoluções da década de 1920. Seu retrato a óleo integra a Galeria de Comandantes da 3ª R.M. e o reproduzo na obra ***História da 3ª Região Militar, 1889-93***, vol. 2.

Gen Bda João Carlos Bordini (1877-1966)

Nasceu em Pelotas em 1º de março de 1877, época do apogeu arquitetônico da cidade, em função da riqueza das charqueadas. Coursou as escolas militares de Porto Alegre (casarão da Redenção) e da Praia Vermelha, de 1898-1904, período que vai da Guerra dos Canudos até a Revolta da Vacina Obrigatória, na Praia Vermelha, 1904, da qual participou, o que lhe valeu prisão de longos nove meses, incomunicável, na Fortaleza de S. Cruz.

Foi declarado Aspirante a Oficial em 1906, na Escola de Guerra de Porto Alegre. Serviu como geógrafo na Carta Geral (atual Divisão de Levantamento do Exército, em Porto Alegre) de 1907-18, tendo nesse espaço servido de capitão ajudante da Comissão de Limites S. Catarina-Paraná, em 1912, na rumorosa questão que originou a Guerra do Contestado. Coursou a Escola de Estado-Maior em 1920. Foi Comandante da Escola de Sargentos de Infantaria no Rio de Janeiro de 1921-22, onde introduziu o Grupo de Combate ou 1/3 do Pelotão; em 1922 participou ativamente das grandes manobras de Saicã, no Rio Grande do Sul, sob orientação da Missão Militar Francesa, contratada pelo nosso Exército. Serviu na Diretoria de Material Bélico do Exército, 1923-25, quando desempenhou importante papel na Fábrica de Metralhadoras *Hotchkiss* sendo enviado com frequência à França, inclusive para experimentar seu invento - a bala para Infantaria biogival, B 2m, raio 63, aprovada pelo governo. Promovido a coronel em 1930, foi designado Comandante da 9 Batalhão de Caçadores de Pelotas, comando que assumiu em 28 de junho daquele ano.

Convocado o seu Batalhão para a segurança de Porto Alegre, teve papel de relevo para a vitória de 3 de outubro de 1930, de forma pouco cruenta, conforme abordamos na citada ***História da 3ª Região Militar***. Em consequência, recebeu o comando da 3ª Região Militar Revolucionária, em substituição ao gen Bda Gil Antônio Dias de Almeida, que caiu com a Revolução, comportando-se como verdadeiro soldado face às dificuldades e insuperáveis circunstâncias que enfrentou no Rio Grande do Sul *todo de pé pelo Brasil*. A seguir foi chefe do Estado Maior da 3ª Região Militar e, de 20 de agosto de 1932 a 20 de agosto do ano seguinte, do Gabinete do Estado Maior do Exército, de onde foi desligado com consagrador elogio que o classificou como oficial de elite. Foi promovido a gen de Brigada a 3 de agosto de 1933, quando dirigia o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Comandou a 3ª Brigada de Cavalaria em Bagé, 1934, e em Porto Alegre, a 6ª Divisão de Infantaria de 1934-37. Terminou sua carreira na ativa em 1939, como Diretor do Material Bélico do Exército, sendo transferido para a Reserva do Exército em 14 de abril

de 1939, por haver atingido idade limite.

Aluno militar inquieto e alterado, um misto de soldado de Infantaria, geógrafo renomado e especialista em armamento e munições, deixou atrás de si um rastro de criatividade, competência e dedicação. Honrou seu tio-avô, o gen Osório.

Faleceu em Porto Alegre a 16 de julho de 1966, aos 83 anos de idade.

O Correio do Povo como fonte histórica

Sem sombra de dúvida, a mais completa História do Rio Grande do Sul dos últimos 100 anos está escondida nas edições do **Correio do Povo**. O grande problema é a reconstituição das informações que ele encerra. Assemelha-se o problema ao de um faiscador de diamantes. Falta um índice de todas as edições. Caso isto fosse solucionado, restaria o problema do manuseio das coleções, para cópia ou reprodução em xerox. A tecnologia hoje poderia resolver com a indexação dos assuntos seguida de microfilmagem e ajuda da informática para a localização e restituição rápida das informações, inclusive com o auxílio de CD-ROM. Mas, a quem interessaria esta operação de alto custo?

Na elaboração de nossa pesquisa sobre Canguçu⁴, recorremos expressivamente a recortes selecionados do **Correio do Povo**, do arquivo de nosso avô, cel Genes Gentil Bento, e de nosso pai, Conrado Emani Bento, que exerceram o poder executivo mais de uma vez, combinado com o de correspondente local do **Correio**. Isto facilitou sobremaneira nosso trabalho de reconstituição da história da comunidade em seus pontos mais importantes, que repercutiram no jornal. E o que se passou com minha comunidade, creio que se repetiu com as demais. Não tenho dúvidas de que, se indexada, microfilmada ou informatizada toda a coleção centenária do **Correio do Povo**, teríamos uma História do Rio Grande do Sul séria e completa, por refletir o espírito que sempre norteou o jornal, de mostrar a verdade aos seus leitores.

O historiador e o Correio do Povo

Gaúcho, mas militar de carreira que serviu em várias guarnições do Exército fora do Estado, mas sempre pesquisando e divulgando a História e Tradições do Rio Grande do Sul como uma forma também de mitigar as saudades da que-rência amada, não tivemos a sorte de publicar muitos artigos no **Correio do Povo**, em que pese haveremos publicado mais de um milhar de artigos em periódicos civis e militares, do Brasil e dos EUA. Enviamos por vezes matérias que poderiam interessar, sem sabermos se foram ou não publicadas!

Em 23 de novembro de 1875 foi publicado nosso artigo *Bicentenário da conquista do Forte de S. Martinho*, que deu origem a uma polêmica suscitada

⁴ Canguçu, **Reencontro com a História**. Porto Alegre, IEL, 1983

por Romeu Beltrão, de S. Maria, sobre a data do ataque. Tivemos confirmada nossa idéia nas Memórias do ten gen Henrique Bhôm, que exploro cm livro ainda inédito⁵.

Teve repercussão nacional artigo nosso *Pelotas e o fundador da imprensa brasileira*, publicado na coluna de Ar- quimedes Fortini, **Revivendo o Passado**, a 1º de março de 1972. Nele sugeríamos a repatriação, da Inglaterra para o Brasil, dos restos mortais de Hipólito José da Costa. Idéia que tomou corpo e suscitou concurso literário promovido pela Assembléia Legislativa do RS e ARI, no qual fomos premiado com o ensaio até agora inédito, *O gaúcho fundador da Imprensa Brasileira*. Personagem consagrado com o nome do Museu da Imprensa, defronte às instalações do **Correio do Povo**. Também em **Revivendo o Passado**, Fortini publicou, em 14 de março de 1971, artigo nosso, *Um canguçuense na Praça da Matriz*, no qual nos referimos ao monumento erguido naquela praça em homenagem ao grande professor André Puente, de Canguçu. Busto ali colocado por seus ex-alunos que adquiriram nomeada no Rio Grande do Sul. Publicamos, em abril de 1976, o artigo *Bicentenário da conquista de Fortaleza de S. Tecla*.

Com surpresa constatamos numa bibliografia que um **Caderno de Sábado** de 1973 havia publicado nossa pesquisa **A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu 1783-89**. Nessa pesquisa pioneira apontamos um erro histórico de cerca de 150 anos na História do Rio Grande do Sul, consistente em impropriamente considerar-se aquele estabelecimento real como tendo funcionado na ilha da Feitoria (em realidade ilha de Canguçu), ao invés de no Continente, no Rincão de Canguçu. Erro há pouco reconhecido, por unanimidade, pelo Conselho Estadual de Cultura, ao negar o tombamento da ilha como local de funcionamento da Real Feitoria. Ficou pendente a definição da sede ou da última sede da Real Feitoria, que foi para nós, com a solidariedade de Carlos Reverbel, em Canguçu Velho, povoação substituída pela atual cidade de Canguçu, fundada em 1800, depois de 11 anos de abandono de Canguçu Velho, quando da transferência da feitoria para São Leopoldo. O ônus da prova que contraria a tese da sede em Canguçu Velho cabe aos que dela discordam! O problema talvez mereça especial atenção do Conselho Estadual de Cultura antes que as ruínas do que considero a última sede da Real Feitoria sejam tragadas pela voragem do tempo e nada mais reste dos velhos vestígios desse importante capítulo da História Econômica do Rio Grande do Sul, que acaba de ser abordado na parte referente a São Leopoldo pelo historiador Carlos de Souza Moraes⁵, que publica nosso ponto de vista expresso em carta ao Conselho Estadual de Cultura sobre parecer daquele órgão que negou tombamento à ilha da Feitoria, deixando indefinido o problema das sedes ou última sede da Real Feitoria do Rincão de Canguçu.

⁴ **A Guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul pelos espanhóis, 1774-76**. No prelo, pela Biblioteca do Exército Brasileiro

Não poderíamos deixar de reconhecer duas contribuições do **Correio do Povo**, essenciais para escrevermos o livro *O Exército Farrapo e os seus chefes* (RJ, Biblioteca do Exército, 1993-94, 2 vol): o artigo sobre o traslado, do Prata para Bagé, dos restos mortais do vencedor do combate de Seival, em 10 de junho de 1336, e proclamador da República Rio-grandense, no dia seguinte, em Campo de Menezes - o gen Antônio Neto; outro subsídio foi o artigo de Moacyr Flores no *Caderno de Sábado* de 30 de outubro de 1971, focalizando *A Cavalaria Farroupilha*.

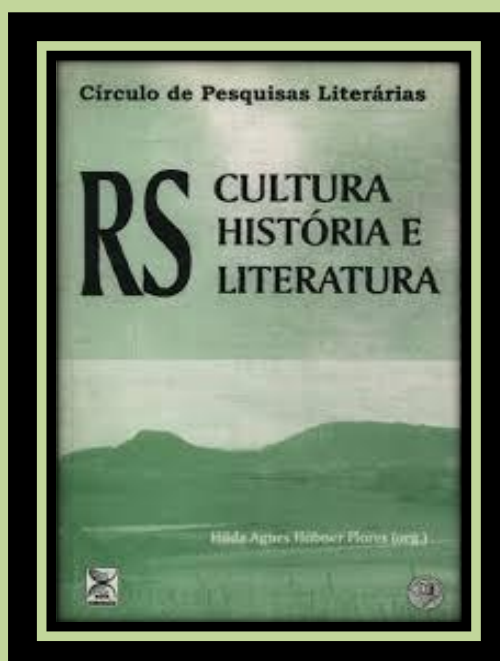
Estas são as considerações que julgamos oportunas neste artigo que integra a publicação do CIPEL com vistas ao (Centenário do **Correio do Povo**. Auguramos que este periódico, e no caso toda a imprensa gaúcha, volte a dar espaço, como em passado recente, a matérias históricas relevantes. Referente à História do Rio Grande do Sul, além de suscitar debates históricos, colaborará para a renovação de historiadores gaúchos, categoria em extinção. Constatar é obra de simples raciocínio e de verificação. A imprensa em geral, em suas novas dimensões e objetivos econômicos é, em grande parte, responsável por este lastimável fenômeno social brasileiro, de tristes e alienantes consequências para a posteridade. Quem viver verá! Tomara que esteja enganado! Durante quase um século o **Correio do Povo**, justiça seja feita, deu guarida a estudos históricos, em especial em seu benemérito **Caderno de Sábado**.

Não poderíamos deixar de encerrar com um toque sentimental de que a minha vida, como a de milhares de gaúchos, desfilou pelos classificados do **Correio do Povo** sob a forma de comunicação de noivados, de casamentos, nascimentos de filhos e, para muitos, da indesejável comunicação de óbito - a única certeza que temos.

⁵ Real Fitoria do Linho Cânhamo. Porto Alegre, EST, 1994

Em 1996, na Antologia História Cultura e Literatura:

- Lenda As *Pedras das Mentiras*, de João Simões Lopes Neto (lenda ambientada em Canguçu e desconhecida no Rio Grande do Sul). (Cel Caminha)



A PEDRA DAS MENTIRAS

Claudio Moreira Bento

Em 1912, centenário de Canguçu como Freguesia, J. Simões Lopes Netto, o príncipe dos escritores tradicionalistas, passou alguns dias em Canguçu pesquisando sua história, que publicou na *Revista do Centenário de Pelotas* nº4.

Ele resgatou a lenda popular do local - *Pedra de Mentiras* - que no passado se constituiu em paraíso e faculdade de *queimação de campo*, por reunir em seu redor *caçadores, pescadores e outros mentirosos* que ali passavam e acampavam no roteiro das tropas para as charqueadas de Pelotas, provenientes de Cima da Serra e das Missões, conforme assinalou Alvarino T. Marques em *Episódios do Ciclo do Charque* (Porto Alegre, Edigal, 1983), leitura que recomendo, bem como, de Pedro Ari Verissimo da Fonseca, *Tropeiros de Mulas* (Passo Fundo, Diário da Manhã, 1994). Ambos escritos por médicos e obras básicas para um resgate histórico destas atividades de infraestrutura de economia gaúcha.

O local foi de movimento intenso de viajantes entre Canguçu e Piratini, quando Canguçu foi distrito de Piratini, 183157, e mesmo durante a Revolução Farroupilha, como *distrito mais perigoso e mais farrapo* da República Rio-Grandense.

Eis a versão popular que Simões Lopes Netto recolheu e imortalizou com sua pena privilegiada, sobre um local tradicional, como ideal para acampar, *com lenha e pastos abundantes, muita sombra e água fresca e cristalina e terreno plano e seco*.

Quando Canguçu era apenas capela curada, de 1800-12, as festas maiores eram realizadas em Piratini. Então partiam de Canguçu, e regressavam pelo mesmo caminho, as alegres e numerosas comitivas que, deslocando-se sem pressa, iam fazendo paradas reguladas pela marcha das carretas que conduziam muitas famílias, os baús dos vestuários e os farnéis.

Uma destas paradas era obrigatória! Era junto àquela pedra que oferecia tantas comodidades. Ali chegados, soltava-se a boiada, acendiam-se os fogos de chão e dentro em pouco circulava de mão em mão o chimarrão, enquanto os churrascos iam em preparo. As crianças aproveitavam para apostar carreiras; a escravaria descansava um pouco; as mulheres distribuíam fiambres; a gente nova charlava e os homens falavam de negócios. Mas tudo terminava descambando para humorismo e alegria saudável. Em pouco tempo, das palestras resultavam causos, exageros, intrigas, gaiatices, burlas e empulhações. E tudo era levado pouco a sério. E logo o lugar passou a ser conhecido pelo nome da desculpa com a qual cada um, a rir, pretendia inocular-se:

- Não acredite, amigo, pois estamos na Pedra das Mentiras!

O local conserva este nome até hoje. Ele foi cenário, na noite de 25/26 de outubro de 1843, do primeiro combate de Canguçu, em que o chefe imperial Chico Pedro, saindo de Canguçu, à noite surpreendeu os farrapos ali acampados sob o comando de Bento Gonçalves da Silva e Neto, obrigando-os a se dispersarem por diversas trilhas e se reunirem em Piratini - evento que resgatamos em nosso *Canguçu, reencontro com a História* (Porto Alegre: IEL, 1983) e que repetimos em *O Exército farrapo e os seus chefes* (RJ: BIBLIEX,

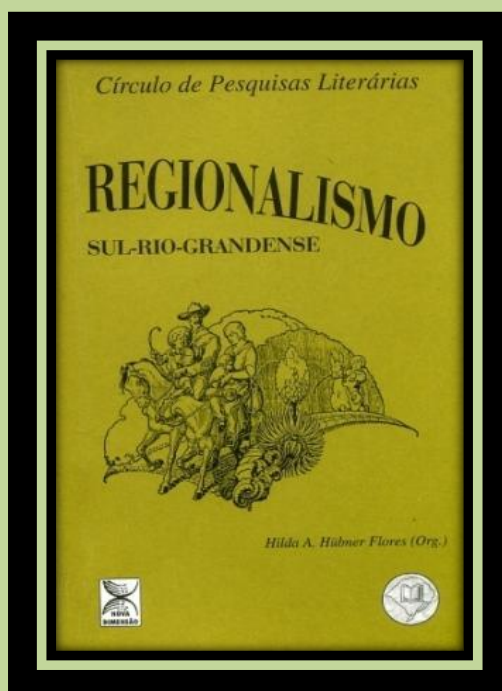
1993, 2 vol.).

* Fundador e Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e da Academia Canguçuense de História

Rua Florença, 266, Jardim das Rosas - 27580.000 Itatiaia, RJ

Em 1996, na Antologia Regionalismo Sul Riograndense:

- A Guerra à gaúcha (Um tipo de guerra de guerrilha desenvolvida no Rio Grande do Sul a partir da Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul do domínio espanhol 1763-1776, p. 127/134. (Cel Caminha)



GUERRA À GAÚCHA

Claudio Moreira Bento*

Pode-se definir como uma Doutrina Militar, as maneiras pelas quais uma força militar considerada se organiza, se instrui, é motivada e empregada para combater.

No Rio Grande do Sul, de 1752 a 1932, foi desenvolvida uma doutrina militar genuína, imposta pelas características regionais. Seu pioneirismo se encontra na resistência liderada por Sepé Tiaraju, entre Bagé e São Gabriel, onde tombou e depois, por seus sucessores até os Sete Povos, ao avanço dos exércitos de Portugal e Espanha para os evacuarem dos citados Povos que seriam entregues a Portugal para serem povoados por açorianos, conforme acordaram no Tratado de Madri, de 1750.

Essa Doutrina Militar incipiente será praticada largamente por Rafael Pinto Bandeira, o primeiro brasileiro a ser elevado a general na Região Sul, durante a ocupação espanhola do Rio Grande do Sul, invadido pelo litoral em 1763 e pela Campanha em 1773, chegando os espanhóis a controlarem cerca de dois terços do território gaúcho e a dominarem a atual cidade de Rio Grande por 13 anos.

A orientação inicial, base para a *guerra à gaúcha*, com apoio na estratégia do fraco contra o forte, foi assim baixada pela Junta Governativa que substituiu

no governo do Rio de Janeiro o Gen. Gomes Freire e conde de Bobadela falecido. Junta da qual o único militar era o Cel. Fernandes Pinto Alpyon, que comandara a Artilharia do Exército Demarcador de Portugal, durante a longa guerra guaraníca de 1752-56, contra os índios missionários assessorados pelos jesuítas. Junta que emitiu esta diretriz militar:

* Natural de Ganguçu, RS, historiador militar consagrado, Cel. do Exército na Reserva. Fundou e preside o Instituto de História e Tradições do RS e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

R. Florença, 266, Jd. das Rosas - Itatiaia 27540.000 Rio de Janeiro

A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas, localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação.

A execução dessa doutrina, baseada na guerra de guerrilhas, coube ao Cap. Francisco Pinto Bandeira, atuando ao norte do rio Camaquã com base nas Guardas da Encruzilhada (atual Encruzilhada do Sul) e a seu filho, Rafael Pinto Bandeira ao sul do rio Camaquã, com base na Coxilha do Fogo, em Canguçu, então Encruzilhada do Duro.

Para essas bases, a partir dos passos do rio Camaquã, convergiam os caminhos. Encruzilhada do Sul barrava os caminhos demandando o Rio Pardo, provenientes do Rio Grande ocupada pelos espanhóis desde 1763, ou de Montevideu. Coxilha do Fogo barrava avanços sobre o Rio Grande após sua libertação em 1776, além de contra os espanhóis dominando Rio Grande e adjacências, como o corte do canal de São Gonçalo e as margens das lagoas dos Patos e Mirim. Elas usaram como base também o local da atual cidade de Canguçu, nó orográfico, dividindo as bacias dos rios Piratini e Camaquã e a Lagoa dos Patos, chave de caminhos, como ponto obrigatório de passagem para quem de Rio Pardo demandasse à Vila de Rio Grande e vice-versa.

A função estratégica dessas guerrilhas era atuar sobre os possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande:

1. Montevideu-Rio Grande-Viamão-Porto Alegre pelo litoral (usado em 1763 por D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires),
2. Montevideu-Bagé-Santa Tecla (Bagé)-Encruzilhada do Sul- Rio Pardo (usado em 1774 por D. Vertiz y Salcedo, em combinação com a alternativa abaixo),
3. São Borja-Picada São Martinho-Santa Maria-Rio Pardo.

Em sentido contrário, com vistas a uma possível invasão portuguesa, os espanhóis barraram esses caminhos assim:

1. Na Fortaleza de Santa Tereza,
2. Na Fortaleza de Santa Tecla em 1774,
3. No Forte de São Martinho, ao norte de Santa Maria.

Em face dessas barragens, Rafael Pinto Bandeira e seus homens passaram a usar o caminho de invasão: Montevideu-Santa Tecla- Mello (atual Cerro Largo) no Uruguai e Passo Centurión no rio Jaguarão-Herval do Sul-Piratini-Canguçu. Desse ponto, uma invasão poderia infletir para Rio Grande ou

para Rio Pardo.

Os espanhóis barraram esse caminho por volta de 1800, com a construção do forte de Cerro Largo, e os portugueses, com a criação das localidades de Piratini e Canguçu sobre o divisor de água da Serra dos Tapes.

As guerras, dentro de sua estratégia, faziam operações militares denominadas *arreadas*. Elas consistiam, basicamente, em remover-se dos possíveis caminhos de invasões, todo o gado vacum e cavalar, alçado ou não, que fosse encontrado, trazendo-o para Rio Grande, e principalmente o cavalar relacionado com a mobilidade de um exército invasor. Deviam pôr por terra todo o estabelecimento pastoril encontrado, que pudesse servir de apoio a uma invasão.

No Rio Grande do Sul, como na região pampeana, o sucesso de uma expedição militar dependia, além da tropa, do gado vacum como alimento auto-transportável. Ele caminhava até o local de ser consumido, fornecendo ainda o couro, essencial por exemplo para a transposição de um rio ao ser transformado em *pelota*, uma embarcação típica da região, que deu o nome à cidade de Pelotas, além de uma profusão de outros itens, ao ponto de caracterizar a Idade do Couro.

O cavalo era essencial para o soldado movimentar-se. O boi carreiro ou de tração era importante para o transporte de cargas mais pesadas e mesmo as bagagens, a farinha de guerra (a de mandioca, não perecível).

O gaúcho era um soldado pronto. Para as suas lides normais dispunha de cavalo, arreios, faca e outros utensílios de sobrevivência no pampa, que ele desenvolvera ou copiara dos nativos. De changador transformou-se fácil num soldado regional. Na extremidade do *garrucho*, uma haste de madeira comprida com uma lâmina em meia lua na ponta, para desgarronar o gado e depois sangrá-lo e tirar-lhe o couro, ele colocou sua faca e obteve uma lança.

A erva-mate ele preparava dos ervais nativos. No fogo de chão que servira para seu churrasco, sapecava as folhas da erva, desidratando-as, e assim obtinha o seu chimarrão (mate selvagem), diferente do produzido com o nome de mate e que não chegava a ele.

Há quem veja no nome gaúcho uma corruptela do termo garrucho, ou o homem que portava o garrucho para desgarronar manadas de gado alçado, só para a retirada do couro, antes da valorização das carnes, com o estabelecimento das charqueadas gaúchas na área do Canal de São Gonçalo, após a expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul, em 1776.

De 1763-73, durante dez anos, as guerrilhas, base da estratégia do fraco contra o forte, conseguiram evitar a expansão espanhola sobre o Rio Grande do Sul.

O relevante papel que elas desempenhara, com apoio na guerra à gaúcha, foi expressiva nessa interpretação do mexicano D. Vertiz y Salcedo, ao invadir o Rio Grande pela segunda vez, em 1773-74, e fazer esta proclamação, vista por um inimigo, o que permite se concluir da eficiência e ousadia das guerrilhas capitaneadas por Rafael Pinto Bandeira, lendário e legendário filho do Rio Grande do Sul:

“Viamão, Rio Pardo e o sul da vila de Rio Grande e o sul do rio Jacui (serras dos Tapes e do Herval) têm sido refúgio de delinquentes que atuam nos campos de Maldonado, Soriano, Bacas, Santa Fé, Corrientes e Missões. Tudo com o fim de roubar cavalos de nossas estâncias do oeste dos rios do Prata, Uruguai e Paraná. Meus governados, atingidos por tão

continuados e incessantes ações, sofrem os maiores prejuízos ao verem suas fazendas destruídas.”

Era o efeito da guerra à gaúcha, ordenada pela Junta que governava o Rio, executada pelo pujilo de bravos, entre os quais os paulistas que chegaram em 1752 com o Exército Demarcador de Gomes Freire e que haviam se estabelecido com estâncias, ou que as haviam perdido com a invasão de 1763.

O cavalo foi essencial nesse tipo de guerra, pois representava mobilidade.

Diria que se constituiu em objetivo militar, onde cada facção em luta tinha como meta tomar a cavalhada do oponente. Para evitar-se a perda da cavalhada, eram tomadas medidas especiais, desconhecidas na Europa e no restante do Brasil. O cavalo e o gado vacum, essenciais à mobilidade e alimentação, exigiam locais especiais para um acampamento, contrariando normas militares internacionais.

Exigiam um rincão, espaço compreendido no interior de uma forquilha, formado por dois braços de rios ou arroios confluentes. Ali o gado cavalariço e vacum era colocado em pasto bom, protegido, com boa aguada, sendo mais fácil de controlar estouros e a captura pelo inimigo. O controle e o conhecimento dos passos a vao dos rios e arroios, era essencial na guerra à gaúcha. Muitos eram pontos obrigatórios de passagem. Os do rio Camaquã eram importantes por articularem as fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, como os das Carretas (Caçapava-Canguçu), Marinheiro, Camaquã de Baixo (atual vao dos Prestes) e Armada, articulando as fronteiras do Rio Pardo como a do Rio Grande, com passagens obrigatórias por Canguçu e Encruzilhada do Sul.

O da Armada, em realidade passo da Real Armada, usado por D. Vertiz e Salcedo ao se retirar célere, forçado pelas guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira em direção à base espanhola mais próxima à vila de Rio Grande, em 1774, como se verá, deixando na toponímia local o passo da Real Armada (Exército) de D. Vertiz, no qual, por indução a erro proposital, a tropa espanhola passou, com imensas dificuldades, ao invés de pelo passo Vao do Prestes. Outro passo importante era o Camaquã de Cima, no caminho entre Santa Tecla (Bagé) e Rio Pardo.

As guerrilhas tiveram ação relevante contra a invasão de D. Vertiz, em 1773-74. Conduziram contra ele uma modelar Ação Retardadora, comandada em Rio Pardo pelo Cel. José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande.

A guerrilha, seguindo a doutrina da guerra à gaúcha, foi lançada nas duas direções de invasões: contra São Borja, com suprimentos em cavalos, bois de corte e de tração, que foi capturada num golpe de mão em Santa Bárbara, próximo a Santa Maria. A coluna principal invasora, ao se repartir em duas, teve parte dela batida em Tabatingai, próximo a Pantano Grande, perdendo suas cavalhadas reserva. Isto impediu D. Vertiz de prosseguir sobre Rio Pardo e daí para Porto Alegre, dentro do plano de expulsar os portugueses do Rio Grande do Sul. A solução foi dar caravolta e procurar apoio na base militar mais próxima, a vila de Rio Grande, sob domínio da Espanha há 10 anos. Desfilou com sua Real Armada pelos atuais locais das cidades de Canguçu e Encruzilhada, base das guerrilhas portuguesas, tendo-as à sua retaguarda, desgastando-o e induzindo-o a atravessar o Camaquã no Passo da Real Armada e não no Vao dos Prestes (Camaquã de Baixo).

Este tipo de guerra foi bem desenvolvido na área. O sucesso do futuro

Duque de Caxias na pacificação da Revolução Farroupilha foi controlar em suas mãos as cavalhadas existentes no Rio Grande, paralisando os revolucionários, e por entregar as operações a dois experts na guerra à gaúcha, o Gen. Bento Manuel Ribeiro e o Ten- cel. da Guarda Nacional, Francisco Pedro de Abreu, o 'Moringue', que estudamos em *Porto Alegre, Sítios Farrapos na administração de Caxias* (Brasília, EGGCF, 1986). O comandante que anteceder a Caxias tentou conduzir uma guerra clássica contra os farrapos e estes, conduzindo a guerra à gaúcha sob a liderança de David Canabarro, fizeram com que o Exército Imperial se consumisse em contato ou atrito com o próprio terreno, à semelhança de um pneu, ao procurar uma batalha decisiva e não encontrar com quem lutar, até dar-se conta de estar se auto-destruindo.

Na Guerra da Cisplatina, 1825-28, generais como o Marquês de Barbacena não entendiam como uma força militar podia abandonar a proteção defensiva das elevações com dominância de vistas e fogos, para situar-se nas baixadas, nos citados rincões das aguadas, pastagem e cercas naturais representadas pelos braços dos rincões que também forneciam lenha e materiais para a construção de barracas ou ramadas. Este modo regional de guerra dominou a História Militar do Rio Grande do Sul até 1932, com o combate de Cerro Alegre, em Piratini, a 20 de setembro. Esse combate deu fim ao ciclo de revoluções gaúchas iniciado exatamente 97 anos antes, em 20 de setembro de 1836, início da Revolução Farroupilha, quando fazia cerca de 80 anos que os índios missionários usaram esse estilo contra os exércitos demarcadores de Espanha e Portugal a caminho dos Sete Povos das Missões, com eficiência no sentido de remoção dos caminhos de progressão dos dois exércitos do gado cavalariço e vacum, agravado com a queima das pastagens, em consequência do que os dois exércitos demarcadores atingiram a picada de São Martinho com muitos arreios nas costas. Qualquer soldado ou empregado que se afastasse da coluna principal era capturado por uma patrulha das que enxameavam em torno dos exércitos em marcha.

Este é um assunto pouco conhecido que temos interpretado e que se enquadra em Regionalismo rio-grandense.

Em que pese a influência de doutrinas militares no Rio Grande do Sul, como a inglesa, alemã, francesa e americana, as servidões regionais terminam impondo soluções da guerra à gaúcha, uma manifestação doutrinária militar genuinamente brasileira como o foi a Guerra Brasílica, ao tempo das guerras holandesas no Nordeste. E a ambas muito devemos a definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul e, no NE, a Unidade e a Integridade do Brasil.

Toda a nação para ser grande, potência ou grande potência, necessita dispor de uma doutrina militar própria e não importada. Um eloqüente exemplo vem-nos do Duque de Caxias que, em 1863, como Ministro da Guerra, com experiência em cinco campanhas militares vitoriosas que liderou, adaptou a Doutrina de Portugal (de influência inglesa) às realidades operacionais do Brasil e do Sul que vivenciara em 25 anos, *até que se dispusesse de uma doutrina genuinamente nossa*, acrescentou.

Este é o desafio para os militares brasileiros na construção de um Brasil grande nação, potência, ou grande potência, a par dos esforços para estes objetivos, do restante da Sociedade Brasileira. Do contrário será problemático construir-se um poder dissuasório compatível no concerto das nações.

O futuro a Deus pertence!

Em 1997, na Antologia Radiodifusão no Rio Grande do Sul:

- Canguçu - Aspectos da Comunicação Social até o advento da Radiodifusão, local p. 127/134. (Cel Caminha)



CANGUÇU: ASPECTOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ATÉ O ADVENTO DA RADIODIFUSÃO LOCAL EM 1959

Cláudio Moreira Bento

A radiodifusão local em Canguçu se instalou em 1959, dois anos depois de seu centenário de emancipação política em jun.1957, quando foi criado junto com Passo Fundo do qual é gêmeo e o 22º município gaúcho criado.

Foram instaladas com 100w, em 10 set. aniversário do combate de Seival em 1836, a Sociedade Rádio Difusora Cultura c, em 8 out. a Rádio Liberdade, nome alusivo ao demolido e transportado para aterrar o Super Porto do Rio Grande, o cerro da Liberdade, onde em 1870 foram libertadas duas escravas menores em homenagem ao retorno dos cangucuenses vitoriosos da Guerra do Paraguai ao comando do nosso bisavô e tio de Zeca Netto, ten cel GN Teófilo de Souza Matos .

A radiodifusão foi um grande avanço nas comunicações através de mensagens da sede com a campanha, como lá se chama o interior. Inclusive boletins médicos do Hospital Júlio Limeira relatando o estado de saúde dos baixados da campanha. Esta ação foi bastante potencializada com o radinho de pilha. Lembro que um amigo ao comprar um radinho de pilha em Pelotas e viajar para a campanha de Canguçu com a novidade com a qual esperava esnobar, qual não foi sua decepção ao deparar um humilde lavrador arando a terra com um radinho ligado com música pendurado na aspa de um boi puxando o arado.

A imprensa escrita iniciou em Canguçu-Velho em 1856, em sobrado oitocentista de pedra. Ali fora a antiga sede da Real Feitoria de Linhocãhmo do Rincão do Canguçu (1783-89) e com Martiano José Lopes que nele instalou

a Tipografia *O Camponêz* tendo como tipógrafo Ricardo, um escravo que aprendera o ofício na redação de *O Povo*, da República Rio-Grandense. A esta época Canguçu era desde 1831 distrito de Piratini e o “mais farrapo” na Revolução.

Martiniano editava volantes, avisos, poesias e, de sua autoria, o livro *Socorros Caseiros*. Livro que nosso avô e bisavô de Barbosa Lessa possuiu um e doou a J. Simões Lopes Neto que publicou alguns dos extravagantes *Socorros* na *Revista do Centenário de Pelotas n° 4* ao escrever síntese histórica de Canguçu, também freguesia centenária e gêmea de Pelotas.

Em 1887 Avelino Luz editou *O Município*, 1º jornal municipal. O seguiram em 1888, *A Crisálida*. 1894, *O Tempo*. 1908, *A Florida* impresso em seda. 1914, *A Semana*. 1917, *O Gaúcho*. 1919, *O Cangussuense*. 1929, *O Liberal*, de nosso pai Conrado Ernani Bento e Henrique de Souza Oliveira. 1931, *O Farrapo* que noticiou nosso nascimento. 1932, *O Cangussuense*. 1945, *Luz nas Trevas* da Igreja Batista. 1953, *A Voz de Canguçu* e, em 1992, *O Liberal* com o qual colaboramos.

Foi um precursor da radiodifusão Santos Pereira ou “Vitrola”, veterano combatente da Revolução de 32 no 9º RI no Vale do Paraíba, e pai de Jesus Marques Pereira, tradicional e competente radialista local. Seu pai, usando um megafone que potencializava sua forte voz, anunciava o programa do cinema.

Depois vieram os serviços de alto falantes no final dos anos 40 no Clube Harmonia para transmissão interna e externa de mensagens e músicas. Logo a seguir o padre Júlio Marin, muito conhecido em Santaninha, instalou um serviço na Igreja com um alto falante numa das torres. Ficou conhecido e comentado este seu apelo inusitado aos fiéis.

“... tragam docinhos para o padre, pois o padre também gosta de docinhos!...”

Ao tempo da Revolução Farroupilha Canguçu, distrito da capital farrapa Piratini, foi integrado por um modelar sistema de mensageiros à cavalo que cobriam todo o Rio Grande. Sistema notável que abordamos em nosso *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993. 2v.

Tropeiros que tangiam boiadas para as charqueadas de Pelotas da fronteira Brasil - Argentina no rio Uruguai e de Passo Fundo e áreas adjacentes, eram portadores de mensagens a Canguçu, ponto de passagem obrigatório de tropeiros, conforme nos ensinou o dr. Alvarino Marques em sua trilogia sobre o ch arque.

Os carreteiros que transitavam por Canguçu possuíam uma infra-estrutura na entrada e saída da cidade com respectivos poteiros e em seu redor à noite muitos canguçuenses iam com des saber as novidades de onde provinham e transitaram.

A partir de 1876 Canguçu foi integrado pelo Telégrafo, a estratégica linha telegráfica unindo o centro do poder no Rio à fronteira. Foi um grande passo. Pelo telégrafo canguçuenses acompanharam os lances da Revolução de 30, passando daí em diante o seu agente a desfrutar de influência política local lal a sua relevância.

Em 1918 mais um meio de comunicação integra Canguçu a comunidade gaúcha, não sem enormes dificuldades, a telefonia. Rural hoje, generalizada na campanha, foi privatizada e dela se espera grande desenvolvimento.

Da necessidade de notícias para quebrar a solidão ou r olamento muito se deve à cultura da hospitalidade gaúcha. O pessoal da campanha acolhia o viajante para dele se inteirar das novidades, recebendo com avidez jornais

velhos que liam e reliam com sabor de novidade. Os viajantes comerciais então traziam notícias frescas e hospedá-los era um grande prazer. A leitura de jornais velhos eu testemunhei nos anos 50 em fazenda de meu padrinho Gentil Goulart próximo na costa do Camaquã entre os passos do Marinheiro e Vao dos Prestes, antigo Camaquã de Baixo que nos primórdios do Rio Grande do Sul articulou as bases militares Rio Pardo - Rio Grande.

Isto independente de a fazenda possuir um rádio a bateria carregado por aerodínamo que dependia da boa vontade dos ventos.

Os foguetes foram uma forma muito usual de comunicação social em Canguçu no sentido de atrair-se o povo para novidades chegadas pelo telégrafo inclusive. Assunto que abordamos sob o título “Os foguetes como meio de comunicação no passado”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V.342, jan/mar, 1983.

O 1º rádio a se instalar em Canguçu o foi em 1931 no Stand Bar, na praça central e de propriedade de José Gordo (Lopes). O 2º foi em minha casa, um American Box, cuja audição raramente era boa em razão da estática muito comum na Serra dos Tapes onde Canguçu se situa e nó orográfico onde nascem tributários dos rios Piratini e Camaquã e da Lagoa dos Patos e nó condicionador de passagem do caminho histórico Rio Grande - Rio Pardo - Sete Povos. Característica definida como Canguçu “*A magnífica dos cerros*” por Osório Santana Figueiredo ou “Canguçu jóia incrustada na Serra dos Tapes” do fotógrafo e professor alemão Eduardo Wilhelmy introdutoi da Igreja Episcopal em Canguçu na Florida, e não Flórida, c o preparador da primeira geração de doutores canguçuenses entre eles o médico Dr. Luis de Oliveira Lessa, pai de Barbosa Lessn. cujo avô foi objeto de conto de J. Simões Lopes em que obrigou um castelhano a comer queijo até a mais não poder.

O rádio do Bar Nova Frente de Francisco Mesko, pai do prefeito de Canguçu Odilon Mesko, foi durante a 2ª Guerra Mundial o catalizador das atenções sobre o desenvolvimento da guerra. O próprio nome do bar reflete a Nova Frente russa. Outro local de notícias era o rádio do Clube Harmonia onde se ouviam rádios de Pelotas e com facilidade as rádios platinas El Mundo e Belgrano que geraram a cultura local de apreciar-se ouvir, tocar e dançar-se tangos argentinos.

Esta situação melhorou com um fato histórico da Comunicação Social Gaúcha através da radiodifusão e de que fui testemunha em 1951 ou 52 na Escola Preparatória de Porto Alegre de cadetes de que eu era aluno. Foi o aumento de potência da Rádio Farroupilha em cerimônia ali realizada com a presença de Assis Chateaubriand.

E ao chegar em férias a Canguçu ao comentarem as maiores facilidades de ouvir-se a Farroupilha eu dizia com orgulho juvenil: “Eu participei e fui testemunha deste evento histórico realizado na minha escola no Casarão da Redenção”.

Existe a perspectiva de instalar-se em Canguçu rádios comunitárias, independentes do monopólio das existentes em poder de lideranças políticas partidárias que só comunicam o que desejam quando não manipulam o povo

ou discriminam quem as podem usar ou não. Ultimamente não somos acolhidos como historiador local, por acharem não sei o quê? Não sou político. A minha política sempre foi comunicar a História local para fortalecer a identidade histórica comunitária e a proporcionar melhor e segura perspectiva histórica à mesma. Mas a discriminação tem ocorrido ultimamente em razão dos interesses menores subtáticos prevalecerem sobre os do povo como um todo. Caracteriza a liberdade de Empresa e não a Liberdade de Imprensa, essencial ao aprimoramento da Democracia.

Segundo Osório Santana Figueiredo, a Mídia brasileira vem dominando a tudo e todos. Enfatizando alguns aspectos e silenciando outros como a divulgação da História gaúcha, essencial para a formação da consciência da identidade e da perspectiva histórica gaúcha. Nenhum meio de comunicação dá oportunidade ao historiador salvo raríssimas exceções. Pelo contrário desrespeitam a sua função social bastante valorizada nos países que constituem o agora G/8. Tomara que um dia proprietários e agentes da Mídia gaúcha não sejam considerados os Silvérios dos Reis e os Calabares gaúchos do 3º Milênio por entregarem inconscientemente o ouro ao G/8 cujas mídias não descuram de suas histórias e seus subprodutos nobres entre nós anestesiados. Este é o assunto dominante entre intelectuais independentes. Estarão equivocados?

Este é um debate que o historiador propõe aos patriotas donos e agentes da Mídia gaúcha para que provem e me tranquilizem que trilham o caminho certo!

Leiam obras tais como *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações ibero-americanas*. Rio de Janeiro: Record, 1997. E mais a teoria do LIMES do *Império (O G/8) e os novos bárbaros (os demais países pobres que inclui o Brasil)*. Enfim um sistema, insistem para os ricos dominarem os países pobres, contexto em que a Mídia brasileira estaria inconscientemente e inocentemente a serviço do G/8 (grupos das 8 grandes potências que acabam de admitir a Rússia em seus propósitos de reinar sobre os países pobres). Se inverídico me tranquilizem os historiadores, as lideranças ou editores da Mídia gaúcha e de editoras de livros. Câmara Cascudo, o grande folclorista brasileiro, ao assinar a 4ª capa de nosso livro *A.v Batalhas dos Guararapes*. Recife: UFPE, 1971, diz a certa altura, 25 anos antes da Nova Ordem Mundial em implantação. O que apropio a seguir para o nosso Rio Grande.

(“...E indispensável que algumas datas e fatos sejam presentes na memória do povo gaúcho como os nomes de seus pais e do rincão onde nasceram. De quem vieram e onde se incorporaram a amada terra riograndense. Não apenas uma leve referência, mas uma consciência alta e nobre de sua existência estadual. Nenhuma criatura humana vive sem emoção nacionalista, ou nativista no caso do Rio Grande. Quem não aprende a amar à sua pátria pode devotar-se à pátria dos outros!...”). Ou “ Povo que não conhece a sua história corre o risco de repetí-la” (Santiana).

E o que a Mídia gaúcha e editoras vem fazendo neste sentido? Queixam-

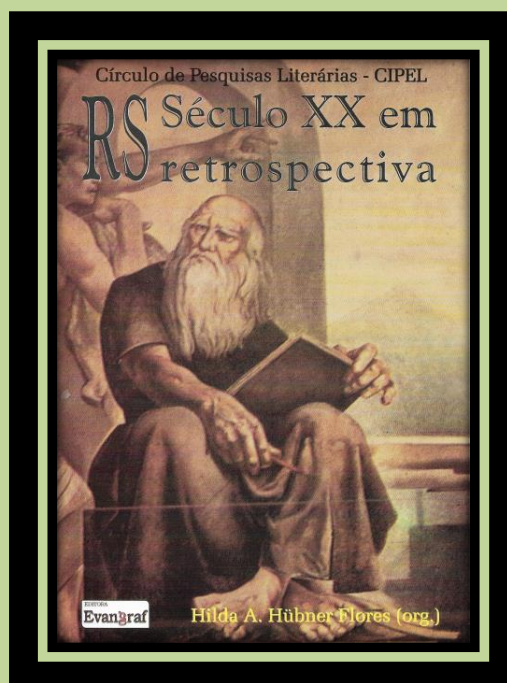
se alguns tradicionalistas do desapoio da grande Mídia gaúcha ao Movimento Tradicionalista Gaúcho do qual se limitam a noticiar seus aspectos externos de natureza turística e não os filosóficos que o inspiraram. Movimento que impediu inclusive que as modas texanas no trajar superassem a tradição gaúcha, ao contrário do que aconteceu no oeste paulista. Enfim um movimento de resistência cultural que tem os seus pecados como historiografia gaúcha e editoras, os quais a Mídia gaúcha ajudaria a denunciar e corrigir num debate democrático. Por tudo e apesar de tudo conclamo:

Historiadores gaúchos a serviço da verdade e da justiça histórica, uni-vos para defender com unhas e dentes a função social da historiografia gaúcha, que vem sendo expropriada por pretensos historiadores, com funções sociais variadas, estranhas ao ofício de historiador que dispõe de critérios científicos de seleção de fontes históricas confiáveis quanto a Integridade, Fidedignidade e Autenticidade.

O Rio Grande precisa do concurso de todos e seus historiadores que não podem e não devem ser marginalizados pela grande Mídia e grandes editoras gaúchas. Constatar este fenômeno é obra de simples verificação e raciocínio. Obrigado se fui útil nesta reflexão final! Do contrário nossa história a aprenderemos por historiadores alienígenas, pois o que denunciemos a curto e médio prazos concorrerá para impedir o surgimento de novas vocações de historiadores gaúchos. E isto será grave!

Em 2001, na Antologia RS - Século XX em retrospectiva:

O Rio Grande do Sul na História Militar Terrestre do Brasil, p. 203/218 (Aborda o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul e sua História Militar no século XX). (Cel Caminha)



RS NA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE

Cláudio Moreira Bento

O projeto História do Exército no RGS

A civilização do Rio Grande do Sul foi acentuadamente castrense (militar), na interpretação do saudoso mestre Dante de Laytano. A História Militar Terrestre do Brasil teve no Rio Grande do Sul lances marcantes de expressiva projeção na História Militar Terrestre do Brasil, no século XX e na política, como se verá.

Abordamo-la no projeto História do Exército no Rio Grande nos volumes II e III da *História da 3ª Região Militar* (Porto Alegre: Palloti, 1995 e 1999) que focalizam, respectivamente, os períodos 1889-1953 e 1953-1999. Na obra *Comando Militar do Sul - quatro décadas de História 1953-1997* (Porto Alegre: Palloti, 1995) os comandos da Zona Militar Sul, III Exército e Comando Militar do Sul, denominações sucessivas do grande comando do Exército instalado em Porto Alegre, a partir de 1953, e com jurisdição sobre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

E dando prosseguimento ao projeto, estamos desenvolvendo as histórias da 6ª Divisão do Exército - Divisão Voluntários da Pátria; da Artilharia Divisionária da 6ª DE - Artilharia Marechal Gastão de Orleans, sediadas em Porto Alegre; da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Tenente General Patrício Correia da Câmara, sediada em Bagé, e da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, Tenente General Manoel Marques de Souza, sediada em Pelotas. Histórias que estamos desenvolvendo em parceria com outros estudiosos, sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que fundamos, em 1º março 1996, em Resende/RJ, a Cidade dos Cadetes e cujo braço no Rio Grande do Sul é a Delegacia General Rinaldo Pereira Câmara. No conjunto desta obra publicada e em suas referências bibliográficas e hemerográficas já é possível perceber-se a História Militar do Rio Grande do Sul desde a fundação portuguesa do Rio Grande do Sul em 1737 e mesmo antes, e até o presente, bem como a sua grande projeção na História Militar Terrestre do Brasil.

Marcos da História Militar Gaúcha 1900-2000

A História Militar Terrestre do Rio Grande do Sul neste século teve início com as feridas ainda não cicatrizadas da cruel guerra civil 1893-95, a qual, em ligação com a Revolta na Armada 1893-95 ensanguentou e dividiu as famílias da Região Sul.

Guerra Civil marcada por dois massacres, que por ironia do destino ligam-se à cor escura, à cor das trevas, da tristeza, do terror, da cegueira e do luto. Ou sejam, os massacres de Rio Negro em Bagé, em 1893, onde a Cavalaria Civil Patriota, em apoio aos Governos do Estado e Federal, rendida sob garantia de vida em documento firmado por ambas as partes, foi degolada inerte por mercenários platinos, a serviço de federalistas e no território pátrio. Massacre respondido com o de Boi Preto, em Palmeira das Missões, onde

federalistas foram massacrados por imperiais.

Escrevemos sobre o massacre do Rio Negro, sob o título "O massacre federalista do Rio Negro em Bagé, em 28 nov 1893" na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 154, n° 378, jan/mar 1993, p. 55-81). E sobre o massacre do Boi Preto escreveu Mozart Pereira Soares na *Revista dos Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* do ano 2000. Por elas o leitor interessado e isento poderá julgar os dois condenáveis eventos que têm sido omitidos, manipulados e varridos para debaixo dos tapetes de ambos os contendores da Guerra Civil de 1893-95 e onde, felizmente, permaneceram por quase um século. Foram feridas profundas na alma gaúcha e agravadas com a Guerra de Canudos, em 1897, onde tropas gaúchas para lá enviadas, e com experiência de combate, tiveram atuação militar destacada para o término daquela carnificina fratricida. Não foram maiores as consequências para ambos os contendores de Canudos, graças à ação do gaúcho de Porto Alegre e Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, consagrado hoje como o Patrono da Intendência do Exército, por haver estabelecido uma linha de suprimentos para as isoladas tropas do Governo no sertão baiano, constituídas por combatentes do Exército, de 11 polícias militares e de um batalhão civil baiano usados no combate a Canudos. Guerra que ao final custou a vida do Marechal Bittencourt, ao colocar-se entre o Presidente Prudente de Moraes e o punhal assassino de um fanático militar que tentou matar o presidente.

Foi o gaúcho de Bagé, Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, que deu início à Reforma Militar do Exército, na passagem do século XIX para o XX, ao criar o Estado-Maior do Exército e a Fábrica de Pólvora sem fumaça em Piquete/SP, alicerces para o progresso do Exército no século XX. Servindo a um governo em crítica contenção de gastos, o Marechal Mallet, filho do Patrono da Artilharia, mobilizou os cérebros do Exército para elaborarem um Corpo de Doutrina Militar a ser implementado tão logo existissem recursos disponíveis. Portanto não cruzou os braços. Foi criativo!

O Estado-Maior do Exército teve como primeiro chefe o porto-alegrense Marechal José Thomaz Cantuária, veterano artilheiro da Retirada da Laguna, ex-Ministro da Guerra, e o consolidador da Paz de Pelotas celebrada em 1895 e, hoje, o patrono da 6ª Região Militar na Bahia, por iniciativa do acadêmico da AHIMTB General de Divisão João Carlos Rotta, o idealizador do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, como comandante da 3ª RM.

Outro marco na História Militar do Rio Grande do Sul foi o estabelecimento, no Casarão da Várzea, de 1906-11, da Escola de Guerra de Porto Alegre, local onde foi implementado o Regulamento de Ensino de 1905, transição do bacharelismo militar que vigorou de 1874-1905, para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta. Assunto que abordamos pioneiramente em *Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil* (Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1987) e em artigo "A Esquecida Escola de Guerra de Porto Alegre no ensino militar acadêmico do Brasil", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (v. 155, n° 383, abr/jun 1994, p. 423-27).

Assunto que abordamos também na citada *História da 3ª RM* (v. 2, p. 179). Concorreu para o resgate da projeção da Escola de Guerra a obra de

Laudelino Medeiros, *Escola Militar de Porto Alegre 1852-1911* (Porto Alegre: Veras, 1992), com apoio que lhe prestamos em suas demoradas e acuradas pesquisas no Arquivo Histórico do Exército que então dirigíamos.

Outro marco da História Militar do Rio Grande do Sul, de projeção nacional expressiva, foi a instalação em Porto Alegre, em 29 de junho de 1903, da Carta Geral da República. Mais tarde foi suprimida a palavra República, e substituída por do Brasil. O Rio Grande do Sul foi o maior beneficiário dos levantamentos cartográficos realizados por esta Comissão, cujos trabalhos tiveram início em 25 de agosto de 1903, no Morro de Santana, em Porto Alegre, então definido como marco zero.

Em 1906-08 o Exército ganhou em Porto Alegre o seu Quartel General, o primeiro ali construído especialmente para este fim e que ainda lá se encontra defronte ao atual Quartel General. O atual só seria ocupado em 1955 e hoje abriga o cérebro operacional e logístico do Exército no Rio Grande do Sul, o CMS, a 3ª RM, a 6ª DE e a AD/6.

O antigo Quartel General serviu de sede do Comando Militar e Político do Exército no Rio Grande do Sul por cerca de meio século, durante a Guerra do Contestado, I Guerra Mundial, Revolução de 23, Revolução de 1924-26, Revolução de 30 (cuja vitória foi decidida em seu interior com a neutralização e prisão do comandante da 3ª RM de então e morte de 14 militares que nele se encontravam, conforme se verá), Revolução de 32, Deposição de Flores da Cunha em 1937, do Governo do Rio Grande e II Guerra Mundial de 1939-45. O QG foi construído pelos mestres Pellerini e Gentil Rocha e ao ser construído era um dos mais belos e sobretudo singulares edifícios de Porto Alegre.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro na idéia colocada em vigor dos Tiros de Guerra. Foi na cidade de Rio Grande que o farmacêutico Antônio Carlos Lopes idealizou o primeiro Tiro de Guerra, iniciativa que traduziu no livro *O Tiro Brasileiro*. Com apoio nesta idéia, o gaúcho de São Gabriel, Marechal Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra (1906-09) conseguiu a aprovação, pela Lei de 5 de setembro de 1906, da Confederação de Tiro Brasileiro, cuja implementação confiou ao rio-grandino Antônio Carlos Lopes.

Em 1908, ainda o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca acelerou a Reforma do Exército com a criação de Brigadas Estratégicas e de Tiros de Guerra, da aquisição, na Europa, de grande partida de fuzis Mauser, metralhadoras Madsen e canhões Krupp com respectivas fábricas de munições, instaladas na Fábrica Realengo e a construção de modernos quartéis e a criação da Arma de Engenharia.

Construção de quartéis que seria acelerada no início dos anos 20 pelo Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, como o 9º BI Mtz em Pelotas, o 19º BI Mtz em São Leopoldo, etc. São construções inconfundíveis do Tipo Calógeras.

No Rio Grande do Sul, em 1908, as suas unidades passaram por acentuadas reestruturações, fusões e mudanças de denominações que registramos em *História da 3ª RM* (vol. 2, p. 196-206). Foi o gabrielense Marechal Hermes, presidente da República de 1910-12, que enviou oficiais para estagiarem no Exército da Prússia. Oficiais que ao retornarem fundaram a

revista *A Defesa Nacional* com um grupo de idealistas. A revista transmitia ao Exército os ensinamentos colhidos na Europa. Dentre seus 13 fundadores, quatro eram gaúchos: Capitães Epaminondas Lima e Silva e Amaro de Azambuja Villanova e os Tenentes Bertoldo Klinger, de Rio Grande, e Francisco de Paula Cidade, de Porto Alegre.

No Rio Grande do Sul surgira no velho QG, antes, em 1912, sob a égide do gaúcho de Porto Alegre, General Manoel Joaquim Godolphim, o construtor do QG em 1906-1908, a *Revista dos Militares*. Segundo o seu colaborador, o porto-alegrense Gen Francisco de Paula Cidade, um dos maiores e mais constantes historiadores do Exército de todos os tempos,

A Revista dos Militares durou muitos anos e prestou grandes serviços ao Exército. Ela acompanhou a evolução de nossas Forças Armadas durante a fase preparatória! 1912-29) que antecedeu o contrato de Missão Militar Francesa (MMF)...

A adoção do Serviço Militar Obrigatório, em 1916, combinado como a extinção da Guarda Nacional, em 1918, e mais o fato de tornar-se a Brigada Militar reserva de Exército, propiciou um grande desenvolvimento do Exército na área do Rio Grande do Sul. A Guarda Nacional no Rio Grande do Sul havia prestado relevantes serviços de guerra ao Brasil desde 1831-70. Depois entrou em decadência acentuada como em todo o Brasil. A solução foi a sua extinção e substituição pelos CPORs e NPORS para a formação efetiva de oficiais da Reserva do Exército, cujos representantes teriam bom desempenho em nossa FEB.

A Guerra do Contestado, em Santa Catarina e Paraná, foi pacificada pelo gaúcho de Uruguaiana, General Setembrino de Carvalho. Forças da 3ª RM lá atuaram, como o 7º RI de Santa Maria que hoje tem por patrono o Coronel Ernesto Gomes Carneiro, herói da resistência ao cerco federalista da Lapa, no Paraná, em 1893.

A Luta no Contestado revelaria o grande historiador que lá serviu como subtenente, o gaúcho de São Borja e mais tarde General Emílio Fernandes de Souza Docca, ligado à fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Em 1922 teve lugar em Saicã uma grande manobra militar sob a coordenação da Missão Militar Francesa e dirigida pelo General Gamelin, herói do Exército da França na I Guerra Mundial e chefe da mesma.

Essas manobras se repetiriam em 1940, envolvendo toda a tropa do Exército no Rio Grande do Sul. Foram as maiores até hoje realizados no Brasil, guardadas as devidas proporções no tempo, no espaço e nos meios disponíveis.

Na Revolução de 23, o Exército se manteve como espectador e contribuiu expressivamente, através do filho de Uruguaiana, General Setembrino de Carvalho, (constituente gaúcho de 1891), na qualidade de

Ministro da Guerra, para a Paz de Pedras Altas.

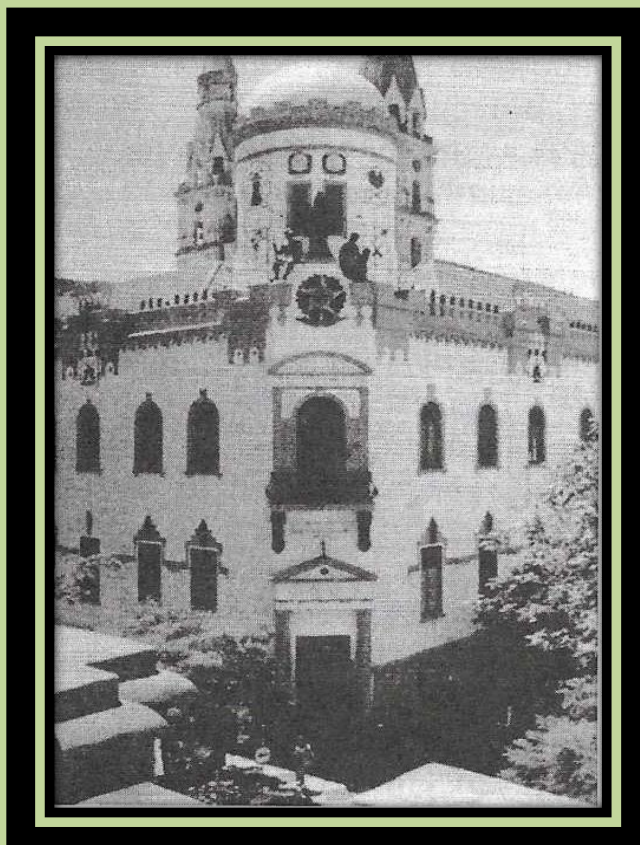
Sua ação a nosso ver o consagrou como o Pacificador do Século XX, por sua atuação na pacificação da Revolta do Padre Cícero, em 1910, no Ceará; na pacificação do Contestado em 1916 e, em 1923, na pacificação do Rio Grande do Sul.

Sérgio da Costa Franco julgou competente a atuação militar e diplomática do General Setembrino, em 1923 na sua obra *A pacificação de 1923* (Porto Alegre: UFRGS/EST, 1996) e escreveu :

Do exame da documentação relativa à pacificação, a personalidade do Marechal Setembrino de Carvalho saiu engrandecida, não se justificando o silêncio que se tem feito no Rio Grande do Sul em torno do papel que desempenhou como conciliador e pacificador. Um mediador imparcial, cheio de espírito público, e cômescio de seus deveres de representante do Presidente da República, no arbitrar uma grave contenda civil. Eis o mínimo que se pode dizer de sua conduta...

A Revolução de 1923 foi acompanhada pela 3ª RM, conforme registramos em *História da 3ª RM* (v. 2, p. 248-249).

As Revoluções de 1924-26 no Rio Grande do Sul retardaram o desenvolvimento das forças do Exército, com apoio na Na Revolução de 30 ela foi decidida no Rio Grande do Sul. Missão Militar Francesa (MMF), evento bélico que abordamos na citada obra, p. 268.



Quartel General da 3ª RM, cenário do início da Revolução de 1930, com o ataque revolucionário bem sucedido a ele, ao entardecer de 3.10.1930

O início da vitória teve lugar com o bem sucedido ataque revolucionário ao QG da 3ª RM, seguido da neutralização, por morte, de 14 militares que ali se encontravam e da prisão de seu comandante e de seu chefe de Estado Maior. Fato que mencionamos na citada obra, p. 276-287, e aqui ampliaremos por sua grande projeção na História do Brasil. Os revolucionários de 30 marcaram como objetivos fundamentais para o êxito da Revolução, o ataque seguido de conquista do QG da 3ª RM e do Arsenal de Guerra à sua frente, em diagonal. E o ataque teve o seguinte curso sem que fosse detectado pelo Comando da 3ª RM. Antes haviam sido colocados sob a mira de metralhadoras colocadas na torre da igreja vizinha e no alto do Hotel Majestic, ambos com dominância sobre o QG e o Arsenal.

O início da Revolução de 30, com seu QG no Grande Hotel, foi dado às 17:50h de 3 de outubro, por um foguete lançado às 17:30h no Morro Menino Deus. E teve início o ataque do QG da 3ª RM com 35 homens da guarda Civil saídos em coluna por dois de seu quartel, na esquina atrás do atual QG da Brigada Militar, e simulando uma passagem de rotina na porta do QG. Os guardas foram armados de revólveres 38 novos e mantidos escondidos sob suas túnicas. E na retaguarda da mesma, um grupo revolucionário liderado por Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Barcelos Feio e outros.

Eles atacaram de surpresa o QG depois do expediente. E foram eliminando os militares da guarda e os demais encontrados no QG, que eram em número de 14 e que foram mortos em cerca de 15 minutos. Ainda hoje a escada de acesso e as ferragens do elevador guardam sinais de impactos de balas.

O Comandante da 3ª RM recusou entregar-se, o que só fez depois de receber carta de Getúlio Vargas, demonstrando a inutilidade da resistência.

O General Gil de Almeida foi preso em seus aposentos e a seguir no navio Comandante Ripper, onde foram presos outros oficiais, inclusive o então Coronel João Baptista Mascarenhas de Moraes, que comandava em Cruz Alta. O General Cândido Mariano Rondon, preso em Marcelino Ramos, pelo General Miguel Costa que comandara a Coluna Miguel Costa/Prestes, foi considerado preso no Grande Hotel, tendo a cidade por menagem.

E com a bem sucedida conquista do QG da 3ª RM e do Arsenal de Guerra e prisão do comandante da 3ª RM e de seu chefe do Estado - Maior, a revolução expandiu-se sem reação pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil. O ataque ao QG foi o episódio mais sangrento!

A Revolução de 30 extinguiu a 3ª RM por 15 dias e a substituiu pelo Departamento Pessoal da Guerra, sob a chefia do Tenente-coronel Horácio Souza. Foi restabelecida a 3ª RM depois da chegada vitoriosa da Revolução no Rio de Janeiro.

Em 27 de outubro de 1930 a 3ª RM, restabelecida, passou a funcionar no mesmo QG, agora tendo como comandante o Coronel João Carlos Bordini (1877-1966), sobrinho-neto do General Osório, com papel de destaque na

conspiração vitoriosa, cuja biografia resgatamos na *História da 3ª RM*, v.2.

Em 3 de outubro de 2000, no 70º aniversário da Revolução de 30 que teve início com o vitorioso e mortífero ataque ao QG da 3ª RM, foi nele colocada, externamente na rua dos Andradas, a seguinte placa de bronze, como justiça na voz da História e traduzida pela seguinte interpretação histórica:

NESTE LOCAL, NA TARDE DE 3 DE OUTUBRO DE 1930, UM ATAQUE AO QUARTEL GENERAL DA 3ª REGIÃO MILITAR, DEFLAGROU O INÍCIO DA REVOLUÇÃO DE 1930.

SOB A DIREÇÃO DE GETÚLIO VARGAS, OSVALDO ARANHA, FLORES DA CUNHA, AGENOR BARCELLOS FEIO E OUTROS, O MOVIMENTO DENOMINADO ALIANÇA LIBERAL EMPOLGOU O ESTADO E O PAÍS, ALCANÇANDO A VITÓRIA COM A DEPOSIÇÃO DE WASHINGTON LUIS.

A REVOLUÇÃO DE 30 ENCERROU UM CICLO DE LUTAS ANTI-OLIGARQUICAS E POR ELEIÇÕES LIMPAS, CONHECIDO POR TENENTISMO, E DESENCANDEOU UM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIO-ECONÔMICAS NO RUMO DE UMA SOCIEDADE URBANA E INDUSTRIAL.

Uma conseqüência da Revolução de 30 no campo militar foi a sua promessa concretizada de construção de uma moderna escola militar - a atual Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, RJ. Prometida em Resende em julho de 1932, lançada a sua pedra fundamental em 1938 e inaugurada em 1944, tudo pelo chefe da Revolução de 30, Dr. Getúlio Vargas, e viabilizados os recursos para a sua construção pelo Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, o cérebro da Revolução de 30 e um dos comandantes do ataque ao QG da 3ª RM. Mas este ataque bem sucedido ao QG da 3ª RM de incontestável grande projeção nos destinos do Brasil, inclusive na adoção do voto feminino, tem uma outra face que não pode ser esquecida dos soldados que juram solenemente ao Brasil, entre outras afirmações relevantes "*defender as suas instituições com o sacrifício da própria vida*". E no outro lado do vitorioso ataque ao QG da 3ª RM existiram militares que foram mortos na crença de estarem defendendo as instituições e o que fizeram com o sacrifício da própria vida. E que não possuíam qualquer envolvimento político-ideológico, a não ser o de cumprirem o seu dever militar até a morte.

Circunstância que Cícero o Pai da Democracia grega assim definiu:

Aqueles que morrem por sua Pátria fazem mais por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas.

E foi o caso dos seguintes militares do Exército que no ataque ao QG da 3ª RM foram mortos, nos seus postos de honra, contra um bem urdido, coordenado e mortífero ataque de surpresa, desfechado depois do término do expediente no QG, também residência de seu comandante com família. Os

nomes dos mártires, mortos de modo fulminante e a maioria desarmada ou sem reação, conforme se conclui de excelente estudo do historiador Major Dentista Ref Hélio Ricardo Alves, sob o título *Ataque ao QG da 3ª RM em 3 out 1930*, enviado à Academia de História Militar Terrestre do Brasil e com apoio na interpretação de depoimentos dos irmãos Aranha e Etchegoyen (Alcides e Ciro), Flores da Cunha, três guardas civis que participaram do ataque e bibliografia que relacionou ao final.

Os 14 militares do Exército mortos no ataque ao QG da 3ª RM foram: Major Otávio Cardoso (cmt do CPORPA), Capitão Jaime Argolo Ferrão, 1º Tenente Atos Corrêa Franco, 2º Tenente Joaquim Gonçalves de Melo, Cabos João Gouveia, Vitor Rodrigues dos Santos e Marinho Borges, soldados Otávio Guidote, Flávio Guidote, Leonardo Lisboa, Mário de Paula, Galdino Soares, Américo Cortes e Vicente dos Santos.

O comandante da 3ª RM na ocasião em seu livro *Homens e fatos de uma Revolução* (Rio de Janeiro: Calvino, 1943) escreveu à certa altura, 13 anos mais tarde:

Honra aos oficiais, cabos e soldados mortos no dia 3 de outubro de 1930, no cumprimento do seu dever militar, na defesa dos brios do Exército, na obediência da Lei e no respeito à Pátria sublime.

Acham muitos militares ser ato de justiça, na voz da História, a colocação de uma placa alusiva no portão de entrada do velho QG constando o nome dos 14 militares mortos no ataque ao QG em defesa das instituições que juraram defender com o sacrifício da própria vida.

O período revolucionário de 1920-30 revelou grandes vocações de civis gaúchas para a liderança militar.

Entre eles registra-se Osvaldo Aranha, antigo integrante do Esquadrão de Cavalaria do Colégio Militar do Rio de Janeiro e ferido gravemente no combate de Seival, em Lavras do Sul; Getúlio Vargas, antigo aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo e Sargento de Infantaria em expedição até Mato Grosso, para atuar no Acre; Flores da Cunha, combatente legal contra revolucionários de 24-26 na sua fronteira e que seria elevado a General Honorário do Exército; General Zeca Neto (Antônio de Matos Neto), estudioso de História Militar Grega e Romana no Rio e aluno da Escola Militar do Largo de São Francisco no Rio de Janeiro por um ano e sobrinho do General Antônio Neto; Honório Lemes, o Leão do Caverá, que impressionou os tenentes revolucionários por sua visão tática e capacidade de liderança militar.

Arthur Ferreira Filho, destacado historiador militar civil e veterano de combate na Revolução de 23, focalizou o perfil de outros civis gaúchos que revelaram liderança militar, na obra *Revoluções e Caudilhos* (Porto Alegre: s/ed, s/d). Outros civis que contribuíram expressivamente para a História Militar do Rio Grande do Sul foram Fernando Luiz Osório e seu filho homônimo, filho e neto do General Osório. Vale lembrar também a obra voltada para a História Militar do Dr. Tarcísio Taborda, de Bagé.

Em 1930 estaria reservada a Osvaldo Aranha e Flores da Cunha a

liderança militar do bem sucedido ataque ao QG da 3ª RM, o maior obstáculo ao sucesso inicial da Revolução de 30.

A Revolução de 30, decidida no Rio Grande do Sul e vitoriosa em todo o Brasil, traria grandes benefícios para o progresso do Exército no período 1945, circunstância que estudamos em artigo: "Getúlio Vargas e a evolução do Exército" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 339, abr/jun, p. 63-72).

Foram marcos desta evolução no Rio Grande do Sul a construção do monumental Hospital Militar de Porto Alegre, a transferência do Arsenal de Guerra para General Câmara e as Manobras de Saicã de 1940, etc.

Em 1937 o velho QG, atacado em 30, foi o cérebro da deposição do General Honorário do Exército Flores da Cunha, do Governo do Estado e um dos líderes, sete anos antes, do bem sucedido ataque ao QG. Foi um fato expressivo que criou as condições militares para a implantação do Estado Novo (1937-45), ao ser eliminada uma possível reação militar. Foi outro fato da História Militar Terrestre no Rio Grande do Sul de grande projeção militar e política no Brasil.

Em 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e reação contra a posse do vice Presidente João Goulart, houve intensa repercussão no Rio Grande do Sul, com o episódio chamado Crise da Legalidade, em que o Governador Leonel Brizola apresentou forte reação militar potencial, com apoio do comandante do 3º Exército, General do Exército José Machado Lopes, do que resultou um acordo da posse do Dr. João Goulart no Sistema Parlamentarista, então aprovado às pressas pelo Congresso Nacional e mais tarde desaprovado em Plebiscito.

Em março de 1964, as Forças Armadas com forte apoio popular, caracterizado pela Marcha da Família com Deus e a Liberdade, desencadearam uma contra revolução Democrática, contra uma séria ameaça de comunização do Brasil. Foi tentada uma reação em Porto Alegre contra a deposição do Presidente e a partir do QG do então III Exército, comandado pelo General Ladário Pereira Telles, quando dali o Engenheiro Leonel Brizola pretendeu repetir o que havia feito com sucesso em 1961. Mas as tropas do interior, marchando unidas e coordenadas sobre Porto Alegre, convenceram o Dr. João Goulart da inutilidade da tentativa de resistência e ele seguiu para fora do Brasil. Três gaúchos militares ocuparam a Presidência da República: o Marechal Arthur da Costa e Silva, filho de Taquari, o General Emílio Garrastazú Médici, filho de Bagé, e o General Ernesto Geisel, filho de Bento Gonçalves e que teve como seu vice presidente o General Adalberto Pereira dos Santos, filho de Taquara, e como assessor direto o Coronel Golbery do Couto e Silva, filho de Rio Grande.

Foram fatos assinalados na área do Rio Grande do Sul nos anos 70 e 80, a mecanização de Brigadas de Cavalaria que substituíram as antigas três Divisões de Cavalaria e a motorização ou blindagem das antigas Infantarias Divisionárias, transformadas em Brigadas de Infantaria motorizada ou blindada, e a criação do 3º Batalhão de Suprimento em Nova Santa Rita, em 1984, em posição estratégica que absorveu as funções de nove unidades em Porto

Alegre e hoje supre 115 unidades no Rio Grande do Sul.

Historiadores militares gaúchos e suas contribuições

Com a vinda da Missão Militar Francesa (MMF) para o nosso Exército, ela ensinava que os fundamentos de Tática, da Estratégia e da Logística brasileiras, a constituírem uma desejável Doutrina genuína do Exército Brasileiro, encontravam-se na bem sucedida História Militar Terrestre do Brasil. E esta passou a ser resgatada de forma crítica militar, à luz da Arte do Soldado. Atividade nobilitante em que se destacaram historiadores gaúchos do Exército a saber:

O filho de Uruguaiana, General Valentim Benício que, junto com o samborjense General Emílio Fernandes de Souza Docca e o porto-alegrense General Francisco de Paula Cidade, haviam se ligado à idealização, fundação, orientação e direção inicial da Biblioteca do Exército Editora, em 1937, a serviço da criação e desenvolvimento de uma corrente do pensamento militar brasileiro e da publicação de livros de militares do Exército prioritariamente.

Ação precedida da atuação, três anos antes, do historiador gabrielense Coronel Jonathas do Rego Monteiro, idealizador e administrador assinalado do Arquivo do Exército, hoje Arquivo Histórico do Exército. Ele procedeu a um resgate profundo da História da Colônia do Sacramento e da Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul (1763-76) e mais outros temas inéditos da história militar no Rio Grande .

Deram grande impulso à História Militar Terrestre do Rio Grande do Sul os historiadores militares: o gabrielense General João Borges Fortes, o pelotense General Antônio Rocha Almeida, o taquariense General Riograndino da Costa e Silva, os porto-alegrenses generais Rinaldo Pereira da Câmara e Morivalde Calvet Fagundes, o rio-pardense Coronel Deoclécio de Paranhos Antunes e o montenegrense Tenente-coronel Henrique Oscar Wiedersphan.

Tornou-se o maior historiador militar da Fronteira Oeste, o filho de Cruz Alta, General Raul Silveira de Mello. E o maior historiador da FEB e o seu comandante, o gabrielense Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. E entre os cinco generais da Força Expedicionária, três eram gaúchos: o gabrielense Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB; o jaguarense, General Osvaldo Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia da FEB, e o porto-alegrense Francisco de Paula Cidade, que seguiu como juiz militar.

Em conjunto, eles deram continuidade aos trabalhos de história militar do Brasil, do porto-alegrense Marechal José Bernardino Bormann, também fundador do centenário Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e historiador da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), da Guerra do Paraguai de que foi combatente e da Guerra Civil de 1893-95. Todos estes ilustres historiadores militares citados que deram um grande impulso à História Militar Terrestre do Brasil, foram consagrados patronos de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que fundamos em 1º março de 1996, em Resende, a Cidade

dos Cadetes. Entidade que aos poucos procura se espriar através de Delegacias, como a General Rinaldo Pereira Câmara, autor da mais completa biografia de um militar brasileiro, a do gaúcho porto-alegrense Marechal José Antônio Câmara da Câmara.

Todos os citados, à exceção do General Raul Silveira de Mello, tiveram suas obras focalizadas por Pedro Leite Villas Boas em seu *Dicionário Bibliográfico gaúcho* (Porto Alegre: EST, 1991).

Ao General Francisco de Paula Cidade se deve o monumental *Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira* (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1959), fundamental instrumento de trabalho do historiador militar terrestre brasileiro.

Ao gabrielense Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes se deve a História da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que ele comandou à vitória final. Vitória assinalada pela rendição alemã em Forno, ato em que representou o Brasil o santanense, então Coronel Nelson de Mello, comandante do 6º RI - Regimento Bandeirante, hoje sediado em Lorena, SP.

Como se pode concluir, foi expressiva a projeção do Rio Grande do Sul na História Militar Terrestre do Brasil, através de eventos expressivos que nele tiveram lugar, bem como pela atuação de ilustres gaúchos que lideraram estes eventos e dos que escreveram a bela História Militar Terrestre do Brasil.

A presença marcante da Brigada Militar

Não pode ser olvidada a presença marcante da Brigada Militar no século em estudo, em atuação harmônica e complementar do Exército em tempo de guerra, uma solução inteligente para o Brasil dispor de reservas em caso de conflitos. Saga que foi escrita pelo major PMRS Miguel Pereira, patrono de cadeira especial da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Cadeira ocupada pelo historiador da Brigada Militar, Coronel José Luiz Silveira, veterano do combate de Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932. A outra cadeira destinada à Brigada Militar tem por patrono, em vida, o Coronel PMRS Hélio Moro Mariante, um dos fundadores do CI- PEL, e que é ocupada pelo Capitão PMRS Aroldo Medina, co-autor da obra *Museus do Rio Grande do Sul* (hoje na Internet na Página do Gaúcho de Roberto Cohen) onde ele integra os diversos relicários comunitários que representam a Memória da História Gaúcha, na qual a sua Memória Militar, a fonte de suas maiores tradições como sentinela do Brasil no Sul, estão esquecidas ou minimizadas em seu real valor, como ferramenta a serviço da sobrevivência das nações. No caso em tela, o rico patrimônio militar gaúcho acumulado em mais de 250 anos, onde se destaca o desenvolvimento de uma doutrina militar genuína - a "Guerra à gaúcha" que foi em grande parte responsável pela definição e manutenção do destino brasileiro do Rio Grande do Sul - assunto que abordamos em *Regionalismo Sul-rio-grandense*, publicação do CIPEL (Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996, p.127-34).

A importância do patrimônio cultural militar gaúcho

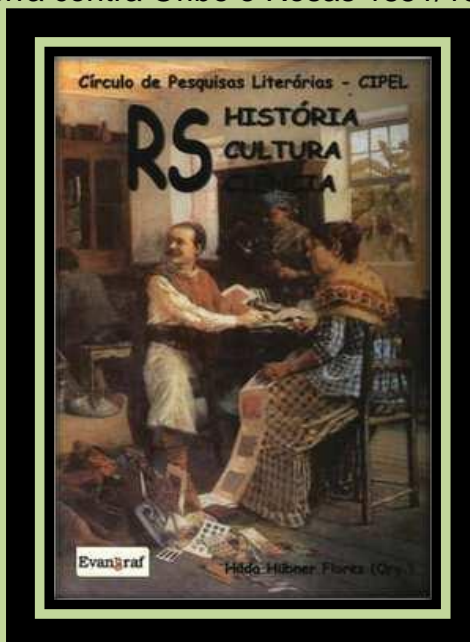
Patrimônio Cultural Militar fundamental para a sobrevivência da comunidade brasileira no insondável 3º Milênio e assim definida pelo Marechal Ferdinand Foch, o comandante da Vitória Aliada na I Guerra Mundial, depois de ter sido professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França.

Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar de um povo.

E esperamos que a Universidade gaúcha não desconheça esta circunstância e se lembre de que *a guerra é uma grande responsabilidade para ser deixada por conta só dos generais* (segundo o Ministro francês Clemenceau). Em conseqüência à semelhança da UNIRIO, ministre cursos de História Militar do Brasil a seus alunos. É o que fazem de longa data as universidades das grandes potências e grandes nações mundiais.

Em 2002, na Antologia - Rio Grande do Sul: História, Cultura e Ciência:

- 150 anos da Guerra contra Oribe e Rosas 1851/1852, p. 103/ 110.



OS 150 ANOS DA GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS - 1851/1852

Cláudio Moreira Bento

Em 1851 o poder na Argentina era exercido, fazia 22 anos, por D. Juan Manuel Rosas, ou desde 1829 e, no Uruguai fazia 17 anos, ou desde 1834, que Manuel Oribe estava no poder. Rosas alimentava o sonho de reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata e por via de conseqüência, a

ameaçar a soberania e integridade do Brasil, do Uruguai e do Paraguai. No Prata projetavam-se interesses ingleses e franceses que contrariavam os do Uruguai, Argentina e Brasil. Rosas tentou interferir na Revolução Farroupilha. O Brasil reconheceu a independência do Paraguai em 1844.

Caudilhos piatinos disputavam o poder!

Em 1850 Manuel Oribe hostilizou brasileiros residentes no Uruguai. O Barão do Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, “O Moringue”, que se celebrizara no combate à Revolução Farroupilha, agora liderando fazendeiros brasileiros, invadiu o Uruguai em ações denominadas Califórrias de Chico Pedro. Rosas exigiu satisfações, fato que terminou com o rompimento de relações Brasil - Argentina. Em 1850 o Brasil assinou com o Paraguai um tratado de aliança defensiva e ofensiva para fazer frente ao objetivo de Rosas de incorporar o Paraguai.

Na área do Rio Grande do Sul, desde 6 de maio de 1851, no 1º Distrito Militar (atual 3ª RM), a movimentação foi intensa para o preparo de suas forças para a guerra iminente, ao lado de medidas políticas e econômicas e de aliança militar com caudilhos que se opunham a Rosas e Oribe.

O então Conde de Caxias foi nomeado presidente do Rio Grande e comandante da atual 3ª RM, pela 2ª vez.

E a 3ª RM, ao comando de Caxias, organizada em quatro divisões, constituiu-se no principal elemento terrestre para conduzir a guerra contra Oribe e Rosas, em aliança com Urquiza, governador de Entre-Rios, e Virasoro, governador de Corrientes, motivada pelas seguintes causas:

- Defesa dos limites do Brasil com o Uruguai,
- Manutenção da independência do Uruguai e Paraguai,
- Defesa da livre navegação no Rio da Prata, fechada há cerca de 9 anos, desde 1842, por Rosas,
- A defesa de propriedades de brasileiros na fronteira com o Uruguai e de brasileiros perseguidos no Uruguai por Oribe.

A guerra que então teve lugar, envolveu o território da 3ª RM e parcelas expressivas dos territórios do Uruguai e Argentina. Teria sido envolvido o Paraguai, se este tivesse cumprido o tratado de 25 de dezembro de 1850 com o Brasil.

Em Caçapava do Sul foi construída uma enorme base logística nucleada pelo monumental forte D. Pedro II, ainda com suas muralhas de pé, para aproximar o apoio às operações contra Oribe e Rosas.

Caxias assumiu o comando da 3ª RM em junho e acelerou a concentração de suas forças na fronteira Brasil-Uruguai.

Concentrou o grosso em Santana do Livramento e colocou uma divisão em Jaguarão.

Operações contra Oribe

De Santana, Caxias lançou uma vanguarda ao comando do Ten-Cel Manoel Luiz Osório para fazer a ligação com o Gen Urquiza, da qual nasceu o seguinte plano de operações aliado:

- Urquiza atravessaria o rio Uruguai em Passo dei Hijo, sob a proteção da Esquadra Brasileira, e operaria junção com as forças da 3ª RM, próximo à confluência do rios Taqua- rembó e Negro; e

- Atuação da Esquadra impedindo apoio mútuo Oribe - Rosas, ao longo do rio Uruguai.

Urquiza, tirando proveito da cobertura da 3ª RM e da Esquadra, marchou para o Sul, sem honrar o combinado, levando como vanguarda Servando Gomes, que Oribe havia mandado para combatê-lo.

Nas imediações de Montevidéu, Urquiza, após escaramuças com Oribe, celebrou um Convênio de Capitulação sem consultar Caxias.

Caxias e as tropas da 3ª RM intemaram-se no Uruguai. Percorreram 500 km de terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Levaram, como impedimento mais de 100 carretas tracionadas por bovinos, inclusive a artilharia de Mallet, que aí adquiriu seu apelido histórico de “Boi de botas”, pois enfrentaram lama grossa no itinerário de marcha.

Então, as tropas da 3ª RM, revelando “elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício” cumpriram etapas de 17 km por dia, sem encontrarem locais para acantonar.

Em 14 de outubro de 1851, Caxias operou junção com Urquiza. Isso assinalou o término da guerra contra Oribe e, por via de consequência, garantiu segurança para os rio- grandenses da Fronteira ou moradores do Uruguai.

Guerra contra Rosas

Em 21 de novembro de 1851, ficou estabelecido um tratado entre os aliados (brasileiros uruguaios e argentinos) contra Rosas e não contra a Argentina.

- Urquiza comandaria o Exército de Invasão destinado a combater Rosas,

- Caxias permaneceria no Uruguai, mais especificamente em Colônia do Sacramento, com o grosso da 3ª RM e em condições de atuar, caso necessário.

- O Brasil contribuiria na invasão com uma Divisão ao comando do Brig. Manuel Marques de Souza - o futuro Barão de Porto Alegre e

- A Esquadra Brasileira cooperaria da melhor forma com a invasão.

A transposição das forças de invasão seria na ponta do Diamante, para onde os aliados se deslocaram da seguinte forma:

- A Cavalaria Argentina marchou por terra até a concentração,

- A Infantaria e Artilharia argentinas foram transportadas pela Esquadra Brasileira que forçou Tonelero,

- Os uruguaios foram transportados pela Esquadra Brasileira até Potrero Pires. Dali, por terra, alcançaram Diamante, em 31 de dezembro de 1851.

A 1ª Divisão Brasileira, destacada do nosso Exército, embarcou em Colônia do Sacramento em nossa Esquadra e chegou em Diamante a 20 de dezembro de 1851.

Em 30 de dezembro de 1851, havia sido concluída a concentração em Diamante, após 40 dias de haver sido decidida.

A transposição do rio Paraná, em Diamante, teve início a 23 de dezembro de 1851, com a Cavalaria de Urquiza atravessando a nado gar\$ estabelecer uma cabeça-de-praia na margem direita. Operação épica que

descrevemos em *Travessia Militar de Brechas e Cursos d'água no Brasil (1645-1985)*; em *A Defesa Nacional* (n° 723, nov/dez 1985). Transposição sem atuação inimiga que se estendeu por cerca de 15 dias. Nela, a Esquadra Brasileira teve papel decisivo.

A Divisão de Cavalaria entre-riana, que atravessou o rio a nado, perdeu por afogamento muitos homens e cavalos.

Em 8 de janeiro de 1852, todo o Exército aliado havia transposto o rio e se concentrado em Espinilho.

E dali os aliados brasileiros, argentinos e uruguaios, sob o pomposo nome oficial de Exército Grande da América do Sul, encetaram sua marcha para Buenos Aires.

E, no dia 3 de fevereiro de 1852, teve lugar a vitoriosa batalha de Moron ou de Monte Caseros, na qual a 1ª Divisão Brasileira destacada das tropas de Caxias, teve marcante atuação, s.

A Divisão Brasileira coube atacar o centro da posição inimiga, que era o ponto mais forte - El Palomar e Caseros, que os brasileiros conquistaram.

A Divisão Brasileira, que lutou em Monte Caseros, foi constituída das seguintes unidades:

- Infantaria: 5º, 6º, 7º, 8º, 1º e 13º Batalhões
- Artilharia: 1º RA(200 homens)
- Cavalaria: 2º RC, ao comando do Ten-Cel Manoel Luiz Osório.

Total: 4.020 homens ou 1/6 do efetivo aliado

Muito contribuíram para o rompimento da posição ro- sista atiradores de escol alemães, em número de cerca de 100, que foram espalhados entre as unidades brasileiras de Infantaria e armados de moderníssimos fuzis "Dreyse de agulha", conforme abordamos em nosso *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS*, ao tratarmos dos Brummer, a Legião Alemã contratada na Prússia pelo Brasil para esse conflito e composta de um BI, um RA e duas Companhias de Pontoneiros equipadas com equipagens "Birago".

Enquanto isso se passava, Caxias, com o restante das tropas da 3ª RM, em Colônia, e com apoio da Esquadra Brasileira, ali aguardava o desenrolar dos acontecimentos, após haver reconhecido, em 17 de janeiro de 1852, a costa junto a Buenos Aires onde escolheu um local para um possível des-embarque.

Rosas conseguiu evadir-se a bordo de um navio inglês. A Divisão Brasileira desfilou triunfalmente em Buenos Aires. Em 1º de março, retornou coberta de glória a Montevideú onde se reintegrou às forças da 3ª RM.

Com a vitória sobre Rosas foram definidos:

- Os limites Brasil-Urugui,
- A confirmação das independências do Urugui e do Paraguai,
- O direito do Brasil à livre navegação no Rio da Prata,
- A reparação da espoliação de patrimônios de brasileiros no Urugui, que foram ameaçados em suas vidas e ofendidos em suas honras e dignidades.

Como se vê, foi grande a repercussão geopolítica da atuação, mais uma vez da atual 3ª RM, ao comando de Caxias.

Essa campanha é tratada com riqueza de detalhes operacionais por Genserico Vasconcelos, e com riqueza documental, nos seguintes clássicos: do Mar. J. Benardino BORMANN, *História Militar do Brasil* (Rio: Bibliex, 1941, v. 2, e *Rosas e o Exército Aliado* (Rio: Of. Tip. Gerson, 1912 (é a obra mais

importante de autoria de ex-comandante da 3ª RM), e *Memórias do grande exército aliado libertador do sul da América*, de Ladislau dos Santos TÍTARA (Rio: BIBLIEx, 1950).

Bormann e Genserico são patronos de cadeiras da A- HIMTB.

Com a experiência adquirida na Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas, Caxias, ao assumir o Ministério da Guerra pela primeira vez, em 1855, procurou modernizar o Exército. Para isso:

- Erigiu a Escola Militar na Praia Vermelha em 1855-58,

- Adaptou a tática das Armas às Ordenanças de Portugal, levando em conta as peculiaridades do Exército e a natureza de nossas guerras.

Introduziu no Exército estruturas cuja eficiência comprovara no comando do Exército em operação de guerra contra Oribe e Rosas.

Deixou uma preciosa visão geral do território da 3ª RM entre as guerras contra Oribe e Rosas, 1851-52, e a do Paraguai, 1865-70, o médico alemão Roberto Avé-Lallement em seu *Viagem pelo Sul do Brasil em 1858*. Rio, INL, 1953, 2 v.

Itinerário percorrido por Lallement: Rio Grande- Porto Alegre-Rio Pardo-Santa Cruz-Rio Pardo-Cruz Alta- Cachoeira-Santa Maria-São Martinho-Missões-São Borja- Itaqui-Uruguaiana-Alegrete-Saicã-São Gabriel-Caçapava-Cachoeira- Rio Pardo - Taquari-Porto Alegre-São Jerônimo-Rio Grande.

Ele evidenciou então as preocupações e preparativos na área da 3ª RM para com a Guerra do Paraguai, que ocorreria 7 anos mais tarde.

A Infantaria passou a ser instruída pelo sistema do Cel Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria adotou o regulamento do Mar. Carl Beresford, que comandara a reação em Portugal contra a invasão de Napoleão. A Artilharia adotou o Regulamento da Guarda Francesa do Gen. Pardo, talvez influência de Mallet. A Engenharia ganhou a sua primeira equipagem de pontes Birago, prussiana, que por muitos anos foi usada em Rio Pardo.

Em 1860 Caxias adotou as Ordenanças de Portugal com as adaptações que a pacificação do Maranhão, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e a Guerra contra Oribe e Rosas lhes impuseram. E justificou:

Até que se possua uma doutrina genuinamente nossa.

E foi com essa doutrina que o nosso Exército iria enfrentar a Guerra do Uruguai, 1864-65, e do Paraguai, 1865-70, contando mais com os ensinamentos colhidos da Guerra da Secessão nos EUA, a primeira guerra total da História Militar.

Para se acompanhar a evolução administrativa do Exército no Império, 1822-89, e os seus reflexos no Exército, consultar a obra do Gen Francisco de Paula e Azevedo Pondé, *Organização Administrativa do Ministério da Guerra no Império* (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986)

Dela podem se extrair informações, tais como: As forças do Exército que combateram nessa guerra foram organizadas de acordo com o Dec 762, de 2 de fevereiro de 1851.

Dispuseram de Ajudante General (com respectivos deputados do Ajudante General nas divisões). E as brigadas teriam assistentes do deputado por divisão, um assistente do deputado divisionário, o Quartel Mestre General (com um deputado por divisão e um assistente do deputado por brigada) e o Secretário Militar.

O Ajudante General era responsável por planos, operações, justiça, instrução, administração do pessoal. O Quartel Mestre General reunia funções logísticas (aquisição, depósito, transportes de material e pessoal).

Explicamos isto em detalhes em *O Exército na Proclamação da República* (Rio: SENAI, 1989).

Essa estrutura testada com sucesso na guerra em foco foi introduzida no Exército por lei 648, de 18 de agosto de 1852.

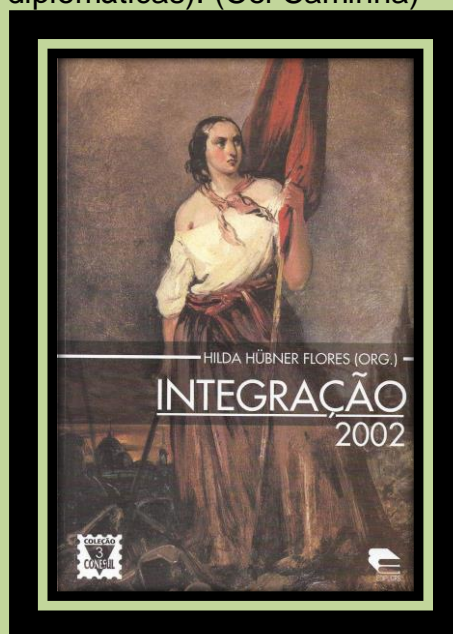
Durante essa guerra, o efetivo das forças terrestres brasileiras era em torno de 28.371 homens assim distribuídos: Exército 18.957; Forças Auxiliares 1.091; Guarda Nacional destacada 8.323.

O Dec. 553 de 5 de abril de 1852 aprovou o regulamento do Curso de Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul; o Dec 908 de junho 1852 aprovou regulamento de 26 artigos para os inspetores de Infantaria, Cavalaria e Artilharia das OM do Exército. O Dec. 7025, de 7 de agosto de 1852, aprovou novo plano de uniformes.

Por aviso circular de 19 de agosto de 1893, o Exército criou escolas elementares em suas OM, de primeiras letras, destinadas a praças que tenham revelado potencialidade de acesso a cabos e sargentos. Era a origem das centenárias Escolas Regimentais. Caxias retornou muito doente dessa guerra, acreditando haver perdido definitivamente sua saúde que ele recuperou depois de longa estadia de águas em Caxambú, combinada por banhos de cachoeira em São João Del Rey.

Em 2003, na Antologia Integração 2002

- Bicentenário da guerra de 1801 no Rio Grande do Sul, p. 51/ 62 (Aborda o real desenvolvimento desta guerra, corrigindo visões anteriores fantasiosas alimentadas por razões diplomáticas). (Cel Caminha)



BICENTENÁRIO DA GUERRA DE 1801 NO RS E DA CONQUISTA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

Cláudio Moreira Bento*

A guerra de Portugal x Espanha na Europa

Em 1801, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra na Europa. Ela se estendeu ao Brasil, envolvendo os territórios do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul.

Essa guerra no Rio Grande do Sul durou de 14 de julho a 17 de dezembro de 1801, ou seja, cinco meses e três dias. Foi planejada e comandada pelo então governador do Rio Grande, o Tenente Gen. Sebastião Veiga Cabral da Câmara, que em 1º de abril de 1776, como coronel, comandara o Regimento de Bragança na reconquista da Vila de Rio Grande, onde foi o primeiro a entrar depois de expulsos os espanhóis que a ocuparam por 13 anos - evento que abordamos com detalhes na obra *A Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1774-76* (Rio de Janeiro: BIBLI- Ex, 1996). Essa guerra foi comandada pelo Ten.-Gen. Veiga Cabral, de Rio Grande, seu Quartel General, onde se achava recolhido ao leito e onde veio a morrer após comandar a fase mais crítica da guerra e governar o Rio Grande do Sul, subordinado ao Rio de Janeiro, por mais de 20 anos, de 14 de abril de 1780 a 5 de novembro de 1811, data de sua morte.

**Sócio emérito do IHGB, natural de Canguçu-RS, benemérito do IHGB, Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do RS, sócio correspondente da Academia de História da Argentina, da Portuguesa de História, da Real Academia de História de Madrid e do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.*

Período de progresso e paz no Rio Grande: 1777-1801

O Rio Grande do Sul, de 1777 a 1801, atravessou um período de paz e de grande desenvolvimento ao lado de um inchoivo mesmo generalizado de seu povo com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que reduziu expressivamente o território do Rio Grande do Sul delineado pelo Tratado de Madrid de 1750.

Nessa época, a Comandância Militar do Rio Grande do Sul atual estava dividida pelo rio Camaquã, em Fronteiras do Rio Grande, sob jurisdição da vila do Rio Grande - Quartel General da Comandância Militar, e a do Rio Pardo, sob jurisdição de Rio Pardo, sede do Regimento dos Dragões do Rio Grande.

O início das hostilidades na Monteira do Rio Grande

As hostilidades tiveram início na Fronteira do Rio Grande, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza 1º, atual denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas. Foram atacadas as guardas espanholas ao sul do rio Piratini, a fronteira de fato (municípios de Canguçu e Piratini atuais), até o rio Jaguarão.

Essa operação foi conduzida pelo Major Vasco Pinto Bandeira, que consta era irmão do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e filho do primeiro comandante de uma unidade de linha no território do Rio Grande do Sul - o Capitão Francisco Pinto Bandeira - a primeira companhia formadora do Regimento de Dragões.

As citadas guardas denominavam-se: São Sebastião, São José, Santa Rosa, Quilombo e da Lagoa.

As operações militares das fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo

Na fronteira do Rio Pardo, os Dragões, ao comando do Coronel Patrício

Corrêa da Câmara, atual denominação histórica da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé, expulsaram os espanhóis da guarda de São Gabriel do Batovi, fundada pelos espanhóis, conforme Osório Santana Figueiredo em *História de 1 São Gabriel* (São Gabriel, s/ed., 1993), e a seguir da de Santa Tecla, que foi arrasada pela segunda vez e definitivamente.

Os espanhóis de Batovi e Santa Tecla recolheram-se ao forte de Cerro Largo (atual Mello). A Guarda São Sebastião, no Passo do Rosário, retirou-se para São Borja.

A partir de Santa Maria atual, 40 Dragões aventureiros, sob orientação do Coronel Patrício Corrêa da Câmara, comandante da Fronteira do Rio Pardo, lançaram-se a partir de Santa Maria atual, sobre a guarda espanhola de São Martinho e, dali, sobre os povos de São Miguel, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, terminando por incorporar definitivamente os Sete Povos das Missões pela força das armas.

Seguiu-se a conquista do atual município de Santa Vitória, a partir dos arroios Taim e Albardão, fronteira de fato. Conquista feita pelo Capitão de Milícias Simão Soares da Silva e pelo tenente de Dragões José Antunes de Porciúncula, à frente de 100 milicianos e 36 Dragões de Rio Pardo. Eles atacaram, de surpresa, as guardas do Chuí e de São Miguel que retraíram para o forte de Cerro Largo, conforme artigo nosso "Santa Vitória do Palmar na História Militar" (in *Revista Militar Brasileira*, jul./dez. 1974). Face a esses ataques, os espanhóis reagiram a partir do forte do Cerro Largo, ao comando do Marquês de Sobremonte, governador de Buenos Aires.

O contingente da Fronteira do Rio Grande chocou-se com um contingente espanhol lançado de Cerro Largo na direção do passo N. Sra. da Conceição do Rio Jaguarão (atual Centurión). E teve lugar o combate do Passo das Perdizes em 17 de outubro de 1801.

Essa manobra espanhola foi diversionária, para cobrir o lançamento de Cerro Largo, em socorro das Missões, do Ten Cel José Ignácio de La Quintana, forte de 600 homens.

A Fronteira do Rio Pardo reagiu enviando 300 Dragões que conquistaram São Borja depois de violento e muito disputado combate.

Por outro lado, esses Dragões do Rio Pardo acompanharam a coluna Quintana e ofereceram-lhe tenaz resistência em São Gabriel e Rosário do Sul atuais, obrigando-a a retirar-se para Cerro Largo.

Estimulados pelas vitórias das guardas do Chuí, São Miguel e Passo das Perdizes, na Fronteira do Rio Grande, e pelas de São Borja, Rosário do Sul e São Gabriel atuais, na Fronteira do Rio Pardo, o Comando Militar do Rio Grande decidiu conquistar a base de operações espanhola - o forte de Cerro Largo, aproveitando a ausência da Coluna Quintana, lançada em socorro a São Borja.

A reação do governador de Buenos Aires

Enquanto isto se passava, o governador de Buenos Aires - Marquês de Sobremonte - mobilizou recursos para socorrer o ameaçado forte de Cerro Largo, cerrando sobre ele e o encontrando desamparado.

Com a morte do governador do Rio Grande, Ten.-Gen. Veiga Cabral, em 5 de novembro de 1801, cerca de 42 dias antes do término da guerra, ele foi substituído no Comando Militar e governo do Rio Grande pelo Brigadeiro Francisco Róscio. Este ordenou uma concentração de todas as forças do Rio Grande no passo N. Sra. da Conceição do Jaguarão (passo Centurión), face à

concentração espanhola no forte Cerro Largo.

Sobremonte cerrou suas forças para o passo N. Sra. da Conceição do Jaguarão, em 30 de novembro de 1801. A concentração portuguesa foi ali reforçada, em 5 de dezembro, com 500 homens transferidos do Taim e Albardão, aprofundamentos das defesas nos arroios do Chuí e São Miguel.

Ainda a 5 de dezembro de 1801, o comandante espanhol mandou um ultimatum ao heróico Cel. Manuel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande e futuro comandante da 3ª RM, e primeiro gaúcho a presidir o Rio Grande do Sul como capitania, dando-lhe 24 horas para evacuar a região. E recebeu a seguinte resposta do Coronel Marques de Souza:

Que nem 2400 anos conseguiriam, desalojá-lo do local. E que tentassem para confirmar!

Concentração portuguesa no Passo N. Sra. da Conceição do Jaguarão

Em 10 de dezembro de 1801, a Fronteira do Rio Grande foi reforçada pela Fronteira do Rio Pardo, com a chegada do Cel. Patrício Corrêa da Câmara, à frente de 400 dragões milicianos e voluntários.

Em 13 de dezembro de 1801, o Marquês de Sobremonte ordenou a retirada de sua tropa para o forte do Cerro Largo, consciente da superioridade portuguesa e do perigo que corria de ser batido em campo raso.

A paz retornou a Rio Grande

Em 17 de dezembro de 1801, foi publicada no Rio Grande a paz entre a Espanha e Portugal. O Cel. Patrício, em 20 de dezembro, retornou a Rio Pardo, em razão da suspeita, não confirmada, de que outra coluna Quintana fora lançada na direção dos Sete Povos para reconquistá-los.

Aliás, em 29 de novembro, uma coluna de 100 espanhóis e 80 índios, apoiados em duas peças de Artilharia, haviam sido rechaçados pelos conquistadores dos Sete Povos. Foi o segundo ataque à conquistada São Borja. O primeiro viera pelo rio Uruguai. Em Porto Alegre, em condições de reforçar as tropas do Rio Grande, encontrava-se o Regimento Extremoz, de Portugal, que participara da reconquista da Vila do Rio Grande em 1º de abril de 1776.

Os estancieiros e fazendeiros gaúchos financiaram e lutaram nessa guerra

Essa guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos, que participaram da luta como voluntários e milicianos. Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados, armas, cavalos e uniformes, que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares Ligeiras, particularmente na Fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

Enfim, foi uma guerra vitoriosa com o apoio logístico predominante da iniciativa privada, ou do povo gaúcho.

As conseqüências da guerra para o Rio Grande do Sul

Os resultados desta guerra foram excepcionais para o Rio Grande do Sul. Foram conquistadas pela força das armas, as riquíssimas pastagens:

- dos Sete Povos das Missões;
- dos territórios entre os rios Jaguarão e Piratini;
- da margem esquerda do rio Santa Maria até a linha do Tratado de Santo Ildefonso, divisória das bacias da Lagoa dos Patos e do Uruguai;
- o território do atual município de Santa Vitória do Palmar.

Enfim, compensou-se de certa forma o que o Tratado de Madrid de 1750 eqüitativamente previra.

Só ficou de fora do Rio Grande o atual território conhecido por Distrito de Entre-Rios (rios Quaraí - Uruguai - Ibicuí - Santa Maria).

Os territórios conquistados nessa guerra não foram devolvidos, por não terem sido exigidos, em razão de a Espanha ter se sentido compensada com a cidade portuguesa de Olivença que conquistara na Europa.

Passou a ter grande movimento o caminho terrestre de articulação das sedes das fronteiras do Rio Grande, Rio Pardo e do Distrito das Missões, então criado, e seguindo o seguinte itinerário: Rio Grande - Pelotas - Canguçu - Encruzilhada - Rio Pardo - Santa Maria - São Borja.

Surgiu na divisão territorial da atual 3ª RM mais o Distrito Militar das Missões, que se desligou da Fronteira do Rio Pardo e hoje é área a cargo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, de Santiago do Boqueirão.

Uma guerra pouco estudada e conhecida

É uma guerra que tem sido pouco estudada, e dela só enfatizada, pela tradição, a conquista dos Sete Povos como sendo uma iniciativa de 40 aventureiros.

Em realidade, eles atuaram dentro de um amplo contexto estratégico que envolveu o vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Brasil e Conde de Resende, o governador e comandante militar do Rio Grande, Ten.-Gen. Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, e os das Fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, os coronéis Patrício e Marques de Souza.

Essa guerra foi estudada pelo Cel. Jonathas Rego Monteiro, em Campanha de 1801 (Rio, IHGB/IN, 1942, separada dos *Anais do III Congresso de História Nacional*, v. 4), com apoio em fontes primárias consultadas no Itamarati, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional. A conseqüente interpretação resultou de pesquisa de fontes variadas.

Atuais municípios gaúchos nos territórios conquistados

A guerra de 1801 incorporou ao Rio Grande do Sul territórios dos seguintes atuais municípios: Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Herval, Pinheiro Machado, Bagé, São Gabriel e parte de Dom Pedrito (margem direita do Santa Maria). E nas Missões, os atuais municípios de São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Ijuí, São Miguel, enfim todos os municípios que se encontram nas Missões.

O Comandante Militar do Rio Grande em 1801

O Ten.-Gen. Sebastião Veiga Cabral da Câmara (1742-1801) nasceu em Santa Maria do Soutello, Portugal, em família de grande conceito social. Chegou ao Brasil com 25 anos, em 1767, como Ten- Cel. do Regimento de Infantaria de Bragança, ao comando do Cel. Francisco Lima e Silva, tio avô do futuro Duque de Caxias. Em 1774, foi enviado para Rio Grande no comando do

1º Escalão do Exército do Sul, comandado pelo Ten-Gen Henrique Böhn, que expulsou os espanhóis do Rio Grande, em 1776. Dele afirmou o cirurgião-mor do RI, quando este deixou o Rio de Janeiro, com destino a Rio Grande:

Ameniza o sofrimento do afastamento do Rio, dos seus divertimentos e das famílias, o fato de viajarmos na honrosa companhia do sr. Sebastião Xavier da Veiga Cabral, comandante das Tropas do Sul, pelo seu gênio amável, pelas suas virtudes e pelo seu ilustre nome admirado.



O esboço mostra na parte escura os territórios incorporados ao Rio Grande do Sul, depois da Guerra de 1801.

O território dos atuais municípios de Umguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento e parte de Dom Pedrito eram o Distrito Espanhol de Entre Rios.

Segundo o Gen. Lyra Tavares, Veiga Cabral formou-se engenheiro geógrafo.

Foi promovido a brigadeiro aos 34 anos, por haver sido o primeiro a entrar na vila do Rio Grande conquistada em 1º abril de 1776, após 13 anos em poder dos espanhóis.

Em 1780 assumiu o governo do Rio Grande, que exerceu com brilho por 21 anos, cumulativamente como 1º Comissário de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Nessa condição, percorreu em 1784-88 intensamente, inclusive, a fronteira do Rio Grande.

Seu trabalho, de grande repercussão na construção do Rio Grande do Sul, foi inventariado por Abeillard Barreto em *Bibliografia Sul - riograndense* (Rio de Janeiro, INL, v. 1, p. 254-276), obra que está a merecer um estudo mais profundo sobre sua importância na vida dos gaúchos.

Sua projeção maior foi no campo militar. Foi ele o planejador secreto, como Comandante Militar do atual Rio Grande do Sul, da vitoriosa guerra de 1801. Seu heroísmo decorreu do fato de, mesmo preso ao leito, por doença, haver conduzido a guerra em sua fase mais crítica, até falecer em 5 de novembro de 1801 na vila de Rio Grande, em seu Quartel General, aos 59 anos de idade. Só foi superado à frente do governo do Rio Grande por Borges

de Medeiros.

Até então três eram os caminhos de invasão do território gaúcho:

- 1- Por São Borja - Rio Pardo.
- 2- Por Aceguá - Santa Tecla - Rio Pardo.
- 3- Pelo Chuí - Rio Grande.

Ele percebeu a existência de outro, com base no forte Cerro Largo (Mello), caminho que em sentido contrário os guerrilheiros de Pinto Bandeira percorreram entre 1773-77: Canguçu Piratini- Herval - passo Centurión - Mello, para penetrar no atual Uruguai, desviando-se dos fortes espanhóis de Santa Tereza e Santa Tecla.

Em 1800 ele estimulou a criação das povoações de Canguçu, Piratini e Herval para barrar esta via de acesso pela linha seca, no dorso da Serra dos Tapes. Em Canguçu, ela poderia infletir tanto para Rio Grande como para o Rio Pardo, barrando o caminho histórico de articulação destas duas bases militares, ou fronteiras do Rio Pardo e do Rio Grande, divididas pelo rio Camaquã.

Em razão dessa guerra, foi determinada a fundação de Canguçu, em 1800, conforme estudo em *Canguçu, reencontro com a História* (Porto Alegre: IEL, 1983). Foi encarregado de fiscalizar a capela de N. Sra. da Conceição de Canguçu, instalada em 1º de janeiro de 1800, o Ten.-Cel. Jerônimo de Azambuja, antigo guerrilheiro de Rafael Pinto Bandeira, inclusive na conquista do forte de Santa Tecla, grande estancieiro em Canguçu e subcomandante da Legião de Cavalaria Ligeira, tropa que guarnecia a Fronteira do Rio Grande e que participou com destaque do vitorioso combate do Passo das Perdizes, em 17 de outubro de 1801. Jerônimo contribuiu com cerca de 36 % da quantia para levantar a capela curada de Canguçu, conforme abordamos em *Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu 1800-200* (Resende: ACANDHIS, 2000). Possuía então 50 anos, pois nascera em Viamão, onde foi batizado em 14 de outubro de 1747. Era filho do Capitão Francisco Xavier de Ajambuja e D. Rita de Menezes e só casou em Rio Grande em 24 de julho de 1790, com sua parente Ana Joaquina Barbosa. Depois da incorporação, em 1801, dos territórios entre os rios Piratini e Jaguarão, foi residir na região onde surgiria Bagé, inicialmente, em 1811, como Guarda Militar criada por D. Diogo de Souza, onde deu origem à ilustre família Azambuja.

Foi dessa localidade, Canguçu atual, que as guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira ameaçavam os espanhóis em Rio Grande. Pois era um local onde guardavam o gado vacum e cavalos arreios dos espanhóis e de onde, na Encruzilhada do Duro, atual Coxilha do Fogo, vigiavam as passagens do rio Camaquã, como proteção, a distância, da reconquistada vila do Rio Grande.

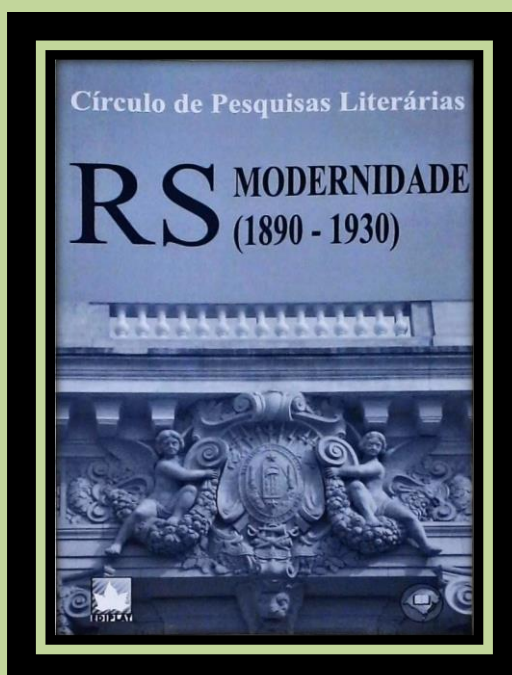
Dois generais se destacaram nessa guerra: Manoel Marques de Souza 1º no comando da Fronteira do Rio Grande e hoje patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada sediada em Pelotas, assunto que abordamos em *8ª Bda Inf Mtz-Brigada Manoel Marques de Souza 1º* (Porto Alegre: Palloti, 2001) e Patrício Corrêa da Câmara, patrono da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Bagé assunto que abordaremos em *3ª lida C Mee - Brigada Patrício Correia da Câmara*, a ser lançada em 2002.

Em nosso trabalho "Canguçu História Militar" in *Canguçu 200 anos*, Resende: ACANDHIS/2000, referimos a importância estratégica da localidade

de Canguçu, fundada em 1º de janeiro de 1800, para a defesa contra uma invasão espanhola do Rio Grande do Sul, pelo Passo do Centurión (antigo Passo N. Sra. da Conceição, no rio Jaguarão) a partir do forte de Cerro Largo (atual Melo), bem como a motivação militar da fundação do local e também de Caçapava e Encruzilhada em 1800, como pontos de barragem e de aprofundamentos de defesas sobre possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande em 1801.

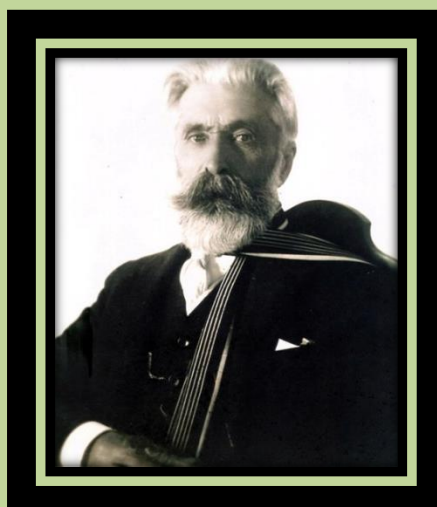
Em 2003, RS - Modernidade (1890 - 1930):

- A tomada de Pelotas pelo general Revolucionário Zeca Neto no 80º aniversário desta conquista, p. 149/176 (nesta tomada, Zeca Neto reedita o feito de seu tio paterno General farroupilha Antonio Netto). (Cel Caminha)



**OS 80 ANOS DA TOMADA DE PELOTAS
PELO GENERAL ZECA NETTO**

Cel Cláudio Moreira Bento



José Antônio Mattos Netto (1854-1948)

General Revolucionário de 1923

Um ataque de surpresa a Pelotas, ao alvorecer

Em 29 de outubro de 1923, numa segunda feira, no contexto da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, que durou 300 dias, contra o Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, o General Revolucionário José Antônio Mattos Netto (Zeca Netto), atacou Pelotas, de surpresa, ao alvorecer e a manteve sob seu controle por cerca de 6 horas sem, no entanto, dominar a reação governista de contingente do 1º Corpo Provisório abrigado na Sociedade Agrícola de Pelotas, ao comando do Capitão Orlando Cruz. Sociedade Agrícola (atual Consulati) situada entre a antiga Usina de Bondes da Light e a atual Escola Técnica Federal - esta era, na época, a antiga Escola de Artes e Ofícios, que também abrigava um contingente governista do 1º Corpo Provisório da Brigada Militar.

Uma guerra de guerrilha, de cavalheiros, psicológica e de movimento

Vale lembrar, conforme escrevemos em **Canguçu reencontro com a História**, que esta revolução possuiu as seguintes características:

A primeira, apelo à tática da Guerra de Guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, aos moldes da Guerra à gaúcha, cabendo aos revolucionários fustigar, inquietar, confundir as forças do governo evitando, por tudo, serem cercadas e travarem um combate decisivo.

A segunda, a de uma Guerra Psicológica, traduzida pelo exagero das ações militares revolucionárias, quanto aos efetivos em presença, baixas, vantagens táticas e estratégicas sobre forças do governo. Na falta de armas e munições compatíveis para uma ação militar efetiva, Zeca Netto recorreu, com a sua auto denominada 4ª Divisão do Exército Libertador, à Guerra de Movimento, sempre fintando o adversário e mantendo-se bem informado sobre ele, evitando o combate, para permanecer ao máximo em ação. E conduziu muito bem esta estratégia nas serras dos Tapes e do Herval, ao ponto dos governistas que o perseguiram, sem o encontrar, o tratarem de “Zeca Veado” e os seu correligionários, por sua vez, o tratarem de “Condor da Serra dos Tapes”.

Nas cidades, jornalistas revolucionários, através da Imprensa, se encarregavam de conduzir esta guerra psicológica, com bem sucedido marketing sobre os governos Central, do Estado e sobre o povo, exagerando as reais possibilidades e os feitos dos revolucionários, tratados na época de bandoleiros pelo Presidente, Dr. Borges de Medeiros. E sempre anunciando ataques sobre determinados objetivos que não se concretizavam. Este seria um dos motivos a explicar a surpresa de seu ataque a Pelotas, há 9 dias do Armistício de 7 de novembro e a 49 dias da Paz de Pedras Altas, em 14 de dezembro de 1923.

A terceira foi uma característica de Guerra de Cavalheiros, em contraposição à Guerra de Bárbaros, a Guerra Maldita, ou a Guerra da Degola, que havia sido a Revolução de 93, da qual foram veteranos, como governistas, ao que se sabe Zeca Netto, Juvêncio Lemos, Orlando Cruz e Francisco Verneti, que serão aqui focalizados.

Uma retomada das tradições de Firmeza e Doçura, degoladas em 1893

Em 1923, seus líderes procuraram, ao máximo, no combate e na tribuna, honrar as tradições farroupilhas de **Firmeza** e **Doçura**, representadas no brasão farrapo por dois amores perfeitos que assim se traduziam. Em combate ou na tribuna, lutar com **Firmeza**, traduzida por bravura e garra. E depois do combate, **Doçura**, traduzida pelo respeito, como religião, à vida, à família, à honra e a propriedade do vencido inerme. E, em Pelotas, isto se caracterizou em alguns casos, como se verá.

Zeca Netto reedita em Pelotas ações de seu tio e ídolo militar General Netto

Zeca Netto, nesta 3ª tentativa, agora bem sucedida, de atacar Pelotas, reeditava, assim, feito de seu tio, o General Antônio de Souza Netto que, na Revolução Farroupilha, 87 anos antes, havia conquistado Pelotas, com a sua Divisão Liberal, depois da vitória de Seival em 10 de setembro de 1836 e a Proclamação da República Riograndense, no dia seguinte, no Campo do Menezes.

Divisão Liberal integrada por transformação do Corpo de Guardas Nacionais de Piratini, constituído por forças mobilizadas neste município em seus distritos da época de Bagé, Canguçu e Cerrito, e reforçada pelo Corpo de Lanceiros Negros Farrapos. Estes em grande parte mobilizados nas charqueadas de Pelotas.

Divisão Liberal que em Pelotas acantonou no recém inaugurado Teatro Sete de Abril. Na ocasião, Antônio Netto prendeu o Major Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, em sobrado na esquina seguinte do Clube Caixerai, na rua Félix da Cunha, depois de ameaçar explodir o mesmo com um barril de pólvora. Netto enviou Marques de Souza preso para Porto Alegre, no barco-prisão Presiganga, de onde mais tarde escapou e liderou a retomada definitiva de Porto Alegre aos farrapos.

Zeca Netto era filho de Rafaela Mattos com um irmão do General Antônio Netto e sobrinho do Tenente Coronel honorário do Exército Theóphilo de Souza Mattos, nosso bisavô materno, que comandara um Corpo da Guarda Nacional de Canguçu na Guerra do Paraguai. No ataque a Pelotas, em foco, alguns de seus netos acompanharam o primo Zeca Netto.

Conquistar Pelotas, um antigo sonho do General Zeca Netto

Conquistar Pelotas, a 2ª cidade do Estado e centro de operações do Governo do Estado, fora um objetivo visado em três ocasiões pelos revolucionários, para chamar a atenção do Brasil para a causa pela qual lutavam e tentar assim uma intervenção federal no Estado. Pelotas era um local com muitos adeptos da causa revolucionária e a ela forneciam armamentos, munições e informações preciosas sob o dispositivo defensivo militar governista. Informações que permitiram a Zeca Netto, desta vez, planejar e executar seu ataque sobre os objetivos, os quais conhecia em detalhes. E, julgam alguns, com reforços recebidos em Pelotas no dia do ataque. E com a indiferença de muitos defensores de Pelotas, inclusive do intendente Cel Pedro Osório, de que era mais uma ameaça de Zeca Netto, como as duas anteriores, a não se concretizar.

Entre atacar Bagé ou Pelotas, segundo Zeca Netto, em suas **Memórias**, sua decisão se baseou nas seguintes considerações estratégicas:

“Bagé é uma praça de guerra e ponto de defesa de nossas fronteiras desde os tempos do Brasil Colônia. E Pelotas é uma cidade central e comercial e que se encontra no momento sem defesa. Pois quem a defende com suas metralhadoras é o Ten Cel Emílio Massot que, por ordem superior, seguiu para a região serrana para completar o cerco da força do General Honório Lemos”.

Pelotas ficara, então, defendida por uma ala do 1º Corpo Provisório da Brigada Militar comandada pelo Major Aldrovando Leão, ex-sargento do Exército, que cursara a Escola de Sargentos. O vice-intendente do 1º distrito de Pelotas era o Tenente Francisco Jesus Vernetti, comandante da Guarda Municipal. E ambos tombariam mortos na defesa de Pelotas. Defendia também a cidade a Guarda Republicana e a Polícia Civil.

Os efetivos em presença no assalto e na defesa de Pelotas

Segundo colheu o Cel Aldo Ladeira Ribeiro e publicou em seu **Esboço da Brigada Militar do Rio Grande do Sul**, em 1953, inclusive a parte de combate do 1º Corpo de Provisório do Capitão Orlando Cruz que substituiu o Major Aldrovando Leão e mais o telegrama do intendente Cel Pedro Osório ao presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros, o efetivo encarregado da defesa de Pelotas era de 121 homens contra, segundo Zeca Netto em suas **Memórias** (p.100), “seus 250 atacantes bem armados e com 50.000 tiros, depois de reforçado em caminho, no município de Canguçu, com um piquete de 30 homens decididos e valentes, com 30 fuzis Mauser e 30.000 tiros”.

Até então a maioria de sua força, bem montada, trazia como armamento uma variedade enorme do que conseguiram reunir em suas casas. Alguns fuzis antigos, revólveres, armas de caça, facas, adagas, boleadeiras e até lanças improvisadas de madeira de lei, armando assim alguns piquetes. E mais, um bom estoque de cravos de ferraduras, para ferrar a cavalhada, o que era feito nas ferrarias ao longo do itinerário por ferradores de sua força.

O efetivo defensivo foi assim distribuído, segundo o Cel Pedro Osório:

“Ala do 1o Corpo Provisório na Sociedade Agrícola: 80 homens;

1º Posto Policial, atrás da Intendência: 13 homens. Comandante: Tenente Francisco Jesus Vernetti;

2º Posto Policial: 6 homens. Chefe: comissário Arruda, no porto ao lado da Alfândega;

3º Posto Policial: 7 homens. Chefe: comissário Olímpio, no atual albergue noturno na rua padre Felício.

Efetivo do Corpo de Bombeiros: 13 homens, ao comando do Tenente Luís Felipe Abarahy;

A Guarnição Federal era constituída pelo 9º Batalhão de Caçadores do Exército que aquartelava no edifício hoje ocupado pelo Batalhão da Brigada Militar e tinha ordem de ficar neutro na contenda, na proteção do patrimônio federal e bancos. Seu comandante era o Ten Cel Arthur Cantalice.

Servia neste batalhão como aspirante, Cícero de Góes Monteiro, irmão do mais tarde General Aurélio de Góes Monteiro, comandante militar da Revolução de 30. Cícero, na Revolução seguinte, de 32, pereceu em combate no Vale do Paraíba, como oficial do 9º Batalhão de Pelotas, para lá destacado para combater revolucionários paulistas. Ele presenciou, como neutro, o ataque à Sociedade Agrícola de seu observatório na Usina de Bondes.

Surge a oportunidade ideal para o ataque a Pelotas

A oportunidade esperada de tomada revolucionária de Pelotas surgiu no momento em que a 3ª Brigada Provisória do Sul, ao comando do Cel Juvêncio Lemos se encontrava em Piratini e o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, o Pacificador do século XX, (Revolta do Padre Cícero, Revolta do Contestado e Revolução de 23) e filho de Uruguaiana, enviado pelo Presidente da República, encontrava-se no interior do Estado em gestões positivas visando a Paz de Pedras Altas, a qual terminou de conseguir de forma notável, segundo o Dr. Sérgio da Costa Franco em seu livro **A Paz de Pedras Altas**.

O violento combate de Canguçu Velho, dois meses e meio antes

O sangrento combate de Canguçu Velho de 14 de agosto de 1923 na área das ruínas do antigo sobrado, sede e mangueirão de pedra da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/89, foi o mais violento da revolução, com 22 baixas fatais para os revolucionários e 6 para os governistas.

Combate que ocorrera há pouco mais de dois meses, entre forças de Zeca Netto e governistas ao comando dos coronéis Juvêncio Lemos e Hipólito Pinto Ribeiro. Este, filho do General Hipólito Ribeiro.

Este combate havia reduzido a coluna de Zeca Netto, e a deixado desmuniada e com sua cavalaria enfraquecida pelo inverno. Foram mortos em combate e entregues à guarda perpétua da comunidade canguçuense, onde até hoje se encontram seus restos mortais, mas esquecidos, o Major Álvaro Ribeiro Lemos, de Pelotas e o Tenente Jorge Edjalde, de Porto Alegre.

O Cel Hipólito então, mandou o Tenente Ernesto Ignácio Pinheiro, avô do historiador Cairo Moreira Pinheiro e que era o oficial de Dia, para sepultar os mortos no local onde tombaram, e num gesto cavalheiresco também os mortos revolucionários ali tombados, os quais, em 1951, foram mandados exumar pelo prefeito Conrado Ernani Bento e colocados sob a proteção de um cercado de arame numa encruzilhada junto a Canguçu Velho. Em 1974 fotografei o local, tendo ao fundo dois filhos meus, hoje capitães de Fragata da Marinha do Brasil. Em data recente voltei ao local e constatei que ali se originara um enorme cemitério, tendo ao lado uma igreja e não consegui identificar mais os túmulos dos mortos ali tombados.

A marcha de 45 dias de aproximação para o ataque a Pelotas

Em 14 de setembro, Zeca Netto operou junção na fazenda Capão Alto, em Bagé, com forças do General Revolucionário Estácio Azambuja.

Daí marcharam ao longo do itinerário Bagé, Lavras do Sul, São Gabriel, São Sepé e Caçapava, atingindo o arroio Irapuá, com suas águas crescendo, obrigando a coluna Zeca Netto a atravessá-lo, de pronto, e acampar na outra margem protegido da atuação adversária.

O General Estácio, perseguido pelo governo, na impossibilidade de atravessar o Irapuá, que estava a nado, margeou o arroio até se bater em Seivalsinho com forças do Governo e com sérias baixas em ambos.

Zeca Netto prosseguiu e foi reforçado pelo Coronel Coriolano de Castro, de Caçapava, homem que se singularizou por laçar com a mão esquerda,

descendente de Dragões do Rio Pardo, biografado pelo historiador de Caçapava Arnaldo Luis Cassol e parente do saudoso amigo Humberto Castro Fossa, historiador de Encruzilhada do Sul, ambos meus grandes companheiros no Instituto de História e Tradições do RGS.

Em 25 de setembro a Coluna Zeca Netto penetrou no município de Encruzilhada e, fingindo, fizeram crer que atacariam a vila de Encruzilhada. Mas rumaram a noite para o Passo do Marinheiro no rio Camaquã, que foi atravessado em três dias numa balsa e em canoas. A cavalaria atravessou a nado.

Aí, segundo Zeca Netto, “existia uma balsa e ele então improvisou com arame liso de cercas uma maromba, ou cabo guia, para a balsa ir e vir presa a uma argola à maromba. Registrou que no deslocamento saia chispas da maromba atritando na argola e sob a pressão de forte correnteza, a ponto de queimar os arames. Numa travessia, a balsa, com o rompimento da maromba, foi rio abaixo, dando grande trabalho para a colocar em posição.

Dali, atingiram o município de Canguçu de onde, pelo Passo do Costa, atingiram Piratini no dia 7 de outubro, onde receberam em caminho reforços de homens, cavalos e munições.

Em 14 de outubro, em Marcelino, na Serra das Asperezas, contraforte da Serra do Veleda, em Piratini, enfrentaram, sob a proteção de uma cerca de pedra, o Coronel Juvêncio Lemos. O General Zeca Netto, sem perder o objetivo - atacar Pelotas, rompeu o contato em direção a Sanga da Olaria, onde acampou.

De 15 a 24 de outubro deslocou-se pelo município de Canguçu, na região conhecida por Rincão dos Cravos, corruptela da expressão Rincão dos Escravos, por culpa de algum geógrafo improvisado que registrou a palavra sem a sílaba inicial. E em 25 penetrou no de Piratini. Em 26 transpôs o rio Piratini, por um falso passo Mangueira e foi acampar, em 27 de outubro, na Trapeira, no município de Canguçu, próximo de Morro Redondo.

No dia 28 de outubro, em marcha forçada, pela estrada da Cascata atingiu, à meia noite, no Passo do Salso, a Chácara do Dr. Francisco de Paula Amarante, distante 12 km de Pelotas.

Ali Zeca Netto expôs sua idéia de manobra. Ataque simultâneo de três objetivos, impedindo ligação e apoio recíprocos dos mesmos.

O desenvolvimento do ataque a Pelotas ao alvorecer

A Coluna Zeca Netto com base de partida para o ataque a Tablada, nas Três Vendas, iniciou o ataque simultâneo, às 5 horas de 29 de outubro, sobre três objetivos iniciais, a serem conquistados e isto sem serem pressentidos pela Polícia Administrativa e surpreendendo as defesas de Pelotas.

O Ataque Principal, ao comando do Tenente Coronel Felipe Conca, progredindo pela Avenida Duque de Caxias, com o seu destacamento lançado sobre o Pavilhão da Sociedade Agrícola e prédio da Escola de Artes e Ofícios, na área hoje ocupada pela Escola Técnica Federal e que concentrava o grosso da defesa governista.

O Coronel Coriolano de Castro, progredindo pela rua Professor Araújo, até a ponte de Pedra, no arroio Santa Bárbara, foi lançado com a missão de apoiar pela esquerda o Destacamento Tenente Coronel Conca, lançado sobre o Pavilhão da Sociedade Agrícola, entre a Usina e a atual Escola Técnica Federal.

O Major Adolfo Brockman para atacar o Posto Policial, no porto, depois de

percorrer a estrada da Barbuda até as Três Vendas.

O Coronel Crespo, atuando com seu destacamento pelo centro, e progredindo pela rua 15 de novembro devia atacar a Intendência e o 1º Posto Policial atrás dela, ao lado da Escola de Agronomia Eliseu Maciel.

O Coronel Leônidas Damasceno foi lançado sobre o quartel do Corpo de Bombeiros no local até onde hoje se encontra e depois de progredir pelas ruas Barão de Santa Tecla, Argolo, Marechal Deodoro, General Telles, Andrade Neves e destas pela Gomes Carneiro até a 15 de Novembro.

Às 2 horas da madrugada todo o dispositivo do ataque, a cavalo, iniciou a operação, com retardamento decorrente de dois incidentes superados, mas considerados providenciais, para o ataque não ser percebido por ronda governista.

Ao clarear do dia os revolucionários atingiram a Tablada, na atual região nas Três Vendas. Ao centro ia o General Zeca Netto com seu Estado-Maior, tendo como assistente Dario Crespo, seu companheiro de barraca (de rancho) que relatou esta operação em 4 artigos no **Correio do Povo**, em novembro e dezembro de 1962 e em abril de 1963, cinco anos depois do livro do Cel Aldo Ladeira Ribeiro, do qual, no ano dos citados artigos doou exemplar ao Dr. Raul Azambuja, que foi intendente de Canguçu de 1921 a 1924. Localidade que foi ocupada 4 vezes pela Coluna Zeca Netto. De 15/24 março, depois, de 19/21 abril, em 7 Jul e a seguir em 19 de julho, quando ocorreu o combate do Cerro Partido no dia anterior. Depois, entre 11 e 14 agosto acampou em Canguçu Velho, quando ali ocorreu o combate de Canguçu Velho.

O início efetivo do ataque a Pelotas

Avançando para o ataque, segundo Dario Crespo, “um sinal luminoso riscou o céu dando a impressão de que cairia sobre nós. A luz foi tão intensa que o nosso cavalo chegou a espantar-se, saltando para o lado. Era uma estrela cadente, na qual alguns viram um sinal de vitória e outros de agouro”. E Zeca Netto lhe bateu e no ombro e falou: - “A cidade de Pelotas é nossa, os céus estão prenunciando.”

Quase no mesmo instante ouviram-se as primeiras descargas. E a luta duraria cerca de 5 horas. O Posto de Comando revolucionário foi estabelecido no antigo Hotel Colonial, na rua Manduca Rodrigues (atual largo do Vernetti) e a ligação entre os destacamentos lançados ao ataque, foi feita por um assistente de Zeca Netto.



Visão na época do Pavilhão da Sociedade Agrícola Pastoral. Objetivo do ataque Principal revolucionário. Fonte: Arquivo do acadêmico Flávio Azambuja Kremer, da Academia Canguçuense de História.



Aspecto na época da Escola de Artes e Ofícios que abrigava homens do 1° Corpo Provisório da Brigada Militar. Fonte: Arquivo do acadêmico Flávio Azambuja Kremer, da Academia Canguçuense de História.

Os ataques atingiram de surpresa seus objetivos quase ao mesmo tempo.

A Intendência e o 1° Posto Policial foram envolvidos pela atual praça Pedro Osório e rua Andrade Neves, em meio a intensa fuzilaria. Os revolucionários procuravam abrigo nos bancos de ferro da praça ou deitados nos seus canteiros de onde atiravam sobre a Intendência e seu fogo era respondido.

Na rua Andrade Neves foi atingido mortalmente o revolucionário Major Manoel Batista Gomes junto com o seu cavalo.

Pouco depois o comandante governista Capitão Francisco Jesus Vernetti, vice-intendente, foi ferido de morte, a bala, por um revolucionário adolescente de 15 anos, fato que fez os governistas, içando uma bandeira branca, pedirem uma trégua para transportar o Capitão Vernetti para uma farmácia defronte ao 1° Posto Policial e um pouco mais tarde para a Beneficência Portuguesa, onde ele não resistiu à delicada intervenção cirúrgica. Vernetti era médium espírita. Nasceu em Boqueirão, em São Lourenço. Era muito estimado. Sua memória é reverenciada em nome de rua no Jardim Europa, no Areal, e é patrono do Centro Espírita no bairro N.S de Fátima, na Avenida Cidade do Rio Grande nº 541. E permanece no Largo do Vernetti, à rua Professor Araújo.

A rendição dos defensores da Intendência e do 1° Posto, mas não os defensores na Sociedade Agrícola

Depois de 5 horas de resistência, os governistas que defendiam a Intendência e o 1° Posto Policial renderam-se, sendo lavrada Ata na Intendência de ocupação revolucionária de Pelotas. Zeca Netto enviou telegrama ao Presidente do Brasil comunicando o seu feito, como a que insistir que houvesse uma intervenção federal no Estado.

Na área do quartelamento da Sociedade Agrícola, (área da atual Consulati e da antiga Escola de Artes e Ofícios), região da Escola Técnica, o

ataque foi presentido por uma sentinela que deu o alarme e travou-se intenso duelo a bala.

As grades de ferro da Sociedade Agrícola protegiam os defensores que ali se alojavam. E pelas janelas laterais da Escola de Artes e Ofícios os defensores despejavam intensa fuzilaria. Entre os atingidos pelo fogo estava o comandante revolucionário Tenente Coronel Conca. E tombou mortalmente o comandante go-vernista Major Aldrovando de Andrade Leão, atingido pelos revolucionários e mais seu irmão Tenente Henrique e o seu ajudante, o Alferes Utaliz. O Capitão Álvaro Escobar foi ferido por um projétil que atravessou o seu pescoço, mas continuou lutando. Assumiu o comando o Capitão Orlando Cruz, que não se rendeu na defesa da Sociedade Agrícola, segundo comunicação do intendente Coronel Pedro Osório ao Presidente Borges de Medeiros em que escreveu:

“O Major Aldrovando caiu mortalmente ferido, com o tempo apenas de passar o comando ao bravo Capitão Orlando Cruz”.

O Capitão Orlando Cruz omitido em descrições do ataque

Orlando Cruz não aparece nos artigos do *Correio do Povo* escritos por Dario Crespo, mas foi ele que redigiu a parte do combate, publicada em 1953 pelo Cel Aldo Ladeira Ribeiro, (Juiz da Côrte de Apelação da Justiça do Estado) em seu *Esboço Histórico da Brigada Militar do RGS*, a mais rica em fontes primárias deste evento e inclusive a comunicação do Intendente Cel Pedro Osório ao Dr. Borges de Medeiros.

Em nosso *Canguçu reencontro com a História*, com apoio em jornal de Piratini da década de 20, escrevemos sobre ele o que o Cel Pedro Osório confirmou:

“Em 1923, em Pelotas o mais tarde Coronel Orlando Cruz teve de assumir o comando de uma unidade (1º Corpo de Provisórios), por morte em combate de seu comandante (Major Aldrovando Leão) ocasião em que foi promovido a major.

A imprensa de Pelotas criou em torno de seu nome uma legenda, em razão da coragem e bravura reveladas no comando de seu posto na Sociedade Agrícola, o único que não se rendeu, em reação ao ousado feito do General Zeca Neto de tomar Pelotas.

Em razão disto assumiu o cargo de intendente de Canguçu de 1924/28, passando o cargo a seu substituto, sendo promovido a Ten Cel e assumindo o comando do 19º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, operando com o mesmo em Canguçu, Piratini e fronteiras do Uruguai e Argentina contra revolucionários de 1924/26. Reassumiu a Intendência de Canguçu em 5 de novembro 1925. Ao final de 1926 deixou a Intendência por curto período para organizar o 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar”.

História é verdade e justiça! Aqui o repomos no seu lugar na História. Eu o conheci quando menino, ainda usando peças de seu uniforme de provisório, o chapéu de abas largas e seu culote.

Outros detalhes do ataque revolucionário

Ao iniciar o ataque o Major Aldrovando se encontrava em casa e atravessou as linhas revolucionárias disfarçado de oficial do Exército. E

assumiu o comando da reação, sendo atingido em seguida mortalmente e substituído pelo Capitão Orlando Cruz, por indicação do Major Aldrovando. E ao Capitão Orlando Cruz repetimos, coube redigir a circunstanciada parte de combate publicada na citada obra de Aldo Ladeira Ribeiro no citado *Esboço Histórico da Brigada Militar do RGS* (p.184) como comandante interino do 1º Corpo Provisório e seu Fiscal.

O contingente do Coronel Coriolano de Castro avançou até a Ponte de Pedra sobre o arroio Santa Bárbara e tomou posição no paredão da Cervejaria Ritter, defronte a Praça dos Enforcados e nas ruas em torno da Usina da Light e do Pavilhão da Sociedade Agrícola. Ali ele secundou o Tenente Coronel Conca.

Na Ponte de Pedra foi atingido o Capitão Zeno Zielinski, que atirava de fuzil Mauser da ponte, sobre os governistas. Foi quando um tiro de fuzil atingiu a coronha de sua arma e a estilhaçou, sendo atingido no rosto pelos estilhaços e seu chapéu foi perfurado. Foi ferido neste episódio o Capitão Egídio Rosa, de Piratini.



**O quartel do Corpo de Bombeiros na época, com seu equipamento contra incêndio.
Fonte: Arquivo do acadêmico Flávio Azambuja Kremer, da Academia Canguçuense de História.**

O Coronel Leônidas, com pessoal de Canguçu principalmente das famílias Moreira Mattos e Prestes coube atacar o Corpo de Bombeiros. Para alcançar o objetivo esta força atravessou a trote largo as ruas Paissandu, Argolo, Marechal Deodoro, General Telles e Andrade Neves guiada pelo Capitão Ovídeo Batista.

Os atacantes em posição na esquina fronteira ao Quartel dos Bombeiros romperam fogo que durou cerca de uma hora.

Finalmente a força governista ao comando do Tenente Luis Felipe Albarahy, que teve um braço fraturado ao pular um muro, rendeu-se. A rendição foi conseguida sob a ameaça de incêndio do local. Os atacantes, segundo divulgaram, prenderam os defensores e apreenderam muitas armas e munições enviadas de Porto Alegre, destinadas às forças governistas dos municípios vizinhos de Pelotas. Alguns atacantes teriam sido feridos.



Um grupo de canguçuenses que participou do assalto ao Corpo de Bombeiros. Da esquerda para a direita: Valdemar Moreira Mattos, Djalma Moreira Mattos, Neco Lemos, Boaventura Centeno, Alvim Dias, Alteçor Almeida, (avô do prefeito de Canguçu Odilon Almeida Meskó), Tarcílio Eneias Moreira Mattos (pai do acadêmico da ACANDHIS, Moacyr Mattos) e José Moreira Mattos (pai do historiador do IHGPel, Mario Barbosa Mattos). Fonte: Arquivo de Cairo Moreira Pinheiro, acadêmico da ACANDHIS.

Ao Coronel Leônidas destacou dali o Major Alteçor Almeida para auxiliar os atacantes da Sociedade Agrícola e Escola de Artes e Ofícios.

E o Capitão Campolino Pereira foi destacado com um grupo para tomar o Posto Policial na Praça da Alfândega, no Porto, o que logrou sucesso depois de ligeira resistência.

O comandante deste posto e alguns de seus homens feridos escaparam pelo Canal São Gonçalo e se internaram nas ilhas do Malandro e da Samambaia.

Às 10 horas da manhã o General Zeca Netto, com apoio em contingente que conseguiu reunir, avançou a trote largo, na direção da Praça da República, para tomar a Intendência.

A inesperada reação de um Posto Policial desconhecido

Em caminho, na rua Paissandu, foi feita uma descarga na direção do General Zeca Netto partido de um Posto Policial (no atual Albergue Noturno, rua Padre Felício). Este foi atacado e respondeu com violento fogo, sob a proteção de um muro muito alto. Aí Zeca Netto blefou com ordem para incendiá-lo. Um popular, ouvindo isto, correu a avisar os defensores do posto dizendo que se entregassem senão morreriam queimados. E os defensores gritaram, segundo ainda Zeca Netto: “Se nos garantem as vidas nos entregamos!” E entregaram-se, sendo recolhidas as suas armas e depois colocados em liberdade.

Neste ataque, o Coronel Plínio Monte foi ferido levemente na mão esquerda.

Removida esta resistência, o General Zeca Netto rumou para a Intendência, sendo aclamado por onde passava e em delírio na Praça da

República (atual Pedro Osório) onde foi recebido com discursos.

Zeca Netto toma a Intendência com lavratura de Ata e nela hasteia a Bandeira Nacional

O General Zeca Netto boleou a perna de seu zaino escuro e subiu as escadas da Intendência tendo sido o seu ponche cortado em suas franjas por senhoras e moças, como lembrança.

Zeca Netto, a concluir-se de Dario Creso, estava consciente de estar reeditando o feito de seu tio General Antônio Netto de conquistar Pelotas na Revolução Farroupilha.

Na Intendência o General Zeca Netto hasteou a Bandeira Nacional. Em seguida, em seu Salão Nobre foi lavrada a Ata de tomada de Pelotas. E mais, “foi passado em seu nome um telegrama ao Presidente da República Dr. Arthur Bernardes declarando que uma coluna revolucionária havia se apoderado da 2ª cidade do Estado”. Isto visava tentar que o Rio Grande do Sul fosse alvo de uma intervenção federal.

E no Pavilhão da Sociedade Agrícola a ala do Corpo Provisório, ao comando do Capitão Orlando Cruz, oferecia resistência, entrincheirada.

O General Netto, segundo Dario Creso, não autorizou ataque ao 1º Corpo Provisório “em razão do objetivo político revolucionário ter sido conquistado, ou seja, a tomada simbólica de Pelotas e de estar a resistência na Sociedade Agrícola isolada e cercada. Era preciso poupar sangue”.

A tomada espetacular de Pelotas chamou a atenção do Brasil para os revolucionários, quando o Ministro da Guerra se encontrava em sua missão de paz na Região Serrana rumo a Porto Alegre e a força do Cel Juvêncio Lemos se encontrava em Piratini.

O ataque militar a Pelotas completou seu objetivo político: chamar a atenção de forma espetacular sobre o regime político gaúcho inspirado no Positivismo e sem alternância no poder. Mas o Dr. Borges de Medeiros continuaria no poder até 1927, sendo substituído por Getúlio Vargas.

A retirada revolucionária de Pelotas

Às 16 horas, a força atacante foi reunida. E em seguida foi até o Comandante da Guarnição Federal, neutra na disputa, para entregar-lhe Pelotas à sua guarda e proteção. Recebeu-a o Tenente Coronel Arthur Cantalice, comandante do 9º BC (atual 9º BIMtz).

O 9º BC, durante o ataque e tomada de Pelotas, como neutro, guardava as repartições federais, os bancos e a Usina da Light.

Revolucionários protegeram o **Diário Popular** para que não fosse empastelado por seus adeptos em Pelotas.

A Coluna Zeca Netto comportou-se com disciplina e correção. Os abusos correram por conta de alguns provisórios que foram denunciados ao comandante da 3ª Região Militar pelo comandante do 9º BC. Rendidos os defensores e tomadas suas armas, eram colocados em liberdade sob o compromisso de não pegarem em armas contra os revolucionários.

A Coluna do General Zeca Netto foi reunida na Tablada, próximo do atual Aeroporto, ao entardecer. E dali ela partiu rumo a São Lourenço do Sul indo acampar sob a proteção da serra. O General Zeca Netto e comitiva jantaram na

casa comercial de Carlitos Brauner, retornando ao acampamento às 20 horas, onde foram visitados pelo comandante do 9º Batalhão de Caçadores Tenente Coronel Arthur Cantalice.

Em 30 de outubro, às 10 horas, a Coluna Zeca Netto levantou acampamento rumo à localidade de Camaquã, onde residia o General Zeca Netto. Ali sua coluna, que se encontrava mais forte do que no início da Revolução, foi dissolvida em decorrência da Paz de Pedras Altas.

Os mortos, feridos e presas de guerra tomadas em Pelotas

A Coluna Zeca Netto, segundo Dario Crespo, teve 4 mortos e 17 feridos nesta operação e, por outro lado, arrecadou bom material bélico, além de 160 cavalos e 102 arreios.

Segundo o intendente Cel Pedro Osório, em telegrama ao Dr. Borges de Medeiros, “os revolucionários levaram dos postos policiais 82 fuzis Mauser, que haviam sido cedidos pelo 1º Corpo Provisório; 300 fuzis Mannlichers, sem munição e em mau estado; 30 fuzis Comblain inservíveis e 6.000 tiros de vários calibres. Também levaram a cavalaria dos postos policiais e inclusive de alguns particulares, e algum armamento destes”.

Nos jornais **A União Republicana** e **Diário Popular** foram quebrados os vidros e inutilizados alguns móveis. O elemento adversário pelotense auxiliou materialmente os invasores avolumando a impetuosidade do ataque... A minha impressão é que as forças de Zeca Netto eram de 400 homens, mais ou menos, bem montados e armados. Os nossos mortos foram 11, ou seja, o Tenente Vernetti, sub-intendente do 1º Distrito e 3 oficiais, o Major Aldrovando, o tenente Henrique Leão e o alferes Utalis Soares. E mais um guarda municipal e 6 soldados do 1º Corpo Provisório. Os inimigos tiveram muitas baixas, e levaram alguns feridos.

Na cidade calculam-se 40 mortes de ambos os lados. Foram mortos 4 transeuntes e feridos 7, inclusive 4 mulheres.”

O Cel Juvêncio Lemos contara na véspera 235 revolucionários que segundo ele foram reforçados no ataque por alguns pelotenses que se juntaram aos atacantes. Seu cálculo coincidiu com o que afirmou Zeca Netto.

A residência do intendente Cel Pedro Osório foi cercada, mas ele foi respeitado e nenhuma ação foi feita contra ele.

Faltou aos defensores de Pelotas acionarem suas informações para detectar um ataque a Pelotas. E se não o fizeram foi talvez por terem subestimado a capacidade dos revolucionários, desprezando informes de que Zeca Netto iria atacar Pelotas, quando deveriam ter lançado postos avançados de vigilância e patrulhas sobre as prováveis vias de acesso a Pelotas. Mas não o fizeram. E isto se entende, pois não eram profissionais em Arte Militar. De outro lado, Netto sabia que o Cel Juvêncio se encontrava em Piratini onde dera 3 dias de descanso a seus homens. E creio que Zeca Netto foi o introdutor do grampo telefônico, pois possuía em sua tropa um elemento que subia nos postes telefônicos e com um telefone escutava as comunicações do governo com sua tropa.

Mas foi preciso deixar Pelotas depois deste feito, por não possuir condições de equipamento e material bélico para enfrentar a força estadual em seu encalço, ao comando do Cel Juvêncio Maximiano Lemos. E para compensar a inferioridade bélica ele tinha que andar escapando a encontros

decisivos para continuar chamando a atenção do Brasil para a sua causa.

Foi o que fez a seguir a célebre Coluna Miguel Costa/Pres- tes, impropriamente chamada Coluna Prestes, segundo ele próprio. Coluna que percorreu o Brasil mantendo-se em campo e fazendo grande propaganda da causa que defendia que iria desa- guar na vitoriosa Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, na qual o Rio Grande ficou de pé pelo Brasil.

Traços do perfil militar de Zeca Netto



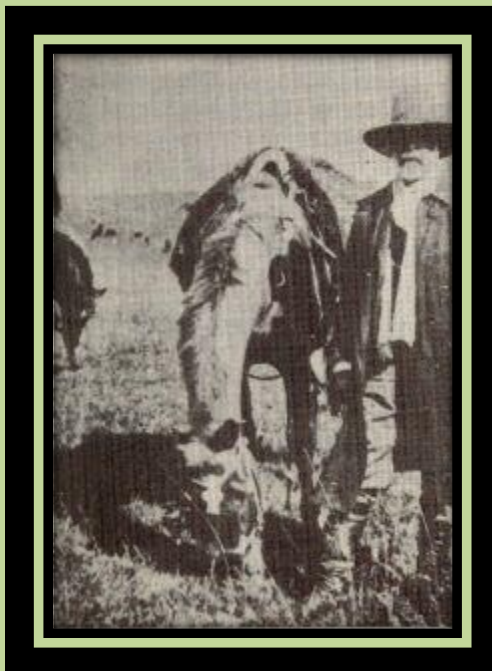
Um grupo revolucionário integrante do Estado-Maior do General Zeca Netto. Fonte: História do Exército Brasileiro, v.3.p. 895 ss.

Ele estudou em Porto Alegre no Colégio de Fernando Ferreira Gomes. Ali foi impregnado pela cultura romana e por sua destacada figura militar, Júlio César, o conquistador das Gálias e no Rio de Janeiro, para onde seguiu aos 16 anos, depois da Guerra do Paraguai, onde dois tios seus lutaram, o paterno Gen Antônio Netto e o materno Ten Cel Theóphilo de Souza Mattos, que comandou os Guardas Nacionais de Canguçu. No Rio, naquele ambiente, de vitória militar ele estudou no Colégio Barão de Thaupheus, um curso preparatório para a Escola Central do Exército, Curso de Engenharia Civil, que freqüentou por menos de um ano. E ali tomou contato com a problemática militar do Brasil.

E nestas escolas e ambientes tomou contato com os grandes capitães da História Militar Mundial: César, Alexandre, Aníbal e Napoleão, conforme referiu em suas **Memórias**. Assim Zeca Netto não poderia ter tido melhores inspirações militares. E mais importante era a sua consciência dos feitos de seu tio General Antônio Netto de quem herdara o Antônio de seu nome e com o qual convivera. Tinha 15 anos quando seu tio morreu na Guerra do Paraguai.

Zeca Netto usava muito a expressão “obliquar à direita... ou à esquerda”, denominação que acreditamos tenha colhido da Arte Militar grega, que passou a revolucionar o emprego de suas falanges, quando elas passaram a adotar a ordem oblíqua com sucesso. Ordem oblíqua usada pela primeira vez pelo General Epaminondas, de Tebas, nas batalhas de Leutras, no ano 371 antes de Cristo e na de Mantinéia, no ano 366 antes de Cristo, revolucionando assim a Arte Militar. Formação que passaria a ser a preferida de Alexandre, o Grande. Zeca Netto percebeu esta mudança e daí então usar a expressão “obliquar à direita... ou à esquerda”.

O general Zeca Netto, ao referir-se com respeito e admiração à bravura dos defensores de Pelotas mortos na ação, lembrava de certo modo seu tio General Antônio Netto que admirava a coragem e a bravura fosse de quem fosse, tendo mandado sua tropa desfilar em continência ao corpo do Cel do Exército Gabriel Gomes, pela bravura revelada em combate em Triunfo, em 18 de agosto de 1838, “e que escolheu morrer de espada em punho numa batalha desigual do que se render a rebeldes.”



General Zeca Netto e seu cavalo durante a operação que culminou com a sua espetacular tomada de Pelotas em 29 de outubro de 1923, com a idade de 72 anos, vindo a falecer aos 94 anos em 1948. Fonte: História do Exército Brasileiro, v.3.p. 895 ss.

Conclusão de interesse de Canguçu

Deste relato se constata a esquecida importância de Canguçu e de canguçuenses nesta revolução de Cavaleiros que na Região Sul teve as serras dos Tapes e do Herval como cenário e inclusive o seu maior combate o de Canguçu Velho em 14 de agosto e Pelotas atacada pelo canguçuense General Zeca Netto e defendida, com destaque, por outro canguçuense, o mais tarde Coronel Orlando Cruz e, mais, perseguido Zeca Netto pelo ilustre canguçuense Cel Juvêncio Lemos e ambos patronos de cadeira na ACANDHIS. E mais os patronos na ACANDHIS Cel Genes Gentil Bento que organizou em Porto Alegre a Guarda Republicana para defendê-la e o Cel João Paulo Prestes que tombou morto em combate no Passo do Mendonça no rio Camaquã em 17 de abril, no início da Revolução. No ataque a Pelotas aparecem comandando frações de ataque os canguçuenses Major Adolfo Brockman, encarregado do ataque de um posto policial, e o Major Alteçor Almeida, neto de Vicente Ferrer de Almeida, antigo oficial farrapo e primeiro funcionário municipal de Canguçu, participando do ataque ao Corpo de Bombeiros e despachado para reforçar o ataque à Sociedade Agrícola defendida pelo canguçuense então Capitão Orlando Cruz. E, segundo Dario Crespo, participando do ataque ao Corpo de Bombeiros os canguçuenses Walter de Oliveira Prestes, patrono de cadeira na ACANDHIS e pai dos acadêmicos Dr. Newton e Ione Prestes, e do membro

efetivo Dr. Nilson Meireles Prestes e mais os irmãos Moreira Mattos Dr. Djalma, Dr. José (Zequinha), pai do historiador e artista plástico Dr. Mário Barbosa Mattos e Tarcílio, pai do acadêmico Moacyr Mattos.

Isto comprova o espírito com que foi criada a Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) como um podium ou panteon consagrador de canguçuenses, em que pese divergências políticas se destacaram em todos os campos e honraram a terra em que nasceram e seus ancestrais.

Deste modo, neste resgate também comemorativo dos 15 anos da Academia Canguçuense de História, ela deu mais um grande avanço no objetivo pelo qual a ele foi criada há quinze anos. Ou seja:

Preservar, pesquisar, cultivar e divulgar a História, as Tradições e os valores espirituais, morais, culturais e históricos de Canguçu.

Fontes consultadas para a presente interpretação e consultáveis para a obtenção de mais detalhes sobre o assunto:

BENTO, Cláudio Moreira, Cel. *A Revolução de 1923 em Canguçu* in: **Canguçu, reencontro com a História**. Porto Alegre: IEL, 1983 (Aborda os combates do Cerro Partido e Canguçu Velho e dados biográficos dos canguçuenses General Zeca Netto, Cel Juvêncio Lemos, Cel Orlando Cruz e Cel Genes Gentil Bento).

_____. *General Zeca Netto. Traços do seu perfil militar*.

Revista do Clube Militar, Jan/ Fev 1984, p. 31/33 e jornal **Tradição** do MTG; nº 112, Mai 1983.

_____. *A 3ª Região Militar na Revolução de 1923*, in: **História da 3ª Região Militar**, Porto Alegre: 3ª RM, 1995, p. 252 (Cmt do 9º BC de Pelotas faz denúncias contra soldados provisórios em Pelotas).

_____. *A Guerra à Gaúcha*. in: **Regionalismo Sul Rio**

Grandense. Porto Alegre: CIPEL, 1996, p. 127/134 (Organizadora Hilda Hübner Flores. Zeca Netto praticou este tipo de guerra).

_____. *Gen José Antônio Netto* in: **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992, v.1.

_____. *Real Feitoria do Linho Cânhamo de Rincão do*

Canguçu, 1783-1789. Canguçu; Prefeitura Municipal, 1992. (Localização da Real Feitoria em Canguçu Velho, local do mais violento combate da Revolução de 1923).

_____. *Canguçu na História Militar* in: **Canguçu 200 anos**.

Resende: ACANDHIS, 2000, p. 62/72.

_____. *Canguçu, História Militar*. **Revista dos 200 anos de Canguçu**. Resende: ACANDHIS, 2000, p.93.

_____. *Zeca Netto na expedição para livrar Bagé do sitio*

federalista - O massacre federalista em Rio Negro em 28 Nov 1893.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. nº 370, Jan/ Mar 1993.

CRESPO, Dario. *O ataque e tomada de Pelotas pelo General Zeca Netto*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 Nov 1962.

_____. *A Clara manhã de 29 de outubro*, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 Nov 1962.

_____. *Os objetivos da tomada de Pelotas*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 2 de Dez 1962.

_____. *O ataque e tomada de Pelotas*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 Abr 1963.

CRUZ, Orlando. Parte de combate da ala do 1º Corpo Provisório, ocupante da Sociedade Agrícola de Pelotas, como seu comandante interino na defesa ali de seu posto. Vide livro do Cel Aldo Ladeira Ribeiro sobre a Brigada Militar.

ENDERLE, Lauro. *Morre na defesa da cidade o Tenente Vernetti*. **Diário da Manhã**, Pelotas, 29 outubro 1983. (publica retrato do Ten Vernetti).

ESCOBAR, Álvaro Ávila, Cap. Parte como oficial de dia do 1º Esquadrão do 1º Corpo Provisório no dia 28 outubro, divulgada por Dario Crespo, em seu artigo no **Correio do Povo**, de 14 abril 1963.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Revolução de 1923* in: **História do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, SERGRAF/IBGE, 1972. V. 3.p.895/904.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Ação revolucionário no Sul - Ocupação de Pelotas* in: **Revolução de 23**. Porto Alegre: Imprensa do Estado, 1973. p. 85/88 (não considerou em seu trabalho o do Cel Aldo Ladeira Ribeiro editado em 1953).

____. *Hipólito Ribeiro Filho e Zeca Netto* in: **Revolução e caudilhos**. Porto Alegre, 1970, p. 77 e 252.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Paz de Pedras Altas*, Porto Alegre: UFRGS, 1993.

FORTINI, Arquimedes. *Revivendo o passado*. **Correio do Povo** (Aborda a sua visão do ataque a Pelotas, citando nome dos participantes)

LEMONS, Amadeu Amâncio, Cap Med da Brigada Militar. Seu diário pessoal como integrante, em 1923, do atual do 2º RC da Brigada Militar de Santana e que foi criado por seu pai em 1913, o canguçuense Coronel Juvêncio M. Lemos. Regimento que hoje leva o seu nome. Diário de que me foi cedida cópia por seu filho, amigo nosso e escritor o Cel Ex Juvêncio Saldanha Lemos. Diário que resgata o que era a vida em campanha de uma unidade da Brigada Militar que atuou nos vales dos rios Turvo, Prata e Antas, na colônia italiana. Diariamente registra quantas léguas a sua força se deslocou.

MATTOS NETTO, José Antônio (Zeca Netto). *Memórias* Porto Alegre. Martins Livreiro.1983.p.97/103.

MOREIRA, Ângelo Pires, Maj. *29 de outubro: a ação militar de Zeca Netto*. **Diário Popular**, Pelotas, 29 outubro 1923.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Rosa, Cel. Telegrama como intendente de Pelotas ao presidente Dr. Borges de Medeiros, sobre a tomada da cidade em 29 Out 1923 pela coluna do General Zeca Netto. Vide o livro do Cel Aldo Ladeira sobre a Brigada Militar, p. 189.

RIBEIRO, Aldo Ladeira, Cel. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1953.(Exemplar doado ao Dr. Raul Azambuja e doado a seu neto Flávio Azambuja Kremer, proprietário do Armazém Literário Cel Cláudio Moreira Bento em Pelotas. Contém a parte de combate do dia 29 outubro, do Capitão Orlando Cruz, Fiscal do 1º Corpo de Provisórios e seu comandante interino sobre o ataque à Sociedade Agrícola e telegrama do intendente Cel Pedro Osório ao Presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros. São duas importantes fontes primárias, p. 183/ 191).

SCHOEDER, Celso. *A Revolução de 1923*. **RIHGRGS**, Ano 20.

Em 2004, na Antologia A Era Getúlio Vargas:

- Getúlio Vargas e a evolução da Doutrina do Exército (193 (1945), p.9/30. Destaca o expressivo progresso da Doutrina Exército no Governo do

Presidente Vargas, ex-Sargento do Exército por cerca de oito anos, e ex-aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, onde foi colega dos Marechais Eurico Gaspar Dutra e João Baptista Mascarenhas de Moraes que foram seus auxiliares quando Presidente da República. (Cel Caminha)



**GETÚLIO VARGAS E A EVOLUÇÃO
DA DOCTRINA DO EXÉRCITO (1930 - 45)**

Cláudio Moreira Bento

O Presidente Getúlio Vargas, cujo sesquicentenário de falecimento ocorre em 24 de agosto de 2004, em sua juventude foi militar do Exército, por 5 anos. Inicialmente como soldado e sargento do 6º Batalhão de Infantaria em São Borja, em 1899. A seguir como aluno da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo em 1900, 1901 e 1902, até maio. E finalmente como 2º sargento de Infantaria do 25º Batalhão de Infantaria, na Praça do Portão e no Casarão da Várzea em Porto Alegre, em 1902 e 1903, matriculando-se na Escola Brasileira com o idêa de cursar Direito, tendo neste ano tomado parte em Expedição Militar até Corumbá, com o 25º Batalhão de Infantaria, em função da Questão Acreana. Deu baixa do Exército ao retornar de Corumbá, em dezembro de 1903, para cursar a Escola de Direito, onde ingressou como aluno ouvinte, matriculando-se em 1904 no 2º ano. Foi seu comandante, lá na 9ª Região Militar em Cuiabá, o General João César Sampaio, que, como coronel, comandara a Divisão do Sul que libertou Bagé, em 8 de janeiro, de cerco federalista a que fora submetida por 46 longos dias ¹.

Em 1906 Getúlio ingressou na política. Fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas do qual fizeram parte os alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, no Casarão da Várzea, Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro que exerceriam importante papel na vida e obra de Getúlio Vargas e, principalmente no Exército, como seus Ministro da Guerra e Chefe do Estado-

Maior do Exército e executores da ação do presidente Getúlio Vargas, no Exército, objeto da presente interpretação.

Em Rio Pardo, cuja sede da antiga Escola citada está sendo restaurada e inaugurada esta ano, estudaram na mesma época os seus, mais tarde, destacados amigos e colaboradores - o já citado Eurico Gaspar Dutra e Mascarenhas de Moraes. E mais, os generais Bertoldo Klinger, filho de Rio Grande, e Francisco de Paula Cidade, de Porto Alegre, ambos destacados historiadores militares no passado.

Em discurso para as Forças Armadas, em 12 de dezembro de 1940, Getúlio Vargas, filho de um herói brasileiro da Guerra do Paraguai e no combate à Guerra Civil de 1893/95, General Honorário Manoel do Nascimento Vargas, recordou aos ouvintes com orgulho, sua condição de ex-integrante do Exército, com estas palavras:

- *“Como vós fui soldado e encontrei na camaradagem das armas uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse, com o que continuo servindo ao Brasil, somando o meu esforço ao vosso e ao de todos os patriotas, para torná-lo cada vez mais próspero.”*

E foi fardado, como chefe da Revolução de 30 que ele se deslocou de trem de Porto Alegre ao Rio, onde fardado assumiu o Governo do Brasil.

Sua contribuição para o progresso, relativamente ao Exército, foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo a Doutrina do Exército em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução, Motivação e Emprego, atingiu a maior expressão e progressos relativos, ao longo do processo histórico brasileiro.

Um sintético inventário por campo doutrinário citado corrobora nossa afirmação, ao mesmo tempo em que se lhe faz justiça por evocar, no cinquentenário de sua morte², a projeção de sua obra na Segurança Nacional.

Organização

O efetivo do Exército de 1930-1945 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens. O aumento destinou-se a fornecer quadros e tropas para as 50 unidades criadas: 13 de Fronteira; unidades-escolas da Vila Militar; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de Artilharia; escolas novas e para as estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas. Para disciplinar toda organização foram promulgadas: as leis de Organização do Exército e do Ministério da Guerra; do Serviço Militar; das Promoções; da Inatividade, etc. Foram baixados os regulamentos básicos: Disciplinar (RDE); Serviços Gerais (RISG), de Continência (R. Cont), de Administração (RAE) e um conjunto de instruções, portarias, etc... que alteraram profundamente a organização do Exército que passou a ser comandado de instalação condigna, construída então e que se constituiu no Palácio Duque de Caxias, defronte à Praça da República, no Rio.

Fato significativo e de grande projeção na Defesa Nacional, foi a criação no Exército da Arma de Aviação que a partir de 1941, com material e pessoal, passou a infra-estruturar o Ministério da Aeronáutica. Igualmente significativo, pela sua imensa projeção na Integração Nacional, foi o Correio Aéreo Nacional (CAN) do qual foi um dos dois pioneiros e hoje é o seu patrono - o Tenente Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavenére Wanderley, no primeiro vôo do CAN, entre o Rio e São Paulo, além de historiador autor da obra. *Força Aérea Brasileira*: Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975, 2ª ed., e com o qual convivemos como membros dos institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de

Geografia e História Militar do Brasil. Livro prefaciado pelo Ten Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica e hoje patrono da Força Aérea do Brasil, ambos oriundos do Exército.

Equipamento

Visando reduzir a dependência externa em material bélico, foi criado o Quadro de Oficiais Técnicos, estimulada a indústria civil a produzi-los e implantada a Indústria Bélica Brasileira. Esta, através da construção das fábricas de Itajubá, Juiz de Fora, Piquete, Curitiba, Andaraí, Bonsucesso e Cajú, além de remodelados os arsenais do Rio de Janeiro e o de General Câmara e as fábricas de Estrela e do Realengo. Estas fábricas entraram em declínio com a importação de excedentes militares depois da 2ª Guerra Mundial, e hoje as não extintas infra-estruturam a IMBEL.

No setor de Apoio Logístico foram criados: os estabelecimentos Mallet (depósitos de Material de Intendência, de Engenharia, de Comunicações, de Veterinária e de Saúde); os hospitais militares de Porto Alegre, da Bahia, de Alegrete, Santo Ângelo e de Belém, Sanatório de Itatiaia, pavilhões de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército, a Policlínica Central e o Instituto de Biologia; as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre, Tindiquera e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã e do Rincão.

Grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército, que facilitou sobremodo o exercício mais seguro do Comando, sobre todo o Exército articulado no território nacional. O material de Artilharia, em especial o de Costa, passou por uma sensível modernização e atualização com o concurso de uma Missão Militar Americana contratada em 1939.

A indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos militares, inclusive equipagens de pontes B4-A2, cujos pontões tiveram seu primeiro teste com os pontoneiros do atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá em Fernando de Noronha, durante a última guerra. Unidade que tivemos a honra de comandar em 1981/82. Unidade que foi organizada em Rio Pardo em 25 de janeiro de 1910, no local da antiga Escola Preparatória e de Tática, ora restaurada e com 100 artilheiros do Regimento Mallet, atualmente em Santa Maria. Depois foi transferido para General Câmara onde permaneceu nas dependências hoje ocupadas pelo Arsenal de Guerra, de 191215, quando foi dissolvido para, em 1918, reorganizado, tomar o destino de Itajubá, atraído pelo prestígio do ex-presidente Wenceslau Braz.

Ensino e Instrução

As transformações e progressos neste setor foram mais revolucionários no sentido da profissionalização do Exército e da sua consolidação como força operacional. No tocante ao Ensino foram construídas, condignas e monumentais, as escolas de Estado- Maior e Técnica do Exército, na Praia Vermelha, até hoje servindo ao Exército. Da mesma forma, a monumental e distinta entre as melhores escolas militares do mundo - a nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), como uma promessa da Revolução de 30³. Foi igualmente construída a Escola de Artilharia de Costa da Urca. Foram criadas, além, as escolas preparatórias de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), no antigo Casarão da Várzea, a de Fortaleza (EPF) e de São Paulo (EPSP) e os centros de preparação de oficiais da Reserva em todas as regiões militares - os

célebres CPOR.

Essa estrutura de ensino do Exército foi ainda enriquecida com a criação das Unidades - Escolas da Vila Militar, da Escola de Educação Física do Exército e de um Grupamento Escola de Artilharia Antiaérea.

Para ordenar esta estrutura foram promulgadas as leis do Ensino e do Magistério Militar e baixadas instruções para regulamentar as escolas e normas para uma mais apurada seleção física, intelectual e moral dos candidatos ao oficialato do Exército.

Neste contexto prestaram relevantes serviços ao ensino no Exército - os generais Mário Travassos e Augusto Duque Estrada, respectivamente o primeiro comandante da AMAN⁴ em Resende e o último, da Escola Militar no Realengo. Aliás, escola que teve, em 1921, como instrutor-chefe de Cavalaria da famosa "Missão Indígena", o então capitão Euclides de Figueiredo, destacado "jovem turco", co-fundador em 1913 da *Revista Defesa Nacional* e coordenador no Gabinete do Ministro da Guerra no combate à Revolução de 24, em São Paulo e um dos chefes militares da Revolução de 32 naquele Estado.

A filosofia do Ensino no Exército de predominantemente científica e teórica até 1905, passou até 1920 ao extremo oposto de ser predominantemente prática, segundo o Ministro da Guerra, general Eurico Dutra.

Segundo ainda a autoridade citada, foi procurado o equilíbrio entre a cultura geral e a prática. Baseou-se o Ministro Dutra nas *Memórias* do Marechal da França, Ferdinand Foch, herói em Marne e Flandres, comandante da batalha de Somme e generalíssimo que conduziu os Aliados à vitória na 1ª Guerra Mundial e que escreveu a certa altura:

"O futuro demonstrará a necessidade da cultura geral, ao lado do saber profissional militar, para quem como o militar que vive em presença de sucessivos fenômenos sociais que exigem para a sua compreensão um certo saber político e moral. Assim, não pode um militar, sob pena de segregar-se socialmente, de contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa".

O citado Marechal Foch, que saiu da cadeira de História Militar na Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial, emitiu este importante e realista pensamento:

"Para alimentar o cérebro de um exército na paz, para melhor o preparar para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o livro da História Militar."

O general Charles de Gaulle pensava como o marechal Foch e teve suas palavras, a respeito, imortalizadas, em bronze, em pégula da AMAN à esquerda da saída do pátio Ten Moura, e por ocasião de sua visita ao Brasil, no governo do Marechal Humberto Castello Branco.

Foram entusiastas dessa idéia de equilíbrio da cultura geral com a profissional entre nós e a implantaram mais tarde no Brasil como Ministro da Guerra e como Comandante da Escola Militar do Realengo, depois de 1930, os então major Leite de Castro e o tenente José Pessoa, que, depois de lutarem no Exército da França na 1ª Guerra, freqüentaram a sua Escola Militar de Saint Cyr.

O então coronel Mascarenhas de Morais, como comandante da Escola Militar do Realengo nos anos 30, deu grande impulso à cultura geral, profissional e especializada dos futuros oficiais, ao implantar a biblioteca central da Escola e criar uma especializada em cada arma ou serviço e outras

nos diversos departamentos (educação física, equitação, veterinária, etc...).

Durante o período 1930 - 45, o Exército se beneficiou por 9 anos do concurso da Missão Militar Francesa e por cerca de 6 anos da Missão Militar Americana. Esta, contratada depois da histórica visita ao Brasil, de 25 de março a 7 de abril de 1939, do general George Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA. Ele veio a bordo do encouraçado "Nashville", trazendo inclusive o mais tarde general Matheu Ridway, comandante americano na Guerra da Coréia.

No tocante à progressiva operacionalidade do Exército foram assinalados os progressos. Os períodos de instrução das unidades eram observados e fiscalizados, com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras do Vale do Paraíba e de Saicã. Esta contou com o estímulo da presença do Presidente Vargas⁵. A instrução em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos para cada Arma ou Serviço; de Organização do Terreno (OT); de Serviço em Campanha, de Tiro de Armas Portáteis (RTAP) e de Instrução dos Quadros e da Tropa. Para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que consolidou a Reforma Militar, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, agora também e principalmente como editora, modernizada a Imprensa Militar e estimulada e prestigiada pelos ministros militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, bem como a *Revista Nação Armada*.

Para a ampla difusão da Doutrina do Exército foi criado o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.(EGGCF) Ele editou regulamentos em substituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que se cristalizaram em torno da *Revista a Defesa Nacional* em 1913 e usando editoras civis.

O Serviço Geográfico do Exército proporcionou um grande apoio à instrução, ao levantar mais de 25.000 km² em cartas. Assim possibilitou a dispensa de cartas de território europeu sobre as quais, e mais a da Vila Militar, os oficiais brasileiros estudavam em cartas topográficas, em exercícios táticos, chamados impropriamente de jogos da guerra, segundo o grande historiador geógrafo e sociólogo militar brasileiro - general Francisco de Paula Cidade, contemporâneo em 1902, na Escola do Rio Pardo, do então Sargento Getúlio.

Na prática, a consolidação da cultura geral dos oficiais gerou alguns acidentes ou distorções, produzindo justas reações. Estas por não se produzirem os efeitos esperados. Entre os acidentes ou distorções registram-se as opiniões contrárias ao lecionar aspectos genéricos da Psicologia, Sociologia e Filosofia, em detrimento de conhecimentos que eles sugeriam aplicados à vida castrense. Outro foi o estudo descritivo e não o crítico da História Militar, modalidade tão exaltada por grandes capitães da História Militar como a verdadeira escola da guerra para eles, em razão dos ensinamentos que o único laboratório da doutrina militar - o campo de batalha - lhes sugeriu à luz do estudo crítico que realizaram das experiências que nele tiveram lugar e que a História Militar registrou⁶. No tocante à Geografia Militar, a Geografia do Soldado, foi confundida com Geografia Geral ou Estudos Brasileiros e não abordá-la em seus aspectos topo-táticos e topo-estratégicos e outros de interesse das operações militares nos diversos escalões, conforme foi a intenção do Coronel José Pessoa ao introduzir na Escola Militar do Realengo, com apoio no que observara ao cursar a Escola Militar de Saint Cyr e tendo como professor no Realengo e depois na Escola de Estado-Maior do Exército o

coronel Francisco de Paula Cidade, autor da célebre obra *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*.

Motivação

Este importante campo da Doutrina Militar relativo às forças morais da guerra, tão evidentes nas vitórias de Guararapes, recebeu substancial estímulo no período em estudo, através de diversas ações. O passado militar brasileiro foi rebuscado, pesquisado, interpretado, cultuado e amplamente difundido pelos periódicos militares, pela Biblioteca do Exército, pela Imprensa Militar e a Nacional, como foi o caso da Livraria do Globo em Porto Alegre. Os estudos feitos então tornaram possível mais tarde, em grande parte, a sua consolidação na *História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército em 1972, em projeto presidido pelo Cel Francisco Ruas Santos e do qual participamos como seu adjunto. Tarefa de resgate histórico a que se dedicaram inclusive ilustres chefes do exército, como o Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, que pesquisou e escreveu sobre os grandes chefes da Cavalaria Brasileira, cuja galeria iconográfica, que mandou desenvolver, hoje encontra-se no Curso de Cavalaria da AMAN.

Em 1940, o agora General José Pessoa, o idealizador da AMAN e também um dos grandes artífices da concretização de Brasília⁷, iniciou histórico artigo em 1940 na Revista da Escola Militar com o seguinte argumento:

“É da tradição que se nutre a alma da nação. Das relíquias do passado retiram os povos as forças com que vencerão no futuro. Difundir pois o conhecimento da História do Brasil é o grande dever de todos nós. Esse conhecimento nos desvendará a grandeza moral de que se cobriram nas lutas pela nossa Independência, unidade política e grandeza territorial, os nossos antepassados.”

Oficialmente o culto aos heróis do Exército do passado mereceu ênfase sob o seguinte argumento ao tempo do Presidente Getúlio Vargas:

“O mérito excepcional sempre foi raro. Daí a necessidade do culto aos heróis mortos de mérito excepcional. Ele desenvolve nosso sentimento de veneração, exemplifica e exalta a virtude para o estímulo dos moços. As suas qualidades deixaram sulcos indelévels que sempre servirão de lições para o presente e o futuro”.

Assim o Duque de Caxias mereceu culto especial. Foram exumados seus restos mortais e da sua esposa e colocados no Panteon a Caxias, em cerimônia histórica, além de criado o Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército, cópia fiel, em escala, da heróica espada do Pacificador, que, desde 1925, é patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que o Duque pertenceu como membro honorário⁸.

Outros heróis brasileiros do Exército, como Osório, Conde de Porto Alegre, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Andrade Neves e Antonio João, etc., foram cultuados condignamente. Mereceram ênfase as comemorações do centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto, no Rio, por cerimônia, cujo orador foi o então tenente-coronel Jonas Correa, junto ao monumento ao Consolidador da República. Homenagens a Floriano Peixoto, estimuladas pessoalmente por Getúlio Vargas, que através de seu pai aprendera a admirar o Marechal Floriano Peixoto.

Foi inaugurado monumento aos Heróis de Laguna na Praia Vermelha e foram restaurados diversos monumentos históricos.

Recorreu-se enfaticamente à História Militar através do concurso, em

cerimônias cívicas de projeção nacional e no assessoramento superior, de destacados historiadores ou pensadores militares do Exército, tais como: generais Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benicio e Souza Docca, Coronéis J. B. Magalhães, Paula Cidade, Lima Figueiredo, Afonso de Carvalho, Cordolino de Azevedo, De Paranhos Antunes, Jonas Correia e outros.

No setor civil registre-se destacada colaboração entre outras de Pedro Calmon - divulgador ímpar através de seus escritos e da sua inspirada e privilegiada palavra, de nossas tradições e glórias militares e mais a de Gustavo Barroso e Eugênio Vilhena de Moraes.

Para reconhecer o mérito militar foi criada a Ordem do Mérito Militar. As unidades históricas ganharam estandartes, nomes e distintivos e algumas, uniformes históricos como a AMAN e os Dragões da Independência.

O antigo Batalhão do Imperador, extinto pela Regência, foi recriado com o nome de Batalhão da Guarda Presidencial. Depois da Intentona Comunista, que provocou tantas vítimas inocentes no Exército, o culto à memória dos mesmos adquiriu grande expressão. Esta tradição se mantinha acesa até o presente, visando prevenir acontecimentos como aqueles que violentaram as tradições democráticas e cristãs do povo brasileiro e que tiveram como alvo o Exército, desde então a maior barreira do avanço do Comunismo Internacional no Brasil, a caráter, ou sob disfarces sutis.

Dentro do contexto Motivação poderíamos alinhar à valorização do reservista pela criação de seu dia; elaboração do Estatuto dos Militares, Construção de Vilas Militares nas fronteiras Sul e Oeste, em Amambaí, Campo Grande, Mato Grosso, Quarai, Uruguaiana, São Borja, Foz do Iguaçu, Coimbra, Óbidos, Guajará- Mirim, São Luiz, Dom Pedrito, Bela Vista e General Câmara, além das de Quintaúna, em São Paulo, Santa Cruz no Rio de Janeiro, Socorro no Recife e Vila Operária na Fábrica Estrela da Raiz da Serra, para não citar a remodelação da Vila Militar em Deodoro.

Muito significativo foi a FEB, antes de partir para a Itália, ter ido buscar inspiração nos Montes Guararapes. Ao retornar ao Brasil, foi lá depositar os louros da vitória, proferindo seu comandante Mascarenhas de Moraes palavras antológicas, hoje lá inscritas em bronze no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes que tivemos o privilégio cívico de coordenar sua implantação em 1971, e escrever sobre as memoráveis batalhas, que ali se travaram, à luz, inclusive, de preciso levantamento topográfico dos Montes Guararapes antes realizado pelo INCRA sob nossa orientação.

Emprego

Durante o período em tela, o Exército atuou na Segurança Interna na Revolução de São Paulo de 1932. Dela tirou precisas lições sobre a necessidade de dispor de uma indústria bélica sob seu controle para o apoiar e mais espalhada pelo território nacional do que concentrada em São Paulo. Ali o parque industrial revelou notável capacidade de mobilizar-se belicamente em apoio à Revolução, como já havia feito na Guerra Civil 1893/95 combinada com a Revolta na Armada em apoio ao governo federal.

Enfrentou em muito boas condições os levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro (Praia Vermelha e Campo dos Afonsos).

Na Segurança Externa, pela primeira vez na História do Brasil, o Exército lutou em Teatro Europeu, representado pela FEB ao comando do Marechal Mascarenhas de Moraes.

Neste contexto, a Defesa Territorial do Brasil sofreu rigoroso teste com a articulação de tropas do Exército para defender o imenso litoral do Brasil, notadamente no Saliente Nordestino, Baía de Guanabara e no estratégico arquipélago de Fernando de Noronha.

Em todas as oportunidades mencionadas ficou evidente a validade do esforço notável despendido durante o governo de Getúlio Vargas 1930-45, para o desenvolvimento da Doutrina do Exército.

O final do período citado mostrou o grande salto operacional do Exército, desde a Revolução Federalista de 1893-95 e a Guerra de Canudos em 1897, até o meio século após, quando se fez representar na Itália através da FEB.

Num extremo, um Exército que, por influência negativa de um positivismo mal interpretado na Escola Militar da Praia Vermelha, revelou, na prática, operacionalidade inferior aos revolucionários gaúchos de Gumercindo Saraiva e aos sertanejos de Antonio Conselheiro. Isto conseqüência de um pacifismo utópico e romântico responsável por tantas vítimas inocentes nas Campinas rio-grandenses, nos cercos da Lapa no Paraná e de Bagé no Rio Grande do Sul e nos sertões da Bahia.

No outro extremo, mostrou um Exército que, depois de 50 anos de um trabalho sério e ingente, além de suportar e absorver, ainda na Itália, o impacto da mudança da doutrina francesa para a americana, fez muito boa figura no Velho Mundo lutando contra ou em aliança com os melhores exércitos do mundo presentes na Europa Ocidental. E mais, consagrou-se eternamente pelas vitórias de Monte Castelo, Montese, Formovo e outras.

Não há como negar que a visão de estadista do presidente Vargas se estendeu às Forças Armadas. No Exército ele encontrou o apoio patriótico e inteligente e muito objetivo dos ministros da Guerra, generais José Fernando Leite de Castro (1930-32), Augusto Inácio de Espírito Santo Cardoso (1932-34), Pedro Aurélio de Góes Monteiro, (1934-35) e de Eurico Gaspar Dutra, (1936-45) que cobriu o período de maiores realizações de seu governo coincidente com a 2ª Guerra Mundial, de caráter total.

Havia de parte do Presidente Vargas a consciência estratégica de que nenhuma nação sustenta sua condição de grande nação ou potência econômica se não for grande nação, potência ou grande potência do ponto de vista militar. Isto independente da tradição brasileira de repúdio à guerra de conquista, “qualité maitresse” de nossa política exterior traçada pelo Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco. Este, grande estimulador na República Velha, do fortalecimento das nossas Forças Armadas, para que o Brasil pudesse desempenhar com prestígio e segurança seu papel no convívio das nações.

No período em tela o ideal do Exército através do ministro da Guerra general Dutra era de “um exército disciplinado e poderoso, não para atacar os povos livres em razão do repúdio no Brasil à guerra de conquista. Mas um exército superiormente aguerrido, em acordo com a nossa grandeza e defensor da soberania de um Brasil eterno, vindo de um passado de glórias”.

Já o Estado-Maior do Exército, através de seu chefe, general Aurélio de Góes Monteiro, justificava esse ideal sob o argumento de que “a neutralidade e o pacifismo não subsistem sem força que os assegurem, pois, na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas ou na falta delas, com as de um forte aliado”. No último caso foi a sábia solução de Portugal de aliar-se à Inglaterra por largo período.

Sobre a atuação da FEB na Itália e dos benefícios resultantes para o Exército no pós-guerra, abordamos na obra *A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial* publicada em Porto Alegre por iniciativa da Associação de Veteranos da FEB, seção de Porto Alegre, dirigida pelo Veterano José Conrado de Souza e acadêmico emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e que prefacia o citado trabalho, participação também divulgada no Museu Militar do Comando Militar do Sul.

Costumo mencionar e agora repito de que a Força Expedicionária Brasileira que foi mandada à Itália pelo Presidente Getúlio Vargas, fez excelente figura ao lutar contra ou aliada a frações dos melhores exércitos presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial. E deu a sua colaboração para preservar a Liberdade e a Democracia Mundial ameaçada pelo nazi-facismo.

Referências

BENTO, Cláudio Moreira. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EME/ EGGCF, 1979 e 1999 2ed.

_____. *As Manobras de Saicã*. in: História da 3ª Região Militar 1989/1953. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p.324/346 fotos.

_____. **Reflexos do suicídio do Presidente Vargas no CMS.in: Comando Militar do Sul - 4 décadas de História 1953/ 1995**. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p.83/84.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo**. Rio de Janeiro: Sergraf, IBGE, 1972, 3v.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1938-40. 3v.

_____. Relatórios dos Ministros da Guerra - 1930-45(Coleção BIBLIEx).

Notas ao texto

1 - Abordamos em **Comando Militar do Sul; Porto Alegre 1993-1995**, Porto Alegre: CMS, 1995, os reflexos da morte do Presidente Getúlio Vargas no Rio Grande e salientamos: “Ali no Catete encerrou-se uma vida das mais expressivas do processo histórico brasileiro”.

O pai de Getúlio Vargas fizera a Campanha do Paraguai, de Cabo a Tenente Coronel. E na Revolução Federalista, 1893-95, lutou em defesa do Governo Federal, sendo promovido a Coronel e a General Honorário do Exército pelo Marechal Floriano, por quem Getúlio nutria admiração.

Em 1898, aos 18 anos, Getúlio decidiu ser Oficial do Exército. Ingressou como soldado do 6º Batalhão de Infantaria em São Borja, onde atingiu a graduação de 2º Sargento. Dali foi freqüentar em 1899, 1900 e 1901 a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo. Foi dali desligado em 1901, por haver se envolvido em incidente disciplinar em protesto contra a atitude de um oficial que exorbitou sua autoridade contra um aluno.

Foi desligado junto com outros colegas e mandado servir no 25º Batalhão de Infantaria, que aquartelava na Praça do Portão, em Porto Alegre.

Em 1903 participou de expedição com o 25º Batalhão de Caçadores, até Corumbá - Mato Grosso, dentro de um contexto de disputa do Acre pelo Brasil e Bolívia. Questão solucionada pelo Barão do Rio Branco com a compra do Acre da Bolívia.

Em dezembro de 1903, depois de 5 anos no Exército, o 2º Sargento de

Infantaria Getúlio Dorneles Vargas deu baixa para dedicar-se ao Direito. O General João Cezar Sampaio é o autor do importante livro muito raro *O Coronel Sampaio e os apontamentos do Dr Wenceslau Escobar*. Porto Alegre: Liv. Globo, 1920. Assunto importante que tratamos em *História da 3ª RM 1889-1953*. Porto Alegre: 3ª RM, 1995. p.159/179.

2 - Éramos cadetes do 3º ano da Arma Engenharia e integramos, por sorteio, a que nos candidatamos, a fazer parte da Guarda de Honra enviada pela Academia Militar das Agulhas Negras para velar o Presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete.

Depois de uma longa e desconfortável viagem noturna, em duas viaturas QT (Qualquer Terreno) de 1 1/2 tonelada, com grande dificuldade conseguiu-se abrir caminho entre a enorme massa popular em torno do Palácio do Catete e atingir o seu portão de entrada. Lá fomos recebidos pelo Chefe da Casa Militar, o General Agnaldo Caiado de Castro, herói da FEB que comandara o Regimento Sampaio.

Ele comunicou que a família do Presidente havia dispensado a Guarda de Honra. Sem termos família no Rio, ao contrário da maioria, que na Guarda de Honra vislumbrou uma possibilidade de visitar a família, eu e o cadete Álvaro Escobar, também gaúcho, e muito consternados com a tragédia, preferimos permanecer no Catete e testemunhar os fatos ali ocorridos na noite de 24/25 de agosto de 1954, com o apoio de conhecidos aspirantes a oficial que integravam o Batalhão da Guarda Presidencial.

Ao amanhecer pegamos uma carona com um capitão, que de Jeep retornava a seu quartel, nos deixando no início do Méier. Era alta madrugada e levamos muito tempo a localizar a casa de um colega, onde acordamos toda a sua família que nos acolheu como foi possível. E muito exaustos dormimos sentados em cadeiras, pois as camas estavam todas ocupadas. Ao amanhecer retornamos a Resende.

Em caminho, o cadete Escobar compôs expressiva poesia alusiva à morte do Presidente e a escreveu num pedaço de papel embrulho, a qual conservei por longo tempo, até extraviar-se.

A idéia de uma nova Academia Militar foi promessa da Revolução de 30. Em 12 out 1931, Dia da Padroeira do Brasil, Getúlio Vargas visitou Resende com o Ministro da Guerra, confirmando a idéia de ali construir a Academia em Resende.

Em 16 de julho, ao visitar Resende, na Estação Ferroviária QG das forças que combatiam a Revolução de 32 no Vale do Paraíba, Getúlio Vargas prometeu a oficiais presentes que lançaria em seu governo a pedra fundamental da atual AMAN. Mas foi mais longe e a construiu e a inaugurou.

Em 25 Jun 1938, o Presidente Getúlio Vargas lançou a Pedra Fundamental da AMAN, no aniversário de morte do Marechal Floriano Peixoto ocorrida na fazenda Paraíso, próximo da divisa Barra Mansa - Resende.

Em 20 março de 1944, o Presidente Getúlio Vargas inaugurou a AMAN, então como Escola Militar de Resende, a qual, quando do seu retorno à Presidência, passou a ser denominada Escola Militar das Agulhas Negras. Dados estes constantes de nosso livro *História Militar de Resende 1799/2001*. Resende: AHIMTB, 2001. (Comemorativo dos 200 anos do município de Resende).



Placa na entrada da AMAN comemorativa da sua inauguração pelo Presidente Getúlio Vargas, onde aparece a palavra GETÚLIO. Foi no Dia da Bandeira de 1994 no cinquentenário da AMAN, em que explicávamos como Diretor da Sociedade Resendense de Amigos da AMAN (SORAMAN), detalhes de sua construção ao filho do arquiteto que a projetou, Raul Penna Firme.

O Coronel Mário Travassos foi um destacado geopolítico brasileiro que acompanhou em 1931, como capitão secretário, o Coronel José Pessoa a Resende para a escolha do local da AMAN e o biografamos em *Os 60 anos da AMAN em Resende*. Resende: AHIMTB, 2004.

Resgatamos as Manobras de Saicã em 1940, as maiores de que se tem notícia guardadas as devidas proporções no tempo e no espaço e com fotos da época e sendo presidida pelo Presidente Getúlio Vargas que nelas aparece de capacete Ramenzoni, moda naquela época no Rio Grande, na campanha.

Os exércitos das grandes nações e grandes potências, estudam criticamente a História Militar em especial a de seus países. Isto é, não se limitam a estudar descritivamente sem conseqüência para o desenvolvimento profissional de seus quadros. Ao contrário, com base em reconstituições históricas feitas por historiadores profissionais eles as analisam criticamente à luz dos fundamentos de crítica escolhidos: Princípios de Guerra, Manobra e seus elementos, Princípios de Liderança, Elementos do Fator Militar, Fatores da Decisão, etc. Deste estudo eles colhem ensinamentos do que fazer e do que não fazer numa circunstância de uma guerra, onde vence quem erra menos e acerta mais.

Tem sido difícil implantar esta mentalidade entre nós, impondo-se a História Descritiva ao invés da Crítica que ajuda o Exército a progredir, a crescer e a produzir pensadores militares capazes de formularem doutrinas e as transmitirem através de regulamentos.

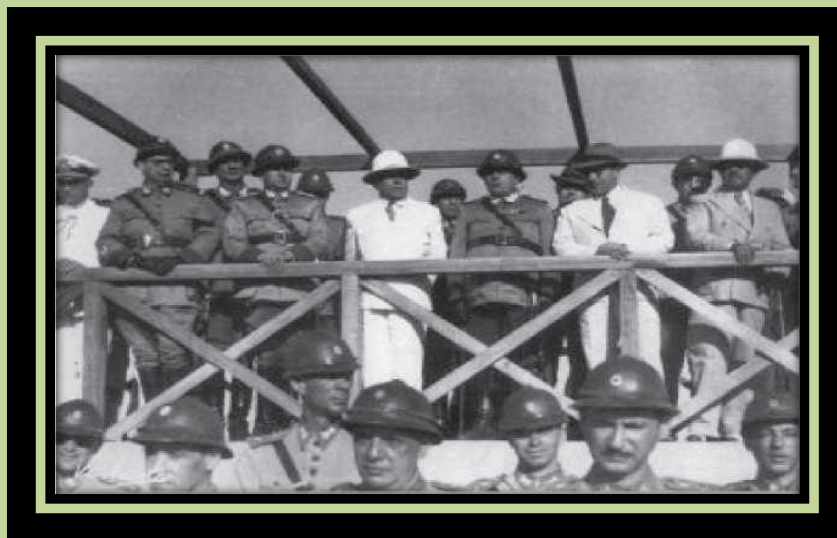
A História Militar crítica à luz de fundamentos de Arte e de Ciência Militar reflete-se nos comentários ao final de manobras e exercícios militares, denominados genericamente de Crítica. Não com o sentido de “marretar”, mas sim o de fixar na mente dos participantes os erros e acertos praticados durante as manobras e os incorporar em sua cultura profissional.

O estudo crítico da História Militar tem este sentido ao analisar à luz da Arte e Ciência Militar erros e acertos a serem incorporados na cultura com

clareza, para seu uso no momento de uma decisão, na confusão de um combate.

A construção de Brasília pelo Presidente Juscelino Kubitschek está muito a dever à ação do Marechal José Pessoa, como presidente, em 1955/56, da Comissão de Localização da Nova Capital, e por haver conseguido junto ao governo de Goiás a oportuna desapropriação da área onde hoje se ergue a Capital Federal. O Marechal José Pessoa estudou com o aluno da Escola de Guerra em Porto Alegre no Casarão da Várzea.

Sobre Caxias fruto de cerca de 20 anos de pesquisas produzimos *Caxias e a Unidade Nacional*. Porto Alegre: Metrópole, 2003, editado com recursos obtidos de membros da Academia de História Militar Terrestre do Brasil de que o Duque de Caxias é patrono e comemorativo do seu bicentenário em 2003. Nele integramos diversas informações não constantes das obras de seus principais biógrafos além de aprofundarmos em diversos pontos de sua vida que eram desconhecidos, os incluindo em sua Cronologia que ampliamos bastante.



Manobras de Saicã da 3ª RM em 1940, Getúlio Vargas presidindo o desfile final. No palanque, da esquerda para a direita com farda do Exército o General Góes Monteiro Chefe do Estado-Maior do Exército; o Gen Eurico Dutra Ministro da Guerra e ao seu lado o presidente Getúlio Vargas e ao lado deste o General Estevão Leitão de Carvalho, comandante da 3ª Região Militar e a seu lado em trajés civís o General Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor federal no Rio Grande do Sul. (Fonte: História da 3ª RM v.1).



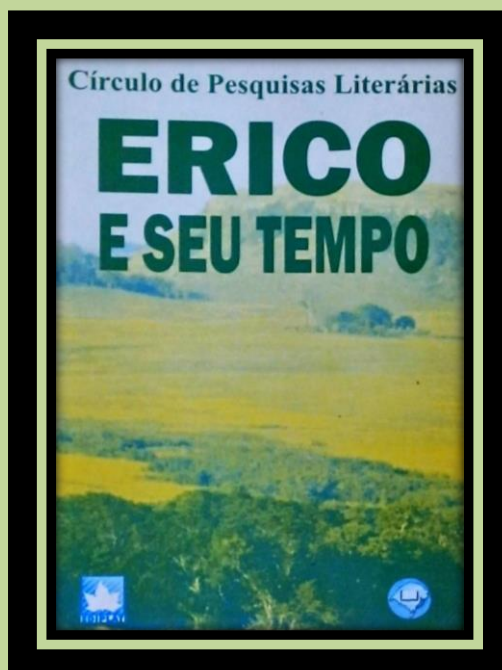
O Presidente Getúlio Vargas nas Manobras de Saicã em 1940, usando traje especial Tipo Militar, assistindo explicação da manobra, tendo ao lado o Ministro da Guerra Gen Eurico Gaspar Dutra que o sucederia na presidência por eleição por maioria absoluta até hoje recorde. Assiste à explicação o General Lavalade, Chefe da Missão Militar Francesa em nosso Exército, em final de contrato. (Fonte; BENTO, *História da 3ª RM 1889-1953.v.2*).



Dr Getulio Vargas em trajes militares em Curitiba, a caminho do Rio de Janeiro como líder da Revolução de 30 que o colocaria no Governo Provisório do Brasil.

Em 2005, na Antologia **Érico Veríssimo e seu tempo**

- Érico Veríssimo e a Revolução Farroupilha, e Caxias -os pacificador e sua obra administrativa em Porto Alegre cor Presidente da Província, p. 7/18. Este trabalho defende a memó do general Bento Manoel Ribeiro, fazendo coro com Osval Aranha. (Cel Caminha)



**ERICO VERÍSSIMO - A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E O SEU
PACIFICADOR DUQUE DE CAXIAS E A SUA OBRA ADMINISTRATIVA DE
PORTO ALEGRE**

Cláudio Moreira Bento⁶

Há anos adquirimos e lemos encantados a trilogia *O Tempo e o Vento* de Erico Verissimo, quando já possuíamos algum conhecimento sobre as guerras externas e internas que envolveram no Rio Grande do Sul, assunto em que nos especializamos como historiador militar terrestre brasileiro. Eventos muito bem abordados no 1º volume *O Continente* da trilogia.

Em 1972, quando fomos a Porto Alegre para receber prêmio na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo nosso trabalho: *Hipólito da Costa - o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira* ora publicado e 32 anos depois, tivemos a oportunidade de visitar Erico Verissimo em companhia de uma jornalista carioca, filha de um destacado jornalista falecido e que representara a ABI no julgamento do concurso em que fomos um dos premiados.

E na casa do escritor, com visita previamente agendada pela mencionada jornalista, fomos muito bem recebidos por Erico e sua senhora. E lembro de ali haver perguntado sobre a minha surpresa por seu enorme conhecimento histórico militar do Rio Grande do Sul que ele tão bem abordara como moldura de seu romance, e em especial o citado 1º volume.

E ele respondeu que havia estudado muito a História do Rio Grande do Sul, mas como romancista, se tivesse que dela se desprender, o faria.

Naquela época eu havia concluído a Escola de Estado-Maior do Exército e lhe falei como o seu romance *Senhor Embaixador* continha lições preciosas para oficiais que viessem a exercer funções de adidos militares, o que o deixou muito satisfeito.

Mais tarde ao escrevermos a *História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada* sediada em Bagé, ao pesquisar os antecedentes dessa cidade, lá deparamos com o furriel Ricardo, bisavô de Erico Verissimo que combateu em Ibirocaí em 19 de outubro de 1816, na 1ª Guerra contra Artigas, no 1º Regimento de Cavalaria de Milícias do Rio Pardo. Personagem que em realidade, segundo Tarcísio Taborda em seu *Governos e Governantes de Bagé*. Museu D. Diogo de Souza, 1966, foi o administrador de fato da Guarda e Distrito Militar de Bagé em 1811/1825 por estar doente o comandante do Distrito.

E seria o trineto do furriel Ricardo, Luiz Fernando Verissimo, filho de Erico, que imaginaria a notável figura do *Analista de Bagé*, tornado público com suas crônicas e contos em 1981, sucesso repetido em 1982 com publicação *Outras do analista de Bagé* que se transformariam em grande sucesso teatral.

A então Guarda e Distrito de Bagé depois de ser incluída como distrito de

⁶Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil(AHIMTB), do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) e das academias Canguçuense e Piratiniense de História. End.: Rua Florença 266, Casa da Palmeira Imperial Jardim das Rosas. 27580-000 Itatiaia-RJ. E-mail: cmbento@resenet.com. br

Piratini em 1831, junto com Canguçu e Cerrito, se tornaria município independente depois da Revolução Farroupilha, por ato do hoje Duque de Caxias que teve atuação administrativa marcante como presidente da Província, tendo elevado Bagé a freguesia e a município e vila, pelas leis 64 e 65 de 5 de junho de 1846.

Pois Bagé, com a revolução, havia sido abandonada e nela residiam somente duas senhoras idosas. Assim foi Caxias que reergueu Bagé, a recolocando no caminho do progresso, como também ele reergueu Pelotas, conforme pesquisa do historiador Ângelo Pires Moreira, bisneto do simbolista farrapo Bernado Pires que estudamos em *Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul (subsídios para revisão histórica tradicionalista e legal)*. Recife: UFRPE, 1971.

Em Porto Alegre a atuação administrativa de Caxias foi notável e dela tento remover, mais uma vez aqui, a patina dos tempos que a encobrem e que já a abordamos em nosso estudo, *Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. Brasília: IHTRGS/ EGGCF, 1989. Trabalho em que muito nos louvamos em Walter Spalding e Moacyr Flores.

O Duque de Caxias presidira o Rio Grande do Sul de 1842 a 1846 e depois de 1851 a 1852 e o representaria no Senado por cerca de 30 anos. E Porto Alegre dele mereceu especial atenção administrativa.

Três dias depois de sua posse como presidente da Província, visitou a Santa Casa de Porto Alegre, sendo logo a seguir eleito seu irmão e seu Provedor para 1843. Como provedor mandou construir a sua imponente fachada e nela criou uma enfermaria militar que foi a raiz histórica do Hospital Militar de Porto Alegre, conforme estudamos no 3º volume da *História da 3ª Região Militar*. E tanto fez por essa instituição, que ao deixar a sua administração, foi titulado Grande Benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Ele concluiu a 2ª torre da igreja matriz e mandou reparar o seu telhado e a rebocá-la por fora. Determinou que fosse projetado o cadeião que existiu até bem pouco tempo na Volta do Gasômetro e construiu a ponte dos Açorianos no arroio Dilúvio e reconstruiu a ponte da Azenha.

As casas de Porto Alegre passaram a ser numeradas e as ruas da cidade começaram a serem calçadas, com prioridade os trechos em ladeira, para permitir o tráfego durante as chuvas, como nas gerais Câmara, João Manoel etc.

Determinou a abertura das atuais ruas Venâncio Aires (antiga do Imperador) e a República (antiga da Imperatriz) e ampliou a iluminação pública. Determinou o planejamento da nova Câmara de Vereadores e do prédio da Justiça, ao lado do Teatro São Pedro, cujas obras tiveram o seu incentivo e apoio.

Depois de pacificar a família gaúcha, determinou a demolição das trincheiras de Porto Alegre, que protegeram o seu atual centro de três sítios farrapos. Trincheiras que tiveram início com governador Coronel Marcelino de Figueiredo para proteger a cidade de um ataque espanhol durante a Guerra do Sul de 1763 a 1776, em que o Rio Grande do Sul fora invadido em 1763 pelo espanhol General D. Pedro Ceballos e, em 1774, pelo general espanhol, nascido no México, D. Vertiz y Salcedo. Demolição para que Porto Alegre se expandisse pela Várzea ao longo da atual João Pessoa.

Preocupado com a não poluição do rio Guaíba junto à cidade, proibiu que nele “fossem feitos despejos e mais imundícies.” E mandou nele construir dois

trapiches para a coleta de água em melhores condições de consumo.

No setor educacional criou o Estabelecimento de Aprendizizes Menores no Arsenal de Guerra, no qual matriculou 34 órfãos de ambos os partidos que se enfrentaram na Revolução Farroupilha. Sua obra de imensa projeção no setor de Educação foi o lançar em 1º de fevereiro de 1846, em presença de D. Pedro II, a pedra fundamental do Liceu D. Afonso e o apoiando com duas loterias. Escola nos moldes do Colégio São Joaquim, onde ele estudara no Rio de Janeiro e que deu origem ao famoso Colégio D. Pedro II.

Apoiou a construção do Mercado Público de Porto Alegre e de seu trapiche e rampa com um empréstimo que concedeu para tal fim.

Walter Spalding que estudou esta sua obra administrativa assim escreveu:

“Se fizermos um estudo minucioso do Duque de Caxias relativamente a sua obra como administrador público em Porto Alegre, vamos encontrá-lo em todos os setores, dos mais salientes aos mais humildes, inclusive no tratamento dos pobres e dos órfãos de guerra, sem olhar para o partido político de quem quer que fosse.”

Aí talvez resida a explicação de Caxias haver se ligado à gratidão dos gaúchos depois de cerca de seis anos, como o seu presidente de Província e Comandante de suas Armas, ao final da Revolução Farroupilha que pacificou e da Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-1852, além de continuar a defender os interesses da terra e gente gaúcha como senador e três vezes chefe do Governo do Brasil, como Presidente do Gabinete de Ministros, conforme demonstramos em nosso *Caxias e a Unidade Nacional*. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis/Metrópole, 2004.

Em *O Continente*, v. 1 da sua trilogia, Erico Verissimo aborda a Revolução Farroupilha e a sua pacificação honrosa e vista da hipotética Santa Fé. E é neste capítulo que o seu famoso personagem farrapo capitão Rodrigo retorna à Santa Fé para atacar no Sobrado os imperiais Cel Ricardo Amaral e seu filho, no qual numa briga ele havia marcado o seu rosto com um *R* feito a faca.

No ataque ao Sobrado, o Capitão Rodrigo foi morto a bala ao pular uma janela no assalto e no seu interior. Foi também morto o Cel Ricardo Amaral e seu filho conseguiu fugir. O enterro do capitão Rodrigo é concorrido e o do capitão Ricardo Amaral não.

Isto nos faz lembrar o cemitério de Bagé onde estão próximos os túmulos do General Antônio Neto e o do chefe imperial que ele venceu em Seival, em 10 de setembro de 1836, o então tenente coronel João da Silva Tavares que era naquela área o maior esteio do Império. Combate do Seival que estudamos, à luz dos fundamentos da Arte Militar em *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.v.2. Combate no qual tem sido pouco divulgado que a tropa vencedora era a Divisão Liberal, originária por transformação do Corpo da Guarda Nacional do amplo município de Piratini, do qual faziam parte mais os distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé até o Pirai, dos quais se originaram alguns municípios. E mais, que Neto foi assessorado militarmente neste combate pelo esquecido Coronel Joaquim Pedro Soares, veterano das lutas contra Napoleão na península ibérica e nas guerras contra Artigas e Cisplatina. E foi ele que organizou e foi o 1º comandante do Corpo de Lanceiros Negros, conforme o estudamos em *O Exército farrapo e os seus chefes*, v.1. Ele seria preso por Chico Pedro junto com José Mariano e ambos conservados por algum tempo na cadeia de

Canguçu. Depois foi enviado preso para o Rio de Janeiro aos 74 anos, se desconhecendo o seu destino final.

E junto, ao lado direito do túmulo de Silva Tavares está o “Santo de Bagé,” o antigo soldado conhecido como Preto Caxias, e cheio de ex votos, em gratidão a graças recebidas. Personagem que estudamos no citado livro *História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada*.

O desenvolvimento das causas da Revolução Farroupilha por Erico Verrissimo são as mais notáveis que eu já li e muito conhecidas pelos que a estudam, mas não abordou, a causa militar, em razão de ela até o presente não haver sido interpretada e abordada pela historiografia gaúcha, a qual estamos abordando em *Escolas do Exército em Rio Pardo 1856/1911*, em retrospecto militar de Rio Pardo. Causa militar que a seguir tento interpretar.

Com a Abdicação de D. Pedro, forças políticas que assumiram os destinos do Brasil, provocaram um enfraquecimento do poder militar do Brasil, sob o falso lema de que as Forças Armadas não podiam ficar nas capitais e sim na defesa das fronteiras e do litoral. O caso mais gritante foi a dispensa, por estrangeiro, do tenente Emílio Mallet, atual patrono da Artilharia, então consagrado herói em Passo do Rosário e que havia cursado a Escola Militar do Brasil.

No Rio Grande do Sul foi atingida radicalmente a estrutura do Exército ao ser ordenado que o Batalhão de Artilharia, ao comando do Major José Mariano de Mattos fosse aquartelar em Rio Pardo. José Mariano era carioca formado pela Escola Militar.

Na República Rio-Grandense, para cuja adoção ele influiu decisivamente, depois da vitória de Seival, em 10 set 1836, pela citada Brigada Liberal de Antônio Neto, ele foi ministro da Guerra e da Marinha, vice-presidente da República e presidente da República interino, além de autor do brasão que figura na bandeira da República Rio-Grandense que foi adotado para o Rio Grande do Sul pelos constituintes de 1891. Assunto que abordamos em nosso citado livro *Símbolos do Rio Grande do Sul...* Próximo do final da Revolução ele foi preso em Piratini por Chico Pedro ou Moringue, e mais tarde Barão de Jacuí e mantido preso em Canguçu, a sua base de operações, em cadeia que mandara construir como “quarto de hóspedes para os farrapos”, como ironicamente divulgava. Finda a Revolução, José Mariano de Matos foi o Ajudante General de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas em 1851-52 e ao retornar ao Rio retomou sua carreira, sendo Ministro da Guerra em 1865. E considerado um dos três afro- descendentes a governar o Rio Grande do Sul, ao lado de Carlos dos Santos e Alceu Colares.

O Major João Manuel Lima e Silva, tio de Caxias, por irmão de seu pai, o Brigadeiro Lima e Silva, possuía o curso da Escola Militar e comandava a unidade de Infantaria do Exército em Porto Alegre que foi transferida com ele para São Borja e para lá se deslocando, estacionou em Rio Pardo, por falta de condução para seguir para seu destino. Ele foi um dos que opinou pela proclamação da República Rio-Grandense pela qual foi eleito o primeiro general farroupilha. Comandou o Exército Farrapo em Pelotas, com vistas à reconquista da cidade de Rio Grande, até sofrer ferimento no maxilar, deformador de seu rosto, sendo obrigado a ir tratar-se no Uruguai. Terminou sendo assassinado em São Borja, de onde foi exumado e sepultado com toda a pompa e circunstância em Caçapava, onde mais tarde seu túmulo foi profanado por imperiais e seus ossos espalhados pelos campos. Esta introdução serve para se entender a ação dos dois e de seus comandados em

Rio Pardo.

Revoltados com ações sutis contra o Exército, visando o seu enfraquecimento ou erradicação, passaram a conspirar uma revolução. Vale lembrar que os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro eram oficiais de Estado-Maior do Exército e que em data recente haviam comandado unidades de Cavalaria do Exército, respectivamente em Jaguarão e Alegrete, e que elas, com a de Bagé, haviam sido enfraquecidas radicalmente pelo Governo, por reduzirem seus efetivos de cerca de 800 homens para cerca de 100. E os dois Bentos estavam revoltados com esta situação. A Bento Gonçalves cabia na época o comando da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, integrada por estancieiros, fazendeiros e charqueadores e mais pessoas que conseguissem mobilizar e que estavam revoltados com o aumento imposto sobre a lésua de campo e com impostos escorchantes sobre o charque gaúcho, beneficiando o charque dos uruguaio e argentinos inimigos de ontem, o que Erico muito bem abordou em *O Continente*.

A Guarnição do Exército do Rio Grande do Sul era a mais poderosa do Império. E estes desgostos, somados aos de militares do Exército e da Guarda Nacional, serviram de combustível para o 20 de setembro de 1835, decidido numa reunião maçônica em Porto Alegre no dia anterior em que estavam presentes Bento Gonçalves e José Mariano de Matos, bem como depois para o 11 de setembro de 1836, no Campo do Meneses, aproveitando o êxito da vitória farrapa de Seival. O Coronel Joaquim Pedro, herói farroupilha esquecido pela História, era veterano no Exército das lutas para expulsar Napoleão da Península Ibérica e foi quem organizou o Corpo de Lanceiros Negros Farroupilha, e o estudamos em *O Exército Farrapo e os seus chefes*, v1,p.168/170. História é verdade e justiça!

Em Rio Pardo os majores do Exército José Mariano e João Manuel fundaram, em 7 de abril de 1835, no 4º aniversário da Abdicação de D. Pedro I, a Sociedade Defensora, agitando as questões aqui abordadas, terminando 17 dias mais tarde, em 24 de abril de 1835, ocorrendo o assassinato do juiz Casemiro de Vasconcelos Cirne, às 9 da manhã. Juiz que processava acusados de promoverem agitação política em Rio Pardo. O major José Mariano foi acusado de envolvimento, não provado, na morte do juiz e foi enviado preso para Porto Alegre onde era deputado provincial.

Esta participação do Exército na Revolução Farroupilha, até bem pouco não abordada pela historiografia, a conclui em nosso citado livro *O Exército farrapo e seus chefes*, elaborado depois de detida pesquisa em fontes primárias na coleção. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

Erico Verrissimo recorreu à personagem D. Picucha Fagundes “que depois da Revolução Farroupilha não falou mais de Carlos Magno e seus 12 cavaleiros. E que esqueceu Rolando por Bento Gonçalves, Oliveira por Antônio Neto, Reinaldo por Davi Canabarro, João Manoel Lima e Silva por Florisbaldo”. E esqueceu D. Picucha do General João Antônio da Silveira e de Bento Manoel Ribeiro. E este foi alvo de uma injustiça política popular, traduzida por esta poesia, que atravessou os tempos:

*“Pode um altivo humilhar-se
 Pode um teimoso ceder
 Pode um pobre enriquecer
 Pode um pagão batizar-se
 Pode um mouro ser cristão
 Pode um arrependido salvar-se*

Tudo pode ter perdão Só Bento Manoel, não”.

Condenação agravada com linchamento moral do personagem pela minissérie da TV Globo, *A Casa das Sete Mulheres*.

Em realidade, Bento Manoel foi um grande soldado e conforme D. Picucha: “ele era valente, ligeiro e alarife...” O próprio veterano farrapo Manoel Alves da Silva Caldeira, que o conheceu, assim traçou o perfil militar de Bento Manoel:

“Bento Manoel era um militar de muito boa tática de guerra. E possuía muito conhecimento dos habitantes da campanha da Província e também era de muito prestígio. Quando a legalidade estava caída, ele com sua presença dava-lhe vida e quando a causa da República precisava alento ele lhe dava.”

Quem nos alertou para a grande injustiça com a sua memória foi o grande brasileiro Osvaldo Aranha, cujo depoimento a respeito reproduzimos no nosso livro *O Exército farrapo e os seus chefes*. v. 1, p. 124.

Em síntese, Bento Manoel liderou no campo militar a derrubada do Presidente e do Comandante das Armas. Afastados os dois como objetivos da Revolução, ele permaneceu como o novo Comandante das Armas e foi para tal convidado a permanecer neste cargo pelo novo presidente da Província. E cessou para ele a motivação revolucionária, na qual outros chefes persistiram. No exercício das funções novas foi obrigado a combater os farrapos, até que chegou um novo e desastrado Presidente de Província, sem inteligência emocional, diríamos hoje, e que entrou em choque com ele e quis prendê-lo, o que ele fez primeiro, sendo obrigado a se tornar um fora da lei imperial. Quando combatia o Império e havia levado à vitória a causa farroupilha, a burocracia da República em Piratini, a revelia de Bento Gonçalves, o desconsiderou através do jornal *O Povo*, promovendo a tenente coronel um oficial baiano com o qual ele se desentendera seriamente. E muito magoado não lhe restou outra alternativa que a de cair fora, em que pese os grandes esforços de Bento Gonçalves. E com ele fora, a causa militar farroupilha entrou em declínio. E, mal com o Império e com a República, não lhe restou outra alternativa do que combater ao lado do Império ao receber convite para tal.

Quem o havia defendido antes de Osvaldo Aranha fora o grande escritor rio-grandense Alfredo Ferreira Rodrigues em seu *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889/ 1917)*.

D. Picucha recorda o Manifesto de Bento Gonçalves neste trecho, o que bem traduzia o espírito do gaúcho contra as elites do Sudeste, detentoras do poder:

“Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império. Agressor ou agredido, o governo nos fazia sempre marchar à frente. Disparávamos o primeiro tiro de canhão e éramos os últimos a recebê-lo. Longe do perigo dormiam em profunda paz as outras Províncias, enquanto nossas mulheres, nossos filhos e nossos bens presas do inimigo, ou nos eram arrebatados, ou mortos, e muitas vezes trucidados, cruelmente.”

Este sentimento dominava os integrantes da Guarnição do Exército no Rio Grande do Sul e a sua Guarda Nacional.

D. Picucha lembra que os republicanos deram alforria para todos os negros que combateram pela causa revolucionária e baixou decreto dizendo que sempre que imperial surrasse um negro farrapo, eles tirariam a sorte entre os prisioneiros e passariam um oficial imperial pelas armas .

No romance *Erico Verissimo* não põe em dúvida a honestidade de Canabarro e Caxias no tocante aos lanceiros negros em Porongos, e conclui

que a pacificação da Revolução Farroupilha por Caxias foi honrosa.

Ao finalizarmos nosso livro *História da 3ª Região Militar 1808-1889 e Antecedentes*. Porto Alegre: 3ª RM/IHTRGS, 1994, v. 1 colocamos esta observação no final:

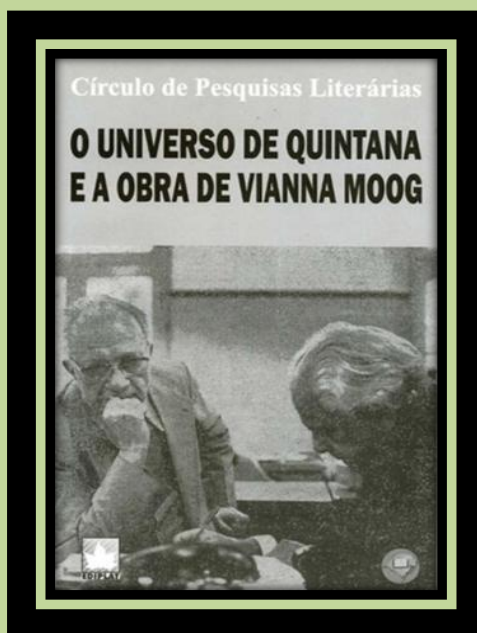
“A moldura da História da 3ª Região Militar completar-se-á com a obra: VERISSIMO, Erico. *O Tempo e o Vento*. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, 3. v. Obra esta que com muita verossimilhança resgata a vida do Rio Grande do Sul em vários aspectos e ajuda a consolidar os conhecimentos abordados no presente trabalho.”

Esta é a homenagem que prestamos a Erico no seu centenário em 17 de dezembro de 2005 e em nome das entidades a seguir que presidimos:

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e das academias Canguçuense e Piratiniense de História e membro dos CIPEL, IHTRGS, IHGPel, IH São Leopoldo e do IH de São Luis Gonzaga.

Em 2006, na Antologia O Universo de Mário Quintana a obra de Viana Moog

- O Espírito Militar do poeta Mário Quintana, p. 11/22. Abor pela primeira vez a vida militar de Mário Quintana e seu orgulho descender de um herói da Retirada de Laguna.



O ESPÍRITO MILITAR NO POETA MÁRIO QUINTANA

Cláudio Moreira Bento

Pouco conhecidas e divulgadas são as ligações do poeta Mário Quintana com a vida militar e a Influência desta em seu espírito e em sua vida.

Ele era neto do Capitão Médico Cândido Manoel de Oliveira Quintana, herói da Retirada de Laguna, na Guerra do Paraguai, e chefe do Serviço de Saúde da tropa que participou daquela épica operação militar. Ele e o Capitão Médico Dr. Manoel de Aragão Gesteira, ao lado do qual foram depositados seus restos mortais no Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na Praia

Vermeha, no Rio, foram os dois heróis que resistiram até o fim da Retirada, dos 12 médicos que iniciaram aquela operação militar, imortalizada internacionalmente, em francês, na pena de Alfredo de Taunay. Eles prestaram desvelada e comovente assistência aos coléricos da coluna. Coluna da qual participou como artilheiro o porto alegreense João Thomaz Cantuária, ilustrado soldado que comandou a 3ª Região Militar em 1896, com a missão de consolidar a Paz de 93 firmada em Pelotas. Foi Ministro da Guerra a seguir. Em 1898 foi o primeiro Chefe do Estado-Maior do Exército, órgão criado pelo filho de Bagé Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet como Ministro da Guerra, e filho do heróico Marechal Emílio Mallet, patrono da Artilharia do Exército. O marechal Cantuária é denominação histórica da 6ª Região Militar, por iniciativa do Gen Div João Carlos Rotta quando comandante daquela região em Salvador, o qual como comandante da 3ª Região Militar teve a iniciativa de criar e nos encarregar de desenvolver o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul que já conta com 13 livros publicados. Entre eles, merece destaque a História da 3ª Região Militar, criada junto com o atual Estado do Rio Grande do Sul em 1807 e que completará em 2007, 200 anos de existência.

Terminada a Guerra, o Capitão Manoel Quintana, foto ao lado, chegou em Alegrete incorporado ao 3º Regimento de Cavalaria, Unidade Militar que, terminada a Guerra do Paraguai, lá permaneceu até 1876 e que, por transformações, fusões e denominações posteriores, aquartelado em Jaguarão, resultou no atual Regimento Osório, de Porto Alegre. O Dr. Quintana passou a residir e a trabalhar na Enfermaria Militar de Alegrete, ali vivendo até falecer, e onde deixou sua descendência e, nela, o hoje seu neto famoso Mário Quintana.

O General Alberto Martins da Silva biografou o Capitão Quintana em seu livro **Cândido Manoel de Oliveira Quintana** (Brasília: Thesaurus Ed. 2002), resumindo na 4ª capa a projeção, a seguir, do heróico avô do poeta Mário Quintana: ***"O Capitão médico Cândido Mariano de Oliveira Quintana, herói da retirada da Laguna, nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1829, foi integrante da Coluna Expedicionária formada para combater a invasão paraguaia de Mato Grosso, participando da famosa Retirada da Laguna. Enfrentou, na onça caminhada, a fome, as doenças e a falta de medicamentos, com coragem, estoicismo e patriotismo. Na vida civil radicou-se em Alegrete, tendo sido o tronco de grande família que ali construiu. Hoje seus restos mortais repousam no monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na cidade do Rio de Janeiro"***.

Mário Quintana nasceu em 1906, cerca de 18 anos depois do falecimento de seu heróico avô. E muito aprendeu sobre o avô com o seu pai farmacêutico, que também o alfabetizou usando como cartilha o jornal **Correio do Povo**.

E foi influenciado pelas histórias de seu heróico avô na Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, e mais as da Revolução de 93 em Alegrete, como a Batalha de Inhanduí e a tomada e incêndio da ponte do Ibirapuitã. Nesta época, dos 13 aos 19 anos, de 1919 ao início de 1924, adolescente, o poeta Mário Quintana cursou, como interno contribuinte, o Colégio Militar de Porto Alegre, no Casarão da Várzea.

E ali acompanhou o desenvolvimento de um período revolucionário, as revoluções de 1922, 1923 e 1924, com fortes repercussões no Corpo de Alunos, e que envolveram, como a de 93, mais duas vezes, expressivamente, seu berço natal: Alegrete. Revolução que, neste particular, bem como a citada

de 93, abordamos em nosso livro em parceria com o Cel Luiz Ernâni Caminha Giorgis -**História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua**. (Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Metrópole, 2006), o 13º volume do Projeto História do Exército da Região Sul, que estávamos desenvolvendo desde 1994.

Foi no Colégio Militar de Porto Alegre que o poeta iniciou sua carreira literária como colaborador de sua histórica revista **Hyloea**.

E no Colégio Militar de Porto Alegre ficaram os seguintes registros burocráticos de sua passagem por ali, em sua adolescência, segundo dados fornecidos pelo Museu Casarão da Várzea, através do Cel Araújo e do já citado Cel Caminha, professor de História daquele Colégio Militar.



"Em 1º de abril de 1919, satisfeitas as exigências regulamentares, Mário Miranda Quintana foi incluído no Colégio Militar de Porto Alegre como aluno interno contribuinte e classificado no 1º ano. Em Dezembro, nos exames finais, foi aprovado plenamente: com grau 8 em Francês, grau 7 em Português, grau 6 em Aritmética, e simplesmente com grau 5 em Geografia e Desenho, tudo do primeiro ano. Nos exames práticos foi aprovado plenamente com grau 7 em Ginástica (hoje Educação Física) e simplesmente com grau 4 em Infantaria. Em 1º de abril de 1920, foi transferido da 1ª Companhia para a 2ª, por conveniência do serviço. Em 20 de abril foi promovido a cabo de Esquadra de Infantaria, para o Batalhão Colegial. Em dezembro, nos exames finais foi reprovado em Desenho e aprovado simplesmente com grau 4 em Português e Aritmética e Geografia. Em 1921, nos exames de 2ª época, foi reprovado em Desenho. Em setembro, a pedido de seu pai, Celso de Oliveira Quintana, foi desligado do Colégio Militar. Em abril de 1922 foi reincluído como aluno interno contribuinte. Em dezembro, nos exames finais, foi reprovado em Álgebra e Geografia e aprovado plenamente com grau 4 em Aritmética, plenamente com grau 7 em Português e com grau 8 em Francês. Em março de 1923, nos exames de 2ª época, foi reprovado em Álgebra e aprovado simplesmente com grau 5 em Geografia. Em dezembro, nos exames finais, foi reprovado em Álgebra do 3º ano. Em 28 de janeiro de 1924 foi desligado do Colégio Militar de Porto Alegre, conforme pedido de seu correspondente. "

Foram seus contemporâneos de 1919 a 1923 no Colégio Militar dois ex-presidentes da República, Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Medici, e um vice-presidente, Adalberto Pereira dos Santos.

Um pouco antes de ele ingressar no Colégio Militar ali se formaram os futuros presidentes Arthur da Costa e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco. O presidente Eurico Gaspar Dutra estudou um ano no Casarão da Várzea, ao tempo em que ali funcionou a Escola de Guerra, o presidente

Getúlio Vargas não estudou no Casarão da Várzea e sim em Rio Pardo na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, na virada do século 19 para o século 20, conforme abordamos no livro **Escolas Militares de Rio Pardo 1856/1911**. (Porto Alegre; AHIMTB/IHTRGS. Metrópole, 2005), porém ali serviu como Praça no 25° BI, após ter sido desligado daquela Escola. Obra em parceria com o citado historiador Cel Caminha. Nele desfizemos dúvidas relacionadas com o injusto desligamento de Getúlio Vargas daquela Escola, junto com outros 19 companheiros, por culpa da atuação de um inábil e imprudente instrutor, cuja ação levou a serem punidos 100 alunos dos 200 da Escola. Instrutor assim julgado por antigos alunos que atingiram os mais altos postos e projeção no Exército, como os marechais Mascarenhas de Moraes, Pantaleão Pessoa e César Obino, os dois últimos também punidos. Mascarenhas de Moraes, já havia ido para a Escola da Praia Vermelha e Pantaleão Pessoa pertencia a outra companhia que não foi envolvida no incidente.

Mário Quintana foi obrigado por motivos de saúde a desligar-se do Colégio Militar em janeiro de 1924. Em 1930 surgiu-lhe nova oportunidade de retornar à vida militar. Apresentou-se como voluntário no 7° Batalhão de Caçadores, atual 7o Batalhão de Infantaria Blindado - Batalhão Gomes Carneiro, Santa Cruz do Sul, que se encontrava em Porto Alegre em 3 de outubro de 1930, atendendo ao apelo: **"O Rio Grande de pé pelo Brasil!"**. E seguiu para o Rio de Janeiro, via ferroviária, para apoiar a derrubada do presidente Washington Luiz e a consolidação da Revolução de 30 na capital federal.

Na capital, permaneceu por cerca de 6 meses como soldado da Revolução de 30, retornando em 1931, onde retomou, em Porto Alegre, a sua consagrada carreira de poeta.

Em 1978 ele retornou ao Rio de Janeiro representando a sua família nos atos de traslado de seu heróico avô de Alegrete para o Rio de Janeiro, onde nascera, e para ser colocado, com pompa e circunstância, no **Monumento dos Heróis da Laguna**, na Praça General Tibúrcio na Praia Vermelha.

Na ocasião fez entrega às autoridades que organizaram a cerimônia, de toda a documentação militar do avô, conservada com orgulho por sua descendência.

E o poeta acompanhou todo o cerimonial de traslado desde Alegrete, passando por Porto Alegre e até o Rio de Janeiro, a bordo de um avião da FAB.

E se hospedou com toda a Comissão encarregada do trabalho no Hotel do Clube Militar na Lagoa, tendo mencionado que possuía grande orgulho da participação do avô na Retirada da Laguna, mas que até então desconhecia a sua consagração pelo Exército Brasileiro com um de seus heróis.

Na foto abaixo, da esquerda para a direita, o terceiro é o poeta Mário Quintana, representando a sua família no traslado de seu avô, herói da Retirada da Laguna, cuja urna com seus restos mortais estão à frente do Gen Ex José Pinto, presidente da cerimônia e comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste. No fundo, dos 4 oficiais, o segundo é o historiador do Serviço de Saúde do Exército, Alberto Martins da Silva, então major médico e hoje general e acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que inaugurou na AHIMTB, cadeira do acadêmico da ABL e seu co-estaduano da Paraíba Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares.



O traslado contou com todo o apoio da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no comando do General Ivan de Souza Mendes e foi idealizada, planejada e conduzida pelo Major Médico Dr. Alberto Martins, aluno daquela Escola de Altos Estudos Militares e hoje General Alberto Martins da Silva, o historiador do Serviço de Saúde do Exército e acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), onde ocupa a cadeira General Aurélio de Lyra Tavares. Este, foi Ministro do Exército, embaixador do Brasil na França e acadêmico da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que, certa feita, foi visitado pelo poeta em campanha para ingressar na citada ABL.

E contou-nos o acadêmico General Lyra Tavares que ele recebeu o poeta com imensa satisfação. E que na ocasião sua senhora, filha de Cachoeira do Sul, preparou-se para receber o poeta com um café e um prato de sonhos, tradição gaúcha. E ao passar o prato de sonhos ao poeta ele se saiu com esta tirada:

- ***"Muito obrigado, minha senhora. Como eu, um poeta, poderia comer sonhos? Seria um sacrilégio?"***

Mas o poeta não foi aceito pela Academia Brasileira de Letras, circunstância que teria lhe provocado a seguinte reação. -***"Eles passarão! Eu, passarinho!"***. Em realidade é indiscutível a merecida fama do **poeta passarinho**, em comparação com as dos que se opuseram ao seu ingresso na ABL.

De seus contatos com a vida militar por cinco anos como aluno do Casarão da Várzea, como soldado de Infantaria voluntário na Revolução de 30, das influências das histórias de seu avô na Retirada da Laguna e das revoluções de 93,23 e 24 que envolveram Alegrete, e ainda a de 30, em que foi soldado voluntário, conclui-se de seu espírito militar, sintetizado nesta sua afirmação (abaixo), ao lhe ser perguntado qual o epitáfio que gostaria de ver gravado em seu túmulo, ao que teria respondido:

"Mário Quintana"

"Tombou heroicamente em combate, ao comando do Marquês de Caxias, na conquista da Ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868".

DELEGACIA DA AHIMTB PARA O RIO GRANDE DO SUL - DELEGACIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA

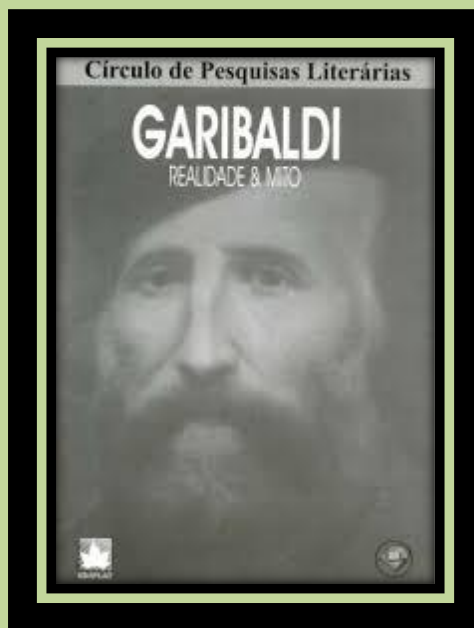
1. Relação de membros, em ordem alfabética.

- Dr. Aécio César Beltrão (Médico), Cel Altino Berthier Brasil, Major BM André Luiz Woloszyn, Capitão BM Aroldo Medina, ST Reformado Carlos Fontes, Cel Carlos José Sampaio Malan, Gen Carlos Patrício Freitas Pereira, Jornalista Carmen Lúcia Ferreira da Silva, Cel Celso Jaloto, Dr. César Pires Machado (Agrônomo), Cel Edmir Mármora Júnior, Dr. Eduardo Cunha Müller (Advogado), Cel Ernâni Medaglia Muniz Tavares, Dr. Frederico Euclides Aranha (Advogado), Dr. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo (Agrônomo), Cel Flávio Martins Pinto, Dr. Florisbal de Souza Del Olmo (Dentista), Cel Geraldo Lauro Marques, Major Dentista Reformado Hélio Ricardo Alves, Cel Ivo Benfatto, Dr. Jorge Babot Miranda (Economista), Dr. José Carlos Teixeira Giorgis (Advogado, Desembargador aposentado), Veterano da FEB José Conrado de Souza, Cel Juvêncio Saldanha Lemos, Bacharel em História Srta. Katy de Siqueira, Cel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, Cel Luiz Ernâni Caminha Giorgis, ST Reformado Osório Santana Figueiredo, Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (Cientista Político, Professor da UFRGS), Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia, Cel Ruy Collares Machado e Sgt Sandro Camargo. Total: 32 membros.



Casarão da Várzea onde estudou poeta MARIO QUINTANA, cuja História abordamos em parceria com o acadêmico benemérito. No livro História do Casarão da Várzea 1885-2008, disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e o original disponível no Pergamium de bibliotecas do Exército.

Em 2007, na Antologia Garibaldi - Realidade e Mito:
Garibaldi, o herói de dois mundos e o homem de ação de s século, p. 19/26.



GARIBALDI, O HERÓI DE DOIS MUNDOS E HOMEM DE AÇÃO DE SEU SÉCULO NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Cláudio Moreira Bento⁷

Nasceu Giuseppe em Nizza, Itália, em 4Jul1807, há 200 anos, sendo o segundo filho do casal Domenico e Rosa Garibaldi.

Cedo se iniciou no mar, e revelou grande espírito aventureiro ao ser preso com outros meninos, na altura de Mônaco, em expedição marítima realizada à revelia dos pais. Aos 15 anos era marinheiro e fez a sua primeira viagem de San Remo a Odessa.

Ao passar por Roma tomou conhecimento da realidade de uma Itália dividida e dominada pelos austríacos e passou, então, a viver os problemas da pátria através de intensa leitura.

Em 1830, aos 23 anos, aderiu à sociedade secreta, “A Jovem Itália” de Giuseppe Mazzini, cujo programa era a Unidade e República italianas, tendo por divisa “**Deus e Povo, Pensamento e Ação**”.

Ao ser apresentado a Mazzini, Garibaldi tornou-se carbonário (da Carbona), com o codinome Borel.

Fracassando a revolução de Mazzini, Garibaldi fugiu da Itália e atingiu Marselha, na França, onde leu haver sido condenado à morte em sua pátria.

Por algum tempo prestou serviços ao **Bey de Túnis**. Depois, retornou à Marselha para embarcar para o Brasil, o que fez a bordo do “Nautonnier”.

Ao transpor a barra do Rio de Janeiro ficou deslumbrado com sua beleza, lamentando não ser poeta para descrevê-la.

No Rio, entrou em contato com os carbonários Luigi Rosseti, Carniglia, Cuneo, Torrizano e Castellini. E decidiu comprar um barco que batizou de “Mazzini”.

Também no Rio, quando em atividades comerciais, soube estar preso na

⁷ Cláudio Moreira Bento, Cel Reformado, natural de Canguçu e sócio correspondente do CIPEL. Fundou e preside o Instituto de História e Tradições do RGS e a as academias de História Militar Terrestre do Brasil e as Canguçuense e Piratiniense de História. End: Rua Florença, 266 Jardim das Rosas. CEP 27.580-000 Itatiaia-RJ bentocm @ resenet.com.br Seu site: www.resenet.com.br/users/ahimtb

Fortaleza de Santa Cruz o carbonário Conde Tito Lívio Zambecari, feito prisioneiro com Bento Gonçalves na ilha da Fanfa, no rio Jacuí.

Em decorrência da visita a Tito Lívio, Garibaldi aderiu à Revolução Farroupilha. Armou então, secretamente, a “Mazzini” para realizar o corso no Sul.

Ao transporem, ele e outros, a Fortaleza de Santa Cruz e terem acenado para o Conde Tito Lívio, mudaram o nome do barco Mazzini para “Farroupilha”. E nele hastearam pela vez primeira, no mar, o pavilhão tricolor da República Rio Grandense.

Depois de deixarem o Rio, aprisionaram a “Luiza” e a levaram para o sul com os escravos apresados.

Em Maldonado, no Uruguai, o barco quase naufragou, em função do mau funcionamento de sua bússola, afetada pelo metal de fuzis colocados próximo.

Na Barranca de San Gregório, foram surpreendidos por um barco uruguaio hostil, sendo Garibaldi gravemente ferido, entre o pescoço e a carótida, por um tiro. E foi salvo por Carníglia.

Fugindo, remontam o rio Paraná, sendo acolhidos por Exague, governador de Entre Rios. Mas o substituto deste, ao conhecer a tentativa de fuga de Garibaldi, submeteu-o a chibatadas pelo corpo e rosto, complementadas por torturas de toda a ordem, até libertá-lo em Gualeguai.

Garibaldi em Piratini, a capital farroupilha

Malgrado o corso no mar, Garibaldi foi para Piratini, a capital farrapa. E depois, através do atual município de Canguçu, berço do Cel Joaquim Teixeira Nunes, seu futuro companheiro na expedição a Laguna, atingiu o estaleiro farroupilha da margem sul da barra do rio Camaquã. Neste local, concluiria os barcos “Independência” e “Rio Pardo”, iniciados pelo norte-americano John Griggs. E com eles deu início a ações corsárias na Lagoa dos Patos. Aí, enamorar-se-ia da pelotense Manoela, sobrinha de Bento Gonçalves, e concluiria os barcos “Farroupilha II” e o lendário “Seival”, cuja réplica foi mandada construir e introduzir no Parque Histórico Marechal Osório, em Tramandaí, pelo próprio Presidente do Brasil, Gen Ex Emílio Garrastazú Médici.

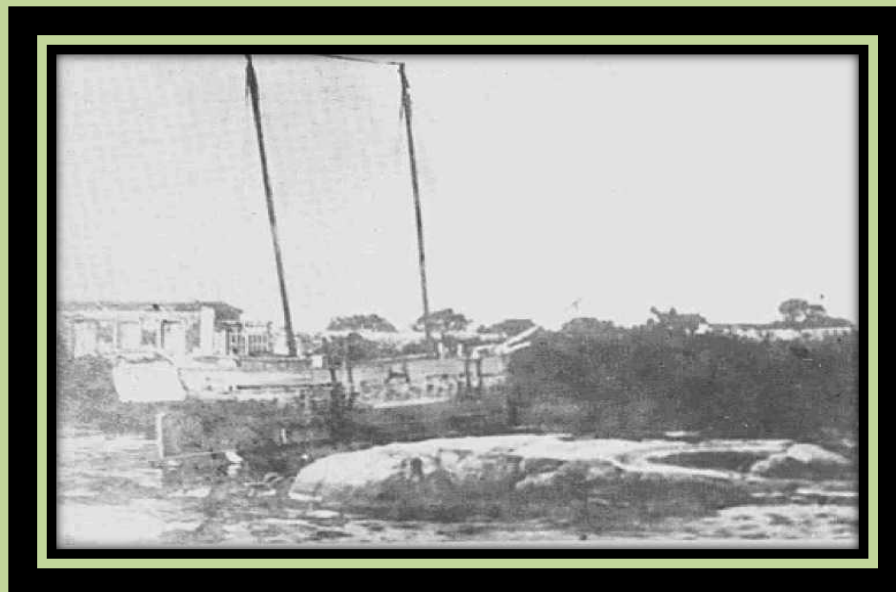
A seguir, Garibaldi, em expedição épica, transpôs estes barcos da Lagoa dos Patos para o mar, através da barra do Tramandaí, depois de rebocá-los por terra sobre enormes carretas especiais, tiradas cada, por cerca de 50 bois, num percurso de cerca de 15 km.

A caminho de Laguna, SC, naufragou o “Farroupilha II”. Garibaldi se salvou por milagre, mas perdeu dois amigos de infância, Caníglia e Matru. Estes, foram dois salvadores de sua vida: Caníglia em São Gregório e o preto Procópio no estaleiro de Camaquã, quando Garibaldi feriu no braço o chefe adversário que comandou o ataque, o temível e competente guerrilheiro imperial Francisco Pedro de Abreu. Abreu, futuro Barão de Jacuí era porto alegreense e conhecido como “Chico Pedro” ou “Moringue”.

Em Laguna, Garibaldi aumentou sua flotilha com mais cinco barcos além do “Seival”. E ali conheceu o grande amor de sua vida, a heroína Anita de Jesus, que o acompanharia em toda a sua sofrida odisséia, até tombar morta na Itália. Mas isto é outra história!

Depois de limitados sucessos, Garibaldi foi derrotado por completo na

Batalha Naval da Laguna, sendo aprisionado intacto o “Seival”.



Os últimos dias do Seival, em Laguna com o nome de Garrafão, com parte de seu casco apodrecido apoiado na praia para não afundar. Um dos seus mastros se encontra no Museu de Laguna. (Foto cedida ao autor pelo historiador catarinense Walter Fernando Piazza, ex presidente do IHGSC).

O “Seival” recebeu este nome em homenagem ao combate vitorioso dos farrapos em 10Set1836, e que culminou com a proclamação da República Rio-Grandense, ou do Piratini, no local denominado Campo dos Menezes, pelo vencedor desta batalha, o mais tarde general farrapo Antônio de Souza Neto. Fizemos um estudo deste combate, à luz da Arte Militar, no livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1991. v,2. Combate vencido pela Divisão Liberal de Antônio Neto que resultara da mudança de nome do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, formado com homens mobilizados em seus distritos de Cerrito, Canguçu, de Bagé (até o Pirai), e também no distrito sede de Piratini. Esta Divisão era reforçada por um Corpo de Lanceiros Negros.

Por muitos anos existiu no Palácio Piratini um enorme óleo focalizando o combate de Seival e que se encontra hoje no Posto de Comando do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar.

Em 10 de maio de 1986, sesquicentenário do Combate do Seival, que criou condições para a Proclamação da República Rio Grandense, fundamos em Pelotas, no auditório da Escola Técnica Federal, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) que vem atuando há 21 anos.

Derrotado no mar Garibaldi, agora infante, integrando tropas do Cel. Joaquim Teixeira Nunes, rumou para o planalto catarinense, em companhia de Anita e Rosseti. E, creio, passaria um período dos mais difíceis, críticos e sofridos de toda a sua aventureira vida.

Nesta ocasião, combateu a pé dentro de um mangueirão em Santa Vitória, no vale do rio Pelotas.

Como se isto não bastasse, foi derrotado no combate de Marombas, e perdeu-se de Anita, feita prisioneira. E ela, depois de fugir, reencontraria

Garibaldi em Vacaria. Anita caminhara também cinco dias no interior de um matagal hostil, em situação quase que semelhante até atingir Lages, e depois Viamão, ou Vila Setembrina.

Próximo a Mostardas, onde nasceu seu filho Menotti, Garibaldi dirigiu a construção de barcos para atravessar meios de São Lourenço do Sul e cavalhadas de Canguçu, para a derradeira tentativa de conquista da barra do Rio Grande. O ataque a S. José do Norte fracassou, em razão do General Bento Gonçalves ter abdicado da possibilidade de vitória, ao custo de incêndio da praça e de eliminar vidas inocentes, crianças e idosos.

Tendo os imperiais forçado os farroupilhas a levantar o débil cerco de Porto Alegre Garibaldi, junto com seu filho de três meses, participaria do que se chamou de “Retirada Desastrosa”, através da mata bruta das encostas do planalto rio-grandense.

Nesta marcha infernal “na antecâmara do inferno”, em busca de um combate decisivo com o Gen. Labatut, deslocando-se a pé, dia e noite sem cessar, padecendo frio, fome, chuvas, atravessando rios transbordantes, alimentando-se de cavalos, muitos dos expedicionários não tiveram a ventura, após mil e uma peripécias e sofrimentos indiscutíveis, de atingir com vida São Gabriel, por terem perecido ao longo do caminho.

Poderão ajuizar dos sacrifícios que padeceram estes retirantes os que conhecem a hostilidade das matas e do relevo do planalto gaúcho e, ainda mais, no frio.

Garibaldi deixa a Revolução Farroupilha

Em São Gabriel, Garibaldi deixou a revolução e penetrou no Uruguai, “tropeando” 900 cabeças de gado, como pagamento de seus 4 anos de serviços prestados aos farroupilhas. E a seu lado e a cavalo, duas grandes lembranças do Brasil: sua heróica Anita e, em seu colo, seu filho Menotti.

No Uruguai Garibaldi lecionou Matemática. E nasceram mais três filhos. Regularizou a união com Anita, e vivenciou freqüentes momentos de extrema miséria, em função de seu idealismo.

Comandou a Esquadra Uruguaia contra a potente e numerosa Esquadra de Rosas comandada por Brown, sendo completamente batido.

Depois comandou uma Divisão de Voluntários Italianos, em Montevidéu.

Depois de 14 anos na América, retornou à Itália, onde foi recebido com herói.

Na Itália, combateu, venceu e perdeu a sua Anita. E abortou mais uma vez o seu projeto de unificar a Itália. E mais uma vez o exílio: Gibraltar, África, EE. UU., América Central e o Peru.

Mas não esmoreceu. E de novo na Itália, lutou sob o calor de seu “poncho-pala” inspirador, e do qual, à maneira de Osório, o lanceiro legendário, jamais se afastava em campanha, por ser o símbolo que personalizava a liderança de ambos.

Garibaldi foi à encarnação do guerreiro que sabia que a guerra é feita de muitas batalhas e o importante é ser constante e vencer a última.

Garibaldi conheceu, ainda vivo, a glória, em seu alto grau, após levar a vida real mais romanesca, sendo por isto considerado o homem de ação de seu século e o Herói de Dois Mundos, ao lado de Victor Hugo considerado o verbo.

Gozou da admiração de pessoas ilustres, como George Sand, Alexandre Dumas, que lhe redigiu as **Memórias**, Abraham Lincoln que lhe ofereceu o

posto de general em seu Exército e, de Victor Hugo, que inclusive, lhe reservou quarto em sua moradia. Faleceu em 1882, aos 75 anos.

Na Itália no auge de sua fama assim lembrou seus companheiros da Revolução Farroupilha.

“E repassando na Memória as vicissitudes da minha vida no vosso meio , em 6 anos de guerra e de constante prática de ações magnânimas, como que em delírio exclamo:

Onde estão estes belicosos filhos do Continente (Rio Grande do Sul), tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde estão Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro, Joaquim Teixeira Nunes e outros tantos lanceiros farrapos de que não me lembro!

Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam seus ossos. E vossas belíssimas patrícias (a mulher gaúcha) cubram de flores este santuário de suas glórias.” Somente os restos mortais do Cel Joaquim Teixeira Nunes foram sepultados em local não sabido no município de Arroio Grande. Na mini série *A Casa das 7 mulheres* ele foi muito bem representado pelo ator Douglas Simon e não foi linchado moralmente como os dois grandes generais farrapos Bento Manuel Ribeiro e David Canabarro.

Em 2008, na Antologia Centenários:

- Bicentenário do General Osório -10 de maio de 2008, p. x 32. Sintetiza a biografia de Osório, abordada também em seu livro *General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro*. detalha como foi a inauguração de seu monumento em Porto Alegre. (Cel Caminha)



BICENTENÁRIO DO GENERAL OSÓRIO - 10 Mai 2008

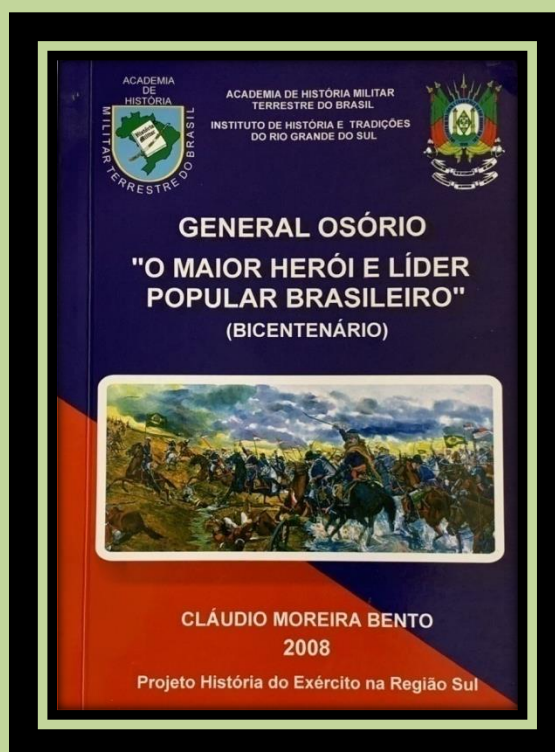
Cel Cláudio Moreira Bento⁸

⁸ O autor é natural de Canguçu-RS, historiador, militar, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, das

O Marechal-de-Exército Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval, ou simplesmente General Osório, como foi chamado em seu tempo, foi consagrado, pelo Decreto 51.429 de 13 Mar 1962, patrono da Arma de Cavalaria, em cujo seio se forjou e despontou como líder militar brasileiro, ao ponto de haver sido o único a concorrer com o Duque de Caxias à consagração como Patrono do Exército.

Osório foi o comandante aliado na vitoriosa batalha de Tuiuti, em 24 Mar 1866, a maior batalha campal da América do Sul, na qual anulou a capacidade ofensiva tática adversária, ao conduzir, pessoalmente, modelar defesa em posição. O Cel Tuiuti de Oliveira Freitas, antigo professor no Casarão da Várzea (atual CMPA) assim o definiu: **“Tuiuti é Osório e Tuiuti é Osório!”**.

Osório teve especial destaque na Guerra da Cisplatina (1825-28) quando, como alferes, conseguiu, audaz e espetacularmente, romper o cerco inimigo no combate de Sarandi. Seu comandante, General Bento Manoel Ribeiro, admirado pelo feito do Alferes Osório, sentenciou: **Hei de legar-lhe, Alferes, a minha lança porque a levará mais longe, do que a levei!** E esta profecia seria cumprida!



Na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), à frente do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, Osório desempenhou importante papel na vitória aliada de Monte Caseros, o que lhe valeu a promoção a Coronel, por merecimento.

Na guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1865-70) coube-lhe comandar o Exército Brasileiro em operações desde o Uruguai até a batalha de Tuiuti, destacando-se no comando da invasão ao Paraguai, em

academias Canguçuense e Piratiniense de História e correspondente em Porto Alegre do CIPEL, IHGRGS e Academia Rio Grandense de Letras. Endereço: Rua Florença, 266, Jardim das Rosas, Itatiaia -RJ, CEP 27.580-000;

E-mail: bentocm @ resenet.com.br Site: www.ahimtb.org.br

Passo da Pátria, quando utilizou as célebres palavras em sua Ordem do Dia de 17 Abr 1866: **“É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrá-lhes o caminho do dever.”**

Ele foi o primeiro a pisar do outro lado, em solo inimigo junto com 14 bravos de seu piquete.

Osório destacou-se como líder de combate em Avaí, onde foi ferido à bala no rosto. Prestou nesta guerra excepcionais serviços à Integridade e a Soberania do Brasil, sobrepujando doenças e ferimentos que justificariam seu retorno ao lar.

Dele e de sua singular liderança poderíamos afirmar:

Osório, nome que foi legenda e que é glória e líder sem igual em combate. Foi a estrela guia em negros horizontes no caminho da luta e da vitória. Formou-se na Academia Militar das Coxilhas, na Fronteira do Vai e Vem, entre pará tatás de centauros, pontãos de lanças, quadrados de Infantaria, troar de canhões e cargas de Cavalaria, na belicosa coreografia da Arte Militar dos Pampas.

Osório nasceu em Conceição do Arroio, atual Tramandaí- RS, em 10 Mar 1808, no local hoje transformado em Parque Histórico com o seu nome. Faleceu no Rio de Janeiro, como Ministro da Guerra, em 04 Out 1879, aos 71 anos. Seu corpo embalsamado repousava na Praça 15 no Rio de Janeiro desde 1896. Hoje, desde 1993, está em Tramandaí, no Parque Osório, criado em 1970.

Osório sublimou as Virtudes Militares de Coragem, Bravura, Desprendimento, Honra Militar e Camaradagem.

Foi militar excepcionalmente vocacionado, cidadão exemplar, chefe e líder amado, camarada invulgar e modelo de soldado brasileiro. Glória lhe seja pois ou, no seu conceito: **“a mais preciosa recompensa dos bravos”**.

Homenagens ao General Osório em Porto Alegre

A entrega de sua espada de Honra no atual Parque da Redenção

Em 6 de agosto de 1871, o General Osório recebeu das mãos do Coronel Manoel Deodoro da Fonseca a sua espada de ouro, resultado de subscrição entre seus antigos comandados **“em reconhecimento e viva admiração que lhe tributava o Exército Brasileiro pelos constantes serviços e inexcusável abnegação à Pátria”**.

A coleta foi feita em libras esterlinas que, fundidas, foram usadas para confeccionar a espada. E ela foi executada pela oficina de ourivesaria do notável Manoel Joaquim Valentim, no Rio de Janeiro, premiado em várias exposições nacionais e internacionais e que lhe valeram a conquista de 14 medalhas.

Ele gastou quatro meses na confecção da espada, que traz a seguinte inscrição **“O Exército ao bravo Osório”**.

Em 4 de junho de 1871 foi enviada carta ao General Osório, convidando-o para vir a Porto Alegre receber a Espada de Honra; carta assinada pelo Marechal Câmara, Visconde de Pelotas.

Em 14 de julho de 1871 o General Osório respondeu sua disposição de ir a Porto Alegre na época que lhe foi solicitado e desculpou-se da demora na resposta por estar ausente de Pelotas em sua estância Cruzeiro no Arapeí, no Uruguai, próxima de Santana do Livramento atual.

A comissão central dos festejos em Porto Alegre era composta pelo Marechal Câmara, Gaspar Silveira Martins, Dr. Luis da Silva Flores, Dr. Timótheo Pereira da Rosa e Manoel Soares Lisboa.

De Porto Alegre foi despachada um flotilha composta de seis vapores para ir ao encontro do vapor Guahyba em que Osório viajava. Osório respondeu às homenagens da flotilha com vivas à Nação e ao Povo de Porto Alegre.

O trapiche de Porto Alegre estava ocupado por cerca de 6.000 pessoas que freneticamente saudavam o herói de 24 de maio de 1866. Foi assim saudado pelo Marechal Câmara: **“Viva o herói cuja dedicação e valor tão de perto pude apreciar.”** Os dois haviam brilhado na batalha do Avaí.

Osório agradeceu. E em cortejo seguiram até a Catedral para um Te Deum. E esta estava adornada com as bandeiras dos diferentes Corpos de Guardas Nacionais e Voluntários da Pátria que fizeram a Campanha do Paraguai.

Iam à frente do cortejo duas bandas de músicas e um piquete de Cavalaria comandado pelo Tenente José Joaquim de Andrade Neves, filho do heróico Barão do Triunfo, e antigo Ajudante-de-Ordens de Osório na campanha da Cordilheira.

No trajeto, meninos e moças recitavam poesias e, em caminho pelas ruas Sete de Setembro, General Câmara e Praça D. Pedro II, as janelas das casas estavam guarnecidas com vistosas sedas. Das sacadas eram atiradas flores sobre o General Osório. À noite, Osório foi muito cumprimentado pela multidão em torno do palacete de seu cunhado o Ten Cel Bordini.

Todos os porto-alegrenses foram unânimes em afirmar que a recepção ao General Osório foi a festa mais graciosa ocorrida em Porto Alegre.

Na noite de 3 de agosto na redação d'**A Reforma**, Osório foi saudado pelo Dr. Florêncio de Abreu. Nome que foi dado à praça, mais conhecida como Praça da Alfândega onde, em 6 de agosto de 1933 foi inaugurado o Monumento de Osório, homenagem do povo gaúcho.

Osório agradeceu dizendo estar sempre pronto para defender a honra e os direitos da Pátria. E que não desconhecia o auxílio que lhe prestaram os amigos e seus compatriotas sem os quais nenhum general poderia desagrar a honra da Nação. E a seguir falou **“que na guerra era o primeiro a desafrontar a sua Pátria, acabada a luta ele era apenas um do Povo, em cujo seio vivia e de onde havia saído”**.

Domingo, dia 6 de agosto de 1871, no Campo do Bonfim (depois Parque da Redenção e hoje Parque Farroupilha, defronte ao atual CMPA), estava construído um elegante pavilhão, profusamente enfeitado, cujo interior abrigava a Espada de Honra a ser ofertada ao General Osório.

Próximo do pavilhão foram cavadas trincheiras e nelas colocadas peças de Artilharia para um combate simulado da guarnição do Exército em Porto Alegre.

Osório deixou sua hospedagem a cavalo, acompanhado de um Estado-Maior integrado pelo Marechal Câmara e Visconde de Pelotas, tendo como ajudantes o General Bento Martins, Barão de Ijuí e muitos outros guerreiros do Paraguai. No trajeto, Osório foi homenageado efusivamente. As ruas estavam movimentadas com carros e cavaleiros e pessoal a pé que se deslocavam para assistir a solenidade.

Osório foi recebido no local da homenagem onde estavam concentradas cerca de 8.000 pessoas que o receberam com entusiasmadas aclamações.

A seguir, passou em revista as tropas da Guarnição ali formadas e delas mereceu as honras militares com salvas de duas baterias.

Depois desmontou (boleou a perna) do seu cavalo e foi recebido no Pavilhão pela Comissão Militar integrada pelo Coronel⁹Manoel Deodoro da Fonseca¹, e demais membros da Comissão.

Neste momento, o Coronel Deodoro da Fonseca apanhou a Espada de Honra e dirigindo-se a Osório, com ar marcial e imponente que o distinguiam falou:

“General: - Os oficiais que no Exército Imperial tiveram a fortuna de servir sob as vossas ordens, na campanha contra o Governo do Paraguai reuniram-se, por voto do mesmo Exército, para a que vós fosse dado um duradouro sinal que patenteasse a amizade e admiração condignas de vossas ações. A história dessa grandiosa campanha, onde o vosso nome faz lembrar os feitos militares do Passo da Pátria, Tuiuti, Humaitá, Avaí e outros; onde a vossa espada abria o caminho da glória e guiava os soldados da Aliança; onde vossa intrepidez e o valor calmo e refletido davam aos combates vitoriosos resultados; onde os vossos feitos, em tempo algum excedidos, levaram a posteridade o nome - Osório - que, por si só, muito quer dizer na vida militar. Essa história, General, está escrita em letras de ouro no mimo que aqui vedes e que bem exprime uma guerra e suas conseqüências vitoriosas a par do nome - Osório - verdadeiro emblema de sublime e heróico militar. Tudo isso, General, deu lugar aos sentimentos de amizade e admiração consagrados por vossos comandados e a honra e o prazer de hoje entregar-vos esta oferta como prova do muito que vos querem. Recebei - a General Osório, que é de coração.”

O General Osório, comovido, recebeu a espada, proferindo estas palavras:

“Sr. Coronel - Entre as honras com que me têm distinguido o Governo do País, os Governos Aliados e os nossos compatriotas, pelos serviços que prestei à Pátria, à Aliança e à Liberdade, na América, nenhuma é mais sensível ao meu coração do que esta que me confere por vosso intermédio, o valente Exército que tive a sorte de comandar. Ao seu patriotismo e inexcedível bravura devo as vitórias que alcancei, e a nossa Pátria querida o brilho de suas armas e a glória de sua bandeira. O Exército é o verdadeiro apreciador dos trabalhos que juntos sofremos, dos obstáculos que encontramos, das dificuldades que vencemos. É ele, pois, o juiz imparcial dos serviços prestados à causa nacional nessas ásperas campanhas das planícies das terras do Paraguai. É por isso que me acho em extremo penhorado pelo quinhão com que generosamente me brinda o vitorioso Exército Brasileiro, na partilha das glórias que conquistou em tão dura guerra. E peço-lhe, Sr. Coronel Manoel Deodoro da Fonseca, que como um dos heróis que fostes desta guerra, aceiteis, para transmitir a nossos camaradas, a manifestação da profunda gratidão que voto ao heróico Exército vingador das injúrias da Pátria, e os

⁹ Deodoro, 18 anos mais tarde fundaria o Clube Militar e contribuiria decisivamente para a Abolição da Escravatura ao protestar, em nome do Clube Militar, contra o uso do Exército como capitão de mato e proclamaria a República. Isto depois de haver liderado em Porto Alegre a Questão Militar, que envolveu o Ten Cel Sena Madureira.

sentimentos que me inspiram o seu valor, o seu devotamento e sua incomparável abnegação”.

Finda a cerimônia, o General Osório passou a tropa em revista. E teve início um combate simulado travado entre Cavalaria e a Infantaria e a Artilharia entrincheiradas.

Comentou a imprensa de Porto Alegre que foi um espetáculo lindíssimo, pelo qual os porto-alegrenses puderam apreciar como era uma batalha.

Foi tocado o Hino Nacional acompanhado de vivas ao General Osório.

Antes do anoitecer, terminada a festa, o General Osório retirou-se para a sua residência tendo em caminho recebido ruidosas manifestações populares. À noite recebeu visitas de oficiais e amigos e recebeu da Comissão um retrato seu a óleo de tamanho natural.

Os festejos oficiais prosseguiram por mais dois dias. Nas noites de 31 de julho e 2 e 4 de agosto Osório assistiu espetáculos de gala em sua honra no Teatro de Porto Alegre, sendo sempre carregado em triunfo da sua residência até o teatro. No dia 9 de agosto o General Osório foi homenageado com um baile e no dia 10 regressou a Pelotas. Sua espada de Honra hoje se encontra no Regimento Osório em Porto Alegre.

A inauguração do monumento de Osório em Porto Alegre em 1933

Em 7 de agosto de 1933 foi inaugurado o Monumento eqüestre ao General Manoel Luiz Osório em Porto Alegre na praça da Alfândega por Comissão Pró - Monumento presidida por João Maia. Este, na ocasião pronunciou oração, seguida da palavra do Dr. Fernando Luiz Osório Filho, neto do General Osório e representando a família, e do representante do Exército, em nome da 3ª Região Militar, o 1º Ten Bayard Galvão e, por fim, a oração do padre Ponciano dos Santos Stenzel. Todas elas peças oratórias antológicas que muito bem definiram a significação histórica do heróico e legendário General Osório. Orações preservadas pela **Revista do Instituto Histórico do Rio de Grande do Sul**, 1933. Presente o interventor do RGS, General Honorário Flores da Cunha, que forneceu recursos do Estado para o término da obra, idealizada pelo escultor Hildegardo Leão Velloso. Monumento com a dedicatória: “**A Osório o Rio Grande**”.

Nesta cerimônia, o padre Stenzel lançou a idéia que seria concretizada com a criação do Parque Histórico Marechal Manoel Luis Osório, em Tramandaí, por iniciativa do Gen Ex Emílio Garrastazu Médici como comandante do III Exército (atual CMS) cuja inauguração focalizamos em nosso livro **A Grande festa dos Lanceiros**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971, lançado em 19 de abril de 1971 na inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, do qual tivemos a honra de coordenar o planejamento, construção e inauguração. Juntamente, foi lançado o nosso outro livro: **As Batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**, também editado pela citada Universidade.

Manifestações sobre o herói

“O mais funesto e funesto dos acontecimentos para um Exército que sabe prezar a sua glória teve ontem lugar... em que dentro dos vivos desapareceu o

Marechal Osório que exercia o cargo de Ministro da Guerra... Chefe que tantas vezes conduziu o Exército em combate e que escreveu com a ponta de sua espada brilhantes e imorredouras páginas da História Pátria..." (*Ordem do Dia do Exército de 5 out 1877*)

"O nome Marquês do Herval sintetiza e traz à memória de todos o brasileiros o valor impretérito e destemido, o patriotismo, extremo e puro, todas as virtudes cívicas e domésticas... aureoladas pelos esplendores dos triunfos de uma glória imorredoura e radiante..." (*Diário Oficial do Império de 5 Out 1877*)

"No grande soldado General Osório, não aplaudimos senão o grande cidadão. Sua farda é cívica. Sua farda não o discrimina do povo: confunde-o com ele..." (*Rui Barbosa*)

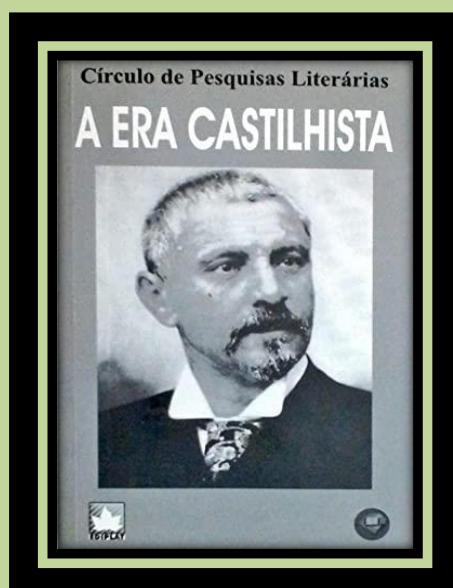
"Militar por vocação incoercível, marechal ao estilo dos marechais da França Napoleônica, vindo das fileiras como soldado, galgando posto a posto, pela bravura, a escala hierárquica havendo colhido todos os louros nos campos de batalha, onde à bravura pessoal aliava a brilhante atuação tática)." (*Senador Jarbas Passarinho Presidente do Senado - 1982*).

"Osório, filho predileto do Rio Grande do Sul. Soldado, cavalheiro, parlamentar, diplomata, músico, poeta, brioso, modesto, glorioso, amante da paz." (*Estela Francisca, trineta do herói, representando a família Osório na deposição dos restos mortais do herói em 1993 no Parque Osório*)

"Não mando os meus soldados a lugar nenhum que eu não vá na frente ou seja o primeiro a lá chegar." (*Resposta de Osório a seu Estado-Maior preocupado com riscos que corria na tentativa de o proteger*)* * *

Em 2009, na Antologia A Era Júlio de Castilhos:

- A Guarnição do Exército e a sua atuação na Guerra Civil de 1893-95 no Rio Grande do Sul. Aborda a esquecida atuação do Exército na Revolução Federalista, até então pouco conhecida e que foi abordada em seu livro do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul *História da 3ª Região Militar 1889-1953*. Porto Alegre: 3ª RM, 1995. Volume 2, p. 15/117. Cel Caminha.



A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO E A SUA ATUAÇÃO NA GUERRA CIVIL DE 1893-95 NO RIO GRANDE DO SUL

Cláudio Moreira Bento

A participação da Guarnição do Exército na Guerra Civil de 1893-95 no Rio Grande do Sul não tem sido abordada em sua plenitude e, quando feita, tem sido insuficiente ou de modo injusto e até deturpado. Guerra Civil que passou à História como Revolução de 93. E, segundo alguns de seus intérpretes, como a Revolução de Bárbaros ou a Revolução da Degola, por haver sido provocada por choques de extremada violência entre as forças populares civis na disputa pelo poder do governo do Rio Grande do Sul.

O Exército, durante esta revolução, por dispositivo constitucional e de respeito à Federação, não podia se envolver em questões estaduais, ou melhor, intervir militarmente no Estado.

A luta foi disputada com violência extremada entre grupos civis rivais, improvisados militares, sem conhecimento de Arte e Ciência Militar.

Como afirmou Miguel de Cervantes: “A verdade adelgaça, mas não quebra e, como o azeite, fica sobre a água.”

Este assunto, o abordamos em diversas publicações, merecendo destaque a *História da 3ª Região Militar 1889-1953*. Porto Alegre: 3ª RM, 1995 e mais em: O massacre federalista do Rio Negro, em 28 Nov 1893. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 154 (378); 55-88 jun/mar 1993.

Houve, em 1920, uma reação de um integrante do Exército às interpretações federalistas no livro: *Coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1920.

Seu autor foi o Cel João Cesar Sampaio, o libertador de forças do Exército cercadas por federalistas no sítio federalista de Bagé e comandante do 29º BI de Pelotas e Rio Grande, em resposta ao livro do jornalista e líder federalista Dr. Wenceslau Escobar, em *Apontamentos para a História da Revolução Federalista do Dr. Wenceslau Escolar*. Porto Alegre: Liv. Globo, 1920.

O livro do Coronel Sampaio não produziu os efeitos esperados, pois desapareceu ou o desapareceram. Encontrei por acaso o exemplar anotado do General Valentim Benício, na Biblioteca do Exército, que o mesmo reorganizou em 1937 e a transformou em editora.

O confronto destes dois livros é essencial para o historiador isento tirar conclusões sobre a atuação do Exército, pelo fato deste não poder evitar o conflito, isto por ser proibido de nele intervir pela Constituição Federal.

O Cel Sampaio teve atuação na Guerra de Canudos, destacando-se por bravura. Lutou depois no Contestado, conforme abordo às p.159/165 da citada *História da 3ª Região Militar*, v2.

Ele comandara, em Mato Grosso, como general, o Sargento Getúlio Dorneles Vargas, na qualidade de comandante da 9ª Região Militar, na Questão Brasil-Bolívia em torno do Acre.

Depois de cerca de 5 anos como sargento do Exército Getúlio Vargas formou-se em Direito. Escrevemos sobre a passagem do mesmo como aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo na obra *Escolas Militares de Rio Pardo 1856-1911*: AHIMTB/ IHTRGS, 2005, na qual abordamos o seu desligamento e volta para tropa, em função de uma injustiça disciplinar de que foi vítima.

Antecedentes da Revolução de 1893

Em 1886 o Rio Grande do Sul foi sacudido pela Questão Militar, em

razão de injustiças políticas contra o Ten Cel Antônio Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro estabelecida em Rio Pardo.

Em sua defesa saíram os heróis militares Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, comandante militar no Rio Grande do Sul e Presidente desta Província e mais o Visconde de Pelotas Marechal Câmara. E também o jornal republicano *A Federação*, liderado por Júlio de Castilhos. Vitoriosa esta questão, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou, junto com o Marechal Câmara, a fundação do Clube Militar em 1887, evento que abordamos na edição histórica da *Revista do Clube Militar*, em seu centenário em 1987, quando fomos o Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar.

Clube Militar que no ano seguinte conseguiu acelerar a Abolição da Escravatura, quando, através de seu presidente Marechal Deodoro protestou, junto ao Governo “*pelo uso do Exército, como Capitão do Mato, na captura de escravos fugidos*” o que significou a Abolição de fato da Escravidão no Brasil.

E no ano seguinte, em 15 de novembro de 1889, sob a liderança do seu presidente fundador Marechal Deodoro da Fonseca, foi deposto o Gabinete Liberal e a seguir proclamada a República.

No Rio Grande do Sul assumiu a Presidência do Estado o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas.

O poder no Rio Grande do Sul estava com os Liberais, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins (licenciado), inimigo pessoal e político do Marechal Deodoro e que foi preso em viagem para o Rio, em Santa Catarina, e exilado. O Marechal Câmara, aliado de Deodoro na Questão Militar e Fundação do Clube Militar livrou Silveira Martins de maiores consequências.

Júlio de Castilhos, Secretário do Interior e Justiça do Marechal Câmara, lançou o Marechal Deodoro, como candidato à Presidência da República.

Os republicanos gaúchos, agora na República, acharam-se no direito de governar o Rio Grande do Sul.

E tem início a disputa pelo poder entre republicanos, com o apoio dos conservadores, contra os liberais que governavam o Rio Grande do Sul, fazia 20 anos.

E o Governo do Rio Grande do Sul terminou nas mãos de Francisco Tavares, Barão de Santa Tecla, o que desgostou os republicanos. E o Barão de Santa Tecla foi deposto com o apoio do comandante do Exército, no Estado, o General Carlos Bittencourt.

Esta deposição ocorreu em 11 de maio de 1890, nela atuando, na liderança, a Escola Militar de Porto Alegre, funcionando no Casarão da Várzea, a atual caserna do Colégio Militar de Porto Alegre, e por nós estudada em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis na obra *História do Casarão da Várzea 1885-2008*. Barra Mansa-RJ: AHIMTB/IHTRGS, 2009, lançada no citado Casarão, em 21 de março de 2009, no 98º aniversário do Colégio Militar de Porto Alegre.

Atuaram nesta deposição mais o Arsenal de Guerra (atual sede do Museu do Comando Militar do Sul), e os 13º e 30º Batalhões de Infantaria. Episódio abordado pelo Cel Sampaio em seu citado livro em resposta aos apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar.

A oposição, em 3 de junho de 1890, criou a União Nacional, no atual Solar dos Câmara, que hoje abriga a Biblioteca Borges de Medeiros da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. União Nacional integrada pelo Marechal Câmara e seus amigos liberais e os de Gaspar Silveira Martins e

mais conservadores da família Silva Tavares de Bagé. Enfim, reunião do grupo Liberal que governava o Rio Grande do Sul há 20 anos, empenhado em conservar o seu poder, assim consistente segundo o historiador Sérgio da Costa Franco.

“O controle da distribuição dos cargos públicos, a boa vontade e simpatia para legitimar a aquisição de propriedades rurais. Favorecimento, transigências e tolerâncias fiscais e policiais com o comércio de contrabando nas fronteiras que só a convivência com o poder era capaz de garantir.”

Em 20 de junho de 1890 a Lei Alvim assegurou aos cidadãos maiores de 21 anos e alfabetizados, o direito ao voto independente de sua renda. Isto fortaleceu o Partido Republicano no Rio Grande do Sul.

Em julho de 1890, o Marechal Câmara teria admitido que uma guerra civil seria preferível a entregar o Rio Grande do Sul ao Partido Republicano.

Nas eleições federais de 15 de setembro de 1890, os republicanos gaúchos elegeram os mais votados para a Câmara e Senado, respectivamente com 37.941 e 37.942 votos.

Os republicanos iniciaram o desmonte de máquina do Partido Liberal na administração pública estadual, câmaras municipais e Guarda Nacional, os instrumentos eleitorais dos liberais.

As câmaras municipais foram substituídas por intendentes e juntas municipais nomeadas pelo Partido Republicano.

Isto provocou uma violenta e ilimitada polêmica pela imprensa dos dois partidos.

Em Bagé foi criado, em 24 de abril de 1891, o Partido Republicano Federal (Federalista). Ele concorreu com o Partido Republicano e foi vencido.

É chegada a vez da Constituinte Gaúcha que foi formada por 10 republicanos e mais três de Centro Católico.

A Constituição Gaúcha, de inspiração positivista, foi projeto de Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro e Assis Brasil. Este a denunciou 7 meses mais tarde, ao romper com seu amigo, cunhado e compadre Júlio de Castilhos, quando ela já havia sido discutida, aprovada e promulgada em 14 de julho de 1891.

Os descendentes de líderes e veteranos farrapos republicanos, em esmagadora maioria, se filiaram ao Partido Republicano, o que ocorreu, por exemplo, em Piratini e Canguçu antigos centros farrapos.

A Assis Brasil se deve a primeira versão farrapa da Revolução Farroupilha, até então predominando a versão imperial, na qual antigas lideranças farrapas eram perseguidas e humilhadas por liberais e seus descendentes.

Então, em função de haver sido farrapo ou descendente, dava aos habitantes menos esclarecidos de Piratini e Canguçu um sentimento de marginalidade que perdura até hoje no inconsciente coletivo.

Em 14 de julho de 1891, Júlio de Castilhos foi eleito Presidente do Rio Grande do Sul. Decorridos 4 dias, o Governo Federal dispensou os generais honorários de comandos de fronteiras, o que atingiu o General Honorário Joca Tavares, em Bagé. E a Guerra Civil 1893-95 se tornou inevitável para a oposição federalista.

Em 23 de novembro de 1891, o Marechal Deodoro foi forçado a renunciar ao Governo por haver dissolvido o Congresso, em nome da governabilidade. Foi substituído pelo Marechal Floriano Peixoto que fora o

candidato da oposição.

E a idéia de Guerra Civil era mobilizada pelo Marechal Câmara. Era prevista a revolta, no momento combinado, dos seguintes líderes federalistas: Joca Tavares em Bagé, Antero Cunha em Canguçu e Piratini, Prestes Guimarães em Passo Fundo, Vicente Gomes em Santo Antonio da Patrulha, etc.

Em 3 de novembro de 1891, o Marechal Deodoro, assessorado pelo Barão de Lucena, havia dissolvido o Congresso com o apoio de todos os governadores, menos o do Cel Sodré, do Amazonas *“sob a alegação de derrubada inconstitucional de seus votos e em nome da governabilidade.”*

A Guarnição do Exército no Rio Grande do Sul, liderada pelo Marechal Câmara, foi em maioria contra o fechamento do Congresso e pela deposição de Júlio de Castilhos, o único presidente de estado eleito constitucionalmente.

Manifestou-se contra a deposição de Júlio de Castilhos a Guarnição do Exército de Porto Alegre composta pelos já citados 13° BI, comandado pelo Cel Thomaz Thompson Flores, 30° BI comandado pelo Cel Arthur Oscar, pelo 29° BI ao comando do Ten Cel João César Sampaio, enviado de Pelotas, o 2° Batalhão de Engenharia (antiga Ala Esquerda do Batalhão de Engenharia e depois 1° Batalhão Ferroviário) e a Escola Militar de Porto Alegre no Casarão da Várzea (atual CMPA). Estas unidades e mais o comandante militar no Rio Grande do Sul mostraram a disposição de sustentar Júlio de Castilhos no Governo, para o qual fora eleito.

Por outro lado, sob a influência do Marechal Câmara, foram contrários ao fechamento do Congresso as guarnições do Exército de Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, São Gabriel, Alegrete e Livramento.

Apoiaram a Guarnição de Porto Alegre, a de Rio Pardo (28° BI), Santa Vitória do Palmar (6° RC), Jaguarão (2° RC) e São Borja (3° RC).

Em face desta realidade, Júlio de Castilhos aceitou renunciar. Perguntado a quem passaria o Governo respondeu: *“A quem? A ninguém? À anarquia!”* Renúncia abordada na obra do citado Cel Sampaio.

Esta renúncia forçou o General Salustiano Jerônimo dos Reis a deixar o comando da atual 3ª Região Militar.

Júlio de Castilhos foi substituído por uma Junta Militar Provisória que passou à História como “Governicho”.

A atual 3ª Região Militar passou ao comando do Deputado Federal General Manoel Luiz da Rocha Osório que assumiu o Comando-em-Chefe das forças do “Governicho”, “que deviam operar contra a tirania do Marechal Presidente Deodoro da Fonseca”. Chefe que assim se expressou em sua Ordem do Dia nº 1 de 20 de novembro de 1891:

“A parte do Exército Nacional aqui estacionada manifestou-se de inteira solidariedade com os patriotas que repelem a tirania que se quer impor ao país. O Rio Grande do Sul está em peso de armas na mão para repelir a afronta que se quer fazer e obrigar o Governo Central a entrar no regime da legalidade.”

Dois dias antes da renúncia do Marechal Deodoro à Presidência, forçado pelo Almirante Custódio de Mello, que disparou um tiro do couraçado Aquidabã no zimbório da Candelária, o General Rocha Osório, em Ordem do Dia nº 2 de 21 de novembro de 1891, adotou o seguinte dispositivo para combater “a tirania do Marechal Presidente”.

- Comando das Operações no Sul do Estado: Gen Hon João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares).

- Comando das Operações do Norte do Estado: Gen Antônio Joaquim Bacelar (Exército).

E organizou uma expedição a Torres composta de duas brigadas visando, em última análise, afastá-las de Porto Alegre.

A 1ª Brigada composta pela 30ª Batalhão de Infantaria ao comando do Cel Arthur Oscar e reforçada por força policial do Estado.

A 2ª Brigada integrada pelos 13ª Batalhão de Infantaria, ao comando do Cel Thomaz Tompson Flores e reforçada pelo 29ª Batalhão de Infantaria de Pelotas, ao comando do Ten Cel João César Sampaio e mais uma Brigada de Artilharia guarnecida por alunos da Escola Militar de Porto Alegre, no Casarão da Várzea (atual CMPA).

Estes oficiais eram contra a deposição de Júlio de Castilhos, eleito constitucionalmente, e contra qualquer medida que além da renúncia do Marechal Deodoro ferisse a Hierarquia e a Disciplina.

Convocada uma reunião no então QG da atual 3ª Região Militar, o Cel Arthur Oscar se declarou contra qualquer manifestação na 3ª RM que implicasse em alusão ao Marechal Deodoro, pois a ele aludindo iriam ferir a Hierarquia.

E se retirou da reunião seguido do Cel Tompson Flores, e de seu irmão Carlos Eugênio, ligado à Escola Militar de Porto Alegre, do Ten Cel João César Sampaio e do Major Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, comandante do 2ª Batalhão de Engenharia que, por muitos anos, atuaria no Estado como 1ª Batalhão Ferroviário, no qual servimos por largo período (1957/66) em Bento Gonçalves, cuja síntese histórica que dele escrevi foi o única matéria que se extraviou por não devolvida por autoridade que a apreciou.

Esta atitude, liderada pelo Cel Arthur Oscar, resultou nas remoções destes oficiais para o Rio de Janeiro a pedido do “Governicho.”

Eles somente retornaram ao Rio Grande do Sul 4 meses mais tarde, por ordem do Marechal Floriano, incorporando-se a seus batalhões em Manobras em Saicã, em abril de 1892. Providência para manter o Exército afastado das questões entre Republicanos x Liberais e seus aliados.

Estes fatos, além do Ten Cel Sampaio, foram testemunhados pelo Cel Carlos Eugênio, irmão de Arthur Oscar e abordados em seu livro *Arthur Oscar, um soldado do Império e da República*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1964.

Nestes episódios despontou a liderança de Arthur Oscar, herói do Paraguai, do Exército na Guerra Civil 1893/95 e na Guerra de Canudos, onde comandou a última e 4ª expedição.

Desde 1874, a reforma no Ensino do Exército deu origem ao bacharelismo militar, consequência de haver possibilitado aos oficiais cursarem Engenharia para apoiarem o desenvolvimento tecnológico do Exército, proporcionando aos mesmos um status social a concorrer, de igual para igual, com os médicos, advogados, filhos de prósperos comerciantes e proprietários rurais, em melhores condições para um casamento. Pois as moças casadoiras preferiam aqueles que aos militares que, no período de 1816-70, em função de guerras e revoluções constantes, em que tiveram que atuar, eram frequentes ausências de seus lares, e potencialmente fatores de viuvez e orfandade, sem compensações previdenciárias.

Daí surgiram duas classes de oficiais. Os bacharéis e os tarimbeiros. Os bacharéis em geral alheios à defesa nacional e preocupados com outras questões e descuidando da progressiva formulação de uma doutrina militar brasileira da qual se alienaram e eram por ela os responsáveis na Escola

Militar da Praia Vermelha

Os tarimbeiros eram os demais oficiais que se dedicavam à tropa ou a defesa da Pátria, mas durante cerca de 30 anos de 1874/1905 foram considerados em situação inferior aos bacharéis e por estes desconsiderados, como inferiores socialmente. A sociedade brasileira desconhece isto!

E este grupo, liderado por Arthur Oscar, era integrado por oficiais que solucionaram os problemas de defesa nacional na Guerra Civil 1893-95 e Guerra de Canudos em 1897. Nesta, os bacharéis se fizeram em princípio ausentes, obrigando o Governo a contratar 500 civis para atuarem como alferes na Guerra de Canudos.

A Doutrina Militar do Exército não evoluiu nestes 30 anos de predominância do bacharelismo. E a operacionalidade do Exército se mostrou por vezes, até inferior a dos revoltosos federalistas e de Canudos.

Em Canudos as coisas começaram a andar quando o tarimbeiro General Carlos Telles, que resistiu ao cerco federalista de Bagé por cerca de 40 dias, improvisou um Esquadrão de Cavalaria com seus soldados para procederem a reconhecimentos militares e assim prevenir surpresas e recolher alimentos na região para prevenir a sucumbirem de fome, até que o Ministro da Guerra Marechal Carlos Machado Bitencourt estabelecesse uma estrutura de abastecimento da tropa isolada no sertão baiano. Estes dois eram filhos do Rio Grande do Sul. O Marechal Bitencourt foi vítima do punhal de um assassino, ao interpor-se entre o agressor e o Presidente Prudente de Moraes, numa recepção a tropas provenientes de Canudos.

Por cerca de sete meses o Marechal Floriano Peixoto conviveu com o "Governicho", governo de exceção, assim caracterizado por Sérgio da Costa Franco em *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

"O Governicho se revelou débil e inseguro, convocando eleições para depois adiá-las e promulgando provisoriamente uma Constituição que se assemelhou em tudo à castilhistas. Mas, por sentir-se fraco, resvalou para a violência, sobretudo no interior do Estado, tão logo a oposição castilhista se tornou mais intensa. Ocorreram toda a sorte de abusos e perseguições aos opositores, o que ficou documentado no livro MOURA, Euclides B. de. O vandalismo no RGS. Porto Alegre: s/ed, 1892."

Tarcísio Taborda na Revista **A Defesa Nacional**, nº 1, 1970, assim relatou o que ocorreu no Estado depois da renúncia forçada de Júlio de Castilhos para o cargo para o qual foi eleito constitucionalmente.

"A insatisfação reinante após a renúncia do Marechal Deodoro, levou os chefes municipais das duas facções em luta que se formaram, a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as tropelias, os abusos que se espalharam por todo o Rio Grande do Sul."

E a isso tudo teve o Exército de assistir impassível por não poder, constitucionalmente, intervir e só protestar particularmente através de alguns de seus oficiais.

Em Alegrete, os federalistas chegaram ao ponto, em sua euforia revolucionária, de humilhar e expulsar da cidade o 18º Batalhão de Infantaria, que fora favorável à deposição de Júlio de Castilhos, restando como alternativa, depois de expulso da cidade, viajar para Porto Alegre.

A Brigada Militar foi criada um ano mais tarde, em 5 de outubro de 1892, tendo como seu primeiro comandante o Cel de Artilharia Joaquim Pantaleão

Telles de Queiroz, irmão do citado Cel Carlos Telles.

Neste espaço, a violência ficou por conta dos chefes federalistas e republicanos, improvisados em chefes militares que desconheciam a Doutrina Militar e adotaram a violência dentro do espírito da Lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”, que terminou transformando esta revolução em Revolução de Bárbaros ou da Degola. E o Exército, impedido de intervir, nada podia fazer a não ser protestos isolados de alguns oficiais.

Sobre o incidente com o 18º BI expulso de Alegrete, por federalistas, assim se manifestou o Presidente Floriano Peixoto:

“Este fato e os que ainda podem ter lugar demonstram a inconveniência de manterem-se civis em armas, em constante provocação ao Exército, quando nada justifica semelhante estado de coisas. (Do arquivo Prudente de Moraes no IHGB).

E as violências entre as forças populares eram estimuladas pela violência verbal dos articulistas dos jornais *A Federação* e *Reforma*, em duelo.

O Dr. Wenceslau Escobar a época em que escreveu seu livro em 1920 era dirigente do Partido Federalista e confessou:

“Não tenho a intenção de escrever com absoluta isenção de ânimo. Sou humano, tomei parte pelo coração e pelas idéias, lamentavelmente, nesta luta fratricida.”

Sobre o massacre federalista em Rio Negro, por degola, da Cavalaria Civil ao comando do Cel Maneco Pedroso, por iniciativa do Cel Zeca Tavares e à revelia, ao que tudo indica, de seu irmão, padrinho e sogro General Joca Tavares e outros líderes federalistas no combate do Rio Negro, o Dr. Wenceslau Escobar escreveu:

“Perante a civilização, e as leis humanas, nunca os assassinatos praticados em Rio Negro, poderão justificar-se.”

O ilustre e dedicado historiador Tarcísio Taborda, ligado por laços de sangue à família Silva Tavares, assim definiu o massacre de Rio Negro em artigo na *Revista Militar Brasileira*, nº1 na p.10.

“Rio Negro, terrível episódio que dizimou governistas e que se tornou um símbolo de traição e de deslealdade para com o inimigo rendido.”

Um defensor de Bagé, sitiada por federalistas, assim descreveu o massacre do Rio Negro, em poesia que foi publicada na obra *Revolução de 93*. Bagé: URCAMP,1991/1992. Obra que foi iniciativa do grande historiador de Bagé Tarcísio Taborda, citado.

1

“No sítio do Rio Negro
Quantos heróis degolaram
Este grupo de salteadores
Que lá no Prata se armaram.

2

Este grupo de salteadores
Que lá no Prata se armaram
Assassinaram sem piedade
Os heróis que se renderam.

3

Eu não vi, mas me contaram

Os próprios que lá se achavam
Que na beira de uma sanga
Muitos heróis degolaram.

4

E o bravo Cel Pedroso
Que a frente nunca curvou
Quando viu as armas render
A sua face nobre corou.

5

E o Zeca Tavares
Foi quem mandou matar
Esse bandido covarde
Com a mesma há de pagar.”

Este massacre foi muito manipulado, usando os defensores dos responsáveis, por este massacre da Cavalaria Civil Patriota, a serviço dos governos federal e estadual e integrada em maioria por filhos de Piratini, Canguçu e de Bagé descendentes dos farrapos vitoriosos em Seival. Chegaram a criar a lenda da Lagoa da Música na qual o degolados eram orientais e argentinos que eram identificados pelo modo de falar “pauzinho”, quando mandados pronunciar esta palavra pelos seus captores, ocasião em que revelavam suas nacionalidades pelo sotaque castelhano. E assim mandados degolar.

Em realidade, orientais e argentinos que integravam a tropa federalista foram os executores deste assassinato de civis brasileiros em seu próprio país. E outras manipulações foram feitas ao longo dos anos o que abordamos na bibliografias de nº 1 e 2.

Em Canguçu e Piratini, fortes núcleos farrapos na Revolução Farroupilha e, depois, redutos dominados por liberais no Império, eles queixavam-se de sofrerem pressões e perseguições de Antero Cunha, líder federalista, como foi o caso dos irmãos José, Manoel (Maneco), Antero e Favorino Pedroso de Oliveira, Bernardino da Silva Mota e Leão Silveira Terres, principalmente, em razão dos resultados expressivos que conseguiram para a Constituinte. E por pouco não foram vitoriosos. Passaram a ter as vilas de Canguçu e Piratini por menagem, sem poderem ir para suas fazendas.

Maneco Pedroso seria degolado por federalistas em Rio Negro, iniciativa atribuída a Zeca Tavares, conforme já referi.

Os republicanos planejaram retomar ao Governo para o qual foram eleitos, mas o Presidente Marechal Floriano Peixoto ordenou a não intervenção do Exército na política do Estado e tranquilizou o Marechal Câmara a este respeito.

Em 17 de junho de 1892, os republicanos conseguem a renúncia do “Governicho” e o Marechal Câmara, muito doente, transferiu o “Governicho” para o General Joca Tavares, em Bagé.

E para depor o “Governicho”, o Governo constitucional restaurado do Estado fez convergir sobre Bagé as seguintes forças populares civis:

- 4ª Brigada Civil de Pelotas, ao comando do general Honorário Luiz Alves Pereira, tendo como chefe de seu Estado-Maior o historiador Alfredo Varela. Brigada integrada por forças populares recrutadas em Pelotas, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, São Lourenço, Camaquã e Tapes.

José Caetano de Faria de viajar ao estado para lhe esclarecer a situação política local.

O Major Caetano de Farias fora professor de Matemática durante 10 anos em Porto Alegre, na Escola Militar no Casarão da Várzea e o biografamos na Revista *A Defesa Nacional*, nº 724, 1986, p. 93/124, em artigo *Marechal Caetano de Farias - projeção como chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra*.

E o major assim sintetizou a situação política no Rio Grande do Sul:
“Existem três partidos. O mais numeroso e mais forte é o de Gaspar Silveira Martins, mas composto de republicanos e, sobretudo de monarquistas. O segundo é o de Júlio de Castilhos. É o menor que o primeiro, mas é coeso, disciplinado e composto exclusivamente de republicanos. O terceiro, que está no poder, é muito fraco e sobrevive das divergências dos outros dois.”

E Caetano de Farias muito atuou a seguir para a derrubada do ilegítimo “Governicho” para repor Júlio de Castilhos no Governo.

A rejeição de Joca Tavares à entrada de forças de Canguçu e Piratini, tradicionais redutos farrapos, tinham por origem os seguintes fatos. Farrapos ali residentes sofreram perseguições políticas antes e durante o “Governicho”, lideradas pelas famílias Cunha e Silva Tavares, que haviam assumido o poder político naquelas comunidades, depois da pacificação da Revolução Farroupilha. Vale lembrar que durante Revolução Farroupilha Piratini fora por duas vezes a capital farroupilha. E Canguçu fora a base de operações da Ala Esquerda do Exército de Caxias, a partir de agosto de 1842, ao comando de Chico Pedro (ou Moringue) por este considerar Canguçu o “distrito mais farrapo e de maior perigo”.

E seus chefes, coronéis Maneco Pedroso e Bernardino Mota foram estigmatizados, bem como seus descendentes, por telegrama reservado e cifrado expedido de Bagé pelo General Telles a Floriano, no qual, a certa altura Joca Tavares transmitiu o pensamento apaixonado contra seus adversários de Piratini, Canguçu e Bagé:

“Os coronéis Mota e Pedroso, chefes republicanos em Canguçu e Piratini e mais o Ten Cel Cândido Garcia de Bagé, são os maiores ladrões e bandidos do Rio Grande do Sul”.

Afirmção falsa, que não encontra apoio na realidade ocorrida na qual todos os chefes civis de ambos os partidos, em princípio, se rivalizaram em violência.

Em 10 de setembro de 1836, o Corpo de Guarda Nacional do amplo município de Piratini formado, além de Piratini, pelos distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí venceram em Seival o Coronel João da Silva Tavares, comandante da Guarda Nacional da Província e pai do General Joca Tavares, então com 18 anos, e que foi preso, poupado e enviado para o Uruguai para um amigo da família Silva Tavares. Este combate, que estudamos pioneiramente do ponto de vista militar, à luz da Arte e Ciência Militar, foi vencido pelo citado Corpo de Guarda Nacional de Piratini e transformado por seu comandante, o Capitão Antonio de Souza Netto em Brigada Liberal. Era constituído de % de Guardas Nacionais do distrito da Vila de Piratini, % do seu distrito de Canguçu, % do seu distrito de Cerrito e % do seu distrito de Bagé até o Piraí. Brigada Liberal que venceu em Seival reforçada pelo Corpo de Lanceiros Negros, dispostas as suas forças pelo Cel

Joaquim Pedro Soares, veterano das guerras contra Napoleão na península ibérica e que viera para o Brasil em 1815 com a Divisão de Voluntários Reais e se reformara do Exército em 1831 com 61 anos, depois de lutar em todas as guerras de 1816 até 1827. Neto, no dia seguinte proclamou, em Campo dos Menezes, tudo dentro do amplo município de Piratini, e a conselho, inclusive, do Major do Exército João Manuel Lima e Silva, tio de Caxias, a República Rio-Grandense, que duraria quase 10 anos. Ideal consolidado com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, 54 anos depois da Paz Farroupilha em D. Pedrito, assinada em 1º de março de 1845 pelo Barão de Caxias.

Estudamos este combate e o analisamos. Pela primeira vez, repetimos, à luz de fundamentos da Arte da Guerra em matéria O combate de Seival de 10 de setembro de 1836 *in: O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1993, p. 99/115.

Em 28 de novembro de 1893, no Combate do Rio Negro, decorridos 57 anos, descendentes dos derrotados em Seival, teriam se vingado dos descendentes dos farrapos que os venceram em Seival.

Em Rio Negro, o Cel Maneco Pedroso, comandante da Cavalaria Civil à disposição do Governo Federal foi degolado depois de render-se sob garantia de vida. O Coronel Bernardino Mota foi poupado por encontrar-se guarnecendo a estação de Candiota. O Cel Antero Pedroso, irmão de Maneco Pedroso, mais tarde Prefeito de Piratini, usando um ardil, conseguiu romper o cerco federalista, bem com o Cel João Paulo Prestes, vice-intendente de Canguçu, escapando ambos da brutal degola.

O citado telegrama cifrado que teria sido enviado ao Marechal Floriano, resistiu a todas as tentativas de decifragem que tentamos pelos Serviços de Informações a que foram submetidos.

Foi uma armação em que estes chefes de pouca instrução foram envolvidos e por não terem dotes de escritores não puderam responder.

A intervenção do Exército e a autenticidade do citado ofício cifrado reservado até hoje provocam discussões. Não acredito na intervenção do Exército na deposição de armas do “Governicho” e nem no texto em claro e menos no cifrado do citado telegrama.

Creio foram duas armações. O General Honorário Luiz Alves Pereira de Piratini e seu chefe de Estado-Maior Alfredo Varela, os responsáveis, em realidade, como comandantes da entrada de forças populares em Bagé desapareceriam da História deste evento deixando como bodes expiatórios, em Bagé, os coronéis Maneco Pedroso e Bernardino Mota.

Em 1993, encontrei em Bagé um antigo colega do Ginásio Gonzaga que me passou toda a documentação do General Luiz Alves do qual era herdeiro. Documentação esclarecedora da expedição de forças civis ao comando do General Luiz Alves para forçar a renúncia do General Honorário Joca Tavares a dar fim ao inconstitucional governo paralelo, o “Governicho”.

Documentação que conservo e a que usei em parte na minha citada *História da 3ª Região Militar 1889-1953*, às p. 26/ 44, que até então era inédita e foi muito reveladora.

O Exército no Rio Grande do Sul em 1893/95

Durante a Revolução Federalista era a seguinte a Articulação do Exército no Rio Grande do Sul. A área era dividida em guarnições e fronteiras.

Fronteiras: a de Rio Grande (até o Chuí), Bagé, Jaguarão, Sant’Ana do Livramento, Uruguiana e Missões (São Borja, São Luiz, Itaquí, etc.).

Guarnições de: P. Alegre, Pelotas, D. Pedrito, Alegrete, São Gabriel, Cachoeira e Rio Pardo.

A área possuía 21 unidades de combate do Exército, sendo 9 de Infantaria (3°, 4°, 6°, 12°, 13°, 18°, 28°, 29° e 30° batalhões de Infantaria), 7 de Cavalaria (2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 11° e 12° Regimentos de Cavalaria), 2 de Artilharia (1° e 3° Regimentos de Artilharia), 1 de Engenharia (2° Batalhão de Engenharia) e 1 Corpo de Transportes.

O 28° Batalhão de Infantaria de Rio Pardo foi capturado no combate de Rio Negro e obrigado a lutar como tropa revolucionária com o nome de Ernesto Paiva, até que foi libertado. Na Guerra de Canudos foi enviado para lá e, em razão de seu baixo moral, foi usado na retaguarda na reparação de estradas. Finda a guerra, foi enviado para São João d'el Rei, vindo a tornar-se a valorosa e tradicional unidade de Infantaria que se consagrou na 2ª Guerra Mundial como o heróico 11° Regimento de Infantaria da FEB. Teve melhor sorte que a Cavalaria Civil em apoio ao governo estadual e federal que foi barbaramente degolada depois de rendida sob garantia de vida.

Na citada História da 3ª Região nomeamos os comandantes e a descrição das instalações do Exército à época, às p. 71/80, bem como os uniformes do Exército.

Durante a Revolução coube ao Exército proteger, por pertencentes à Federação, as ferrovias e instalações do telégrafo. Foi o que levou o coronel Arthur Oscar a Bagé para proteger estas instalações de choques entre forças civis do Estado. Esta atuação repetiu-se na Revolução de 23.

A Revolução Federalista

Ela estourou em 5 de fevereiro de 1893. O Exército foi proibido de intervir nesta disputa armada pelo poder, a qual assim foi assim interpretada na 4ª capa da obra de Sérgio da Costa Franco *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

“Entre 1893-95 o Sul do Brasil foi palco de uma sangrenta guerra civil que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas, contra antigos liberais do regime monárquico. A violência das facções, o terror indiscriminado e, sobretudo o apelo a chavões ideológicos, como justificadores da ação bélica e repressiva, antecipam as carnificinas do século, cometidas em nome de idéias progressivas ou reacionárias.”

Acredito que formaram, entre os republicanos, positivistas e jacobinos, a esmagadora maioria de veteranos farrapos e seus descendentes, como foi o caso de Piratini e Canguçu, antigos núcleos republicanos farrapos.

A violência extremada ocorreu por conta das tropas populares civis recrutadas por chefes políticos municipais e que atingiu violência requintada nos massacres de republicanos civis de Piratini e Canguçu em Rio Negro e no de federalistas em Boi Preto.

Durante a Revolução a Guarnição do Exército foi reforçada com Unidades vindas de diversas origens e que foram assim articulados.

Em Porto Alegre: 3° BI, 4° BI, **13° BI**, 14° BI, **30° BI**, 33° BI, 34° BI, mais o 17° RC, 11° RC, 13° RC e 2° Batalhão de Engenharia (11 unidades).

Em Bagé: 30° BI, 31° BI, 32° BI, **5° RC**, Corpo de Transporte (ao comando do Major Bento Gonçalves da Silva, neto do líder farrapo) e mais o 11° BI e 13° BI.

Em Rio Grande: Os 6° BI, 25° BI, 29° BI, 35° BI e 2° RC.

Em São Gabriel: Os 12° BI, 25° BI, 12° RC, **1° RI** e o Corpo de

Transporte (antes de ir para Bagé).

Em Santana: Os 18° BI e 12° RC. Em Jaguarão: Os 2° RC e 13° BI.

Em São Borja: O 3° RC. Em Alegrete: O 6° BI. Em Uruguaiana: 4° RC.

Em D. Pedrito: 6° RC, vindo de Santa Vitória. Em Torres: 17° BI.

As unidades em **negrito** possuíam antes da Revolução paradas nestes locais: 13°BI, 30° BI, 5° RC, 1° RA, 2° RC e 3° RC.

O Marechal Câmara, que liderou a reação liberal, embarcou muito doente para o Rio, cercado de todas as considerações da oficialidade do Exército. E faleceu no Rio em 18 de agosto de 1893. Mereceu todas as honras do povo e do Exército. O jornal republicano *A Federação* assim reverenciou o grande herói do Paraguai:

“A Federação esquece ressentimentos para unicamente inclinar-se diante do sepulcro recém aberto do velho soldado brasileiro.”

Aqui uma reverência do autor a um dos maiores soldados do Exército nascidos no Rio Grande do Sul e que por seu envolvimento na política teve desgostos ao final, como o Duque de Caxias seu amigo e admirador, Osório, Marechal Deodoro, Marechal Floriano e Hermes da Fonseca. Disto parece que só escapou o Marechal Eurico Dutra.

Reverenciamos o Marechal Câmara na obra *História do Casarão da Várzea 1885-2008*. Barra Mansa: AHIMTB/ IHTRGS, 2009, como o que autorizou que aquele prédio fosse destinado a funcionar como Escola Militar.

Estudou-o em monumental biografia em 3 alentados volumes o seu neto General Rinaldo Pereira da Câmara, com a contribuição no último volume do General Riograndino Costa e Silva.

Neste relato não me movem restrições aos chefes federalistas e republicanos que lutaram de peito aberto em defesas de suas verdades, como o Coronel João da Silva Tavares que lutou bravamente como chefe imperial em defesa do Império na Revolução Farroupilha e seu filho General Joca Tavares na Guerra do Paraguai.

Minha abordagem foi em defesa do Exército e da memória dos meus conterrâneos degolados inermes depois de se renderem sob garantias de vida e dos federalistas que foram assassinados em Boi Preto. E a todos os que não foram fiéis ao significado dos amores perfeitos que os farrapos colocaram nos ângulos agudos do losango em sua bandeira adotada pela Constituinte Gaúcha de 1891, e hoje substituídos por estrelas. Amores perfeitos simbolizando Firmeza e Doçura. Firmeza em combate ao pelear com toda a raça, denodo e valor. E Doçura, depois da vitória, de respeito como religião, à vida, à família, à honra e ao patrimônio do vencido inerte. Fato que na Revolução Farroupilha, o canguçuense Cel Joaquim Teixeira Nunes deu provas depois de sua vitória em Santa Vitória no arroio Pelotas, ao libertar os prisioneiros com esta ordem “- os senhores estão livres! voltem para suas casas para cuidarem de suas famílias”.

O general Osório, que biografamos no livro *General Osório*, o maior herói e líder popular brasileiro foi um fiel e exemplar praticante do binômio Firmeza e Doçura. E, em 1923, o General Flores da Cunha deu eloquente exemplo depois de vencer Honório Lemes, ao não aceitar que este lhe entregasse a sua espada e revólver. Esta é a Firmeza e a Doçura que tem caracterizado lideranças gaúchas em diversos setores de atividades.

Por oportuno, transcrevo esta definição sobre os militares na época da Guerra Civil, hoje tão manipulada por paradigmas injustos e preconceituosos e que tão assinalada presença tiveram na definição do destino brasileiro do Rio

Grande do Sul e na defesa da fronteira Sul do Brasil

OS MILITARES - PERFIL, em 1893

Senhor, umas casas existem no vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta se deitam, obedecendo. Da vontade, eles fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmos são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de as celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os pobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta, acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e a defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se fizessem. Porque, por definição o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina". (Fonte: Moniz Barreto - 1893)

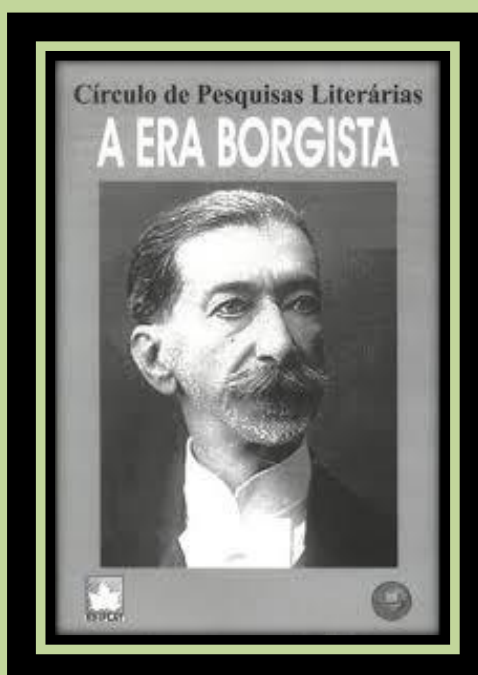
Bibliografia

- BENTO, Cláudio Moreira, *História da 3ª Região Militar 1889-1953*. Porto Alegre: 3ª RM, 1995.
- _____. O massacre federalista do Rio Negro em 28 Nov 1893. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 154 (378); 55-88 jun/mar, 1993.
- _____. A Revolução de 93 em Canguçu. *Revista do CIPEL*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.p.139/150. (Org. Hilda Agnes Flores);
- _____. O Massacre de Rio Negro. *Revista do CIPEL*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.p.139/150. (Org. Hilda Agnes Flores);
- _____. Canguçu, da República à Revolução de 30. *in: Canguçu - reencontro com a História, um exemplo de reconstituição de memória comunitária*. Resende: ACANDHIS/Graf. Drumond, 2007.p.156/200;
- _____. O combate de Seival. *in: O Exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. v2.p.106/115;
- _____. Bagé e a Guerra Civil 1895/95. *in 3ª Brigada de Cavalaria mecanizada- Brigada Patrício Correia da Câmara*. Porto Alegre: Ed Pallotti, 2002. p.47/49;
- _____. Os sítios de Bagé e da Lapa - duas resistências épicas na História Militar do Brasil. *A Defesa Nacional*, nº 767, 1995, jan/mar p.103s;
- _____. As repercussões do Combate do Cerro do Ouro na invasão federalista do Paraná. *A Defesa Nacional*. nº 769, 1995, jul/set;
- _____. São Paulo no combate à Guerra Civil e à Revolta na Armada, 1893/95. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.v.xc, 1995.p.59/83;
- AXT, Günter. Capítulo 12-A Revolução Federalista 1993/1995- Guerras Civis Brasileiras. *in: As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. (A

História dos conflitos do Rio Grande do Sul organizada por Günter Axt); CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Contribuição para uma bibliografia da Revolução Federalista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. n° 138, 2003,p.165/192. (Por oportuno, indico para completar meus 11 trabalhos ali constantes, a de n° 2 , publicada pelo IHGB e constante da presente bibliografia); ESCOBAR,Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Federalista**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1920; SAMPAIO, João César. **Coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1920; REVISTA DO CLUBE MILITAR. Edição Histórica do Centenário n° 280, 1987; RODRIGUES, Francisco Pereira. **O Governicho e a Revolução Federalista**. Porto Alegre, 1990.

Em 2010, na Antologia A Era Borgista:

O Coronel da Guarda Nacional Genes Gentil Bento, p. 17/20. Sintetiza a biografia do avô do autor, que foi intendente de Canguçu em 1905/1916, Sub-Chefe de Polícia do Estado, e secretário do Presidente Borges de Medeiros. E pacificou, em Jaguarão, segundo o Dr. Sérgio da Costa Franco, em *Gente e coisas da Fronteira Sul - o Dissídio entre republicanos chimangos e carlistas* (Carlos Barbosa). (Cel Caminha).



**CORONEL GN GENES GENTIL BENTO
(1863-1931)**

*Cláudio Moreira Bento*¹⁰

¹⁰ Cel Claudio Moreira Bento. Natural de Canguçu. É presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do RGS e das academias Canguçuense e Piratiniense de História.

End: Rua Florença 266 Jardim das Rosas 27580-000-Itatiaia-RJ.

Email bento1931@gmail.com Site www.ahimtb.org.br e www.ihtrgs.com.br

Nasceu em Canguçu em 1863, um ano antes do início da Guerra do Paraguai. Era filho de Antônio Joaquim Bento - o primeiro professor régio de meninos do município de Canguçu, (em 1857) e de Izabel Vaz Bento, ambos da região do passo Maria Gomes do rio Piratini e mais tarde estação do Cerrito. Fez seus estudos em Canguçu sob a direção do pai. Mais tarde, estudou e lecionou no Colégio Sul-Americano em Pelotas. Por volta de 1887 casou-se com a carioca Maria da Conceição Monteiro Bento. Sua participação na campanha republicana foi descrita por J. Simões Lopes Neto, o príncipe de nossos escritores regionalistas e seu contemporâneo, na **Revista do Centenário de Pelotas** n° 4 de 1912.

“Genes Gentil Bento foi desde os mais verdes anos um sonhador cheio de fé do ideal republicano, ao qual deu os melhores impulsos de seu coração de moço, as premissas de sua inteligência, na tribuna, na imprensa, alhures e em Canguçu, salientando-se entre os poucos mais intemeratos pregadores do novo credo. Proclamada a República ocupou diversas comissões, revelando no desempenho delas o valor de sua competência, correção e zelo”.

Em 1890 ocupou comissão de carácter administrativo para a construção dos molhes da barra do Rio Grande. Aí o alcançou a Revolução de 93 e a Revolta na Armada. Depois, morou em Itapuã, no exercício de funções administrativas ligadas à navegação da Lagoa dos Patos. Passado o agitado período da consolidação da República, procurou melhores perspectivas na administração privada. Administrou por alguns anos uma estância em Estação do Cerrito, em sociedade com seu proprietário.

Em 1904 foi chamado a servir sua terra natal na qualidade de vice-intendente.

Em 1905, por falecimento do intendente coronel Leão dos Santos Terres, completou o seu mandato e foi eleito e reeleito intendente de Canguçu, funções que exerceu até Jul. 1916, ou seja, por mais de 11 anos e meio (15 Fev. 1905 - 25 Jul. 1916). Em 1912, o autor regionalista citado escrevia:

“O que fez e o que lutou desde 1905 o coronel Genes Bento partindo de um momento de rudes dificuldades e intolerantes agitações, o sucesso de seu esforço é a recompensa de sua dedicação nestes largos sete anos de vida pública. Dizem- no melhor que as palavras, a situação próspera do município, a justiça que lhe tributam os adversários e a arregimentação sólida do partido que chefia”.

Ainda, em 1916, foi convocado pelo Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, para o exercício sucessivo das seguintes funções de confiança de 1816-1921: Subchefe de Polícia da 6ª Região com sede em Jaguarão; Subchefe de Polícia da 1ª Região com sede em Porto Alegre, Chefe de Polícia do Estado (função equivalente hoje a Secretário do Interior) e, finalmente, de Secretário da Presidência do Estado. Do exercício dessas funções de confiança deixou muito bem desenvolvido e organizado arquivo encadernado, hoje em poder da Professora Yonne Maria Sherer Bento, filha de Alfredo Sherer que exerceu 4 mandatos como prefeito de Venâncio Aires e que ocupa cadeira Cel Genes Gentil Bento. E esposa do Tabelião de Canguçu José Moreira Bento, neto do Cel Genes Gentil em cuja casa se encontra o Arquivo de seu avô uma fonte histórica do Rio Grande do Sul 1916-1922.

No exercício de suas funções de subchefe e chefe de Polícia do Estado fez diversas intervenções pacificadoras em nome do Partido Republicano, traduzidas pelo exercício temporário das funções de intendente de São Luiz Gonzaga, São Francisco de Paula e Herval do Sul. Representou pessoalmente

o Presidente do Estado e agiu em seu nome em diversas situações.

Ao se transferir para Porto Alegre, o fez com toda a família, permanecendo em Canguçu seu filho o Tabelião Conrado Ernâni Bento, que foi prefeito em três ocasiões por cerca de 12 anos.

Em 1921 foi nomeado Notário do 3º Ofício de Porto Alegre, na rua da Ladeira, atual cartório Dorneles, que por muitos anos levou seu nome.

Faleceu em Porto Alegre em 16 de março de 1931, onde se encontra sepultado junto com a esposa. Dentre as publicações que ensaiam sua biografia registre-se o jornal **Estado do Rio Grande**, Porto Alegre, 16 mar. 1931.

Em Canguçu e Porto Alegre existem ruas com o seu nome.

Foi criador em 1913 do Colégio Elementar de Canguçu que por transformações sucessivas é o Grupo Escolar de Canguçu. Existe selo municipal de Canguçu com sua efígie. Segundo escreveu **A Federação** como parte de seu necrológico:

“Exerceu cargos de destaque como a chefia e subchefia de Polícia e Secretaria da Presidência do Estado, desempenhando no período de 1916 a 1920, por incumbência do egrégio Dr. Borges de Medeiros, missões políticas em Pinheiro Machado, Lagoa Vermelha, Erechim, Uruguaiana, Vacaria, Jaguarão, Cruz Alta, São Borja, Santa Maria, São Leopoldo, São Francisco de Paula, Passo Fundo, Alegrete, Montenegro, São Luiz, Santo Amaro e Triunfo.”

Quando da Revolução de 1923, segundo o historiador Arthur Ferreira Filho que com ele privou. *“O Cel Genes Gentil com carinho organizou a Guarda Republicana de Porto Alegre destinada a defender Porto Alegre de ações revolucionárias”*, como a que ocorreu em Pelotas tomada pelo General Zeca Neto, conforme a descrevemos na **Revista do CIPEL** de 2003. Foi membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, sendo Vice-Presidente de Honra do Centro Republicano Júlio de Castilhos”.

O historiador Sérgio da Costa Franco, em **Gente e Coisas da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2001, em “O dissídio entre os chimangos: carlistas e zeferinistas” nas p. 131/174, descreve a pacificação deste complexo dissídio pelo Cel. Genes Gentil Bento. O Cel. Genes possuía três irmãs. Uma casou com Antônio (Nico) Duarte do qual nasceu Isaura, esposa de Vador Rodrigues, com grande descendência. Outra com Genuíno Aguiar e sogros de Antônio (Antonico) Valente, com grande descendência em Canguçu e uma terceira casou em Pelotas, tendo como filho o artista plástico Adail Bento Costa. Eram seus irmãos Hermes Laranja Bento, e José (Cazusa) Monteiro Bento que foi o primeiro engenheiro agrônomo a se formar em Pelotas e depois professor da Escola Eliseu Maciel.

O historiador Sergio da Costa Franco ao estudar o Arquivo do Dr Borges de Medeiros existente no Instituto Histórico e Geográfico do RGS levantou e registrou a correspondência mantida pelo Cel Genes Gentil Bento com o Presidente do Rio Grande do Sul, Dr Augusto Borges de Medeiros.

Na Biblioteca de Rio Grande existiam seus relatórios de Intendente 1905-16, que dali foram retirados no Centenário de Canguçu pelo Dr Osvaldo Muller Barlém, como orador do Centenário e não devolvidos. Talvez ficaram com sua família, pois faleceu repentinamente.

Em 2011, na Antologia Flores da Cunha:

- Flores da Cunha e a Luz Elétrica em Canguçu, p. 27/28 v (Aborda o apoio do Governador ao Prefeito Conrado Emani Bento, pai do Cel Bento, para a instalação da Luz Elétrica em Canguçu e a sua inauguração em 31 de dezembro de 1933, fato registrado com destaque no *Diário Liberal* de Pelotas em 3 de janeiro de 1934. Curiosidade é que parte da população, acostumada com a iluminação a lampiões e velas achou a instalação da luz elétrica um gasto desnecessário. (Cel Caminha)



**A DEPOSIÇÃO DO
GENERAL FLORES DA CUNHA
do Governo do Rio Grande do Sul - 17 out. 1937**

*Cel. Claudio Moreira Bento*¹¹

Avizinhavam-se as eleições de 1938. Constava que o valoroso General Honorário do Exército José Antônio Flores da Cunha seria candidato e se oporia ao desejo do Getúlio Vargas, de permanecer no poder.

Decidida a implantação do Estado Novo, ele seria o seu maior obstáculo militar, com apoio de parcela do Exército, de Corpos Provisórios e da Brigada Militar. Daí as repercussões graves para a 3ª Região Militar, pela possibilidade de repetição de fatos como os de 1930, humilhantes para chefes do Exército no ataque dos revolucionários de 30, ao Quartel General da 3ª Região Militar.

E teve curso um longo e cuidadoso processo, à semelhança de um jogo de xadrez, para afastar de modo incruento e digno, numa manobra de Inteligência, o General Flores da Cunha do Governo do Rio Grande do Sul. E a seguir implantar o Estado Novo numa conjuntura de Estado de Guerra vigorante.

¹¹ Coronel Claudio Moreira Bento é natural de Canguçu e preside a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e sua filiada, a AHIMTB/Resende, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e a Academia Canguçuense de História (ACANDHIS).

Rua Florença, 266, Jardim das Rosas - 27580-000 Itatiaia, Rio de Janeiro. E-mail: bento1931@gmail.com
Sites www.ahimtb.org.br e www.ihtrgs.com.br

Este assunto foi tratado em detalhes na obra *Marechal Eurico Dutra - o dever da verdade*, de Mauro Renault Leite e Junior Noveli (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983), com organização de seus familiares e apoio no Arquivo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra.

Este livro, às páginas 115 a 257, focaliza as preocupações do Comando da 3ª Região Militar, com uma possível reação armada do General Flores da Cunha, com apoio em parcela do Exército, Corpos Provisórios e Brigada Militar.

Estas preocupações foram transmitidas ao Ministro General Dutra pelo comandante da 3ª Região Militar, General Lúcio Esteves, em 10.12.1936, dia seguinte à posse do Ministro Dutra no Ministério da Guerra.

No 1º despacho ministerial com o presidente, o General Dutra conheceu o plano do Presidente Getúlio Vargas de intervir no Rio Grande do Sul, com apoio em planejamento elaborado pelo General Aurélio Goes Monteiro e aprovado pelo presidente.

Mas o Ministro Dutra desaprovou o plano citado que foi abandonado.

Vigorava no Brasil, desde 16.12.1936, o Estado de Guerra, condição que foi prorrogada por mais 90 dias, por Decreto 1259, de 16.12.1936.

Ainda em 16.12.1936, o Ministro da Guerra baixou a Instrução Pessoal e Secreta nº 1, ao General. Pedro Aurélio de Goes Monteiro, inspetor do 2º Grupo de Regiões Militares (com Jurisdição sobre as 2ª Região Militar em São Paulo, a 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul, a 5ª Região Militar do Paraná e Santa Catarina e a 9ª Região Militar em Mato Grosso).

Esta Instrução Pessoal e Secreta nº 1, constante do livro citado, provocaria a deposição do General Flores da Cunha, em 17.12.1937, conforme relata o Marechal Odylio Denys, na época Tenente Coronel e Oficial de Informações da 3ª Região Militar ao comando do General Daltro Filho e que a seguir assumiria o comando do 7º Batalhão de Caçadores na Praça do Portão. O então Tenente Coronel Denys foi Chefe militar que executou o lance final incruento, relacionado com a deposição do General Flores da Cunha do Governo do Rio Grande do Sul, em condições cavalheirescas e dignas, conforme obra do Marechal Odylio Denys: *O ciclo revolucionário brasileiro* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 49-53).

Neste livro o Marechal Denys descreve com detalhes as operações incruentas, e cavalheirescas e dignas até o embarque no aeroporto de Porto Alegre, do General Flores da Cunha para Santana.

O General Flores da Cunha, formado em advocacia, consagrou-se como líder militar, bravo, valoroso e generoso nas revoluções das décadas de 20 e 30 no Rio Grande do Sul, razão de sua merecida promoção ao posto de General Honorário do Exército, condição de que muito se orgulhava. Seus feitos militares são por demais celebrados por seus biógrafos.

Aos 23 anos demonstrou seu valor e coragem ao assumir Delegacia de Polícia, em bairro do Rio de Janeiro que devia ser saneado, porque habitado por bandidos e malfeitores. E ele deu conta da missão com coragem e energia e saneou o bairro.

Sobre ele escrevemos artigo sob o título *Um santanense, um gaúcho brasileiro* (in *A Platéia*. Santana, 5.4.1994).

Nele referíamos que o General Flores da Cunha havia se reencontrado com as virtudes de *Firmeza* e *Doçura* que os farrapos representaram sob a forma de dois amores perfeitos colocados nos ângulos agudos do losango da Bandeira da República Rio-Grandense. Símbolo adotado pelos constituintes gaúchos de 1891 como a Bandeira do Rio Grande do Sul e da qual sumiram os amores perfeitos substituídos por estrelas. *Firmeza*, simbolizando em combate. Lutar com toda a garra, bravura e determinação. *Doçura*, simbolizando depois

da vitória. Respeito como religião: à vida, à família, à honra, e ao patrimônio do vencido inerte.

Exemplo eloquente destas virtudes, o General Flores da Cunha deu ao prender o valoroso revolucionário Honório Lemes e se recusar a receber o seu revólver e a sua espada.

GENERAL FLORES DA CUNHA e a inauguração do monumento ao General Osório

Cel. Claudio Moreira Bento¹²

No dia 6.8.1933 teve lugar, na Praça da Alfândega de Porto Alegre, a inauguração do monumento equestre do General Osório, com a dedicatória: *A Osório o Rio Grande*.

Presente ao ato solene o interventor do Estado, o General Honorário Flores da Cunha, grande admirador e cultor de muitas características de liderança do grande herói que biografamos em obra alusiva a seu centenário em 2008, sob o título: *O maior herói e líder popular brasileiro*. O monumento, obra do escultor Hildegardo Leão Veloso, se tornou realidade com os recursos do Estado colocados à disposição pelo General Flores da Cunha, à Comissão do Monumento presidida por João Maia.

Os oradores da cerimônia foram: João Maia, Tenente Bayarde Galvão, pela 3ª Região Militar, e o Padre Ponciano dos Santos Stenzel. Pela família do herói falou o neto e um dos seus biógrafos, o Dr. Fernando Luiz Osório Filho, que pronunciaram orações antológicas preservadas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* de 1933.

GENERAL FLORES DA CUNHA e a luz elétrica em Canguçu

Cel. Claudio Moreira Bento

Para dotar Canguçu de luz elétrica, este município teve o apoio do interventor Flores da Cunha, através de seu prefeito, por ele nomeado depois da vitoriosa Revolução de 30, Conrado Ernani Bento, nosso pai, e filho do Coronel da GN Genes Bento, que fora intendente de Canguçu de 1905/1917 e, a seguir, Chefe de Polícia e Secretário do Presidente Borges de Medeiros. Personagem que focalizamos no número anterior desta publicação.

O apoio recebido resultou de visita que meu pai fez a Flores da Cunha depois de assumir suas funções. Na visita, apresentou seu objetivo de dotar sua cidade natal daquele melhoramento. E, para tal, conseguiu o apoio do interventor General Honorário do Exército Dr. Flores da Cunha.

Em decorrência disso, em 31.12.1933 foi inaugurada solenemente a luz elétrica em Canguçu. O fato foi registrado com destaque pelo *Diário Liberal* de Pelotas, em 3.1.1934:

“Para a inauguração solene da luz elétrica de Canguçu veio de Pelotas uma caravana presidida pelo Cel Augusto de Assunção, como representante

¹² Coronel Claudio Moreira Bento é natural de Canguçu e preside a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e sua filiada, a AHIMTB/Resende, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e a Academia Canguçuense de História (ACANDHIS).

Rua Florença, 266, Jardim das Rosas - 27580-000 Itatiaia, Rio de Janeiro.

E-mail: bento1931@gmail.com

Sites www.ahimtb.org.br e www.ihtrgs.com.br

do General Flores da Cunha. Foi recebido à tarde na entrada de Canguçu, pelo prefeito Conrado Ernani Bento e população em geral. Depois, dirigiram-se para a Prefeitura Municipal onde lhes foi oferecido um banquete.

Na ocasião, falou o Senhor Alberto Mattos Bandarra, agente dos Telégrafos, em nome do povo de Canguçu, tecendo elogios à obra administrativa do General Flores da Cunha e o apoio emprestado pelo Estado *para a concretização daquela obra.*

A seguir, o prefeito de Canguçu, Conrado Ernani Bento, saudou o Interventor Federal General Flores da Cunha, na pessoa do Cel. Joaquim Assunção. Este agradeceu e se congratulou com o povo para assistir à cerimônia de inauguração, tendo ainda o Cel. Joaquim Assunção cortado a fita inaugural e o prefeito Conrado Ernani Bento ligado a chave geral, ficando deste modo inaugurada a luz elétrica em Canguçu.

Usaram a palavra, nessa ocasião, o Dr. Luiz Simões Lopes Filho, saudando a mulher canguçuense, e o Dr. Walter Oliveira Prestes, fazendo uma análise das possibilidades econômicas do município e encarecendo a construção da ferrovia São Pedro do Sul-Pelotas, tão fundamental ao progresso do município.”

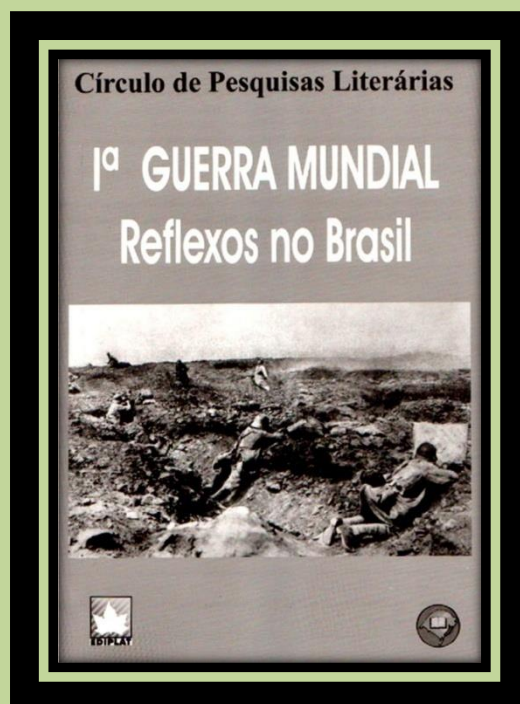
A instalação da luz elétrica custou, na ocasião, à municipalidade, a quantia de 200 contos de réis e o seu motor funcionou cerca de 20 anos, sem grandes problemas, até ser complementado por outro. Finalmente a luz elétrica foi encampada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Este melhoramento, comenta-se, foi considerado por alguns, acostumados com a iluminação a lâmpões, como um gasto desnecessário e dinheiro posto fora.

A luz elétrica em Canguçu foi uma das iniciativas do General Flores da Cunha, entre outras de maior envergadura, como a criação do DAER, do IPE, da Loteria Estadual, do Tesouro do Estado, do Tribunal de Contas, do Diário Oficial e da Secretaria de Agricultura, sem esquecer o apoio decisivo que deu à construção do Monumento ao General Osório, na praça central de Porto Alegre.

Em 2014, na Antologia Iª Guerra Mundial - Reflexos no Brasil:

- O Exército e a Marinha na Iª Guerra Mundial, p. 9/20. Aborda a participação de uma Comissão em Caráter Reservado de oficiais do Exército que combateram no Exército da França para aprender a Doutrina Militar Francesa e adquirir novos armamentos para o nosso Exército. Aborda também a participação de uma Esquadra Brasileira que foi atingida pela Gripe Espanhola na costa da África, doença que vitimou muitos dos seus tripulantes, e ainda a montagem de um Hospital Brasileiro em Paris para atender os feridos em combates e que ao final foi doado a França. E neste número escrevemos artigo sobre o Marechal José Pessoa e a Iª Guerra Mundial.



O EXÉRCITO E A MARINHA DO BRASIL NA 1ª GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Cel. Claudio Moreira Bento¹³

A 1ª Guerra Mundial estourou em 28 de julho de 1914, quando ia acesa e viva a Revolta do Contestado no Paraná e Santa Catarina.

O Brasil foi o único país neutro que se declarou, a 4 de agosto, contra a invasão alemã da Bélgica. O Governo Alemão decidiu o bloqueio do Brasil, desencadeou uma campanha submarina e o Brasil protestou. E em 3 de abril de 1917, na Costa Ocidental da França, a marinha alemã torpedeou e pôs a pique o navio mercante do Brasil, o Paraná. Em janeiro de 1916, mais de um ano antes, um navio alemão colocou minas no litoral brasileiro. Esse clima agitou o povo brasileiro que, em protesto, atacou casas comerciais de origem alemã no Rio de Janeiro e em outras cidades.

Em 11 de abril de 1917 o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e dois dias depois o Brasil tomou posse de 45 navios alemães surtos em seus portos. Em 20 de maio de 1917, foi torpedeado o navio Tijuca, que navegava na costa francesa. No dia 22 de maio foi a vez do navio Lapa. Por Decreto de 1º de junho de 1917, o Brasil suspendeu sua neutralidade e no dia seguinte permitiu a apreensão de navios alemães em seus portos.

O navio alemão Palatia, surto no porto de Santo, foi incorporado ao Lloyd Brasileiro com o nome de Macau, que foi torpedeado, seu comandante brasileiro feito prisioneiro e desapareceu para sempre. Em decorrência, o governo autorizou que fosse ocupada a canhoneira alemã Eber, que se

¹³Cel. Claudio Moreira Bento é natural de Canguçu, RS. Fundador e Presidente da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS). Integra o CIPEL, o IHTRGS e a Academia Rio-Grandense de Letras.

E-mail: bento1931@gmail.com

encontrava em Salvador.

Navio de guerra que foi incendiado e posto a pique por sua guarnição alemã em 10 de dezembro de 1917.

Dos 45 navios mercantes alemães apreendidos pelo Brasil, cerca de 30 foram sabotados por suas guarnições. Em 26 de outubro de 1917, o Brasil reconheceu e proclamou o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão, e em 4 de novembro, foram afundados na saída do Porto de São Vicente, arquipélago do Cabo Verde, os mercantes brasileiros Acari e Guaíba.

O Brasil e a 1ª Guerra Mundial

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) editou, de Francisco Luiz Vinhosa (do Departamento de História - IFCS/ UFRJ), o excelente e original trabalho *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial - A diplomacia brasileira e as grandes potências* (Rio de Janeiro: IHGB, 1990), que mereceu o 1º prêmio em concurso literário por ele promovido ao ensejo de seu sesquicentenário.

Segundo o IHGB:

trata-se de livro bem escrito, estilo claro e equilibrado, notável trabalho de pesquisa e exposição histórica, bem fundamentado, em abundante, árdua e fidedigna documentação, com revelação de importantes documentos dos arquivos oficiais, até então inéditos, além de extensa e pertinente bibliografia. - Trata-se de obra da melhor qualidade, com rigor metodológico...

Concordamos plenamente. E mais, conforme Arthur César Ferreira Reis, “trata-se de obra que evidencia aos brasileiros a notável projeção internacional do Brasil àquele tempo”.

Mas o trabalho merece uma abordagem, em relação à participação operacional do Exército, ali omitida, o que é compreensivo, por havê-lo sido pela própria História do Exército, editada em 1972, pelo Estado-Maior do Exército, por ser considerado assunto confidencial, tratado em documentação reservada e somente em 1997 revelada. Assunto que abordaremos adiante. Trata-se da Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França, 1918/19.

O Exército na 1ª Guerra Mundial

Antecedentes: O Exército Brasileiro participou com destaque na Guerra do Paraguai com concurso dos Voluntários da Pátria, Guarda Nacional e Policiais Militares. Em 1874 surgiu a ideia de formar Engenheiros no Exército, ideia que foi desvirtuada e somente 30 anos mais tarde foi iniciada, para corrigir a divisão do Exército entre bacharéis e tarimbeiros.

Bacharéis eram os oficiais formados em Engenharia, Ciências Físicas e Matemáticas que passaram a dominar o Exército a partir da Escola Militar da Praia Vermelha. E os Tarimbeiros, oficiais com cursos das Armas e voltados para atividades profissionais militares, ou seja, a defesa nacional.

O Exército de 1874/1905 era dominado pelos bacharéis, sendo muito deles adeptos do Positivismo, a Religião da Humanidade que, mal interpretada entre nós, causou sérios prejuízos à operacionalidade do Exército, quando este teve que enfrentar, com operacionalidade por vezes inferior, aos revoltosos na Guerra Civil de 1893/1895 no Sul do Brasil e a seguir, em 1997, a Guerra de

Canudos, no Sertão Baiano. Guerras essas vencidas sob a liderança de oficiais tarimbeiros e nas quais, salvo raras exceções, os bacharéis estiveram ausentes no campo da luta. Na falta deles foram recrutados cerca de 500 civis para lá combaterem como alferes.

Ao término da Guerra de Canudos surgiu a consciência do Exército retornar ao profissionalismo militar. Assim, sendo Ministro da Guerra no período pós-guerra de Canudos o General de Divisão João Nepomuceno Medeiros Mallet (1898-1902), veterano da Guerra do Paraguai, ele deu início à Reforma Militar do Exército (1888-1945) com as seguintes providências iniciais principais:

- Criação do Estado-Maior do Exército, em 1898;
- Criação da Fábrica de Pólvora sem fumaça do Exército, em Piquete-SP, a única no gênero na América do Sul, liberando o Exército e Marinha da dependência externa;

Em 1904 ocorreu na Escola da Praia Vermelha a Revolta da Vacina Obrigatória. Revolta que foi dominada por veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai. Em decorrência, a Escola Militar foi fechada, sendo extinta em 1905.

Foi baixado o Regulamento de Ensino de 1905, de profissionalização do Ensino no Exército. Regulamento do qual resultou a criação, em Porto Alegre, no Casarão da Várzea, da Escola de Guerra de Porto Alegre. Nome para não deixar dúvida de sua finalidade e que funcionou de 1905-1911 em Porto Alegre. A partir de 1912 ela funcionou no Realengo onde, em 1913, foi transformada em Escola Militar do Realengo (1913-1944).

O clima de guerra na Europa pairava no ar. E no Brasil o nosso Exército não formava reservas. E era de longa data um Exército profissional, mas sem reserva a ser mobilizada em emergências. Era impositivo atualizar-se doutrinariamente.

E neste esforço de construir reserva antes da eclosão da 1ª Guerra Mundial, surgiu a providência da criação dos Tiros de Guerra.

Em 2005, o Marechal Hermes da Fonseca, comandante da 1ª Região, com ela realizou manobras em Santa Cruz, RJ, reeditando manobras ali realizadas em 1885 pelo Conde D'Eu, do qual fora Ajudante de Ordens. Por essa razão, por proposta nossa, acolhida pelo Escalão Superior, a 1ª Região Militar recebeu a denominação histórica de Região Marechal Hermes da Fonseca. Autoridade que, em 1908, como Ministro da Guerra, criou as Brigadas e adquiriu na Europa Fuzis Mauser 1908, Metralhadoras Madsen e canhões Krupp, com as respectivas fábricas de munições, que foram instaladas no Realengo.

Em 1910-12, como Presidente da República, Hermes da Fonseca enviou oficiais para realização de cursos no Exército Alemão, então considerado o de maior nível operacional. Esses oficiais, de retorno da Alemanha fundaram, em 20 de setembro de 1913, no Clube Militar a revista *A Defesa Nacional*, cuja saga recordamos no *Informativo O Guararapes* n° 13/2013 da FAHIMTB, no centenário da revista. Fundação ocorrida no 2° ano da Revolta do Contestado (1912-16), onde o Exército colheu preciosos ensinamentos que registramos em nosso livro *A Pacificação do Contestado (1912-1916)*, nas Memórias e Ensinamentos Militares de seu Pacificador (Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2013).

Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França

Esta Comissão foi enviada à França, composta de 24 oficiais, sob a chefia do General Napoleão Felipe Aché com o fim de absorver, durante a Guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário à sua implantação no Brasil. Os oficiais dessa comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

Constituíram a Comissão, além do General Aché, o Tenente- Coronel José Fernandes Leite de Castro (Sub-chefe), o tenente Octávio M. Aché (Secretário), o tenente José Nery Eubank Câmara (Administração), o Major médico Joaquim M. Sampaio (Veterinário). Da Aviação, os tenentes Alzir M. Rodrigues Lima, Mário Barbedo e Bento R. Carneiro Monteiro. Da Artilharia, tenentes Demócrito Barbosa, Sebastião Rego Barros e Carlos de Andrade Neves. Da Infantaria, major Tertuliano Potiguara, capitão Praxedes T. da Silva Júnior e tenente Onofre M. Gomes de Lima. Da Cavalaria, major Firmino Antônio Borba, tenentes Izauro Reguera, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos. E ainda, Major médico Rodrigo de A. Aragão Bulcão, e capitães médicos Cleomenes L. de Siqueira Filho, João Afonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira, Manoel Esteves de Assis e tenente Carlos da Rocha Fernandes.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazidas por esses oficiais registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para a nossa Aviação Militar e para o Exército; a introdução de Blindados; a reformulação do ensino do nosso Exército nos moldes da França; a idealização da construção da AMAN com suas mais caras tradições; a implantação de nossa Aviação Militar; a doutrina de emprego de gases e a atualização das doutrinas de Artilharia de Costa e de Campanha, Infantaria, Cavalaria e Saúde.

Esses elementos foram pontas-de-lança do trabalho aqui desenvolvido pela Missão Militar Francesa (MMF) (1920-39), que foi substituindo, a partir de 1921, a influência da Doutrina Alemã (1910-21), a qual foi exercida através de oficiais que estudaram na Alemanha (1910-12), tendo como principais instrumentos de difusão a revista A Defesa Nacional, criada por eles em 1913, e a Missão Indígena, da Escola Militar do Realengo (1919-21), viveiro de grandes soldados nacionalistas.

Com a revolução de 1930, dois deles, se destacaram no Exército, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que combateu na Cavalaria. Segundo o seu biógrafo, o acadêmico da FAHIMTB Cel Hiram Freitas Câmara em seu livro *Marechal José Pessoa - A Força de um ideal - 1918/1819*:

Durante a campanha, o Tenente José Pessoa assumiu o Comando do 1º Pelotão de um Esquadrão do 4º Regimento de Dragões, composto de soldados turcos extremamente agressivos. O espírito do Marechal ficou muito marcado pela impressão causada por esses soldados rústicos, verdadeiras máquinas combatentes. Recordou-se José Pessoa da impressão que aqueles soldados lhe haviam causado, capazes de, por sua impulsão levá-lo a atos de bravura que sem eles não seria possível realizar. Nesse momento, havia orgulho em seus olhos. Outras vezes, havia horror. Como ao lembrar daqueles homens ofertando- lhe, num preito da mais profunda admiração, um fio, do qual pendiam, como em um colar, as orelhas cortadas das cabeças dos inimigos

que haviam acabado de vencer, em encarniçada luta corpo a corpo. É de se imaginar aquele jovem Tenente, tão impressionado com o polimento social dos oficiais franceses e com um profissionalismo guerreiro quase romântico, ao estilo da Cavalaria medieval, plena de regras elegantes e éticas, em presença do insólito presente.

José Pessoa recebeu inúmeros elogios de seus comandantes franceses: do General H. Lasson, da Divisão de Cavalaria, do Coronel De Fournas, do 4º Regimento de Dragões e do Capitão De Vivres, de seu Esquadrão. Quase ao final da guerra, o Tenente José Pessoa foi acometido de tifo, doença muito grave para as condições da época, requerendo cuidados que fizeram com que o jovem oficial fosse evacuado para um Hospital na França, onde apaixonou-se por uma bela jovem inglesa, enfermeira voluntária da Cruz Vermelha na França, com a qual se casou em 1918, antes mesmo de terminar a guerra. O retorno ao Brasil, após realizar curso na Escola de Carros de Versailles, separou-o por seis meses de sua esposa, D. Blanche Mary Edward Cavalcanti de Albuquerque.

Consagrou-se herói do combate de São Quentim o já legendário herói do episódio da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha em 1904 e da Revolta do Contestado o, mais tarde, General Tertuliano Potiguara.

Este assunto foi objeto de profundo e original resgate pelo então Major de Engenharia Genino Jorge Cosendey, nosso sub-comandante no 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 1982, em Monografia para a ECEME (1987). Foi assunto por nós sugerido e apoiado pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que então dirigíamos e no sentido de preencher lacunas na História do Exército, como esta aqui focalizada. Seu trabalho, o publicamos como Diretor da Revista do Clube Militar no Centenário do Clube sob o título: *Uma verdade esquecida, o Exército na 1ª Guerra Mundial*, em seu nº 282, p.16/17.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazida por oficiais da Comissão de Estudos, Operações e Aquisições registram-se: sua influência na contratação da Missão Militar Francesa (MMF) para nossa Aviação Militar e para o Exército. Esta, realizada pelo nosso Adido Militar na França, o então Capitão Alfredo Malan D'Angrone. História da MMF resgatada por seu filho Gen Ex Alfredo Souto Malan, então Chefe do Estado Maior do Exército, para o que cooperamos como membro da Comissão de História do Exército a ele subordinada. E sua pesquisa só foi publicada em 1988 sob o título *A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. MMF que atuou no Brasil de 1920-1939, chefiada por um general e constituída por vinte instrutores que assumiram funções de instrutores na ECEME, EsAO, Escola de Aviação, Curso de Oficiais de Intendência e Curso de Equitação. Menos na Escola Militar do Realengo, onde atuava desde 1919 a Missão Indígena, constituída de oficiais brasileiros selecionados em Concurso pelo EME e em maioria possuidores de cursos no Exército Alemão em 1910/1912. Mais tarde ali passou a atuar um instrutor francês como sub-diretor de ensino militar.

Com a revolução de 30, dois deles, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante, que combateu na Cavalaria, tiveram marcante projeção na construção da AMAN e nas tradições da mesma (uniformes históricos, espadim de Caxias, Corpo de Cadetes, etc.) e no seu ensino, segundo padrões de Saint Cyr. O Coronel José Pessoa reforçou o ensino de História Militar e introduziu o ensino

de Geografia Militar, no sentido da análise do fator da Decisão Militar - o Terreno, nos seus diversos níveis operacionais. Assunto que na França merecia grande importância.

Pois era professor de História Militar Crítica na Escola Superior de Guerra na França o General Ferdinand Foch, que assumiu o cargo de chefe de Estado-Maior do Exército Francês e, em 1918, somou mais uma vitória, ao conseguir ganhar a Segunda Batalha do Marne. "Líder militar muito perspicaz" segundo Winston Churchill, cujo pensamento a seguir incorporamos nos diplomas concedidos pela Federação de Academias de História Terrestre do Brasil (FAHIMTB) que desde 23 de fevereiro de 1911, no bicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras, iniciou a sua instalação em seu interior com o seu precioso acervo de História do Exército à disposição de pesquisadores interessados.

Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar.

Em 1996, o professor Ivan Rodrigues de Faria, neto do Marechal Caetano de Farias, Ministro da Guerra do Brasil durante a 1ª Guerra Mundial, desenvolveu bastante a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial em precioso artigo ilustrado 'Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial' na *Revista do Exército Brasileiro*, vol. 133, 3º trimestre 1996, p. 67/75.

Pereceram nessa guerra, na Europa, dois combatentes brasileiros netos do ex-Imperador do Brasil D. Pedro II, bisnetos do ex-Rei da França Luiz Felipe de Orleans e filhos do príncipe francês Luis Ferdinand Gaston de Orleans - Conde D'Eu e Marechal do Exército Imperial do Brasil: D. Luiz, que combateu no Exército da França, falecido em 24 de maio de 1920 em decorrência de doença adquirida nos campos de batalha, e D. Antonio, que combateu como Capitão no Royal Canadian Dragoons. Em missão de guerra, atravessou o Canal da Mancha de avião, o qual caiu em Edmonton, tendo ele falecido em Hospital Militar e sido agraciado post mortem com a Croix de Guerra. Abordamos com mais detalhes este assunto em nosso livro em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis *Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército - AD/6 - AD Marechal Gastão de Orleans* (Porto Alegre: AHIMTB, 2003).

Os ministros da Guerra citados, Nepomuceno Medeiros Mallet e Hermes da Fonseca, eram gaúchos filhos de São Gabriel, a "Terra dos Marechais". E Caetano de Farias foi professor de Matemática no Casarão da Várzea, atual Colégio Militar de Porto Alegre.

A Missão Médica do Brasil enviada a Paris na 1ª Guerra Mundial: A expedição foi chefiada por Nabuco de Gouveia, homem de representação na classe e merecedor da confiança do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria. Deputado, cirurgião, Professor de Ginecologia e Diretor do Hospital da Gambôa. Foi comissionado no posto de Coronel do Exército. A Missão era composta de 10 Diretores de Serviço, servindo na categoria de tenente-coronel; 20 chefes de Enfermaria, no grau de capitão; 29 médicos na classe de 1º Tenente; 8 auxiliares como 2º Tenente e 15 doutorandos na mesma categoria. Farmácia, intendência e Secretaria. Incorporadas, uma delegação do Corpo de Saúde do Exército, com 5 representantes e outra da Marinha de Guerra, com 6 oficiais, e um contingente de 31 soldados. A Missão Médica foi constituída de 131 combatentes de Saúde. Toda ela foi organizada na base da

competência, sem influência política. A Missão Médica chegou na França a 24 de setembro de 1918, pelo porto de Marselha, depois de uma viagem acidentada, cheia de privações. Uma vez em Paris, foram todos entregues ao Alto Foto da Missão Médica do Exército tendo ao centro o Presidente Wenceslau Braz. Foi enviada para Paris para cooperar com os Aliados na 1ª Guerra Mundial (Fonte: BIBLIEx. *O Exército na História do Brasil*. v.3)

Comando francês que os distribuiu pelas Províncias, a fim de imediatamente prestarem serviço contra uma epidemia de gripe, que dizimava a população civil, enfraquecia a linha de frente e prejudicava a ação da retaguarda. Do Ministério da Saúde Pública, receberam elogios e distinta condecoração: Reconnaissance Française.

Enquanto uns foram espalhados pelo interior e cooperavam na saúde pública em geral, outros trabalhavam na Montagem do Hospital Brasileiro, remodelando o prédio de um antigo convento de Jesuítas, que existia na rue Vaugirard. A instalação foi feita em mês e meio de trabalho acelerado. E seu Diretor Nabuco Gouveia deu provas de sua capacidade de organização. Seus auxiliares diretos receberam a medalha Legião de Honra: Tenentes-coronéis Benedito Montenegro, Eduardo Borges da Costa, Paulo Parreiras Horta e Jorge de Toledo Dodsworth. Nabuco já era legionário. O estabelecimento, classificado logo como de primeira classe e em condições de receber feridos, ficou nivelado ao hospital americano de Neuilly, no dizer dos próprios franceses, pelo General Fevrier, inspetor sanitário da Região.

Depois que o General Roger, Chefe do Serviço de Saúde na Praça de Paris, visitou o Hospital Brasileiro, às 6 horas da manhã, declarou que não pensava encontrar um hospital tão bem montado. E daí em diante o Hospital Brasileiro passou a receber os casos tidos como de grandes feridos. Nele dirigiam a seção de cirurgia os coronéis Benedito Montenegro, Mauricio Gudín, Borges da Costa e Torreão Roxo, auxiliados pelos mais jovens: Ernani de Faria Alves, Alfredo Monteiro, Roberto Freire e Pedro Paulo Paes de Carvalho. Este último já se achava na Europa, trabalhando no Hospital Franco- Brasileiro, mantido pela Colônia à rue de La Pompe e dirigido pelo grande cirurgião Paulo do Rio Branco, filho do Barão do Rio Branco.

Terminada a guerra, foi extinta a Missão, em fevereiro de 1919. O Hospital, daí em diante, ficou sob a direção exclusiva dos médicos-titulares do Exército e da Marinha sob a chefia do Coronel-médico Rodrigo de Araújo Aragão Bulcão, que já se achava na Europa. O Hospital Brasileiro ficou subordinado ao General Napoleão Aché, chefe da Comissão de Estudos de Operações de Guerra.

Seis meses depois, o nosso Governo doou o Hospital Brasileiro com todo o seu precioso equipamento à Faculdade de Medicina de Paris. Quem hoje subir as encostas da rue Vaugirard, há de ler, no bronze, em grande fachada, o nome Hôpital Brésilien, atestado vivo do esforço de alguns brasileiros que ali contribuíram com o esforço de guerra aliado.

A Divisão Naval em Operações de Guerra - DNOG

Em 1917, durante a 1ª Guerra Mundial, submarinos alemães torpedearam 8 navios brasileiros: Rio Branco, Pará, Tijuca, Macaé, Guaíba, Acari Taquari e Maceió.

Em 31 de dezembro de 1917, ficou decidido o envio de uma Divisão Brasileira composta dos cruzadores Bahia e Rio Grande do Sul, dos

contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina, do transporte Belmonte e do rebocador de alto mar Laurindo Pita, para colaborar com o esforço de guerra aliado em conjunto com unidades navais da Inglaterra, França e Estados Unidos, cabendo-lhe vigiar o setor compreendido pelo quadrado: DACAR - SÃO VICENTE - ARQUIPELAGO CABO VERDE - GIBRALTAR.

Foi nomeado comandante desta força naval, que passou à História como Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), o Contra-Almirante Pedro Paulo de Frontin. De sua guarnição fazia parte o Capitão-Tenente Melciades Portela Ferreira Alves, como imediato do cruzador auxiliar Bahia, e que mais tarde atingiu o posto de Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval, depois de haver sido o Comandante Geral dos Fuzileiros Navais. Era parente próximo dos irmãos Portela Ferreira Alves. J.V. e Neomil, destacados integrantes da FAHIMTB. J. Vitorino como acadêmico emérito e Noemil como patrono de cadeira e ambos editores do jornal *Letras em Marcha*.

Em 14 de maio de 1918 deixou o porto do Rio o navio-capitânia da DNOG, o cruzador Rio Grande do Sul, depois de receber visita do Presidente da República Dr. Wenceslau Braz. Em 1º agosto de 1918 a DNOG deixou o arquipélago de Fernando de Noronha com destino a Freetow (Serra Leoa). A guarnição da DNOG entre praças e oficiais era de 1502 voluntários para representar o Brasil no Teatro de Operações da 1ª Guerra Mundial.

Em 9 de agosto a DNOG aportou em Freetown. Em 25 de agosto de 1918, sofreu um ataque mal sucedido de um torpedo inimigo. No dia 26 de agosto a DNOG fundeu em DACAR.

Em 6 de setembro de 1918 a DNOG foi atacada violentamente pela Gripe Espanhola. Alguns de seus navios ficaram com 95% de seus efetivos completamente prostrados. O Capitão -Tenente Orlando Marcondes Machado, imediato do cruzador Capitânia, descreveu a tragédia da DNOG em seu trabalho intitulado: *A nossa hecatombe em Dacar*.

A Gripe Espanhola atacou a DNOG

“Emudeceram-se os tambores e as cornetas. Paralisou-se a movimentação de tudo a bordo. Parou a ventilação; apagou-se a luz; acabou-se a água destilada; apagou-se o fogo das cozinhas. O tratamento de cerca de 300 homens oficiais e praças durante alguns dias ficou a cargo de dez ou doze abnegados heróis. Os primeiros homens mortos foram enterrados em caixões. Os demais atados em pedaços de tábuas. Alguns tiveram suas pálpebras cerradas; outros não tiveram quem lhes prestasse esta homenagem. Os cadáveres eram entregues a uma lancha francesa que fazia este serviço recebendo os mortos aliados nos diversos navios.”

Segundo o saudoso acadêmico emérito CMG (FN) Dino Wily Cozza, já falecido, em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*:

“Quem entrasse no cemitério de DACAR teria a sua atenção voltada para uma grande área em que se agrupavam 156 sepulturas brancas, perfeitamente iguais, em torno de um singelo símbolo que assinala o céu de nossa pátria, e que discretamente sobre ela se debruça, para ouvi-la se acaso ela soluça...”

Referia-se o saudoso Comandante Fuzileiro Naval Dino ao Cruzeiro do Sul. Mesmo no contexto desta tragédia o Contra torpedeiro Piauí deixou Dacar

para policiar as águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde. Permaneceu nesta missão de 9 de setembro a 21 de outubro de 1918. Dos sete médicos da DNOG, dois pagaram com a vida.

Em 1928, decorridos 10 anos da hecatombe da DNOG em Dacar, os restos mortais dos 156 marinheiros brasileiros vítimas da Gripe Espanhola foram exumados, repatriados e sepultados no Cemitério São João Batista.

Em 11 de novembro de 1918 foi assinado o Armistício que pôs fim à 1ª Guerra Mundial. No dia 9 de junho de 1919 a DNOG, com o Bahia à frente, entrava na Baía da Guanabara, sendo entusiasmadamente recebida pelo Povo, Imprensa, Marinha Mercante, Autoridades navais e Governo. A DNOG foi dissolvida em 25 de junho 1919.

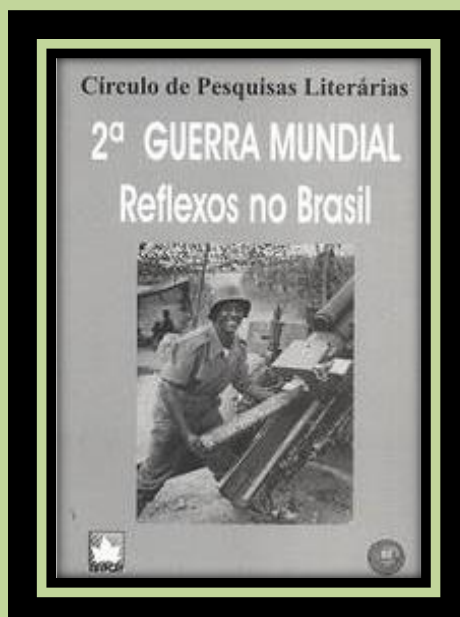
Aqui fica a homenagem da FAHIMTB a estes bravos 156 heróis de nossa Marinha de Guerra que imolaram suas vidas em defesa do Brasil. Bravos marinheiros que, segundo Péricles, líder grego cujo século levou o seu nome:

“Aqueles que morreram em defesa de sua pátria fizeram mais por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas.”

Aqui, a FAHIMTB sugere que os restos mortais daqueles 156 bravos marinheiros sejam retirados do Cemitério São João Batista e colocados em destaque, talvez num Monumento aos Mortos da Marinha Brasileira na 1ª Guerra Mundial ou em outro local condigno. E a oportunidade do centenário da 1ª Guerra Mundial é ideal para esta iniciativa. E aqui fica a sugestão da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil.

Em 2015, na Antologia A 2ª Guerra Mundial - reflexos no Brasil:

- Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes - o gaúcho que comandou a Força Expedicionária Brasileira, p. 9/18. Elabora uma síntese biográfica do gabrielense que teve a honra de comandar à Vitória a Força Expedicionária Brasileira. E coube a este autor, neste número, elaborar uma síntese biográfica do filho de Jaguarão, baseada na do CPDOC/FGV, o Marechal Cordeiro de Farias, que comandou na Itália a Artilharia da FEB. Nesta Antologia sobre a 2ª Guerra Mundial o Cel Bento biografou o líder de batalha Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB. (Cel Caminha)



MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES
O gaúcho que comandou a Força Expedicionária Brasileira na
2ª Guerra Mundial em defesa da Liberdade e Democracia mundiais

Cel. Claudio Moreira Bento¹⁴

Em 13 de novembro de 2015 transcorre o aniversário de nascimento do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ele ajudou a consagrar como a terra sulina dos marechais e dos historiadores militares. Coube-lhe a suprema honra, na 2ª Guerra Mundial, em função de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de comandar as principais ações militares do Brasil, levadas a efeito contra o nazi-fascismo.

Primeiro, ao bem organizar a defensiva no Nordeste “O Trampolim da Vitória”, a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas, em Natal e Recife, e a ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão, partindo da África, até a conquista desta pelos Aliados.

Segundo, ao comandar, em Ofensiva, na Itália, a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de “*a maior aventura da História do Brasil e do Povo Brasileiro,*” depois classificado pelo Congresso Brasileiro de “*o mais brilhante empreendimento militar do Brasil na República.*”

Atuação brilhante, pela qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Casa da Memória Nacional, em sua função de Tribunal da História, consagrou Mascarenhas de Moraes “*Como herói nacional, e recomendá-lo como exemplo de patriota moderno.*” Se o Duque de Caxias, sócio honorário do IHGB, instituição que abriga desde 1925 sua heroica e invicta espada de campanha, é o maior soldado do Brasil e a maior Espada do Império, Mascarenhas de Moraes é o maior soldado da República. Ambos os líderes militares providenciais com que contou a Pátria Brasileira, em três dos seus mais graves momentos, para conduzir o Brasil à Vitória, em guerras externas, a que foi forçado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio à Guerra de Conquista. Caxias, hoje patrono do Exército e da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), consagrado na condução das guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1865-70), em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil.

¹⁴Natural de Canguçu, RS. Jornalista e historiador militar, sócio do CIPEL e Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Integrou a Comissão de História do Estado-Maior do Exército 1970/74, foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras 1978/80 e Diretor do Arquivo Histórico do Exército 1985-91. É correspondente do IHGRGS e da Academia Rio-Grandense de Letras.

E-mail: bento1931@gmail.com



O Gen Mascarenhas e seus generais na Itália. À sua direita, Euclides Zenóbio da Costa e Olympio Falconiéri da Cunha. À sua esquerda Osvaldo Cordeiro de Farias. Não estão na foto os generais juízes militares, entre os quais o gaúcho Gen Francisco de Paula Cidade (Fonte: HEB, 1972, vol. 3, p. 851).

O Marechal Mascarenhas destacou-se na primeira guerra extracontinental que o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, em aliança ou contra representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito da História da Humanidade, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundiais. À medida que passam os anos, a semelhança de Caxias, que foi o seu modelo em vida, vem se agigantando na projeção da vida e obra do nosso Marechal “*que somente viveu do Exército e para o Exército, ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reservas e vacilações*”. Em função disso, nosso herói recebeu justas e honrosas homenagens tais como:

do povo norte-americano três citações presidenciais, consagradoras de sua obra como Cabo-de-Guerra de projeção internacional; dos gaúchos, a oferta de Espada de Ouro - hoje no Museu da República. Honraria concedida antes ao General Osório, também gaúcho, e o maior líder de combate de nossa História. Do Povo Brasileiro, através da Assembleia Constituinte em 1946, a concessão das honras de Marechal-de-Exército e do Congresso e Executivo do Brasil, em 1951 (Lei nº 1.448, de 10 dez 51), a sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no posto de Marechal-de-Exército. Honraria igual à concedida depois da I Guerra Mundial, pela França, aos seus marechais que a conduziram à Vitória e, pelos Estados Unidos, ao General John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra na Europa.

O nosso marechal faleceu em 17 de setembro de 1965, aos 85 anos, cercado de todo respeito do Exército e da Nação e da veneração de seus comandados da FEB que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto, com a consciência tranquila de haver trasladado da Itália, os mortos na campanha da FEB para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob argumento:

- *Eu os levei para o sacrifício cabe-me trazê-los de volta.*

Exímio e edificante atitude do maior soldado brasileiro contemporâneo. E

cumpre-nos realçar os relevantes serviços que prestou ao desenvolvimento da Cultura, ao culto às Tradições militares nacionais, da Geografia e da História do Brasil.

Como comandante da Escola Militar 1935/37, quando no Realengo (EMR), oficializou, estimulou e dinamizou as bibliotecas Central, a dos Cursos das Armas e Serviços e a da Sociedade Militar Acadêmica, integrada por Cadetes. Sociedade entre outros presidida pelos cadetes Aurélio de Lyra Tavares e Jarbas Passarinho, ambos hoje patronos de cadeira na FAHIMTB. E criou outras, especializadas. Tudo visando a despertar nos futuros oficiais, o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da Cultura Geral, Profissional e Especializada. Na fase Defensiva do Nordeste, contra um possível ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração, para si e para seus comandados, nos Montes Guararapes, através de cerimônia cívico-militar memorável, de trasladação para a igreja, mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas, dos restos mortais dos heroicos Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Montes Guararapes desde 21 de abril de 1971 inaugurado como o 1º Parque Histórico Nacional, pelo Presidente Emílio Médici. Parque Histórico do qual recebi a honrosa missão como oficial do Estado-Maior do então IV Exército, de coordenar o seu Projeto, Construção e Inauguração e escrever como missão o meu primeiro livro *As Batalhas dos Guararapes - Descrição e Análise Militar*. Recife: UFPE, 1970.

Ao retornar da Itália, vitorioso, Mascarenhas foi depositar os louros conquistados pela FEB nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas que desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritas, em bronze, em local de destaque ao mesmo nível da Igreja N. Sra. dos Prazeres. Como demarcador das novas fronteiras, do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil. Sua obra específica merece respeito e consagração dos brasileiros e em especial dos seu conterrâneos do Rio Grande do Sul. Prestou meritório serviço à Memória Nacional ao produzir as obras *A FEB por seu comandante e Marechal Mascarenhas de Moraes - Memórias*, 2 v., fontes preciosas de nossa História Contemporânea que o consagraram como patrono de cadeira da Federação de Academias de História Militar Terrestre (FAHIMTB) que fundamos em Resende em 1º de março de 1994, no aniversário do término da Guerra do Paraguai. FAHIMTB desde então acolhida em instalações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que ele comandara no Rio de Janeiro como Escola Militar do Realengo. Elas, ao lado de trabalhos históricos que produziu, focalizando o Duque de Caxias como a Maior Espada do Império e o General Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar

Francesa (MMF), no nosso Exército, também o consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, fruto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação.

As suas *Memórias*, em particular, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como Instituição e Força Operacional, no contexto de Reforma Militar. E mais, indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, como um guia do Oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é hoje padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno. Além de exemplo de ilustre e exemplar cidadão, cabo-de-guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso. E para Menotti del Pichia, “o Marechal historiador”, que ajudou a fazer e a escrever um dos mais

belos capítulos da História Contemporânea ao comandar a FEB na 2ª Guerra Mundial.

A infância e o despertar para a carreira das Armas

Jango, como era conhecido em família, recebeu influência cultural e espiritual de seu avô materno, pelotense que estudou no Caraça, em Minas. Seu avô venceu na vida, tornando-se estancieiro próspero em São Gabriel, onde foi vizinho e amigo de Deodoro da Fonseca. Sua infância foi feliz. Aos 10 anos, a Revolução Federalista de 93, com seus barbarismos, obrigou-o a migrar para Porto Alegre, em companhia dos pais, com significativa perda patrimonial. Em Porto Alegre, durante o dia auxiliava a mãe numa padaria, enquanto o pai percorria o Rio Grande como caixeiro-viajante. À noite estudava, visando a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, cedendo à vocação de soldado. Esta, despertada na infância *“ao deslumbrar-se com o brilho das espadas, o vibrar de clarins e com os desfiles do Regimento de Mallet, aos domingos, para assistir missa na Matriz”*. E, como era tradição no Império, *“com suas fardetas ajustadas, guritões de verniz, gravatas de couro e calças alvís-simas”*.

Iniciou a carreira militar em 1º de abril de 1899, na Escola Tática do Rio Pardo, em turma de civis, onde se destacava, e onde escreveu *“a figura minúscula, como eu, de Bertoldo Klinger”*. Em Rio Pardo escreveu *“Getúlio Vargas, senhor já daquele sorriso que nunca o abandonou”*.

Sobre esta escola publicamos em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis a obra *Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911* (Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2005), que resgata a vida nesta Escola dos alunos Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Bertoldo Klinger - este, memorialista que nos ajudou neste resgate, o mais difícil que enfrentamos, por carência de fontes primárias.

Mascarenhas concluiu a escola com destaque, no início de 1902, quando tomou contato com o Rio, terra adotiva, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha. Ali foi colhido, ao final do 3º ano, pela Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, da qual se recusou, de pronto, como poucos, a participar. Fechada e extinta a Escola, foi mandado apresentar-se à tropa como soldado raso de Infantaria e logo a seguir de Artilharia na Fortaleza de São João. Ali colheu, através do sargento Fontoura, um correto exemplo de profissional modelar e consciente. Em 23 de agosto de 1905, após exames, foi de soldado a alferes-aluno, posto lembrança, do que classificou *“De um Exército de teóricos”* à cuja última turma pertenceu. Aliás, denominação abandonada, desde então, em função do Regulamento de 1905, pela atual de Aspirante a Oficial. Regulamento que transformou o episódio político da Revolta da Vacina, na maior revolução doutrinária ou cultural do Exército. Isto por se constituir em ponto de inflexão do Ensino Militar, de bacharelismo para profissionalismo militar. E, na prática, por elevar os padrões de operacionalidade do Exército, dos descoloridos e tristes de Canudos e Revolução Federalista, para os destacados padrões atingidos pela FEB, que Mascarenhas teve a honra e o privilégio cívico de conduzir à Vitória na Itália.

Coube-lhe assim, como representante da última turma do bacharelismo, da Praia Vermelha, impregnada por um Positivismo mal interpretado no Campo Militar, dar a volta por cima e tornar-se o maior expoente do profissionalismo militar, ao comandar a FEB.

Demarcador de fronteiras no Brasil-Bolívia no Acre

Sua primeira missão foi na demarcação das fronteiras com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, em função do Tratado de Petrópolis de 1903. Nela demorou-se cinco longos anos. Percorreu os vales dos rios da Prata, Paraná, Paraguai, Madeira, Abunã, Xipamano, Rapina e Amazonas. Num intervalo da missão cursou Engenharia e Estado-Maior. Como engenheiro praticou na construção do Forte Copacabana. Acusou de ridículo e pretensioso o Ensino Militar da época, ao conferir a um 2º tenente o título de oficial de Estado-Maior. Este modificado pela Missão Francesa, ao entendimento atual. Conseguiu driblar a malária e aumentar suas rendas para auxiliar seus pais e realizar o sonho de constituir família. Consciente, de forma clara, dos momentos históricos que viveu, registrou a coincidência de quatro conterrâneos gabrielenses terem tido participação ativa na incorporação do Acre ao Brasil: Gentil Norberto, ao iniciar a Revolução Acreana; Plácido de Castro ao colocar-se à frente do movimento armado e torná-lo vitorioso; o diplomata e jurista J. F. Assis Brasil, como negociador plenipotenciário, junto com Rio Branco, do Tratado de Petrópolis de 1903 e, finalmente, ele Mascarenhas de Moraes, como um dos demarcadores das novas fronteiras com a Bolívia, no Acre.

Início de suas ligações sentimentais

De retorno da demarcação no Acre, em 1915, tiveram lugar duas fortes ligações sentimentais: - Primeiro o casamento com sua conterrânea Adda Brandão com quem viveu ligação modelar e teve um casal de filhos; a segunda, sua ligação com o Regimento de Artilharia Montada - Grupo Floriano, onde penetrou afetivamente nos mistérios de Artilharia, inclinação despertada na infância à vista do heroico e legendário Regimento Mallet e por ouvir suas bélicas tradições. Ali foi guia seguro e esclarecido o seu amigo desde o Rio Pardo, o Capitão Bertoldo Klinger, que cursara, de forma brilhante, Artilharia no Exército Alemão.

Era a época da Revolução Cultural, levada a efeito na *Defesa Nacional* entre outros, por Klinger, Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, Paula Cidade. Klinger e Paula Cidade eram gaúchos. Klinger filho de Rio Grande e Paula Cidade porto-alegrense e meu patrono no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Ambos hoje patronos de cadeiras numeradas na FAHIMTB.

Consciente disso e das constantes intervenções da Escola Militar na vida política do Brasil, desde a campanha republicana, no Império, o Coronel Mascarenhas de Moraes fez um levantamento de todos os movimentos ocorridos em escolas do Exército (Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre e Rio Pardo). Determinou suas causas e tratou de erradicá-las.

Ao eclodir a desastrada Intentona Comunista de 1935, empregou os cadetes na erradicação do foco na Escola de Aviação, em apoio à ação da Vila Militar e à reação liderada pelo então Tenente-Coronel Eduardo Gomes no 1º Regimento de Aviação. Coube a cadetes render e conduzir à sua presença, na Escola Militar, os dois principais chefes do levante na Escola de Aviação e conduzi-los, presos, à 1ª Região Militar.

O dia 27 de novembro de 1935, foi também marco da erradicação de revoltas da Escola Militar, fruto da manipulação externa, da pureza e romantismo cívico da juventude militar, combinada com desassistência interna. Sobre isto registrou o Coronel Mascarenhas:

“Sob o meu comando, pela primeira vez no Brasil, os alunos da Escola Militar saíram do quartel para defender a ordem e as instituições”. E continuou:

“Mediante assistência dedicada e permanente, diligenciei no sentido de que os cadetes, futuros chefes, fossem preservados da deformação mental provocada pelo espírito revolucionário extremista, apregoado pelo Comunismo e Integralismo. Foram sobretudo orientados e instruídos no respeito à Lei e à Disciplina, fundamentos de todo o Ordenamento Jurídico do Brasil”.

Em janeiro de 1936, dirigiu em presença do Chefe da Nação, aos aspirantes da turma de 1935, saudação que chamou de “Modesto Catecismo” com 15 itens, para orientar a vida dos aspirantes e que conserva até hoje grande atualidade. Dele destaco quatro conselhos, fruto de reflexão madura duma vivência militar de 35 anos. Conselhos de um chefe extremamente responsável e mais do que isso, o pai de um dos cadetes em forma:

- *“Ampliai vossa cultura profissional, em proveito próprio e no do adestramento da Tropa que comandais”.* (Cultura e Operacionalidade).

- *“Economizai e conservai, com carinho, os bens da Fazenda Nacional e em especial o material de guerra que além de caro é diminuto para nossa necessidade”.* (Economia e zelo pelos bens da Nação).

- *“Sede brandos e justos para com vossos comandados, subordinados e leais para com os superiores, severos convosco, abnegados no serviço, tudo na forma sublime do sacerdócio militar”.* (Justiça, Lealdade, dar o Exemplo - Carreira Militar, Sacerdócio).

- *“Senti bem a força de vossa autoridade, sem vos esquecerdes de que ela é uma delegação do próprio Estado, através de todos os escalões da Hierarquia. Ela emana da Soberania Nacional e, como tal, só se exerce em defesa do Brasil e de suas Instituições”.* (Autoridade Militar é Delegação para Defesa da Pátria).

Modesto Catecismo também ouvido pelo Aspirante Carlos de Meira Mattos, mais tarde seu capitão na FEB, seu amigo, prefaciador de suas *Memórias*, e hoje seu biógrafo, considerado uma das maiores autoridades em Geopolítica do Brasil, também ex- comandante da AMAN e o primeiro a tomar posse como acadêmico da FAHIMTB, inaugurando a cadeira numerada Marechal Mascarenhas de Moraes, cadeira hoje que tem por titular seu único neto o acadêmico Cel Art Roberto Mascarenhas de Moraes.

E mais, pelos cadetes do 2º ano, entre os quais o seu próprio filho Roberto Brandão Mascarenhas de Moraes. No 1º ano, formavam, entre outros, os cadetes João Baptista de Oliveira Figueiredo e Délio Jardim de Mattos.

Dentre os capitães e tenentes que integraram a FEB muitos foram seus ex-cadetes na Escola Militar.

Pelo Boletim Escolar nº 31 de 6 de fevereiro de 1937, reconheceu e oficializou a Biblioteca Escolar, bem como as dos cursos da Sociedade Acadêmica. Autorizou os departamentos de Equitação e Educação Física a organizar bibliotecas especializadas.

Seu gesto sucedeu de um ano ao da criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é patrono da cadeira nº 79. Antecedeu um ano a reorganização da BIBLIEX com o espírito, então, de dar preferência a trabalhos de militares do Exército, para estimular o surgimento de novos escritores militares e apoiar, como biblioteca de consulta, os militares da Guarnição do Rio. Tudo como parte de um contexto de apoio e estímulo ao desenvolvimento e difusão da corrente do Pensamento Militar Brasileiro que

emergiu da Reforma Militar e a orientou. Pensamento visando o longo prazo, a formulação de uma Doutrina Militar Brasileira genuína. Sonho que vinha sendo sonhado e perseguido por Caxias, Deodoro, Floriano, Medeiros Mallet, Hermes e Clodoaldo da Fonseca, e pelos “*Jovens Turcos*” da Revista a Defesa Nacional, os veteranos de nosso Exército, que lutaram ao lado da França na 1ª Guerra, os missionários indígenas da Missão Indígena da Escola Militar do Realengo 1919/ 1921, os pensadores militares J. B. Magalhães e Castelo Branco e muitos outros, que seria exaustivo enumerar, até 1945. Como outros eventos marcantes de seu comando na EMR registre-se:

O recebimento do Espadim de Caxias, das mãos do Presidente Getúlio Vargas, pelo primeiro recipiendário do Espadim de Caxias a atingir a Presidência da Nação e a Chefia Suprema das Forças Armadas o ex-Presidente General João Figueiredo. Envio de representação de um Pelotão de Cavalaria a Porto Alegre, para o Centenário da Revolução Farroupilha. Definição de 23 de abril, data de início do funcionamento da Academia Real Militar em 1810, como data oficial do aniversário da AMAN. Consagração da Escola Militar como Campeã Universitária de Atletismo e, finalmente, incorporação à Escola, em 25 de fevereiro de 1937, do bronze “*Pela Pátria, pela Humanidade*”, alegoria ao gesto heroico do Aspirante Humberto Pinheiro Vasconcelos, que deixou mutilar sua mão e braço, colocado do lado de fora da sala, por uma janela para evitar que granada de mão, acionada acidentalmente, atingisse a tropa que instruíra numa sala.

A partir de 1936, o Coronel Mascarenhas registrou o brilhante auxílio que passou a receber do então Major Tristão Alencar de Araripe, emérito instrutor da Tática Geral na ECEME, como seu Diretor de Ensino, personalidade que destacou-se na 2ª Guerra Mundial na defesa de Fernando de Noronha e depois, como historiador e Presidente, diversas vezes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, além de membro do IHGB e comandante da Escola de Estado-Maior, e também um grande defensor do ensino de História Militar Crítica à luz dos Fundamentos da Ciência e da Arte Militar e não como História Descritiva.

Atuação na 2ª Guerra Mundial

A ação de nosso herói moderno foi providencial, relevante e vitoriosa na 2ª Guerra Mundial. Tanto na fase Defensiva no Nordeste como na Ofensiva na Itália, em resposta ao acordo Militar Brasil - EUA (Mar 1942).

Na fase Defensiva, como comandante da 7ª Região Militar, no Recife para: “*Assegurar a integridade do Nordeste 'O Saliente Nordestino' incluído no cinturão de Defesa Estratégica dos EUA, contra possível ataque alemão partindo da África*”, até que ocorreu o desembarque vitorioso americano naquele Continente.

O correto e eficaz desempenho dessa missão é atestado pela citação do presidente dos EUA - Franklin Delano Roosevelt, ao conceder-lhe a Ordem da Legião do Mérito:

“Conduta excepcionalmente meritória, de setor que incluía bases aéreas e portos. Organizou e dirigiu a defesa dos mesmos quando era constante a ameaça de ataques. Sua previsão, excelente critério, iniciativa, habilidade para organização, faculdade inventiva e superior direção, contribuiram de maneira inestimável para a continuação do esforço de guerra no Nordeste”.

Nessa honrosa missão teve o concurso de cerca de 50.000 militares.

Entre eles alguns historiadores do IHGB. O primeiro, o general Estevão Leitão de Carvalho que lhe “*fez inspeção severa e preciosa com observações úteis e plausíveis*”. O terceiro, após ter deixado o Nordeste, o General Tristão de Alencar Araripe, no comando da defesa de Fernando de Noronha “*A guarnição sacrifício*”, cujos 99 canhões 152, foram desembarcados em trabalhos hercúleos e épicos, pelos pontoneiros do 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, que teve a honra de comandar em 1981/82. Canhões que foram instalados e apontados pelo nosso estimado confrade nos IHGB e IGHMB General Francisco de Paula Azevedo Pondé, também Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e hoje Patrono de cadeira na FAHIMTB.

Na fase Ofensiva, coube-lhe conduzir a FEB à vitória, nos campos da Itália. Feito maior que trataremos sinteticamente por se achar bem preservado e divulgado e com suas fontes significativamente arroladas, pelo Coronel Francisco Ruas Santos, expedicionário da FEB e introdutor na AMAN em 1961 do ensino de História Militar Crítica, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar. Trabalho editado pela BIBLIEX, sob o estímulo de seu diretor, à época e também nosso ilustre consócio, Gen Umberto Peregrino que se preocupou em editar trabalhos sobre a FEB e que apoiou o Marechal, através da BIBLIEX, na primeira cerimônia realizada no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, ainda em construção no Aterro do Flamengo. História da FEB cujas fontes primárias reunimos numa sala especial no Arquivo Histórico do Exército quando o dirigimos em 1985/1991, sendo Secretário do Exército o hoje Acadêmico Emérito Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto, ocasião em que conseguimos mudar o nome de Arquivo do Exército para Arquivo Histórico do Exército, com sua missão definida em placa de Bronze em sua entrada. Atuaram em apoio ao Marechal mais três ilustres consócios e chefes militares, primeiro o general Estevão Leitão de Carvalho, como representante do Brasil na Comissão Mista Brasil - EUA, intermediário entre os dois governos, em tudo que se referia à FEB e ex-comandante da Escola de Estado-Maior. Segundo, nosso confrade no IHGB, o então tenente-coronel Nelson Lavanére-Wanderley, pioneiro do primeiro vôo do CAN, e hoje seu patrono e também patrono de Delegacia da FAHIMTB em Santos Dumont, MG, e como integrante da comitiva do Marechal na África, para os primeiros contatos com oficiais dos EUA no TO do Mediterrâneo e que permaneceu naquele TO, como Oficial de Ligação de Aeronáutica das forças brasileiras com as norte-americanas.

Em terceiro lugar, o então tenente-coronel Aurélio Lyra Tavares, integrando a Chefia do Estado-Maior do Interior no Brasil, encarregado de assuntos relacionados com a FEB, na Itália, cujos detalhes nos fornece em sua obra o *Brasil de minha geração* v.2 e que, na qualidade de Ministro do Exército, baixou ato em 1968, incluindo foto e dados sobre o Marechal, no *Almanaque dos Oficiais do Exército*, logo a seguir a página reservada ao Duque de Caxias - como Patrono do Exército.

Além das vitórias colhidas na FEB pelo Marechal Mascarenhas e os cerca de 25.000 brasileiros que comandou (militares do Exército e Força Aérea, enfermeiras e civis do Banco do Brasil) merece destaque o grande feito pouco percebido e enfatizado, mesmo por especialistas. Feito semelhante ao milagre da transmutação da água em vinho! Ele consistiu na adaptação da FEB na Itália, da Doutrina Francesa em implantação há 24 anos no Brasil, para a Doutrina Americana, graças à criatividade e adaptabilidade do soldado brasileiro e o valor de chefe do futuro Marechal.

Doutrinas com diferenças gritantes em seus processos e equipamentos. A americana baseada na motorização, no fuzil Garand, nos canhões 105 e 155,

na observação aérea, etc., coisas desconhecidas do Brasil, com seu Exército hipomóvel, voltado para a Defesa das fronteiras Sul e Oeste e não para uma Expedição Ultra Marina.

Durante a campanha, Mascarenhas tomou duas decisões históricas de grande repercussão na sucessão de vitórias da FEB, segundo Meira Mattos.

A primeira foi a centralização do comando, depois dos insucessos de Monte Castelo, particularmente o preparo e conduta das operações de combate. Daí por diante, as ações da FEB foram conduzidas com sucessos assinalados pelas vitórias de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Colléchio, entre outras. Sobre isto escreveu:

“A FEB somente passou a resplandecer no cenário da guerra, quando centralizei em minhas mãos o comando periclitante de nossa Divisão Expedicionária”.

A situação traz-me à lembrança a conduta da guerra do Paraguai, até o desastre de Curupaiti, que determinou a ida de Caxias para assumir o Comando Único e Centralizado.

À primeira vista é uma preciosa lição da História Militar do Brasil. É um assunto importante a ser analisado como lição.

A segunda foi embarcar a Infantaria nos caminhões da Artilharia, na fase da Perseguição as forças inimigas em retirada. O Marechal foi formado na era hipomóvel.

Esta decisão determinou a Surpresa Tática das unidades alemãs que tiveram a retirada cortada pela FEB, através do rio Pó. Isto resultou na rendição de 15.000 alemães e o abreviamento da campanha.

Este feito traz à lembrança a manobra desbordante de Caxias, de Piquiciri, através do Chaco, com o desembarque de surpresa, em Santo Antonio, entre o grosso adversário e a capital Assunção.

Por sua brilhante atuação no comando da FEB, Mascarenhas de Moraes foi alvo das citações do Presidente dos Estados Unidos cujo termos sintetizo:

“Demonstrou em grau superlativo, habilidade, liderança e coragem. Conduziu a FEB por 299 dias de ação contínua, contra o inimigo, sob intempéries por ele desconhecidas. Suas tropas fizeram cerca de 20.000 prisioneiros. Cumpriu todas as missões recebidas dos oficiais do Exército dos EUA, sob cujas ordens serviu, demonstrando suas magníficas qualidades de líder de combate.” E em outra citação:

“Dirigiu hábil e corajosamente operações contra resistências sob condições adversas do Terreno. Neste afã se expôs a grave perigo nas áreas avançadas. Pela sua vigorosa e sábia direção a FEB mostrou adaptabilidade e zelo na execução de cada missão. O largo conhecimento profissional e habilidade para cooperar e coordenar com as unidades aliadas, envolvidas nas operações, granjearam-lhe créditos e estão em acordo com as mais altas tradições dos exércitos aliados”.

Do povo brasileiro recebeu consagração através de Projeto Lei nº 115 de 1948 do Congresso Nacional, assinado por 143 deputados, entre os quais sócios do IHGB, General Jonas Correia e Afonso Arinos. Foi também deputado signatário Euclides Figueiredo, Jovem Turco e Missionário Indígena, e pai do ex-Presidente General João Figueiredo. Projeto transformado na Lei nº 1.488 de 10 de dezembro de 1951, sancionada pelo seu antigo calouro do Rio Pardo,

o então Presidente Getúlio Vargas e com seguinte espírito:

Investidura no posto de Marechal-de-Exército, reversão e permanência no Serviço Ativo até morrer.

Na justificação do projeto seus signatários se expressaram entre outros nos seguintes termos:

“Sob seu bravo comando a FEB realizou os mais gloriosos feitos. Onde quer que tenha atuado antes da guerra, deixou a marca de uma forte individualidade e de militar dotado das virtudes essenciais à profissão de soldado. Democrata nas ideias e nos hábitos, discreto, inimigo do ruído em torno de seu nome e atos. Modelo em resumo, do oficial completo para quem o serviço da Pátria é o objetivo supremo da existência.

Na direção das tropas, no estrangeiro, longe da Pátria, mostrou, finalmente, como era de fato incomum a sua capacidade de chefe militar e de esplêndido condutor de homens. Capacidade de comando revelada pela ascendência sobre os subordinados, baseado no exemplo e na confiança que soube conquistar, pela prática das verdadeiras virtudes militares e provas positivas e permanentes das qualidades de chefe”.

Significação histórica

O Marechal Mascarenhas de Moraes é símbolo e padrão do soldado brasileiro moderno. Comandou à vitória forças brasileiras, na Itália, no esforço de guerra dos Aliados na 2ª Guerra Mundial, que culminou com a derrocada da ameaça nazi-fascista no maior conflito da Humanidade.

Por essa razão, principalmente, conquistou lugar de grande relevo, entre os maiores guerreiros do Brasil, cultuados, evocados e apontados como exemplos à Nacionalidade.

Nosso marechal conheceu em vida a glória e a consagração, como herói nacional militar, em demonstrações espontâneas oportunas e justas de parte do Povo Brasileiro e do Exército do Brasil. Iniciando a vida militar, como aluno, passou pela graduação de soldado raso e atingiu a culminância da Hierarquia militar no posto de Marechal, por vontade soberana do Povo Brasileiro. Esta, manifestada através do Congresso Nacional. Por vontade desse mesmo Povo Brasileiro reconhecido, teve o privilégio da vitaliciedade no Serviço Ativo e o de ser soldado na Ativa por 65 anos, até morrer.

Sua espada honrada só foi desembainhada em defesa da Lei, da Ordem e das Instituições, no campo interno, e da Democracia e da Liberdade Mundial, no campo internacional. Prestou assim brilhantes serviços, de grande projeção no Brasil, em sua marcha rumo à conquista de seu destino de grandeza.

Concentrando no comando da FEB, na Itália, e no retorno vitorioso da mesma, grandes poderes legais e, potenciais de fato, em suas mui dignas mãos, jamais abusou dos mesmos, virtualmente soldado, não cedeu às tentações políticas, em que caíram vários generais, ao retornarem cobertos de glórias do campo de batalha, conforme o registra a História da Humanidade.

Suas glórias imortais e consagradoras, como a maior espada até o presente, da República, ele as conquistou com soldados tropicais no montanhoso e por vezes nevados campos de batalhas na Itália, já sexagenário, e na condição de o mais velho general Aliado em campanha, naquele Teatro de Guerra.

Lá, segundo seu Oficial de Operações, o então Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, nosso herói afrontou a morte com serenidade, expondo-se aos lances e perigos da guerra, com característica de

Ato de Bravura. Esta, reconhecida em citação do Presidente Harry Truman dos EUA. Bravura capaz de justificar a concessão de medalha específica a *“única que não recebeu e que mereceu mais do que ninguém”* e que completariam as suas 27 condecorações, das quais 11 nacionais e 16 internacionais.

Escolhido por sua ciência e virtudes para comandar a FEB, segundo o acadêmico Menotti del Picchia,

“o Marechal que aliava dignidade à bravura, transformou aquela força, de um punhado de bravos, num corpo de combate, homogêneo, eficiente, não raro audaz e impetuoso que nos trouxe as vitórias de Castelnovo, Montese, Forno e o instante épico de Monte Castelo que iluminou de glória: as virtudes do soldado brasileiro”.

Nosso Marechal à frente da FEB, a História o comprova, revelou ao Brasil, um espírito superior ao chamar a si a responsabilidade do revés e dividir os louros da vitória. Mostrou-se modelar como chefe e líder militar brasileiro, consciente e com alto grau de seus deveres e responsabilidades em sua histórica missão de *“comandar a maior aventura militar do Brasil na República”*. Ele revelou calma, equilíbrio intelectual e emocional no insucesso e humildade e modéstia na vitória. Foi organizador silencioso, discreto, metuculoso e previdente. Estrategista e tático inspirado. Planejador sóbrio e objetivo. Condutor sereno, tenaz, enérgico, perseverante, estóico e capaz dos maiores sacrifícios.

O grande historiador brasileiro Dr. Pedro Calmon assim definiu o Marechal Mascarenhas de Moraes:

“Herói providencial por ter sido sem injustiça, sem ilegalidade, sem egoísmo e impelido por sua única paixão, compatível com os deveres cívicos - a paixão do Bem Comum. Providencial por ter feito como soldado modelo, do destino nacional a sua diretiva da glória sem mácula, a sua ambição, do sacrifício o seu timbre heráldico, das vitórias ganhas pelo país os títulos impessoais de sua carreira militar honrada”.

Todos os seus feitos que o consagraram na galeria dos maiores soldados guerreiros do Brasil, foram praticados sem alardes, arruídos, violência desnecessária e abusiva. Não se embriagou com a glória.

Não tripudiu sobre os vencidos. Ao contrário, exigiu para os prisioneiros de guerra trato humano coerente com as melhores tradições brasileiras e recusou assinar proclamações que expusessem seus homens a manipulações psicológicas.

Como gaúcho foi fiel às características de Firmeza e Doçura do gaúcho histórico que encontraram no General Osório a sua expressão maior e mais autêntica. Características inscritas na bandeira da República Rio-Grandense sob a forma de dois amores- perfeitos

“Firmeza no combate ao lutar com toda a bravura, garra, firmeza, tenacidade e determinação. Doçura. depois da vitória, traduzida pelo respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido.”

Foi além, a expressão viva da dignidade e do respeito à ética e a encarnação da lealdade autêntica à Ordem, à Lei e às Instituições, pelo que sua dignidade pagou alto preço em 1930.

Não foi um líder carismático, arrebatador. Mas sim líder que firmou sua liderança em função de suas elevadas capacidades profissional, militar e administrativa. Esta, decorrente das aptidões de muito bem planejar, organizar,

comandar, controlar e coordenar. Tudo embasado em: inteligência e saúde mental invejáveis; caráter superior; espírito público e integridade em grau superlativo; coragem física e moral, provada em diversas ocasiões; capacidade de decisão e de diagnosticar situações humanas, como no caso de seu Estado-Maior antes da vitória de Monte Castelo; grande capacidade de autoanálise, auto-domínio e fortaleza de espírito que resistiu na guerra às enormes pressões, que não lhe deixaram sequelas na paz, caso comum entre veteranos de campanhas.

Comparando-o com um *iceberg*, a ponta era representada por sua figura humana que ele classificou certa feita de minúscula. Sob ela, a parte restante e a maior do *iceberg*, era representada por seu espírito superior e providencial, para comandar os brasileiros na primeira participação militar extracontinental da Nacionalidade.

Chefe e amigo de seus subordinados, foi o arquiteto de seus entusiasmos, levou, todos os dias, em todos os recantos de sua Zona de Ação a sua presença, a sua assistência moral, a palavra certa e sobretudo a confiança. Na paz continuou atento aos seus destinos e na luta pela defesa de seus legítimos interesses.

Além das qualidades excelentes e modelares de cabo-de-guerra e cidadão brasileiro, foi esposo modelar. Alimentou um amor-veneração correspondido por sua esposa Adda Brandão, exemplo de filha, esposa, mãe e avó de soldados do Exército Brasileiro. Heroína brasileira moderna que repousa ao lado do Marechal, no Mausoléu dos Veteranos da FEB, no cemitério São João Batista, que inauguraram com seus veneráveis despojos. Eis mais um traço comum do Marechal com o Duque de Caxias, entre tantos outros estudados em *Letras em Marcha* pelo seu oficial de Logística na FEB, do falecido general Agnaldo Senna Campos, autor do anteprojeto do célebre distintivo da FEB “*A cobra está fumando*”.

Bravo histórico e providencial cabo-de-guerra brasileiro!

Marechal Mascarenhas de Moraes, hoje denominação histórica da gloriosa 1ª Divisão de Exército, da Vila Militar, que carrega as mais caras tradições da P Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB, à frente da qual colhestes com teus bravos soldados, louros inacescíveis para armas brasileiras, na Itália na II Guerra Mundial.

Hoje, nesta Memória Evocação para o Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) através da palavra deste relator, modesto soldado e pesquisador e divulgador da História do teu Exército, prestar-te, por justiça e dever, uma das poucas homenagens que te eram devidas e mais do que isto, para consagrar-te!

Como historiador e geógrafo brasileiro e, fundamentalmente como padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno, com projeção histórica que mais se aproxima do ínclito Duque de Caxias - o Patrono do Exército.

Como general brasileiro que conquistou nos campos de batalha na Itália, lugar na galeria dos capitães da História Militar Mundial; o de maior soldado latino-americano deste século e um dos maiores da História do Brasil e que esteve à altura e honrou as tradições militares brasileiras dos Guararapes, Catalan, Taquarembó, Passo do Rosário, Monte Caseros, Paissandu, Passo da Pátria, Tuiuti, Curuzú, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Campo Grande.

Bravo Marechal Mascarenhas de Moraes!

Que o teu imortal exemplo de soldado gaúcho moderno continue a inspirar e alicerçar o presente e o futuro do Brasil e em especial o do Exército Brasileiro - o teu Exército - o Exército do Duque de Caxias - O Pacificador”.

Finalizando:

O Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, ao falar em nome do Exército, no sepultamento do Duque de Caxias, assinalou como maior característica do Patrono do Exército “*A grandeza de sua simplicidade*”.

Do Marechal Mascarenhas, falando em nome das instituições históricas que eu presido ou integro creio, interpretando os sentimentos gerais, podemos afirmar que suas maiores características foram *A grandeza de sua dignidade e a de sua consciência profissional*.

FONTES CONSULTADAS

BENTO, Claudio Moreira. *Marechal Mascarenhas de Moraes - Significação Histórica*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* n° 344:119-136, jul/set 1984. (Nossa oração no Centenário do Marechal a convite do Dr. Pedro Calmon).

_____. *O Dia da Vitória*. **Letras em Marcha**, 07 mai 1977.

_____. **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1ª ed. 1994 e 2ª ed. Porto Alegre: ANVFEB: Contursi Produções, 2000. A 1ª ed. com prefácio do General Plínio Pitaluga e a 2ª ed., de José Conrado de Souza, ambos acadêmicos da FAHIMTB e veteranos da FEB. Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br

_____. **As duas faces da Glória**. In *Revista A Defesa Nacional*, n° 255, abr/ jun 1992, p. 131

_____. *Marechal Mascarenhas de Moraes. Significação his-tórica - síntese*. In *Revista do Clube Militar*, nov/dez 1983, p. 21/24. Mensário **Letras em Marcha** n° 146, nov 1983. *Diário Popular* Pelotas nov 1983 e *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, tomo 69, 1983, p. 93ss.

_____. *Evocação do Comandante da FEB nos 60 anos do Dia da Vitória*. In: **O Guararapes** n° 45 da AHIMTB, abr/jun 2005, disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br . et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial**. In: **Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas...** Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014, p. 388/420.

_____. *Palavras finais* na posse como acadêmico do General Domingos Ventura Pinto Junior na cadeira Marechal Mascarenhas de Moraes, disponível em artigos no site www.ahimtb.org.br

FAHIMTB. *Orações de posse* na Cadeira Marechal Mascarenhas de Moraes: General Carlos de Meira Mattos, Cel Germano Seidl Vidal, General Domingos Ventura Pinto Junior e Cel Roberto Mascarenhas de Moraes, no Arquivo da FAHIMTB, na AMAN.

FIGUEIREDO, Osório Santana. *João Baptista Mascarenhas de Moraes*. In: **Terra dos Marechais**. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 77/103.

MASCARENHAS DE MOARES, Roberto. *Meu avô Mascarenhas de Moraes* (depoimento de quatro páginas cedido ao autor).

MATTOS, Carlos de Meira. *Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1983(Tomos I e II).

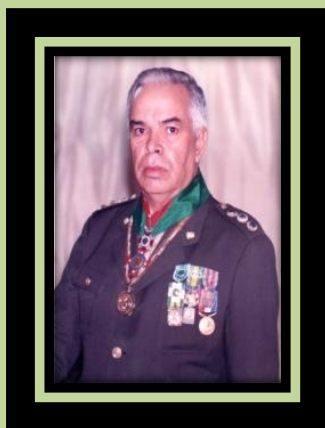
_____. *Traços da personalidade do Comandante da FEB*. In *Revista Militar Brasileira*, n° especial dedicado à FEB, 1973 p. 84-85.

OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. *Marechal Mascarenhas de Moraes, Centenário*. In *Revista do Instituto do Ceará*, 1981, Tomo 97, p.1/7.

PERES, Carlos Roberto (org). *Cel João Baptista Mascarenhas de Moraes*. In: ***Dois séculos formando oficiais para o Exército***. Resende: IPSIS- Graf. Ed. 2011, p. 88/89.

VIDAL, Germano Seidl. *A figura excelsa de Mascarenhas de Moraes*. In *Revista do Exército*, v. 139, 3º quadrimestre 2002.

CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO



Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo *As Guerras Holandesas, da História do Exército perfil Militar de um Povo*. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site . Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército , comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves-RS, na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petropolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido

considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, e Itajuba e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano completará 91 anos de idade. Se Deus quiser! Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Celular 24/999247757.